

Carlos Carvalhas no XVI Congresso do PCP

Somos e seremos comunistas

Os delegados eleitos ao XVI Congresso reuniram-se em Lisboa, nos dias 8, 9 e 10 de Dezembro, para a conclusão de um amplo debate. Aprovaram a Resolução Política e elegeram o novo Comité Central. O Partido dispõe, a partir de agora, das orientações gerais e de uma direcção central para prosseguir, com firmeza, a luta pela democracia e pelo socialismo.



Hoje, quinta-feira

às 21 horas, na Sociedade Filarmónica
Incrível Almadense – em **Almada**
promovido pela Direcção da Organização
Regional de Setúbal do PCP

Comício
com **Carlos Carvalhas**



Carlos Carvalhas

Somos comunistas

O Secretário-geral do PCP abriu o Congresso com um discurso em que reafirma a identidade comunista do Partido «por vontade dos seus militantes». No encerramento, Carlos Carvalhas sublinhou o papel insubstituível do PCP.

Págs. 6 a 12 e 29



Intervenções

A palavra aos delegados

Iniciamos a publicação das mais importantes intervenções, centrais e sectoriais, feitas no Congresso. No próximo número contamos publicar as restantes intervenções centrais e as que respeitam às organizações regionais.

Págs. 13 a 27



Congresso elegeu

Novo Comité Central

Publicamos hoje a composição do Comité Central eleito no XVI Congresso, com as notas biográficas detalhadas, bem como a composição dos organismos executivos eleitos pelo novo CC na sua primeira reunião.

Págs. 30 a 35

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)

50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

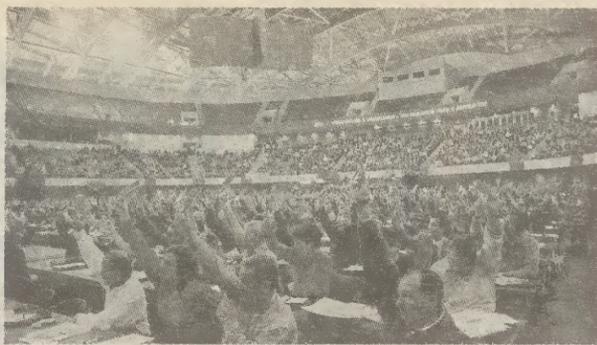
EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Resumo

6 Quarta-feira

Os jornalistas da agência Lusa pronunciaram-se a favor de uma greve, visto o «Conselho de Administração da Lusa não aceitar negociar qualquer aumento salarial». • António Abreu critica a posição do Governo português face ao Conselho Europeu de Nice e defende a realização de um amplo debate nacional • Os alunos de Lisboa e de Chaves saem à rua para exigir a suspensão imediata da revisão curricular • O Ministério do Interior alemão e a Deutsche Bahn, companhia alemã de caminhos-de-ferro, apresentam em Berlim uma campanha de cartazes contra a extrema-direita e o racismo.

7 Quinta-feira

O ministro das Finanças, Pina Moura, assume a Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais após «indisponibilidade» de Luís Máximo dos Santos • Os Quinze proclamam a Carta Europeia dos Direitos Fundamentais que define em 54 artigos os direitos políticos, sociais, civis e económicos dos cidadãos da UE • Quinze jornalistas de nacionalidade não especificada são feitos reféns por um comando das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia • O primeiro-ministro Ehud Barak afirma que Israel ripostará com força a qualquer ataque do Hezbollah xiita.

8 Sexta-feira

Início do XVI Congresso do PCP em Lisboa • A multa de cerca de 3,5 milhões imposta a Portugal por excesso de produção de leite nos Açores é perdoada • Os quinze países da UE acordam a formação da Força de Reacção Rápida Europeia constituída por 60 mil efectivos militares • O primeiro dos dois «dias de cólera», convocados por 13 organizações palestinas, faz dez mortos • O Bundestag, a câmara baixa do parlamento alemão, aprova o envio ao Tribunal Constitucional do pedido de proibição do Partido Nacional Democrático (extrema-direita).

9 Sábado

Prossegue o XVI Congresso do PCP cujos delegados elegem ao fim do dia o Comité Central • Em Nice, o Governo português aceita a triplicação do número de votos dos «grandes» sem propor aumento significativo do número de votos dos «pequenos» • Sérgio Vieira de Melo, representante especial da ONU, evita a demissão em bloco dos quatro ministros timorenses • A

Os delegados ao XVI Congresso do PCP aprovam, por larga maioria, a Resolução Política

explosão de uma viatura armadilhada no sudoeste da Chechénia mata 22 civis • Ehud Barak, primeiro-ministro de Israel, anuncia a sua demissão obrigando a eleições gerais no prazo de 60 dias.

10 Domingo

Encerram os trabalhos do XVI Congresso do PCP onde são apresentados os organismos executivos eleitos pelo novo Comité Central • Os líderes do PSD e do CDS/PP manifestam-se solidários com a posição do Governo português na Cimeira de Nice • Ion Iliescu é eleito presidente da Roménia com 70,2 por cento de votos, batendo por larga maioria o candidato ultranacionalista Cornelius Vadim Tudor • Benjamin Netanyahu anuncia a sua candidatura à chefia do Likud e ao cargo de primeiro-ministro • O escritor e membro do PCP Alberto Ferreira morre aos 80 anos • José Águas um dos símbolos do futebol português falece aos 70 anos de idade.

11 Segunda-feira

O Sindicato dos Maquinistas dos Caminhos-de-Ferro Portugueses (SMAQ) anunciam uma «adesão plena» no dia de greve • O relatório da comissão de médicos dá «luz verde» ao processo de tratamento de resíduos por queima, negando o seu impacto sobre a saúde humana • O acordo de Nice dá origem a um novo tratado europeu, a ratificar pelos parlamentos nacionais de todos os Estados membros • O secretário-geral da Frente Popular de Libertação da Palestina, Abu Ali Mustapha, apela às armas contra os colonos e os soldados israelitas, pois «ninguém pode sonhar com segurança e paz e ao mesmo tempo ignorar os direitos do povo palestino» • O descarrilamento de um comboio na linha do Douro, devido ao mau tempo, provoca a morte do maquinista.

12 Terça-feira

Os eurodeputados portugueses são unânimes em considerar os resultados da Cimeira de Nice como uma vitória dos «grandes» • O Conselho Superior de Defesa Nacional dá parecer positivo sobre o destacamento de mais uma companhia militar para Timor-Leste • Em Espanha, o Partido Popular e o Partido Socialista assinam um «pacto contra a ETA» e decidem uma «colaboração permanente» no combate ao terrorismo • Efectiva-se a demissão de Ehud Barak, que afirma esperar um relançamento das negociações de paz com os palestinos.

Aconteceu

Barak demite-se

O Primeiro-Ministro israelita, Ehud Barak, demitiu-se e precipitou a realização de eleições antecipadas no prazo de dois meses, recandidatando-se de imediato ao cargo. Segundo a legislação israelita, apenas os deputados em exercício de funções podem recandidatar-se neste tipo de eleições antecipadas, o que coloca fora da corrida o anterior primeiro-ministro do Likud, Benjamin Netanyahu, que não integra o actual parlamento. Netanyahu foi afastado do poder por envolvimento em diversos casos de corrupção e estava a ser lançado pelo Likud como presumível sucessor de Barak que, por seu lado, terá feito uma jogada política de antecipação ao precipitar a realização de eleições num quadro que impedirá o seu mais directo rival de concorrer. Entretanto, prossegue a carnificina do exército israelita sobre os palestinos.

Morreu José Águas

Com 70 anos de idade e vítima de doença prolongada, morreu José Águas, um dos símbolos do futebol português nas décadas de 50 e 60, que integrou como elemento determinante a lendária equipa do Benfica que conquistou duas Taças dos Campeões Europeus em 1961 e 1962, que o próprio «capitão» Rui Águas ergueu em triunfo para orgulho de todo o país. Avançado de grande talento, era um goleador nato com características singulares: bom rematador, senhor de um excelente poder de elevação e cabeceador exímio. No seu palmarés contam-se 25 internacionalizações e, ao serviço do Benfica, cinco títulos de campeão nacional, sete Taças de Portugal, cinco troféus de melhor marcador do campeonato, quatro dos quais em épocas sucessivas (51/52, 55/56, 56/57, 58/59 e 60/61) e ainda dois títulos de campeão europeu. Era pai do futebolista Rui Águas e da cantora Lena d'Água.

O adeus a Alberto Ferreira

O escritor e professor Alberto Ferreira morreu esta semana de síncope cardíaca e na sequência da doença de Parkinson que, há anos, o forçara a abandonar o ensino. Tinha 80 anos. Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas, foi pro-

Médicos aprovam a co-incineração

Por maioria (cinco contra um), a comissão médica nomeada pela Assembleia da República tornou pública as principais conclusões do seu parecer final sobre o processo da co-incineração de resíduos tóxicos e perigosos nas cimenteiras de Souselas e Outão, que se pronunciam favoravelmente pela utilização desta técnica por considerar que não há, nela, riscos para a saúde pública, embora coloque como condição que se realize «uma prévia caracterização detalhada das condições ambientais e populacionais de cada local em causa e das posteriores monitorização ambiental e vigilância epidemiológica». Na prática, e segundo um dos membros da

Comissão, Jorge Torgal, da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Lisboa, isto significa que a decisão de se avançar com a queima de resíduos nos locais propostos (as cimenteiras de Souselas e Outão) terá necessariamente de ser antecedida dos referidos estudos. Numa primeira reacção, os representantes das populações das respectivas zonas onde estão as cimenteiras já se afirmaram abertamente contra esta conclusão, que consideram parcelar e construída em gabinete, sem aferirem os efeitos locais tantos nas populações como no ambiente e nos lençóis de Água.

assinalou Carlos Reis, presidente da Biblioteca Nacional, deu «um contributo fundamental para o conhecimento da cultura portuguesa» relativa à segunda metade do século XIX, nomeadamente através do profícuo levantamento que fez de textos sobre a Questão Coimbrã e a Geração de 70, além de ser um especialista da obra de Garrett. Membro do PCP desde a clandestinidade - tendo sido preso pela PIDE em 1963 - transpôs para a literatura muito dessa luta antifascista que sempre viveu por dentro no seu romance *Diário de Édipo*, mas não esgotando aí a sua obra de escritor, publicando outros romances como *Crise*, *Viagens no Reino da Mediocracia* e *Deambular ao Lusco-Fusco*.

Mau tempo mata no Norte do país

O mau tempo que se abateu esta semana sobre o Norte do país causou seis mortos, vítimas de aluimentos de terras e rochas provocados pelas chuvas. As primeiras vítimas registaram-se quinta-feira passada no lugar de Frades, freguesia da Portela, em Arcos de Valdevez, onde quatro idosos pereceram nas suas casas soterradas por aluimentos de terras, estando o corpo da uma das vítimas ainda por resgatar. No mesmo dia, um operário que manobrava uma máquina em Ventosa, Vieira do Minho, morreu quando a máquina caiu por aluimento das terras.

Finalmente, no início desta semana, um maquinista da CP morreu afogado quando a locomotiva que pilotava descarrilou na linha do Douro, mergulhando no rio após embater numa rocha de 50 toneladas que as chuvas fizeram desabar na linha. Outros desabamentos obstruíram linhas férreas e estradas na zona do Porto, enquanto uma falha nas comportas da barragem de Fragilde (Viseu) obrigaram ao estado de alerta por parte das autoridades. De assinalar ainda cheias catastróficas verificadas em diversos rios e cursos de água.



Crónica Internacional

• Carlos Aboim Inglez

Patriótico

Internacionalista

O XVI Congresso do PCP mostrou, pela sua Resolução Política, pelas inúmeras intervenções produzidas, pela representatividade dos mais de 1.600 delegados, a sua profunda inserção na vida e problemas dos trabalhadores e do povo, dando voz aos seus interesses e anseios e avançando propostas essenciais nas mais variadas áreas e sectores da realidade do nosso país. **Partido Comunista** que foi, é e será, demonstrou igualmente que é um grande Partido **Português**, com profundas e decisivas raízes no passado e no presente dos trabalhadores e das massas populares, do Minho ao Algarve, aos Açores, à Madeira – força insubstituível para o futuro de Portugal. Partido patriótico, o PCP é simultaneamente um partido internacionalista, parte integrante do processo de emancipação social e humana que, nas mais diversas condições, prossegue em todo o mundo neste final do século XX.

Lutando aqui em Portugal, não estamos sós

Exemplo visível disso foi a presença dos representantes de tantos partidos e forças progressistas estrangeiras na tribuna do nosso Congresso.

Assim, participaram no nosso XVI Congresso delegações de 63 Partidos comunistas, operários e outras forças de esquerda e progressistas de todo o mundo. A saber: **Alemanha:** P. do Socialismo Democrático e PC Alemão; **Angola:** MPLA; **Bélgica:** P. do Trabalho; **Bielorrússia:** P. dos Comunistas da Bielorrússia; **Brasil:** PC do Brasil, P. dos Trabalhadores, PS Brasileiro e Movimento dos Sem Terra; **Cabo Verde:** PAICV; **Camarões:** União das Populações dos Camarões; **Rep. Checa:** PC Boémia e Morávia; **Colômbia:** FARC/EP; **Coreia:** P. do Trabalho; **Chile:** PC Chile; **China:** PC da China; **Chipre:** P. Progressista do Povo Trabalhador (AKEL); **Cuba:** PC de Cuba; **Dinamarca:** PC na Dinamarca, PC da Dinamarca, Aliança Vermelho/Verde; **El Salvador:** Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional; **Eslováquia:** PC da Eslováquia; **Espanha** - PC de Espanha, Esquerda Unida, Bloco Nacionalista Galego;

EUA: PC dos EUA; **Federação Russa:** PC da Federação Russa; **França:** PC Francês; **Grã-Bretanha:** PC Britânico; **Grécia:** PC da Grécia e Coligação da Esquerda e do Progresso; **Guadalupe:** PC Guadalupeense; **Hungria:** P. dos Trabalhadores; **Índia:** PC da Índia (Marxista) e PC da Índia; **Irão:** P. do Povo do Irão; **Iraque:** PC Iraquiano;

Irlanda: P. dos Trabalhadores; **Itália:** P. da Refundação Comunista e P. dos Comunistas Italianos; **Japão:** PC Japonês; **Jordânia:** PC da Jordânia; **Laos:** P. Popular Revolucionário; **Líbano:** PC Libanês; **Luxemburgo:** PC Luxemburguês; **Marrocos:** P. da Vanguarda Democrática Socialista e P. do Progresso e do Socialismo; **México:** P. Popular Socialista; **Moçambique:** P. FRELIMO; **Noruega:** P. da Esquerda Socialista e PC da Noruega; **Palestina** - OLP, Frente Popular de Libertação da Palestina e Frente Democrática de Libertação da Palestina; **Peru** - PC do Peru (Pátria Roja); **Saara Ocidental:** Frente Polisário; **Síria:** PC da Síria; **Sudão** - PC Sudanês; **Suécia:** P. da Esquerda; **Suíça:** P. Suíço do Trabalho; **Ucrânia** - PC da Ucrânia; **Vietname:** PC do Vietname. Esteve igualmente representada a Direção do GUE/EVN do Parlamento Europeu.

Muitos foram também outros partidos comunistas e forças progressistas que enviaram saudações ao nosso Congresso. Foram recebidas 23 saudações vindas da **África do Sul**, da **Argentina**, da **Austria**, da **Austrália**, do **Barhain**, da **Bolívia**, da **Bulgária**, da **Dinamarca**, do **Equador**, da **Finlândia**, da **Guiana**, da **Holanda**, da **Irlanda**, de **Israel**, da **Moldova**, do **Nepal**, da **Palestina**, da **Sérvia**, da **Síria**, do **Uruguai** - e de **Timor Leste** (FRETILIN) que, não podendo estar presente e falar na tribuna como previsto, foi alvo de particularmente calorosa ovação de solidariedade de todo o Congresso.

A participação internacional no nosso XVI Congresso, que permitiu a tantos nossos camaradas e amigos pelo mundo um contacto directo com o nosso Partido, povo e país, valorizou igualmente todo o nosso Partido. Evidenciando que, lutando aqui em Portugal, **não estamos sós**: inúmeras outras forças, com a sua identidade própria, confluem connosco na configuração de uma vida melhor para os trabalhadores e os povos do mundo, pela paz e o progresso social. Reclamando elas também o reforço do nosso Partido, assim reforçando a nossa contribuição para a **solidariedade internacionalista**, com a ampla frente mundial anti-imperialista, com o projecto e processo histórico de superação revolucionária do capitalismo com que a Humanidade vai entrar no século XXI.

Editorial

A LUTA CONTINUA

Várias e diversificadas foram as leituras e interpretações produzidas sobre o XVI Congresso de PCP. Todas legítimas, naturalmente – mesmo quando, como nalguns casos aconteceu, assentaram em cenários pré-fabricados na base muito mais de desejos do que de realidades. Uma conclusão emerge, no entanto, da caudalosa vaga de análises e apreciações: a de que se tratou, de facto, do congresso de um partido que é diferente dos que são todos iguais. De um congresso partidário no qual a participação dos militantes na definição da linha e das orientações políticas do Partido não tem paralelo no quadro partidário nacional. Com efeito, se esse facto teve clara visibilidade em todo o processo preparatório do Congresso, teve-a de forma ainda mais flagrante no decorrer dos três dias de duração da reunião do órgão supremo do Partido.

Só quem não quis é que não viu que assim foi – e casos há em que não há evidência, por maior que seja, que anule a cegueira dos preconceitos. Como afirmou incisivamente Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, na intervenção de encerramento do Congresso, «não temos grande esperança de abrir alguma fresta de sensatez e realismo no pensamento e palavras de quem se tenha deixado aprisionar no dogmatismo, no preconceito

“Realizado o Congresso, coloca-se-nos agora a importante tarefa de levar por diante as suas conclusões e orientações”

e no desonesto truque de torcer a realidade e rasurar a verdade sobre o PCP até que ela se encaixe à força nos esquemas previamente adoptados». Também é verdade, e justo é reconhecê-lo e sublinhá-lo devidamente, que houve excepções – excepções em maior número, talvez, do que em qualquer situação anterior, excepções que honram os jornalistas e os comentadores que as protagonizaram e que aqui se saúdam pelo contributo que deram à dignificação da sua nobre profissão.

Contrariando múltiplas profecias sobre a matéria, a expressão frontal de opiniões diferentes e divergentes em relação a várias das questões em debate, não só não perturbou o Congresso como o confirmou como espaço livre, aberto e democrático de debate – ou seja: espaço de debate privilegiado para os militantes comunistas, com as suas características específicas, com a sua maneira de estar e de ser que os distingue dos militantes da generalidade dos restantes partidos políticos.

Cerca de 1700 delegados, dando sequência ao amplo debate travado durante vários meses no colectivo partidário, discutiram e analisaram a situação internacional, nacional e partidária, apro-

varam as linhas de orientação e intervenção do Partido para os próximos quatro anos e elegeram o Comité Central do Partido ao qual compete agora a difícil e complexa tarefa de concretizar as orientações definidas pelo Congresso.

Lamentavelmente, o tempo disponível não permitiu que muitos dos camaradas inscritos tivessem tido a oportunidade de usar da palavra, situação que deve ser tida em conta no futuro.

Voltando à intervenção de Carlos Carvalhas, «este foi um Congresso onde quem nos ouviu e viu sem preconceitos terá de dizer: aqui esteve um Partido profundamente ligado aos trabalhadores e ao povo, um Partido que com seriedade procura soluções para os problemas, um Partido patriota e internacionalista, um Partido que se confirma como um Partido necessário e insubstituível, Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o Partido Comunista Português». Na verdade, tudo isso transpareceu com grande nitidez dos três dias de reunião, no Pavilhão Atlântico, do órgão supremo do Partido.

Mais do que isso: o XVI Congresso foi, também, os convidados que a ele assistiram, os milhares de militantes comunistas, simpatizantes e amigos do Partido, homens, mulheres e jovens que acompanharam de forma atenta e interessada o Congresso e que, à sua maneira, nele participaram e, de forma evidente e significativa, contribuíram para dar à magna reunião o carácter singular que ela assumiu. Da mesma forma que a acção desenvolvida por um vasto conjunto de camaradas – nuns casos arrumando e decorando o imenso Pavilhão Atlântico, noutros casos dando o necessário e eficaz apoio a todos os aspectos de funcionamento do Congresso, noutros casos ainda colaborando na desimplantação «relâmpago» que surpreendeu mesmo os mais incrédulos observadores – constituiu um exemplo claro da diferença de conteúdo entre o PCP e o seu Congresso e os restantes partidos e os seus respectivos congressos.

Realizado o Congresso, coloca-se-nos agora a importante tarefa de levar por diante as suas conclusões e orientações – que são, como não podia deixar de ser, as conclusões e orientações de e para todo o Partido e que, por isso mesmo, constituem um importante desafio para todo o colectivo partidário. O papel do PCP na vida política nacional, amplamente confirmado neste XVI Congresso, coloca-nos particulares exigências de continuidade e intensificação do nosso trabalho. Exigências que não são, no entanto, novidade para quem tem profunda consciência das dificuldades e dos obstáculos existentes e jamais virou as costas à luta fosse qual fosse a dimensão dessas dificuldades e obstáculos. Prosseguir, intensificar e ampliar a luta contra a política de direita e por uma alternativa de esquerda; dar continuidade atenta e intensa aos esforços de reforço orgânico, interventivo e de influência do Partido; impulsionar a dinâmica da candidatura do camarada António Abreu às Presidenciais, preparar as autárquicas de 2001, são algumas das preocupações imediatas que exigem o nosso melhor esforço e a nossa melhor atenção. Mas é para isso que cá estamos. E é isso que sabemos que os trabalhadores e o povo esperam de nós. Enfim, e sintetizando tudo isto numa consigna que tem tudo a ver com o PCP: a luta continua!

Actual A arte de informar

• José Casanova

Um dos vários comentadores políticos que, a pretexto do XVI Congresso do PCP, nos forneceram ao domicílio, via têvê, as suas análises, opiniões ou profecias sobre o passado, o presente e o futuro do PCP, decidiu dedicar uma das suas sessões de esclarecimento ao centralismo democrático. Que se tratava de coisa sinistra e diabólica já se sabia por muitas e repetidas declarações de muitos e variados especialistas na matéria. Por isso, a questão que se colocava ao acima referido esclarecedor era a de, através de exemplos concretos, demonstrar isso mesmo.

O preclaro comentador deu, então – mais palavra, menos palavra –, o seguinte e esclarecedor exemplo sobre como o centralismo democrático é aplicado no PCP: imagine-se que um militante da célula A quer trans-

mitir uma ideia, uma opinião, uma proposta a um militante da célula B. Não o podendo fazer directamente, porque está proibido de contactar militantes que não pertençam à sua célula, terá que recorrer ao seu «controlador» a quem transmite o que quer fazer chegar ao militante da célula B.

O referido «controlador», por sua vez, contacta o «controlador» da célula B a quem transmite o recado que recebeu e que este faz chegar ao militante da célula B. O comentador não informou mas presume-se que a resposta seguirá os mesmos trâmites. O que significa que, para além desta horrorosa, desumana, antidemocrática concentração dos militantes comunistas em células estanques, se o militante A quer, pura e simplesmente, convidar o militante B para ir ao teatro, corre sérios riscos de a peça já

estar fora de cena quando a resposta chegar...

Tudo isto seria apenas ridículo se o esclarecedor encartado não afirmasse tais disparates com o ar de quem está a dizer verdades incontestáveis e se o fizesse, não frente às câmaras de televisão e perante muitos milhares de pessoas, mas numa roda de amigos depois de bebidos uns copos. E como é difícil acreditar que o esclarecedor acredite na estória que contou, estamos perante uma situação que configura pública e notória manipulação e mistificação.

E se é verdade que nem todos os comentadores e analistas que se debruçaram sobre o Congresso seguiram tais caminhos – havendo até os que, assumindo o seu distanciamento em relação ao PCP, observaram o Congresso com rigor e objectividade – também é claro que a arte de «informar» característica da nova ordem comunicacional exibiu exuberantemente as suas qualidades.



Crónica de um desacordo

• Vítor Dias

O autor sabe que as linhas que se seguem poderão ser uma aventura de alto risco, na exacta medida em que o seu entendimento depende não apenas do clássico problema da distribuição universal do sentido de humor mas também da maior ou menor abertura para, após o que se sabe, admitir a necessidade individual de certos exercícios de descompressão.

A verdade é que o cronista sente a imperiosa necessidade de manifestar uma frontal discordância com uma opção feita pelo Secretário-Geral do Partido no seu discurso no encerramento do XVI Congresso.

É que não estamos de acordo que o camarada Carvalhas quando, em resposta aos que consideram o PCP inadaptado à democracia, lembrou várias coisas – entre outras, que «no regime de liberdade que o PCP propõe, as eleições são fundamento directo do poder político» ou que «a democracia política, embora intimamente articulada com a democracia económica, social e cultural, possui um valor intrínseco» – reportando-as porém explicitamente à sua consagração (na continuidade de um património e orientação mais antigos) no novo Programa de Partido aprovado em 1988.

Não negamos que essa opção tenha sido baseada na seriedade, no rigor e na verdade. O que vimos contestar é essa opção pela seriedade, rigor e verdade quando está à vista que o que mais rende mediaticamente é a ausência desses valores hoje predominantemente reputados de arqueológicos.

O Secretário-Geral do PCP devia ter dito tudo o que disse, mas sem comas e sem referência ao Programa do PCP.

É que, se o tivesse feito, apostamos o nosso principesco salário mensal em como não seriam nem um, nem dois, nem três, mas muitos mais, os comentadores e jornalistas que, entusiasmados, rendidos e deslumbrados, celebrariam a gloriosa novidade, a faiscante inovação doutrinária e a estrepitosa viragem estratégica do PCP.

E, depois, logo se via se repúnhamos a verdade e o rigor ou se guardávamos de Conrado o prudente silêncio.

Agora a sério, e sem ser para amenizar a fama que temos junto da comunidade dos «media», cumpre reconhecer honestamente que esta crónica nos remete para um problema mais geral da falta de memória, da falta de disponibilidade para recolher e assimilar informação e da submissão ao efémero e ao

superficial que talvez seja hoje um sério problema de civilização. E que não atinge apenas comentadores e jornalistas, porque até atinge outras esferas onde também causa não poucos estragos, incompreensões e dificuldades de comunicação.

Assim será, mas talvez isso não retire razão à observação de que quem escreve ou fala para milhões de cidadãos terá outras e maiores responsabilidades que o cidadão comum que os lê ou ouve.



No atoleiro

• Jorge Cordeiro

Vai distante o tempo das repetidas declarações de compromisso com a transparência, isenção e diálogo apresentadas pelo PS, em contraposição com os anos de governação Cavaquista, durante a campanha de 1995. E com ele, as promessas então feitas de uma nova forma de fazer política que o PS enunciou perante os portugueses.

Desde o primeiro momento se revelou que o novo Governo não pretendia inverter os traços mais negativos, quer na essência das opções políticas, quer no estilo e nos vícios de poder, dos seus antecessores. Foram, primeiro, as centenas de nomeações para igual número de cargos que permitiu, entre assessores, adjuntos de assessores, secretários, chefes de gabinete, dar abrigo à multidão socialista que perfilada e impacientemente aguardava o momento de se chegarem à mesa do orçamento. E foram depois, pausada mas metodicamente, as colocações à frente de um número sem fim de organismos e serviços desconcentrados do Estado já com o objectivo de ir prepa-

rando o lançamento a prazo de candidaturas do PS às próximas eleições autárquicas. Pelo meio ficaram os actos de construção e preenchimento da nova estrutura de gestão do terceiro Quadro Comunitário de Apoio e as não esclarecidas acções de irregularidades na gestão da então Junta Autónoma das Estradas rapidamente resolvidas com a sua extinção.

Tudo isto parecia bastante não fosse a inesgotável capacidade do actual governo de nos surpreender nesta engenhosa arte de uso e abuso de funções do Estado para fins não públicos. As recentes e gravíssimas revelações feitas em torno da Fundação para a Prevenção e Segurança, que em condições democráticas normais deveria conduzir à demissão dos vários governantes envolvidos a começar pelo ministro Jorge Coelho; os alegados aliciamentos feitos por governadores civis, ao que tudo indica a mando de

membros do Governo, para aliciar deputados para viabilizar o Orçamento de Estado e que tudo indica acabará na demissão do governador civil de Bragança; e o esclarecedor à-vontade com que o director da Administração Regional de Saúde do Porto confessou que nas admissões tinham preferência os possuidores de cartão do PS são um conjunto de novos elementos particularmente esclarecedores na acção de um governo atolado na mais completa ausência de princípios e ética política.

As próximas semanas revelar-não qual a sequência que terão alguns destes mais recentes casos. Ficar-se-á então a saber se perante eles, e o seu esclarecimento e resolução, prevalecerá o critério de opção por medidas de conveniência para manter as aparências ou se deles resultará o apuramento até ao fim dos factos e a responsabilização dos primeiros e mais altos responsáveis.



Frases

“Outro aspecto saliente e exemplar para muitos partidos ditos democráticos foi a discussão e a eleição dos órgãos dirigentes [do PCP], nomeadamente do Comité Central. O Pavilhão Atlântico fechou as portas à comunicação social e a convidados, e os cerca de 1600 delegados puderam, livremente e sem quaisquer pressões externas, debater abertamente a lista proposta. Este método de trabalho para eleger os dirigentes mostra, além disso, um enorme respeito pelas pessoas envolvidas, que podem ser duramente criticadas sem correrem o risco de os seus defeitos e fraquezas caírem na praça pública.”

(António Ribeiro Ferreira, *Diário de Notícias*, 11.12.00)

“Nestes tempos modernos e loucos em que o respeito pelos seres humanos e a sua privacidade anda pelas ruas da amargura, é salutar que um partido comunista dê uma enorme bofetada de luva vermelha em muito democrata.”

(idem, *ibidem*)

“Quem é que disse que o PCP estava a morrer, asfixiado pela ortodoxia e pela falta de militância? (...) Para o bem e para o mal, este PCP é novo, vivo, renovado e conciliador.”

(Luís Delgado, *idem*)

“O Congresso do PCP deste fim-de-semana corre o risco de ser um toque a finados pelo partido renovado que alguns acreditavam e desejavam possível.”

(José Carlos Vasconcelos, *Visão*, 7.12.00)

“Os comunistas estão reunidos em congresso para glorificar a geração da clandestinidade.”

(Judite de Sousa, *Jornal de Notícias*, 9.12.00)

“O grande problema do PCP está na definição de um rumo que lhe permita sobreviver.”

(Fernando Madrinha, *Expresso*, 8.12.00)

“Vou curar-me do choque.”

(Augusto Inácio, *A Bola*, 8.12.00)

“A televisão substituiu o Romeu e a Julieta, a Bovary, a Joanhina, o Carlos Eduardo – pela Célia e pela Sónia, pelo Marco e pela Caneças. Esta última, a mulher a quem chamaram Lili, é a rainha dos que são conhecidos por aparecerem e que aparecem por serem conhecidos.”

(Eduardo Cintra Torres, *Público*, 11.12.00)

“Em nome do modelo social europeu, a UE transfere para os seus membros mais pobres cerca de 0,6 por cento da riqueza criada – uma proporção pelo menos 40 vezes inferior à dos EUA. O alargamento tornará seis vezes maiores as desigualdades económicas. Esta mesquinhez gera conflito social. Junta à falta de democracia e ao exacerbar dos nacionalismos, é explosiva. A UE terá de mudar de rumo.”

(Luís Salgado de Matos, *idem*)

“O dinheiro para a maioria dos Porsches, Mercedes e Ferraris vem manifestamente do roubo de subsídios (da UE e do Estado) e da fuga ao fisco, ou seja, da chamada “economia paralela”, ou seja ainda, da exploração do trabalho ilegal, frequentemente infantil e feminino.”

(Vasco Pulido Valente, *Diário de Notícias*, 9.12.00)

XVI Congresso do PCP

Confiança no futuro

Está aberto o XVI Congresso do PCP. Com estas palavras dá início o camarada Jorge Pires à primeira sessão de trabalhos. Inscrito na agenda está, como primeiro ponto, a discussão e aprovação da proposta de resolução política e, num segundo ponto, a eleição do Comité Central.

O lema - «Democracia e Socialismo, Um Projecto para o século XXI» - está gravado no pano branco que divide a meio o acetinado ocre que serve de fundo à mesa de presidência do Congresso. Forrada em tons de vermelho, nela tomam assento os organismos executivos do PCP, as delegações estrangeiras e os restantes membros da mesa entretanto chamados, depois de sufragada a sua aprovação, com um voto de abstenção, pelos delegados.

A estes, que ocupam toda a área central do pavilhão, são submetidos em seguida o Regulamento, a Ordem de Trabalhos e o Horário do Congresso. Aprovados que são (no primeiro caso, com quatro abstenções e três votos contra; no segundo, com 25 abstenções e 15 votos contra; no terceiro, por unanimidade), passa-se à votação do Secretariado do Congresso, da Comissão de Verificação de Mandatos, da Comissão de Redacção e da Comissão Eleitoral. Todos recolhem uma larguíssima maioria (o primeiro órgão é aprovado com uma abstenção e um voto contra; o segundo é eleito com uma abstenção; o terceiro recolhe seis abstenções e seis votos contra; o quarto regista dez abstenções e seis votos contra).

O primeiro orador a subir à tribuna é o camarada **António Andrez**. Cabe-lhe dirigir uma saudação ao Congresso. Enunciadas na sua intervenção são as delegações presentes de partidos irmãos e progressistas de todo o Mundo. A reacção calorosa da assembleia, incluindo os convidados, testemunha bem a força e a importância atribuída pelos comunistas portugueses à solidariedade e ao internacionalismo proletário. Valores sublinhados com particular entusiasmo quando ecoam na sala os nome de Cuba, da Fretilin, da OLP.

A intervenção de abertura proferida pelo Secretário-Geral do PCP, **Carlos Carvalhas**, no que foi um dos momentos altos do Congresso, completou os trabalhos da primeira sessão do Congresso.

Coube à camarada **Fernanda Mateus** presidir à segunda sessão, que se estenderia pela tarde de sexta-feira. É o início de um conjunto muito largo de

intervencções (perto de uma centena), que se prolongará no sábado, reflectindo, nas mais variadas temáticas, de modo ímpar, a ligação do PCP à vida e ao povo. Pela tribuna passam militantes comunistas ligados a praticamente todos os grandes sectores de actividade. Evidenciado fica, pelo conjunto, um conhecimento profundo dos problemas dos trabalhadores e do País. Atenção particular é também prestada às questões relacionadas com o reforço da organização e intervenção do Partido.

A par das intervenções em nome das organizações regionais e das proferidas sobre temas sectoriais pelos delegados que se inscreveram para o efeito ao longo dos trabalhos vários foram os oradores que subiram à tribuna para uma abordagem sobre matérias centrais.

Antes, porém, o camarada **Domingos Abrantes** dá a conhecer o relatório da comissão de redacção. Fala das centenas de pequenas e grandes reuniões para discussão das Teses, a que se juntaram 882 assembleias plenárias expressamente convocadas para esse fim, em que participaram milhares de comunistas. E informa que chegaram à Comissão de Redacção 1988 propostas de emenda, bem como dezenas de contributos individuais e colectivos de análise às Teses.

O primeiro tema central proposto à reflexão dos presentes foi a «evolução do regime político» (**António Filipe**), a que se seguiu «por uma nova reforma agrária» (**José Soeiro**). Recebida com fortes aplausos é a mensagem de **Oscar Lopes** dirigida ao Congresso. Nela expressa o seu acordo com a generalidade das Teses, terminando, como referiu Fernanda Mateus, com «dois vivas: um, ao XVI Congresso; o outro, ao PCP com a sua foice e martelo».

Desenvolvido foi depois o tema «o capitalismo e a luta dos trabalhadores e dos povos» (**Carlos Aboim Inglez**), antecedendo a leitura de uma saudação do camarada **Álvaro Cunhal** pelo actor **Morais e Castro**, sublinhada por vibrantes e frequentes ovações.

Antes do intervalo, a meio da tarde, tempo ainda para um olhar sobre «a economia portuguesa e o capitalismo

monopolista» (**Agostinho Lopes**), a que seguiram, depois de retomados os trabalhos, intervenções sobre «as privatizações» (**José Abreu**), «segurança e justiça» (**José Neto**), «o movimento operário e sindical e as lutas de massas» (**Jerónimo de Sousa**), «a actividade do Grupo Parlamentar do PCP» (**Octávio Teixeira**) «questões da soberania nacional» (**Ilda Figueiredo**), «o poder local» (**Daniel Branco**). Uma outra saudação, esta de **Raul de Castro**, foi ainda lida pelo meio destas intervenções.

A terceira sessão, com que abriu o segundo dia de trabalhos, foi presidida por **Sérgio Teixeira**. Entrecortadas com outras de âmbito sectorial, prosseguem as intervenções sobre grandes temas de carácter nacional ou de incidência partidária. Em revista são passadas a «política desportiva» (**Carlos Rabaçal**), «a informação e propaganda» (**Octávio Augusto**), «a cultura e o trabalho com os intelectuais» (**Manuel Gusmão**), «a organização partidária e o reforço do Partido» (**Francisco Lopes**), «a toxicod dependência» (**Carlos Gonçalves**), «a política financeira do Partido» (**Euclides Pereira**).

Uma abordagem a problemáticas de primeiro plano que continua, depois de um intervalo, no restantes período da manhã. Chamados a intervir por **Sérgio Teixeira** são outros camaradas para falar da «organização e intervenção junto dos trabalhadores» (**Alexandre Teixeira**), da «defesa nacional» (**Rui Fernandes**), bem como sobre «os problemas e o movimento das mulheres» (**Adelaide Pereira**).

Na quarta sessão, que preencheu a tarde, presidida por **Manuela Bernardino**, destaque para a intervenção de **António Abreu**, que falou da «candidatura presidencial», recebendo um forte e caloroso apoio dos congressistas e convidados, num sinal iniludível do empenho do Partido nesta importante batalha eleitoral. Momentos antes interviu **Manuela Pinto Ângelo** para divulgar o relatório da Comissão de Verificação de Mandatos.

«A situação internacional e a actividade internacional do Partido» (**Albano Nunes**) foi depois o tema a concitar a atenção dos presentes, que apoiaram, em seguida, a mensagem lida por **Manuela Bernardino** de solidariedade e pesar com as famílias e as autarquias de Arco de Valdevez atingidas nessa madrugada pelos efeitos do temporal que assolou



a região e de que resultou a perda de vidas humanas. Antes de terminar a sessão, em que interveio o camarada **Jorge Risquet**, em nome do PC de Cuba - outro inesquecível momento de solidariedade internacionalista -, temas houve que continuaram a suscitar o interesse dos presentes como «a alternativa de esquerda» (**Vitor Dias**), «a nova ordem comunicacional e a ofensiva anticomunista» (**José Casanova**) e «os problemas da agricultura e dos agricultores» (**Vitor Martins**).

O dia de sábado foi ainda ocupado com a quinta sessão, sob a presidência de José Vitoriano, reservada aos delegados, destinada a eleger o Comité Central, como era proposto no segundo ponto da ordem de trabalhos.

Na sexta sessão, dirigida por **Rosa Rabiáis**, já no domingo, foram aprovadas duas moções: uma, «em defesa da paz», condena vigorosamente a política militarista e as ambições imperialistas dos EUA, da NATO e seus principais aliados; a outra, expressa a solidariedade dos comunistas portugueses com a luta do povo palestino. «Os melhores votos de sucesso», num texto de saudação, foram também dirigidos à Fretilin, impossibilitada de estar presente, apesar de ter respondido positivamente ao convite, devido à complexa e difícil situação em Timor-Leste. Outras intervenções centrais marcam o último dia de trabalhos: «O «Avante!»» (**Leandro Martins**), «princípios fundamentais e prática política» (**Aurélio Santos**), «A Festa do Avante!» (**Fernando Vicente**), «as batalhas eleitorais - as eleições autárquicas» (**Jorge Cordeiro**).

Rosa Rabiáis, às onze horas em ponto, dá por concluído o debate da proposta de resolução política e convida **Domingos Abrantes** a

apresentar ao Congresso o relatório da comissão de redacção sobre as 204 propostas de alteração ao documento apresentadas pelos delegados.

Submetida à votação, a Resolução Política é aprovada com 45 abstenções e 29 votos contra num universo de 1546 delegados ao Congresso. Depois de um intervalo, pela voz de **Luísa Araújo**, anunciado é o resultado do segundo ponto da ordem de trabalhos, isto

é, a aprovação pelos delegados do novo Comité Central. Chamados nominalmente, sob fortes aplausos, ocupam toda a largura da vasta tribuna. É já de festa, num pavilhão submerso em bandeiras vermelhas, o ambiente que antecede a intervenção de encerramento do Secretário-Geral do PCP. Com o Avante, a Internacional e o Hino Nacional fechava o pano. Foi um grande Congresso, à altura de um grande Partido.

Órgãos do Congresso

Secretariado do Congresso

Adelino Silva, António Cordeiro, Euclides Pereira, Fernando Vicente, Manuela Bernardino, Octávio Augusto, Virgílio Azevedo.

Comissão de Verificação de Mandatos

João Abreu, Manuela Pinto Ângelo, Marília Villaverde, Mário Costa, Raimundo Cabral.

Comissão de Redacção

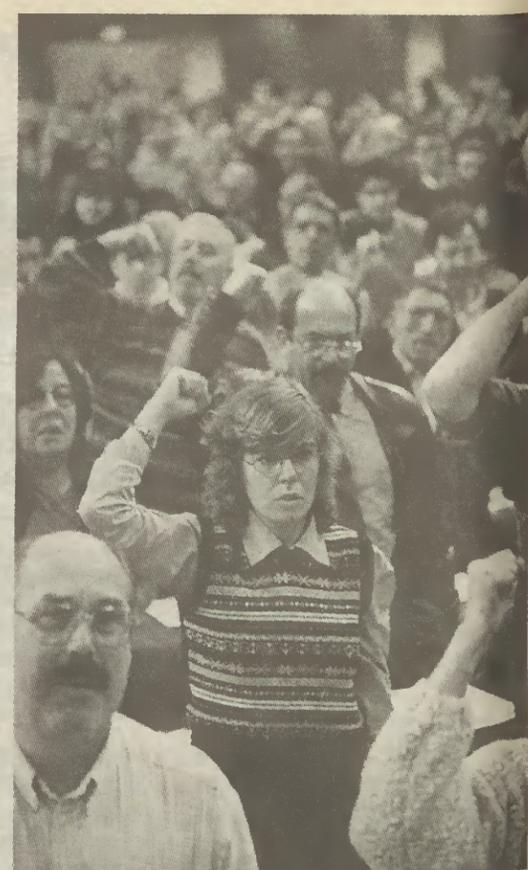
Albano Nunes, Agostinho Lopes, António Andrez, Carlos Carvalhas, Domingos Abrantes, Francisco Lopes, Jerónimo de Sousa, Jorge Cordeiro, Octávio Teixeira, Vítor Dias.

Comissão Eleitoral

Albano Nunes, António Lopes, Aurélio Santos, Domingos Abrantes, Emídio Ribeiro, Jorge Pires, José Soeiro, José Vitoriano, Luísa Araújo, Maria Piedade Morgadinho, Rosa Rabiáis, Sérgio Teixeira.

Mesa da Presidência

Para além do Secretário-Geral e dos membros dos organismos executivos do Comité Central cessante integraram a mesa os seguintes camaradas: Adão Ramos Barata, Adília Candeias, Alina Maria de Sousa, Álvaro Estragadinho, Álvaro Manuel da Silva Nobre, Amável José Alves, Ana Benedita Ramos Caro, Ana Cristina Vasconcelos Costa e Silva, Ana Lourido, António Luís Grilo Foito, Carlos Manuel Dias Costa, Custódio Carvalho, Énio Dionísio Vieira Martins, Fernando Morais, Isaura Cristina Silva Correia, João Manuel Mexa, João Manuel Rato Proença, Joaquim Daniel Rodrigues, José Alberto Ribeiro, José Emírcio Medeiros Escobar, Leonilde Alves Mendes, Leonilde de Fátima Pires Oliveira Capela, Manuel Garcia Correia, Manuel das Neves, Maria Adelaide Gaspar Gonçalves, Maria Celeste Antunes Soeiro, Maria Emília de Sousa, Maria Graciete Guerreiro Bernardo, Maria Graciete Martins da Cruz, Maria de Jesus Matos Amorim, Maria Leonor Maia Xavier, Maria Rosa Cabarão do Céu Figueiredo, Maximino José Vaz Cunha, Nuno Filipe da Silva Guedelha, Rosa Maria Orvalho de Oliveira Xisto, Rosa Saúde Coelho, Sérgio Manuel Vinagre Pereira da Silva, Silvestrina de Sousa Silva, Vítor Jorge de Sousa Lúcio, Vítor Manuel Martins, Vladimiro Castilho de Matos.



Intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, na abertura do Congresso

Somos e seremos comunistas

Quero começar por agradecer a vossa presença e quero saudar especialmente todos os camaradas delegados e por seu intermédio saudar todo o colectivo partidário de que são representantes e as populações das regiões de onde são originários.

Estando certo que interpreto o sentir dos delegados, quero daqui saudar também o camarada Álvaro Cunhal que por motivos de saúde não pode estar entre nós, mas que nos enviou uma saudação, que será lida neste Congresso.

Após um intenso e prolongado trabalho preparatório, os comunistas portugueses realizam este Congresso com a determinação e a confiança de que o PCP continuará a honrar as suas responsabilidades perante os trabalhadores e o povo e que saberá congregar esforços, vontades e energias na sua luta pelo bem-estar dos portugueses, pelo progresso do País, pela democracia e o socialismo.

Os delegados ao XVI Congresso, democraticamente eleitos pelos militantes do Partido, com inteira liberdade de opinião e de voto, exercerão a soberania de decisão que os Estatutos do Partido e o Regulamento aprovado lhes conferem.

Mas queremos sublinhar que obreiros deste Congresso como momento especialmente importante da vida do Partido são todos, mas todos, os membros do Partido, que de alguma forma contribuíram para a sua preparação, que participaram em reuniões e assembleias de debate e eleição de delegados, que defenderam os seus pontos de vista, quer eles tenham sido concordantes com as teses ou a elas contrários, que exerceram plenamente os seus direitos, deveres e responsabilidades de membros do Partido.

O modo como preparamos o nosso Congresso e procuramos envolver o Partido na sua realização marca uma significativa diferença em relação aos outros partidos.

De facto, por maiores que sejam as nossas deficiências, não se pode deixar de salientar que, só no PCP há um período de auscultação inicial dos militantes no arranque da preparação do Congresso; que só no PCP a Direcção presta e coloca para apreciação de todos os militantes uma larguíssima informação e reflexão sobre a acção desenvolvida com um tão amplo reconhecimento das nossas debilidades e dificuldades. Só no nosso Partido o conjunto de militantes tem a possibilidade de, além de eleger delegados, discutir durante quase dois meses os documentos propostos, e de terem acesso à circulação de opiniões divergentes de militantes (como aconteceu com a Tribuna do Congresso no Avante! que publicou cerca de 200 textos) e de previamente os militantes terem conhecimento do projecto de Regulamento do Congresso.

Isto não significa nenhuma jactância ou arrogância, na exacta medida em que, reclamando para nós próprios padrões de exigência diferentes dos outros partidos, não nos custa reconhecer que precisamos de continuar a reflectir abertamente sobre a forma de melhorar o funcionamento da nossa vida interna e designadamente sobre a necessidade de assegurar a maior participação e envolvimento dos militantes nas decisões colectivas, bem como a de garantir uma melhor informação ao Partido.

A tal ponto assim é, que aqui reafirmamos ser inteiramente natural e legítimo que os membros do Partido discutam ou reflectam, por vezes com assinaláveis divergências, ou mesmo que expressem grandes insatisfações sobre a nossa democracia interna pronunciando-se sobre as formas de a ampliar e fortalecer.

Um debate sem tabus

Mas o que não consideramos nem natural nem legítimo é que tanta gente, designadamente nos media, venha, na base da ignorância, da caricatura e da deturpação, caluniar as nossas formas de funcionamento democrático quando nunca leram os estatutos de outros partidos (e que os faria aprender que têm muitas regras idênticas às que criticam no PCP); nunca se interessaram por saber como são eleitos os delegados aos Congressos dos outros partidos; não fizeram nenhum escândalo quando num Congresso do PP a votação foi feita às 4 horas da manhã, com metade dos delegados já em «vale de lençóis», não lhes suscitou especial indignação as «carradas» de inerências nos Congressos do PSD e as massivas desistências dos oradores inseritos a favor dos barões; não lhes produziu especial admiração um Congresso do PS em que o Regulamento nem sequer foi votado pelos delegados porque tinha sido aprovado anteriormente pela Comissão Nacional.

Na abertura do nosso Congresso, não vale a pena ignorar que, apesar de na maior parte das organizações se ter feito o debate político das teses em circunstâncias normais e com vivacidade, a preparação do XVI Congresso foi, em certos aspectos, perturbada e agitada por um conjunto de situações e factores que causaram inquietação e preocupação no colectivo partidário.

Com efeito, num processo que pode ter as suas raízes mais atrás, mas que se desenvolveu mais agudamente no último ano e meio, a verdade é que um conjunto de atitudes pouco ponderadas, de procedimentos irregulares ou mesmo antiestatutários, de acusações e insinuações quer relativas a um suposto perigo de descaracterização e social-democratização do Partido, quer relativamente ao perigo do seu enquistamento ou fechamento sectário e obreirista, de intervenções à margem dos Estatutos pela via das estruturas partidárias ou de utilização anónima dos «media» como veículos para a revelação de debates ou decisões de órgãos do Partido mas também para a intriga e a intoxicação da nossa vida interna, de formação de correntes informais de opinião caracterizadas por uma grande rigidez, contraposição e crispação - pesaram negativamente em diversas áreas partidárias. E causaram desgostos, amargura e preocupação em muitos camaradas, dificultaram a escuta recíproca, prejudicaram o devido respeito por opiniões divergentes, geraram aqui e ali dinâmicas muito centradas sobre estes factores e em grande parte descentradas da discussão de análises ou orientações.

Ensinamentos a colher

A este respeito, aqui mesmo perante o Congresso, queremos reafirmar três coisas com muita clareza e segurança.

A primeira é que todas as tomadas de posição do Comité Central, dos seus organismos executivos e do Secretário-geral do Partido foram sempre, de princípio a fim, não apenas contrárias a qualquer clima de suspeição, desconfiança, crispação e violação das regras de funcionamento do Partido e da lealdade que os comunistas devem uns aos outros, mas também firmemente favoráveis a um debate político e ideológico feito sem tabus ou constrangimentos, caracterizado pela elevação, serenidade e respeito mútuo e baseado numa activa compreensão de que a existência e expressão de divergências tem de ser

vista não apenas como natural ou inevitável, mas como um factor de enriquecimento e crescimento. Isto não significa, contrariamente a algumas ideias feitas e divulgadas que a Direcção do Partido não se julgue isenta de responsabilidades relativamente a todo o processo. Subestimámos certamente factos e acontecimentos cuja gravidade nas suas consequências e desenvolvimentos não avaliámos devidamente, e não as atalhámos através de uma intervenção política e partidária mais incisiva e em tempo oportuno. Há ensinamentos que todos devemos colher.

A segunda é que, apesar de órgãos de informação terem anunciado e dado como certa, por várias vezes, a iminência de uma revoada de sanções disciplinares e de uma alegada «purga», a verdade é que nem uma nem outra coisa aconteceram, numa opção deliberada, de que não nos arrependemos, de dar prioridade ao terreno do debate político.

A terceira é que, sem prejuízo de visões diferenciadas ou mesmo opostas sobre as responsabilidades determinantes na origem e desenvolvimento destes aspectos na vida interna do Partido, e também sem prejuízo de insatisfações diversas quanto às análises e orientações propostas, a verdade é que as principais linhas de preparação e as orientações e propostas adoptadas desde Janeiro deste ano quanto à preparação do Congresso obtiveram quase sempre ou a unanimidade ou um larguíssimo consenso no Comité Central.

Unidade e trabalho colectivo

Foi por unanimidade que o Comité Central aprovou a Resolução de 5 e 6 de Fevereiro, sobre os objectivos políticos do Congresso e a respectiva Nota de Trabalho destinada a apoiar a 1.ª fase de auscultação aos militantes do Partido.

Foi por unanimidade que o Comité Central aprovou na generalidade a Resolução de 16 e 17 de Junho, contendo as principais propostas para a preparação do Congresso e a elaboração das Teses, incluindo a proposta de não propor alterações ao Programa e Estatutos (com a única excepção de votações sobre duas matérias específicas: estruturas de direcção central e dimensão do Comité Central).

Foi apenas com dois votos contra e 12 abstenções que o Comité Central aprovou as Teses - Projecto de Resolução Política a submeter a debate em todo o Partido e que, posteriormente, com uma votação similar aprovou a Proposta de Resolução Política que o Congresso é chamado a discutir e votar.

E se lembramos hoje aqui estes factos objectivos e incontroversos não é nem para fazer um descabido culto ao unanimismo (que não faz parte da nossa cultura democrática) nem para identificar votos a favor na generalidade com concordância com tudo o que se votou. Não. Se lembramos estes factos é apenas para que não se esqueça que eles revelam que a inegável existência de opiniões individuais exprimindo diversas concepções, reflexões e maneiras de pensar, não impediu que, quanto às principais orientações para a preparação do congresso e quanto às propostas a colocar em debate no Partido, houve na generalidade, totalidade ou quase totalidade dos membros da direcção do Partido o sentimento e a opinião de que representavam uma base comum de unidade e trabalho colectivo que não feria a consciência e as convicções de cada um, e que permitia a continuidade do esforço e compromisso de intervenção de todos.



Poder-se-á dizer, e não sem razão, que isto não é tudo, que, para lá das orientações e propostas apresentadas há procedimentos, atitudes e palavras que também pesam, magoam e criam distância.

Sem dúvida. Mas quem for capaz ou quiser assumir a responsabilidade de defender o presente e o futuro do Partido estará em condições de perceber que o elemento fundamental para avaliar o futuro rumo político, ideológico e orgânico do Partido é o que constar da Resolução Política que o Congresso votar, são as orientações e propostas que dela constarem que a todos nos vincularão (a começar pelo Comité Central que for

eleito) e que nenhuma outra diferentes orientações, concepções, atitudes ou procedimentos de responsabilidade individual manifestados durante a preparação do Congresso, ou interpretações sobre os acontecimentos recentes, terão o direito de se apresentar como orientação ou linha pretensamente autêntica do Partido.

Pela nossa parte, não avalizámos escritos e leituras simplistas de um processo complexo sobre derivas social-democratizantes ou derivas sectárias e obreiristas que sempre combateremos. E queremos afirmar que faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que as decisões e orientações que aqui

tomarmos, conduzam à superação dos problemas e estabeleçam em todo o Partido o clima de fraternidade, de interajuda e respeito mútuo que são património do nosso estilo de trabalho, bem como o respeito pelo «pacto» de solidariedade e lei fundamental do Partido que são os Estatutos do Partido.

E continuamos a insistir que o que é essencial no Partido e também neste Congresso é que se debatam as ideias, propostas, orientações e linha política do Partido e que não nos enredemos na discussão em torno de factos passados reprováveis que só nos conduziriam ao adensamento de feridas e incompreensões.

Situação internacional

Ao interrogarmo-nos para onde vai o mundo, ao analisarmos a situação internacional, contradições, chagas sociais, lado a lado com a opulência, a riqueza e a ostentação, ao olharmos para as fulgurantes conquistas da ciência e da técnica e para a extrema pobreza em que vivem milhões de seres humanos, mais claro se torna a condenação de um sistema fundado sobre a exploração, a alienação e a dominação e a exigência da luta por uma sociedade mais justa mais fraterna assente no contínuo aprofundamento da democracia em todas as suas vertentes e liberta das injustiças do capitalismo: o socialismo num projecto renovado.

A concentração de riqueza e a acentuação das desigualdades

Ano após ano os relatórios da ONU sobre o desenvolvimento humano são um inequívoco libelo acusatório ao sistema e à sua forma dominante o neoliberalismo.

Ainda agora na recente reunião de Setembro em Praga, do FMI e do Banco Mundial, onde normalmente uma prédica abstracta sobre a pobreza e as crescentes desigualdades é constantemente repetida, o presidente do BM viu-se obrigado a fazer eco com as grandes manifestações antiglobalização capitalista, afirmando que «actualmente, 20% da população mundial controla 80% da economia global, e que em dez anos, os seus rendimentos duplicaram». E se decompússemos estes números veríamos ainda que, em relação aos 20% da população mundial, uma pequena percentagem concentra a maioria da riqueza e do património dessas sociedades continuando a acentuar-se em termos relativos às desigualdades sociais.

Mesmo aqueles que fazem o proselitismo do «modelo americano» e que afirmam, com verdade, que o próximo presidente dos EUA herdará um país mais próspero do que há oito anos, não deixam de acrescentar: mais próspero mas também mais desigual e com mais contradições.

Um por cento (1%) dos americanos detêm 38% da riqueza nacional, enquanto 80% não ultrapassa os 17% (!)

A crescente centralização e concentração de capitais a nível mundial com a consequente polarização de riqueza é uma evidência. Como é uma evidência que a acumulação do capital e a exploração dos trabalhadores são dois processos interdependentes e inseparáveis.

Aumenta a economia especulativa. A espiral da economia de casino mundial, onde já se «especula com a especulação» (produtos derivados, cotações bolsistas ultravalorizadas, altas cotações de empresas praticamente falidas), engendrando novas contradições e perigos de novos colapsos devastadores.

Chegou-se a um estádio em que o anúncio de despedimentos massivos por parte de grandes multinacionais, inculcando a ideia ou a ilusão de mais dividendos é logo seguida de aumentos da cotação em bolsa das suas acções...

É a maximização do lucro a comandar a vida. É o cúmulo da irracionalidade e da incoerência. A admitir-se tal lógica então teríamos de concluir, como já alguém disse que como o emprego depende do crescimento, o crescimento da competitividade e a competitividade da capacidade de suprimir empregos, então para se lutar contra o desemprego, nada melhor do que os despedimentos!

A ofensiva ideológica e a liquidação de conquistas em nome da competitividade

Mas se a constatação das injustiças, das contradições e da irracionalidade são incontornáveis, é verdade também que não faltam ideólogos bem remunerados a, por um lado, tentarem demonstrar que não há alternativas ao capitalismo (fim da história, capitalismo fase terminal da evolução da humanidade) e, por outro, a procurarem mostrar que este se pode «humanizar», que as consequências não são do sistema mas das suas falhas...

Os avanços do neoliberalismo, a livre circulação de capitais, a extensão da livre circulação de cada vez mais mercadorias e serviços, a integração dos países de Leste no sistema têm criado um quadro qualitativamente novo, aumentando as reservas e a margem de manobra e de adaptação do capitalismo, exprimindo-se em duas direcções:

1.º As multinacionais passam por cima dos Estados e vão liquidando, absorvendo ou submetendo as actividades produtivas nacionais autónomas mais rentáveis, as indústrias tradicionais e os ramos mais modernos. Transformam-se assim as economias nacionais em economias cada vez mais dependentes, satelitizadas e subsidiárias do capital estrangeiro e dos países mais desenvolvidos.

2.º À medida que o neoliberalismo ganha terreno com os Estados a derrubarem as protecções às suas actividades e às suas indústrias nascentes aumenta a chantagem da competitividade.

De facto, com a amputação de crescentes parcelas da soberania dos Estados dos países com economias mais débeis e com a liquidação ou absorção das actividades nacionais mais rentáveis, estes países ficam cada vez mais dependentes do investimento estrangeiro, que por sua vez exige cada vez mais desregulamentação, «contenção» dos salários, liquidação de direitos e conquistas sociais e crescentes apoios dos governos, tudo em nome da competitividade, assente na diminuição dos custos unitários do trabalho.

Colocam os Estados em «concorrência» quanto aos níveis de benefícios e apoios oferecidos. É o quem dá mais. Se os apoios e benefícios não são suficientes, ou não há investimento, ou há deslocalização para outra «economia mais competitiva». Com esta pressão e chantagem a tendência é para a liquidação de conquistas sociais e para a nivelção por baixo, isto é, pelos Estados com mais desregulamentação e onde os salários são mais baixos.

Mas esta ofensiva, que é sempre embrulhada com uma intensa propaganda ideológica, tem encontrado a resistência, a ofensiva e a denúncia e a luta dos trabalhadores, dos sindicatos, do movimento popular e das forças revolucionárias e progressistas.

Para combater a resistência e a luta procura-se difundir a ideia de que com o avanço do livre cambismo (veja-se a argumentação da OMC; dos textos que serviram de suporte ao AMI - Acordo Multilateral de Investimentos, e à Cimeira de Seattle; Davos; etc.) toda a humanidade ganhará. Que a intensificação e extensão da «globalização» capitalista, facilitada também pelo desenvolvimento científico e técnico é uma necessidade do desenvolvimento e uma fatalidade a que é necessário que os assalariados e as economias dependentes se «adaptem». A «adaptação» continua a ser a palavra-chave!

E nesta mistificação a chamada «nova economia» é apontada como a única e a grande direcção estratégica do desenvolvimento e é erigida como a grande tábua de salvação dando-se como ilustração as elevadas cotações bolsistas, que como também se sabe aos primeiros sinais de crise não deixaram de se afundar.

Não se nega a importância das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e as inovações e impulsos que estas introduzem em vários domínios que não se resumem a um tratamento mais rápido e mais eficaz da informação. Mas o que se vê é de novo o retorno a um determinismo tecnológico procurando ignorar as relações sociais e as contradições antagónicas do modo de produção capitalista.

E mesmo os que prevêm que as tecnologias da informação e da comunicação serão o eixo central do regime de acumulação do século XXI reconhecem que não têm qualquer base sólida para o afirmar. E salientam que os novos instrumentos financeiros e as novas tecnologias têm permitido uma especulação digna das mais espectaculares «bolhas» financeiras do passado.

Aprofundar a análise

As novas realidades e as mudanças no desenvolvimento do capitalismo, facilitado pela livre circulação de capitais e impulsionada pelas novas tecnologias, os novos aspectos da exploração e da dominação, as mutações que estão a operar-se no Estado nacional e no poder capitalista em geral, a corrupção e as cadeias dos tráficos e do crime organizado exigem o aprofundamento da análise e da investigação em cooperação com as diversas forças revolucionárias e progressistas. Cooperação que é também cada vez mais exigida no desmascaramento das linhas ideológicas que procuram estabelecer a «globalização capitalista» como inevitável, sem alternativa e a apresentar o capitalismo desacreditado, com um novo rosto, com um «rosto humano»!

Intervenção de Carlos Carvalhas

É assim que, para se responder ao descrédito do capitalismo, se relança sobre diversas formas e sobre diversos nomes, o chamado capitalismo popular agora rebaptizado e teorizado por alguns, por «capitalismo de partilha» ou de distribuição.

O «pivot» desta teoria é o accionista assalariado, como instrumento do «novo contrato social». Com o chamariz de um complemento de rendimento e a «conversa» de uma partilha mais equilibrada das riquezas criadas o que se pretende é criar uma maior dependência dos assalariados à sorte da empresa dando-lhes a ilusão de pertença à dita. É um projecto de integração dos trabalhadores à rentabilidade financeira e à economia de casino, facilitando-se, inclusivamente pelo seu endividamento e recurso ao crédito, a compra de acções. O que se pretende é claro: se há «capitalismo de partilha» há também a partilha dos riscos à custa dos assalariados...

E há até quem afirme que com a Internet qualquer pessoa pode tornar-se um capitalista individual em que uma parte da sua remuneração é obtida através da sua carteira de acções. O empregado «sentir-se-á mais accionista do que assalariado!».

O que não conseguem é disfarçar as mistificações alienatórias, a exploração e os seus resultados práticos: a cada vez maior concentração da riqueza.

A irracionalidade do sistema, do tudo à competitividade e ao produtivismo na mira do máximo lucro tem depois a sua tradução nos desastres ecológicos, nos desastres alimentares (como é o caso das «vacas loucas»), em que um recente relatório oficial em Inglaterra denuncia dez anos de mentiras, de manipulação da opinião pública em proveito da indústria agro-alimentar. E não é só na Inglaterra. Leia-se o relatório que o PCP apresentou na Assembleia da República sobre este assunto.

Combater a «nova ordem»

No limiar do novo milénio, as contradições entre as possibilidades libertadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, pela conquista das ciências, de que é expressão a recente identificação das sequências do ADN humano e a situação em que se encontra uma boa parte da humanidade, os dramas da América Latina, da África, da generalidade dos países do Terceiro Mundo, a corrida aos armamentos, os flagelos da droga e da sida; a «ameaça para a saúde de todos os humanos» como hoje se referem destacados membros da comunidade científica relativamente ao vírus do Ébola que reaparecem no Uganda e que pode transformar-se em epidemia, exige também dos comunistas e de todos as forças progressistas a luta e uma cada vez maior cooperação, convergência de acções por um rumo diferente da marcha da Humanidade.

E isto sem subestimar que continuam a pesar negativamente na correlação de forças a nível internacional e no poder de atracção do projecto de uma nova sociedade, as derrotas do socialismo na Europa de Leste, provocadas por deformações, erros, desvios, substituição da acção política por medidas repressivas, orientações e acções que se traduziram num «modelo» que não correspondia nem corresponde aos ideais do comunismo, como já há dez anos desenvolvidamente analisámos e declaramos, embora muitos fora do Partido e alguns dentro do Partido, falem por vezes como se só tivéssemos falado assim desde há uns meses ou que nunca tivéssemos mesmo dito nada.

A implosão da URSS e do «sistema socialista mundial» alterou profundamente a correlação de forças a nível mundial, abriu novos mercados à expansão do capitalismo e permitiu novas ofensivas do imperialismo.

A «globalização» económica capitalista que constitui de facto o traço dominante desta época tem vindo a ser completada por um projecto estratégico global em matéria de «segurança», que garanta pelas armas a «nova ordem».

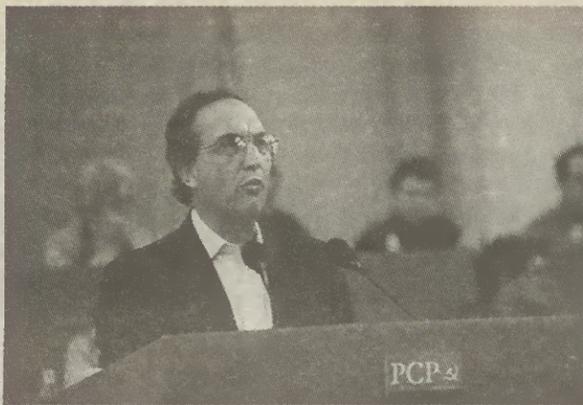
A guerra de agressão à Jugoslávia é um exemplo claro no processo de militarização e de intervencionismo e foi também o pretexto que os EUA utilizaram para a rápida adopção do novo conceito estratégico da NATO, alargando a área da sua intervenção e afirmando-o claramente ofensivo no quadro da imposição da «nova ordem» que facilite a política de exploração e opressão do grande capital.

E neste quadro a ideologia da globalização, a ideologia do «pensamento único» assente no neoliberalismo (privatizações, menos Estado, competitividade, livre cambismo, desregulamentação) é apresentada como a que indica o caminho capaz de resolver os problemas do desenvolvimento de cada país e da Humanidade.

Uma das suas grandes direcções é o clássico «menos Estado» para o povo, «mais Estado» para o capital, reduzindo, liquidando e privatizando as suas funções sociais, aumentando as posições coercivas, limitação de direitos e conquistas, anulação de condições indispensáveis para a prática de uma cidadania activa e participativa.

A solidariedade recíproca

É nesta correlação de forças que se desenvolve a acção e a intervenção e a luta dos trabalhadores, dos povos, por um mundo mais humano e menos desigual. Que se processa a luta e a resistência dos trabalhadores e dos povos, das forças revo-



lucionárias e progressistas, procurando acumular forças, defendendo conquistas e a soberania como é o caso de Cuba ou conseguindo mesmo importantes vitórias como foi o caso de Timor-Leste sobre o ocupante indonésio.

O PCP orgulha-se de, no quadro das suas forças, não ter faltado com a sua solidariedade activa às mais diversas lutas dos trabalhadores e dos povos e expressa-a neste momento ao martirizado povo da Palestina. O nosso XVI Congresso é também uma expressão de cooperação da solidariedade recíproca com os partidos comunistas, forças progressistas, com os trabalha-

dores e o movimento operário, que daqui saudamos fraternalmente, assim como às delegações estrangeiras aqui presentes.

É dever dos comunistas e dos revolucionários ampliar a dimensão internacional e internacionalista da sua intervenção e procurar alcançar acções comuns ou convergentes em torno de objectivos concretos de luta e também na luta mais geral contra a «globalização» da exploração e da pobreza impulsionada pelas tecnologias da comunicação e informação (NTCI) e comandada pelas transnacionais.

É uma realidade que o capitalismo continua a revelar uma assinalável capacidade de adaptação, dissimulação e recuperação, mas também é uma evidência que dez anos após as derrotas e das tentativas de construção do socialismo a Leste, o capitalismo continua a não anular as suas contradições internas a condenar milhões de seres humanos à pobreza e a uma vida indigna e a alterar gravemente os equilíbrios ambientais.

Os avanços libertadores que se verificaram no século XX são inseparáveis do pensamento criador e da acção revolucionária dos comunistas. A luta pelo aprofundamento da democracia em todas as suas vertentes, a luta pela transformação social, a luta para que no século XXI o socialismo triunfe sobre o capitalismo e as suas chagas sociais, é a grande tarefa que se coloca aos comunistas.

(1) Instituto Político Económico (EPI) de Washington.

A política do Governo PS

Nos últimos cinco anos, o PS prosseguiu no essencial e nas questões mais fundamentais e estruturantes (privatizações, política salarial, política fiscal, política europeia) os mesmos eixos da política dos governos do PSD, embora disfarçada e embrulhada com uma grande retórica sobre a preocupação social, a chamada política do diálogo e por uma ou outra medida positiva (Rendimento Mínimo).

Para não enfrentar os grandes interesses e nomeadamente a Banca o PS protelou sucessivamente a reforma fiscal decisiva para uma política mais justa e para o êxito das reformas do ensino, da saúde e para o reforço da segurança social.

Secundarizou as actividades produtivas a favor das actividades especulativas e parasitárias. Não valorizou a agricultura e as pescas nacionais, submetendo-se quase sempre às decisões da União Europeia. Pautou a sua política por uma infúca distribuição do Rendimento Nacional em prejuízo do «rendimento do trabalho» e por uma estratégia de competitividade assente sobretudo na política de baixos salários. Portugal é o país da União Europeia, com o mais baixo salário mínimo e salário médio, com as mais baixas reformas, com a mais alta taxa de pobreza e com o maior fosso entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres.

Beneficiando de uma conjuntura externa favorável e dos fundos estruturais o Governo PS, durante os primeiros anos conseguiu criar a ilusão de que o país ia dar passos em frente, no progresso, na modernização e no bem-estar do povo.

Mas o que é verdade é que, apesar de algumas obras públicas e de algumas mudanças nas infra-estruturas físicas de apoio à actividade económica e do aparecimento de algumas empresas produtivas de bom nível tecnológico, o que é marcante é a persistência de uma economia periférica e dependente e cada vez mais subcontractada, com crescentes desequilíbrios sociais.

A substituição da produção nacional pela produção estrangeira, também facilitada pelos grandes hipermercados, tem arruinado importantes unidades produtivas e tem-se traduzido num agravamento substancial do défice comercial.

Por outro lado, o crescimento do consumo privado fez-se em boa parte com o recurso ao crédito. O endividamento da economia portuguesa é hoje extremamente elevado bem como o das famílias e nomeadamente o das famílias jovens muitas das quais numa situação alitiva e mesmo de solvência devido ao aumento dos juros.

Um PS submisso à União Europeia

A situação económica do país é também o resultado da demissão e do conformismo do PS em relação a orientações da União Europeia, designadamente na agricultura e pescas, manifestamente contrárias aos interesses do país. E é com acrescida preocupação que vemos também as orientações e a direcção das reformas institucionais que tendem cada vez mais a avançar para um «directório de grandes potências» que ao serviço do capital financeiro ditam as regras aos pequenos países (cooperações reforçadas, extensão do voto por maioria qualificada, ponderação dos votos de cada país...) e que tendem a esvaziar de conteúdos significativos a «Agenda Social» como já se verificou nesta Presidência Francesa.

A exigência de um novo rumo para a União Europeia assente na cooperação dos Estados soberanos e iguais em direitos e que assegure a convergência real das economias, o progresso social e a defesa da dimensão ambiental do desenvolvimento tem ganho uma nova e importante dimensão nos últimos quatro anos, nomeadamente, com importantes movimentações e manifestações nos espaços nacionais e no âmbito da União Europeia.

A luta dos trabalhadores e dos povos, a luta dos excluídos sociais colocados à margem do desenvolvimento pelo capitalismo europeu, as lutas contra o racismo e a xenofobia, pela paz no mundo, a luta pela defesa do ambiente, abre espaços para a intervenção e o activismo cívico, democrático e de classe rasgando caminhos para outra Europa.

Em alguns aspectos a política europeia e as políticas de direita do Governo PS não ficaram atrás do próprio «cavaquismo».

As privatizações, num leilão que é uma autêntica mão-baixa a empresas públicas básicas e estratégicas são um exemplo claro em que o PS ultrapassou pela direita o PSD, numa política a que não é alheio o deslumbramento neoliberal do ministro das Finanças!

As recentes operações da privatização da GALP e a negociata com a ENI; da baixa da cotação das acções da EDP antecedendo a última fase da sua privatização; do negócio da TAP com os Suíços; da actual venda da Portugal Telecom, são processos escandalosos, onde correm milhões à custa do património público. E para 2001 o Governo vai ao ponto de querer privatizar as «celuloses», desmantelando o sector florestal, que é um dos sectores em que Portugal pode ter uma política de fileira.

Mas não é só nas privatizações, em que o PS se assume de facto, como campeão da venda a pataco de sectores e empresas estratégicas abrindo as portas ao domínio dos grandes interesses das multinacionais, nem apenas no conformismo face à União Europeia em que o PS corre na linha da frente dos projectos federalistas.

É também o que acontece com a colocação de boys no aparelho de Estado, em que o PS se revelou campeoníssimo do «clientelismo», tendo o seu primeiro Governo efectuado em 4 anos cerca de 12 000 nomeações sem concurso de pessoal para os gabinetes ministeriais e afins, para funções de direcção e equiparadas e para comissões e grupos de trabalho e o actual Executivo ter nomeado, num ano, mais 3600 boys nas mesmas circunstâncias.

Deserença e crítica aumentam

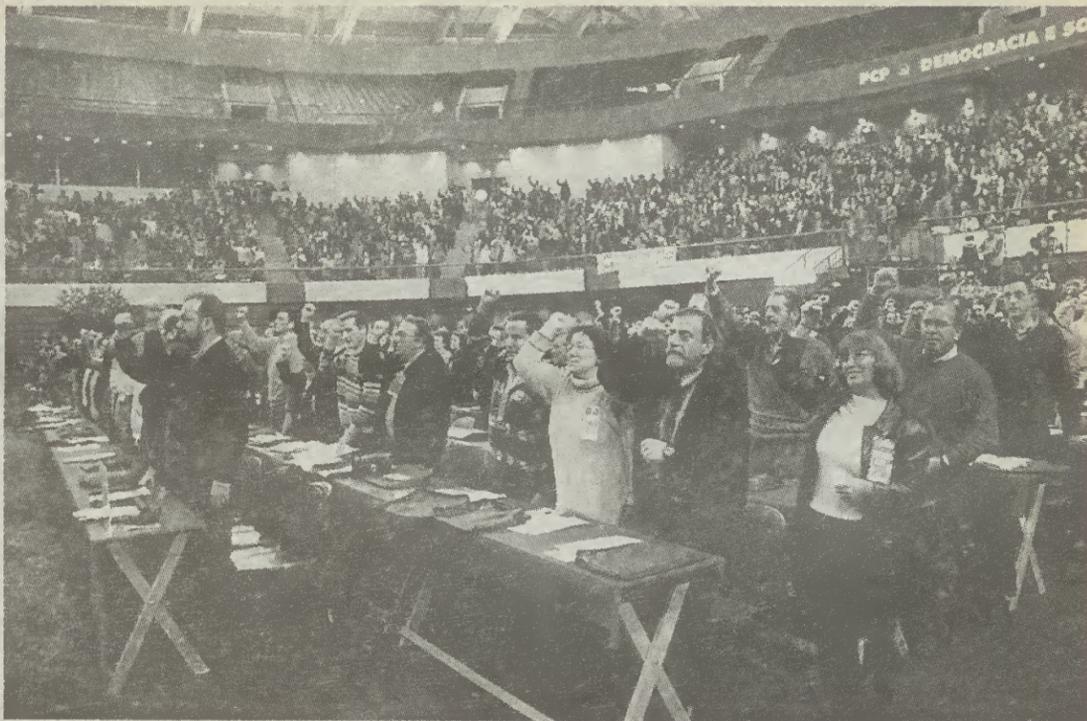
E é neste quadro, e a partir de muitas das nomeações que também se acentua a interpenetração dos aparelhos de Estado do PS e dos grupos financeiros em que o poder económico, os lobbies, as organizações informais e subterrâneas alargam a sua influência e o domínio sobre o poder político.

Estas nomeações, para um Primeiro-Ministro que afirmou que com ele não haveria tachos para a rapaziada, são ainda particularmente chocantes quando agora face às dificuldades o Governo anuncia querer efectuar extensas reduções de quadros ao serviço do Estado.

E com este exercício de poder, com estas orientações e com uma política que no essencial serve os grandes interesses o Governo vai-se desmascarando cada vez mais.

Não há área ou sector socioprofissional onde não se verifique o desencanto, a deserença e a crítica à política seguida. Mesmo nas Forças Armadas com o abandono pelo Governo da lei da programação militar aprovada na Assembleia da República, preparando-as preferencialmente para a sua integração em Forças Multinacionais e em que os problemas estatutários e de índole socioprofissional continuam sem resolução, agrava-se o mal-estar e a desmotivação entre militares. Do mesmo modo, continuam sem resposta reivindicações da PSP como o direito à sindicalização, a de um novo Regulamento Disciplinar e a da consagração de um efectivo subsídio de risco e de Seguro de Risco, e também as da GNR em relação, por exemplo, ao reconhecimento do associativismo da Guarda e o fim do seu estatuto militar, o que vai criando grande desalento e o sentimento de injustiça.

Cresce a deserença neste Governo mesmo entre dirigentes socialistas e entre a sua base social de apoio. Aliás, os últimos acontecimentos mostram um Governo com cada vez menos coesão e enredado em disputas, contradições e jogos de poder e de interesses. Entre os socialistas já se pede uma nova remodelação governamental. É significativo. A forma como foi aprovado o Orçamento de Estado, os aspectos nebulosos acerca da Fundação para a Prevenção e Segurança, as declarações do presidente da Administração Regional da Saúde do Norte, confirmando favore-



cer a política dos *jobs for the boys* e as peripécias que envolveram o ministro da Justiça, o Primeiro-Ministro e o secretário de Estado das Finanças, aumentam cada vez mais em largos sectores da população o descrédito do Governo e nas suas promessas.

As críticas dos socialistas a vários ministros, e as afirmações de que «pela primeira vez estão em pré-manobras para a batalha de sucessão» são reveladoras.

O país é que não pode continuar a pagar as consequências e a factura de uma política de concentração de riqueza, nem as consequências destas lutas internas. O Governo não tem desculpas.

E como muito bem sabe para uma política de esquerda nunca lhe faltaram os votos do PCP na Assembleia da República.

PCP - a oposição de esquerda

O PCP é por vezes acusado pelo PS de praticar relativamente ao seu Governo uma política de «bota abaixo» de oposição e obstrução sistemática. Mas o mais elementar exame da actividade parlamentar, por exemplo, mostra a falsidade de semelhante acusação. O PCP posicionou-se claramente face à política do Governo PS como «oposição de esquerda», procurando impulsionar e aprovar tudo o que veio de positivo e combater dentro e fora da Assembleia da República, tudo o que apareceu contra os interesses dos trabalhadores, do povo e do país.

Na verdade, contas por alto, e deixando de lado propostas legislativas consensuais, como as referentes à criação de cidades e vilas, desde o nosso XV Congresso, o PCP votou favoravelmente 136 diplomas do Governo e do PS, que foram aprovados pela Assembleia da República. O PCP deu o seu voto favorável a todas as propostas que representaram avanços, mesmo que relativamente limitados.

Pelo menos, em 19 ocasiões o voto favorável ou a abstenção do PCP foram indispensáveis à viabilização de diplomas do Governo e do PS.

É o caso de importantes diplomas como: as bases gerais do sistema de Solidariedade e Segurança Social, o Regime Financeiro das Autarquias Locais, as bases da política de Ordenamento do Território e do Urbanismo, o Estatuto do Ministério Público, as alterações ao Código de Processo Penal, a Lei de Bases do Tribunal de Contas, a nova Lei Orgânica da PSP, o Regulamento Disciplinar da GNR, a transposição da directiva sobre a organização dos tempos de trabalho, o Estatuto do pessoal dirigente da Administração do Estado e Regional, a alteração do Código do Imposto de Selo, a alteração dos prazos de exclusão da ilicitude nos casos de aborto, o regime jurídico da União de Facto...

E houve até um Projecto de Lei proposto conjuntamente por deputados das bancadas do PS e do PCP e que veio a ser aprovado. Foi a revisão da situação dos militares do 25 de Abril que tiveram a sua carreira prejudicada na decorrência do processo político-militar de 1975.

A partir destes dados é manifestamente absurdo insistir na tese do «bota abaixo» do PCP. Aliás o PS não tem nenhuma legitimidade para invocar a desculpa de uma qualquer convergência de bloqueio na Assembleia.

E se o PCP não viabilizou mais propostas do PS foi tão-somente porque o PS, em vez de uma política de esquerda optou por uma política neoliberal e por convergências com a direita.

Razão tem sim o PCP para afirmar que o PS, desde o nosso XV Congresso, obstruiu e inviabilizou pelo menos em 39 ocasiões, importantíssimos diplomas legislativos que, se tivessem sido aprovados, teriam permitido significativas alterações positivas às políticas prosseguidas e melhorias substanciais na qualidade de vida dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres e dos reformados.

É o caso da actualização extraordinária das pensões degradadas, do aumento do salário mínimo nacional, da alteração do regime de despedimentos colectivos, do combate à precariedade no emprego, da garantia dos direitos dos trabalhadores em caso de transferência de empresa, da clarificação de conceitos da duração do trabalho, da atribuição do subsídio de desemprego aos docentes do ensino público; do alargamento geográfico do passe social intermodal, do programa de redução dos gastos com medi-

amentos; de um regime especial de acesso dos jovens a serviços de transporte saúde e cultura; da regularização de estrangeiros indocumentados, das Leis-Quadro de apoio ao Associativismo; de financiamento e gestão do Ensino Superior Público; da administração e gestão dos hospitais e sistemas do Serviço Nacional de Saúde, etc., etc.

Para já não falar da responsabilidade do PS na manutenção do aborto clandestino ou na não reposição da idade de reforma das mulheres para os 62 anos, promessa eleitoral rasgada pelo PS e cuja proposta pelo PCP foi derrotada por aquele partido na Assembleia da República.

Podemos dizer com verdade que as medidas mais positivas tomadas na Assembleia da República tiveram quase sempre a marca da iniciativa, da luta, do empenho e do voto do Partido Comunista Português.

Assim aconteceu nos Orçamentos de Estado, nomeadamente no domínio fiscal, em que o PCP apresentou sempre propostas concretas e que, por exemplo, no Orçamento de 1999, vieram a permitir que cerca de 700 000 portugueses de mais baixos rendimentos ficassem isentos de IRS e cerca de 2 milhões pagassem uma taxa inferior à do ano anterior, como largamente ficou comprovado com os reembolsos maiores que centenas de milhar de trabalhadores receberam este ano.

Um Partido de proposta e de luta

A intervenção do PCP para dar resposta aos graves problemas com que o país e a sociedade estão confrontados verifica-se em todas as áreas da vida nacional.

Em vez de andar a declarar uma paixão pelo ensino, para efeitos propagandísticos o PCP apresentou propostas concretas e exigiu e exige que o Governo promova uma escola pública de qualidade, que melhore os índices de insucesso escolar, que defenda o ensino superior público e assegure as saídas profissionais, combatendo uma política educativa que consagra cada vez mais um ensino de exclusão e discriminação, designadamente em função das condições socioeconómicas da população.

Em vez de andar a apresentar propostas demagógicas para enganar os reformados e obter o seu apoio para a privatização da Segurança Social para engordar as seguradoras privadas, o PCP deu uma contribuição decisiva para a aprovação de uma lei de bases da Segurança Social mais progressista, tem combatido as orientações neoliberais e defendido a melhoria das pensões e reformas, nomeadamente, as mais degradadas e o reforço e aperfeiçoamento do sistema público de segurança social como garante do efectivo exercício de um direito fundamental - o direito de todos à segurança social.

Em vez de andar a declarar, numa segunda fase, uma paixão pela Saúde - como «pinga-amor» seródio - o PCP tem apresentado medidas para dar resposta aos problemas mais agudos e tem assumido a necessidade de uma reforma democrática do Serviço Nacional de Saúde, assente num conjunto de orientações estratégicas defendendo em simultâneo a adopção de políticas prioritárias nos domínios do direito à saúde, qualidade dos serviços e dos cuidados de saúde primários, das listas de espera, dos medicamentos, da promoção dos direitos dos utentes e que preste uma atenção particular aos problemas da saúde mental, da toxic dependência, do alcoolismo e da sida, onde o nosso país ocupa o segundo lugar na Europa pelo número de adolescentes infectados. Também por isso, o PCP tem insistido na prevenção e na educação sexual.

Somos dos países que continua a ter uma das mais altas taxas de gravidezes indesejadas e de gravidezes na adolescência.

Como é sabido a partir de um projecto de lei do PCP foi aprovada a lei da educação sexual nas escolas, que esperamos seja implementada de forma séria ainda no presente ano lectivo. Também consideramos urgente a aprovação dos projectos que perspectivam a acessibilidade à «pílula do dia seguinte», sem recei-

Assim aconteceu com muitas propostas legislativas do Partido aceites na generalidade e ainda pendentes de apreciação parlamentar. É o caso, por exemplo, da reforma dos impostos sobre o rendimento, da criação dos Julgados de Paz, da Iniciativa Legislativa Popular, da constituição de Associações Juvenis e do acesso aos medicamentos contraceptivos de emergência.

E pela iniciativa, proposta e o voto do PCP na Assembleia da República, conjugado pela luta social conseguiram-se alguns avanços legislativos.

É o caso, entre outros, da criação duma rede de serviços públicos para o tratamento e reinserção de toxicodependentes; da criação dos Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos; da revisão do regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais; da proibição da discriminação dos jovens na fixação do salário mínimo; do reforço da protecção às mulheres vítimas de violência...

São Leis da República, em muitos casos fruto de lutas difíceis e prolongadas. São Leis que nem sempre correspondem exactamente ao que propusemos e desejámos, mas que representam avanços positivos na resposta aos grandes e pequenos problemas do nosso país e do nosso povo, ou que minoraram os aspectos e consequências mais graves das políticas de direita. São leis que seguramente prestigiam o PCP e o seu Grupo Parlamentar.

ta médica, o que deve ser acompanhado de uma correcta informação das mulheres especialmente as jovens sobre as diferenças existentes entre a «pílula do dia seguinte» e a «pílula abortiva», face designadamente às confusões demagógicas propaladas pelo PSD e pelo CDS/PP.

Uma outra área onde persistem problemas graves e os sintomas de uma crise sem fim à vista é a da Justiça.

O empenhamento dos comunistas

Algumas medidas mais imediatas, pontualmente positivas, que o Governo tem sido obrigado a tomar, pressionado pelas condições insustentáveis em que é realizada a justiça estão a revelar-se meramente paliativas, sem atacar as causas profundas da doença.

Temos uma justiça que não realiza o princípio da igualdade, constitucionalmente estabelecido, que trata diferentemente os ricos e os poderosos (que têm acesso à informação jurídica e a bons advogados) e todos os outros que, não dispoem de meios se confrontam com uma justiça de menor qualidade.

Temos uma justiça que enche as prisões de toxicodependentes e pequenos traficantes e deixa impunes os corruptos e o grande tráfico.

Não é fácil explicar e muito menos entender, senão pela existência de uma emaranhada teia de poderosos interesses e cumplicidades que importantes e conhecidos processos da área do chamado «crime de colarinho branco», continuem a ter sistematicamente como destino o arquivamento ou a prescrição de procedimento criminal. É um verdadeiro escândalo e uma vergonha nacional, como o testemunham os recentes casos prescritos que têm vindo a público.

É este sentimento de impunidade, esta lentidão, esta desigualdade de tratamento que estão na base do descrédito da justiça, da desconfiança nas instituições judiciais e que minam inexoravelmente o Estado de direito democrático.

É conhecido o empenhamento do PCP, no plano político e parlamentar, designadamente com a apresentação de projecto de lei, no sentido de que sejam tomadas medidas, a todos os níveis para modernizar e tornar eficaz o sistema judicial para defender a independência das magistraturas e do poder judicial, para dignificar todos os que trabalham na justiça.

Intervenção de Carlos Carvalhas

Mas acima de tudo, não nos cansamos, nem nos cansaremos, de lutar por uma justiça acessível a todos sobretudo aos trabalhadores e aos mais desfavorecidos, realizada no respeito pela dignidade e igualdade dos cidadãos perante a lei.

A luta é o caminho

Nestes últimos quatro anos, tendo em conta a dimensão, combatividade, diversidade e objectivos da luta de massas, pode-se afirmar com verdade que ela constituiu um factor decisivo para caracterizar a natureza da política do Governo PS, para a travar, e em alguns casos derrotar as suas intenções e objectivos.

E foi decisivo em toda essa luta como eixo central a luta dos trabalhadores, que também só por si impulsionou e foi acompanhada pela luta desenvolvida por outros sectores e camadas sociais que, com graus e formas diversas, procuram defender interesses e direitos concretos e específicos, maltratados e atingidos pela política do Governo PS.

As milhares de pequenas e grandes lutas realizadas, traduzidas numa larga frente social, não produziram uma arrumação de forças no plano político capaz de viabilizar uma verdadeira alternativa. Mas constituíram factores de evolução da consciência social e transformaram o descontentamento e a desilusão inicial em protesto e em intervenção.

Sobrestimando e exercitando a sua força eleitoral, o Governo PS direccionou a sua ofensiva, embora a disfarçasse com uma grande retórica social, contra direitos sociais e laborais conquistados pela luta de gerações inteiras de trabalhadores, dando cobertura aos interesses, comportamentos e objectivos do grande capital e das suas confederações.

Fê-lo quando, no quadro da redução do horário de trabalho para as 40 horas, animou e avalizou as tentativas de eliminar as pausas como tempo de trabalho efectivo.

Fê-lo quando avançou e tentou concretizar um pacote laboral com conteúdos profundamente gravosos para os trabalhadores e, em particular, para os jovens.

E fê-lo num quadro em que os direitos dos trabalhadores não eram (nem são) efectivados em milhares de empresas, de generalização de baixos salários e de crescente precariedade dos vínculos contratuais.

A resposta foi de luta. De luta notável, prolongada e com resultados, dos trabalhadores têxteis e de outros sectores em defesa das pausas e pela redução, de facto, do horário de trabalho para as 40 horas.

Importância do movimento sindical

A resposta foi de luta contra o pacote laboral, em que a CGTP - Intersindical Nacional se reafirmou como a grande Central Sindical dos trabalhadores portugueses, pela capacidade de esclarecimento, envolvimento, mobilização, organização e participação dos trabalhadores em plenários, iniciativas e acções a nível de empresa, sector e distrito, que convergiram em grandes acções de rua, cuja expressão mais alta teve lugar na grande manifestação de 23 de Março deste ano, onde mais de 50 mil trabalhadores, num dia de semana, a maioria em greve, ali manifestaram a sua firme determinação em defender o direito ao trabalho e o trabalho com direitos, firmeza e determinação reafirmadas no dia 19 de Junho no Porto onde, sob a égide da CES, se verificou uma das maiores acções de massas de dimensão europeia.

Neste passado próximo não houve praticamente nenhum sector que não tivesse travado importantes acções e lutas, incluindo alguns que nunca tinham recorrido à greve, como foram os casos dos camionistas dos transportes de combustíveis e do sector da informática.

De destacar a greve de 78 dias, sem remuneração, dos pescadores do cerco, a conquista de uma reivindicação histórica do sector pelo direito ao contrato de trabalho a bordo.

E mesmo com o risco de omissão há que sublinhar a luta dos trabalhadores da Função Pública, das autarquias, dos professores, enfermeiros e médicos, da metalurgia e minas, do sector químico, eléctrico e energético, da construção civil, do comércio e serviços, das comunicações, dos transportes ferroviários, viários e aéreos, dos lanifícios e da indústria do papel, quantas delas silenciadas, sem visibilidade nos grandes meios de comunicação social, mas com êxitos e resultados em torno dos salários, do emprego, dos horários de trabalho, das carreiras profissionais, pela efectivação e exercício de direitos individuais e colectivos.

E que se diga, porque se provou, que em muitas destas lutas foi marcante a presença e a participação de mulheres e jovens, que todas estas acções constituíram também ânimo e estímulo à luta dos agricultores, dos reformados, pensionistas e pessoas com deficiência, à luta das populações, ao surgimento e à acção de novos movimentos sociais convocados para causas como o ambiente e a ecologia, pela igualdade e contra as discriminações, na família, no trabalho, na orientação sexual, contra o racismo e pela paz e solidariedade internacional, cujo exemplo mais exaltante e grandioso se verificou com a solidariedade com a luta do povo de Timor.

É incontornável que neste processo de resistência e luta se refira o papel ímpar e insubstituível do movimento sindical unitário e da sua Central Sindical, a CGTP - Intersindical Nacional.

Ao contrário dos vaticínios dos pessimistas e dos profetas do capitalismo e do neoliberalismo, que dataram para este final de século o fim do sindicalismo de classe, o grande projecto que a CGTP-IN substancia e que agrega centenas de milhar de trabalhadores portugueses continua carregado de futuro.

Porque soube fazer frente às dificuldades resultantes da precarização crescente, da saída precoce e massiva de trabalhadores pela via das pré-reformas e reformas antecipadas através de processos de reestruturação sindical, de novas sindicalizações, de filiação e aproximação de novos sindicatos, de eleição de milhares de delegados sindicais e, fundamentalmente, de desenvolvimento da acção e da organização a partir das empresas e dos locais de trabalho. Pela luta, pela acção, pela proposta na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, é justo e legítimo considerar a CGTP-IN como a grande Central Sindical dos trabalhadores portugueses.

Registe-se também a acção unitária do movimento das Comissões de Trabalhadores que, embora não tenha ficado imune à destruição do aparelho produtivo, constituiu um importante destaque na luta dos trabalhadores que têm dado crescentemente a sua confiança a membros do nosso Partido, pelo seu trabalho, dedicação e empenho na defesa dos direitos dos trabalhadores.

As listas unitárias detêm cerca de 80% dos mandatos e têm continuado a reforçar os votos e mandatos nas eleições mais recentes, tendo inclusivamente reconquistado, ao fim de muitos anos a maioria absoluta de mandatos em empresas como a TAP e o Metro.

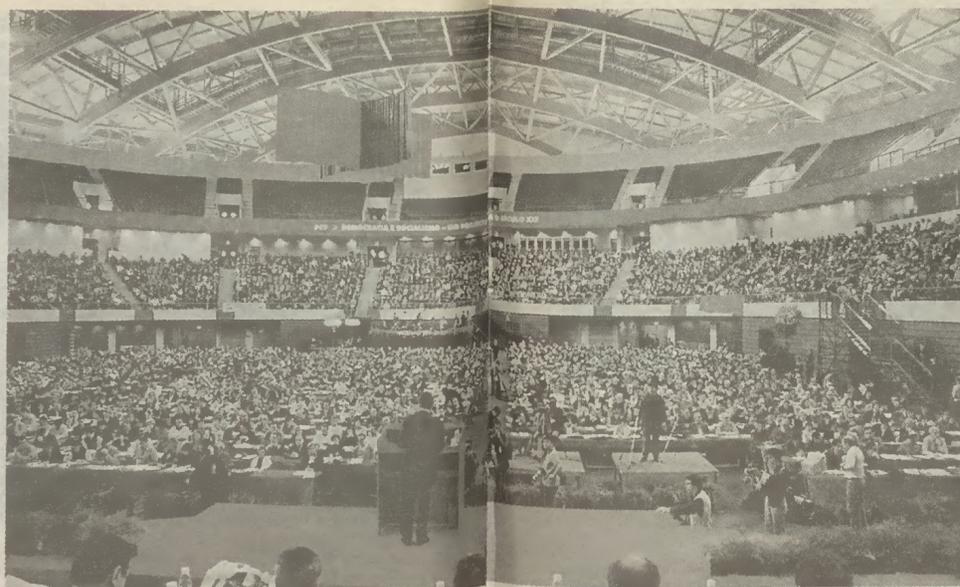
Na iniciativa política e em todas estas lutas, em toda esta acção esteve o Partido. Esteve, em primeiro lugar, através da empenhada, generosa e combativa intervenção dos militantes comunistas na CGTP-IN, nas Uniões e Federações Sindicais, nos Sindicatos, nas Comissões de Trabalhadores, aliando a sua acção e intervenção com muitas trabalhadoras e trabalhadores católicos, socialistas e sem filiação partidária.

Mas o Partido, na luta pelo trabalho com direitos, pela valorização do trabalho, não aceitando mutilações à cidadania dos trabalhadores, não aceitando que a democracia fique à porta dos locais de trabalho, bem como na sua intervenção e iniciativa políticas, nas empresas, nas regiões e sectores, na Assembleia da República, na sua acção política geral, honrou e concretizou os seus compromissos com os trabalhadores, esteve lá ou foi lá, para os alertar, consciencializar e mobilizar para a acção e para a luta, com a sua organização, com as suas campanhas nacionais, com as suas propostas e tomadas de posição, estimulando o combate, devolvendo a esperança libertando energias e contribuindo para a evolução da sua consciência de classe.

PCP sempre solidário

Creio que podemos dizer sem jactância que estivemos à altura deste Partido das grandes causas, da justiça social e de valores democráticos, o Partido Comunista Português!

E estivemos também, quando apoiámos outros grandes movimentos e organizações da frente social de luta, como o movimento dos pequenos e médios agricultores, que tiveram grandes acções de protesto contra o agravamento dos principais problemas da agricultura; os movimentos dos intelectuais e quadros técnicos, camada social em rápido crescimento atingindo cerca de 20% da população activa; o movimento da juventude e a acção da JCP desempenhando um papel essencial na acção do Partido junto da juventude; o movimento dos reformados e o movimento



dos deficientes que desenvolveram lutas significativas por reivindicações específicas; o movimento associativo popular; o movimento de defesa do ambiente; o movimento dos imigrantes, minorias étnicas e anti-racista; o movimento das mulheres que conseguiu, pela sua intervenção e luta que importantes reivindicações estivessem na ordem do dia. Quero daqui saudar a Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN, o MDM e a organização das Mulheres Comunistas na sua luta comum, em defesa dos direitos da mulher e na luta contra a precarização do trabalho, as discriminações salariais e profissionais, a violência e a pobreza a falta de infra-estruturas de apoio à criança e à família e a luta pela intervenção em igualdade e que têm vindo a alargar a sua acção em diversas plataformas unitárias.

E fazendo tudo o que fizemos, lutando tudo o que lutámos e propondo tudo o que propusemos, continuámos a batalhar, dia após dia, semana após semana, mês após mês, para que Portugal vença a cansada rotação entre o PS e o PSD na realização da política de direita, para que a experiência de uma política de esquerda ganhe mais apoios e vontades, para que o povo e o país conquistem a alternativa de esquerda que faz falta para responder à gravidade dos problemas nacionais, para dar outro rumo à vida, para responder às vivas preocupações dos trabalhadores e do povo e para abrir caminho à realização do projecto constitucional de uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural.

E que ninguém duvide que, se o Congresso aprovar a orientação política proposta, tendo diante dos nossos olhos, dia a dia, a evidência cada vez maior do desgaste e descrédito do Governo PS, e o espectáculo de uma direita que não consegue diferenciar-se do PS e de que ninguém tem saudades, continuaremos a trabalhar arduamente para que, na base do reforço do nosso Partido, do desenvolvimento da luta de massas, da intervenção institucional e da agregação de forças, energias e vontades democráticas se percorra o caminho, difícil mas indispensável, para a construção de uma alternativa de esquerda à política de direita.

As próximas batalhas eleitorais

Preparar a nossa intervenção

Não é cedo para começar a preparar a nossa intervenção. Com consciência das dificuldades mas também das nossas possibilidades. É reconhecido o apoio e prestígio do trabalho do Partido e da CDU nas autarquias locais em largos sectores da população. Um trabalho que não se distingue apenas pelo volume da obra realizada e pela qualidade da sua acção, mas também pelas suas características democráticas, de aproximação às populações e aos seus problemas, de identificação com as suas principais aspirações e interesses.

E em maioria ou em minoria, a presença e as posições do PCP e da CDU são uma garantia para a defesa dos interesses populares, para a resolução dos seus problemas e para a melhoria das condições de vida e para o progresso local e regional. Confirmar as nossas posições, conquistar novas autarquias e mandatos, ampliar a presença da CDU nas autarquias do País constitui um objectivo exigente, mas possível e necessário. É com esta determinação que pretendemos partir para esta batalha política. Com justificada confiança nas nossas possibilidades de fazer progredir a nossa presença e influência nas freguesias e municípios portugueses. Uma confiança alicerçada no trabalho e na obra realizada cuja dimensão e valor não é contestado. Uma confiança suportada também na disponibilidade generosa dos milhares de membros do PCP, dos «Verdes», da Intervenção Democrática e de independentes, que dão vida e confirmam a CDU como um amplo espaço de participação democrática e de realização ao serviço de Portugal e dos portugueses.



Um forte Partido Comunista para o século XXI

Impulsionar a iniciativa

Um dos grandes objectivos que se coloca ao nosso Partido é o da acumulação de forças no plano social, político eleitoral e institucional.

O aumento da influência do PCP, com a sua identidade própria, o reforço da sua organização e intervenção são objectivos e tarefas decisivas que se colocam a todos os militantes e organismos do Partido e que estão no centro deste Congresso.

Mas para atingirmos estes objectivos precisamos de prosseguir e concretizar orientações e medidas de fortalecimento e rejuvenescimento da base militante, de maior responsabilização dos militantes e da sua maior intervenção.

Precisamos de um maior dinamismo das organizações de base, nas lutas, problemas e aspirações dos trabalhadores e do povo bem como das comunidades onde se inserem; de impulsionar a iniciativa política, a apresentação de propostas e medidas que tomem cada vez mais visível e mais forte a afirmação do PCP como Partido de luta e Partido de projecto.

Precisamos de adoptar linhas de trabalho, estabelecer prioridades e algumas medidas de discriminação positiva em relação às regiões e sectores onde temos menor influência, no sentido de invertermos a situação e af aumentar a influência do Partido.

Precisamos de ser mais audazes no recrutamento e no recrutamento de jovens e de mulheres e de integrar e organizar aqueles que nos últimos anos vieram ao Partido, dinamizando a sua intervenção e aproveitando as suas aptidões, vontade, gostos e militância. A renovação e o rejuvenescimento das organizações e estru-



ras partidárias que tiveram uma evolução positiva nestes últimos anos não pode ser paralisada pelos problemas que o Partido viveu nestes últimos meses, ou por agora termos chegado ao Congresso. Necessitamos de novo arranque após o Congresso com grande determinação e empenho de forças. E nesse arranque terá também que se incluir a necessária revitalização e dinamização das estruturas de base.

E necessitamos de continuar a desenvolver acções para o reforço da organização e da intervenção junto dos trabalhadores, intensificar a criação de células de empresa e promover as melhores formas de trabalho orgânico e político que incentivem a militância e a participação activa dos membros do Partido e que reflectam e dinamizem o aprofundamento da democracia interna.

Em resumo, teremos de encetar um novo fôlego na concretização das direcções de trabalho que aprovámos no documento que designámos por «Novo Impulso» com direcções de trabalho que, uma por uma, estão inscritas na Resolução Política em apreciação pelo Congresso.

Estudar mutações

E isto sem deixar de ter em conta as mutações verificadas na estrutura produtiva, na alteração das condições de exploração de

mão-de-obra centrada na desregulamentação das relações laborais, bem como o seu impacto na composição do emprego e nas modificações da organização da produção e do trabalho com reflexos bem significativos na estrutura das classes no nosso país.

E o conhecimento desta estrutura, com os pesos relativos nos planos social e regional, características, consciência de classe, elementos estruturais e de comportamento, relações sociais de classe, é da máxima importância para o Partido. A sua investigação e o seu estudo é uma exigência que nos está colocada.

A diminuição do número de assalariados agrícolas, a manutenção em termos absolutos mas em perda de efectivos em termos relativos do emprego industrial, o aumento em termos absolutos e relativos do emprego nos serviços, o aumento da participação das mulheres na composição do emprego, o aumento das formas de precaridade (20% dos trabalhadores têm emprego precário cabendo aos jovens 37% de todo o emprego com contrato não permanente), tem de ter consequências pesadas, na estrutura do Partido, na sua forma de organização e de intervenção e nas medidas para o seu reforço geral. Como dizia um clássico, «devemos procurar com todas as forças estudar cientificamente os factos em que assenta a nossa política».

E do mesmo modo que «o socialismo não se constrói por decretos emanados de cima... o socialismo vivo, criador, é obra das próprias massas» e é alheio a esquemas e chavões especulativos, também o Partido necessita do envolvimento, da participação, da iniciativa e da acção dos seus militantes e precisa de conhecer com rigor a realidade onde intervém.

O reforço do Partido é decisivo para a concretização de uma alternativa de esquerda, sendo também por isso, do interesse não só dos comunistas mas também dos trabalhadores e do povo.

É possível aumentar influência

E estamos convictos que é possível avançar e aumentar a nossa influência.

Não desconhecemos as dificuldades nem subestimamos a ofensiva que foi dirigida contra o Partido a partir de certa comunicação social, nem os prejuízos causados pela espiral de crispação e pelos comportamentos à margem dos princípios do nosso funcionamento que se verificaram no Partido, nem a tristeza e desorientação e o desalento que estes factos causaram em tantos militantes.

Nem encaramos de ânimo leve o afastamento - que não desejamos e lamentamos - de camaradas com convicções comunistas e revolucionárias do exercício de maiores responsabilidades. Não estiveram nem estão a mais neste Partido. Certamente que continuarão a dar uma valiosa e imprescindível contribuição militante. É o que certamente todos esperamos. Nem subestimamos o peso negativo da derrota das experiências na construção do socialismo a Leste que se continua a manifestar na afirmação do nosso Partido e do nosso projecto. Mas pensamos que é possível ultrapassar estes factores negativos e também superar feridas e crispações verificadas e que devemos trabalhar nesse sentido e empenhar forças, energias e vontades que restabeleçam o estilo de trabalho do nosso Partido e as regras fraternas de convivência entre comunistas, ampliando a nossa influência na luta por melhores condições de vida dos trabalhadores e do povo, pelo progresso do País, pela democracia e pelo socialismo.

É para um Partido, comunista, aberto à vida, atento às mudanças, lutando pela transformação social, orgulhoso dos seus 80 anos de luta, mais forte e capaz de responder às exigentes tarefas e aos novos desafios que o devir lhe coloca, que temos que prosseguir o exame e trabalhar vencendo estrangulamentos conhecidos, libertando novas energias e capacidades, afirmando e projectando as nossas medidas, propostas e projecto.



Intervenção de Carlos Carvalhas

O que somos, o que queremos

Conhecendo-se este Partido, conhecendo-se as suas bases e as suas raízes, conhecendo-se o sentir, a expressão e a vontade deste grande colectivo partidário, sabe-se, independentemente de tal afloramento ou tal questionamento, por tal ou tal militante que a identidade do Partido não só não esteve como não está em causa.

Não avalizamos por isso escritas e leituras simplistas de um processo complexo que, no fundo, mais não procuram que justificar comportamentos e atitudes à margem dos estatutos fora e dentro do Partido, nem avalizamos a leitura do perigo da deriva social-democratizante, nem da deriva sectária e obreirista.

O PCP é comunista e comunista será por vontade dos seus militantes, na sua natureza de partido da classe operária e de todos os trabalhadores, na sua base teórica, o materialismo dialéctico, nos seus objectivos supremos, sendo sempre útil lembrar e não esquecer que a nossa identidade comunista representa um património aberto ao enriquecimento e à renovação e que tem um conteúdo mais rico e denso do que as breves palavras ou curtas definições com que o costumamos identificar.

Mas vale a pena reafirmar que somos um Partido que considera a sua teoria não como um receituário, como um pronto-a-vestir, ou como um catálogo de citações.

Já o afirmámos, e creio que vale a pena recordá-lo também, que o marxismo-leninismo não é para nós um rótulo, um *slogan*, nem o apego acrítico a teorias, conceitos e ideias feitas ou ultrapassadas pela vida. E há muito que no PCP se sublinhou que «maus advogados do marxismo-leninismo são aqueles que transformam os princípios teóricos em verdades eternas» ou aqueles que «transformam o princípio teórico em dogma, o dogma em lei objectiva e esperam que a suposta lei objectiva, porque é objectiva, transforme a realidade segundo o princípio arvorado em dogma».

E concluímos ao examinarmos as causas da derrota do socialismo a Leste que a dogmatização do marxismo-leninismo foi uma delas, pois conduziu a deformações e erros graves na definição da orientação e na prática do partido e do Estado.

Na verdade não temos uma visão unilateral e simplista do marxismo-leninismo. Concebemo-lo como um sistema aberto e nele se verificam necessariamente evoluções de teorias e conceitos que o constituem, fruto da experiência, da prática, de novos conhecimentos e do diálogo crítico com outras teorias. Concebemo-lo como um fecundo instrumento de análise da realidade em mudança e um guia para a acção daqueles que não apenas querem interpretar o mundo mas que lutam para transformá-lo.

E neste sentido, no XIV Congresso, em 1992 alterámos os nossos estatutos sublinhando a natureza essencialmente materialista e dialéctica, da nossa base teórica e a necessidade do seu enriquecimento e renovação.

Contrariamente ao que alguns insidiosamente afirmam, não está em causa neste Congresso o «regresso à pureza ideológica», nem simplificar o que é complexo, nem fixar o que é dialéctico, nem fechar os olhos ao pulsar da vida.

Princípios orgânicos de funcionamento «Pacto de solidariedade»

Alguns dos nossos adversários e interesseiros comentadores questionam muito dos princípios orgânicos do nosso funcionamento.

Sobre esta questão, e tendo também em atenção opiniões críticas e discordâncias legitimamente enunciadas por membros do Partido, queremos relembrar e explicitar o seguinte:

1.º Para o PCP, na estrutura e no funcionamento de um Partido Comunista não há regras intemporais e imutáveis.

2.º O PCP condenou, condena e rejeita concepções e práticas que se desenvolveram em Partidos comunistas e nas próprias sociedades e Estados à sombra dos clássicos princípios do centralismo democrático que se traduziram num centralismo autoritário e burocrático com graves limitações e infracções à democracia interna, falseando os seus valores e objectivos.

3.º Os princípios orgânicos fundamentais que regem a vida do nosso Partido, e que resultam do desenvolvimento específico que demos ao conceito de centralismo democrático, visam assegurar uma profunda democracia interna; uma única orientação geral e uma única direcção central; não através do puro funcionamento centralizado da estrutura hierárquica partidária mas através da militância empenhada e consciente através de uma intensa e constante participação democrática.

4.º O aprofundamento da democracia interna é e tem de ser para nós, para todos e para cada um de nós, uma exigência quotidiana no sentido do reforço dos direitos dos militantes, da concepção e generalização da direcção colectiva e do trabalho colectivo e da descentralização de competências.

Temos seguido e cumprido estas orientações? Nem sempre. É necessário corrigir procedimentos incorrectos. Não aceitamos e estamos convencidos que o Partido também não aceita, nem os acolhe como factos consumados quer os procedimentos dos que andaram a intervir no interior do Partido, fora dos organismos respectivos, à margem dos Estatutos, quer os que andaram a intervir no exterior por intermédio da comunicação social. Não aceitamos nenhuma das práticas.

Melhorar informação

E se se pergunta:

É necessário aprofundar direitos, impulsionar a iniciativa dos militantes, dinamizar os organismos de base, ligar mais o Partido aos trabalhadores, estar mais atento aos movimentos da sociedade, aprofundar o que designámos por «Novo Impulso»? Sem hesitações, dizemos que sim.

Uma outra questão é a da circulação horizontal de informação. E sobre isto é de sublinhar que também não é verdade que o militante do Partido esteja somente confinado e limitado ao seu organismo em relação ao debate de ideias.

Como é sabido, temos uma importante experiência de informação e discussão horizontal através dos plenários de militantes, seminários, audições, assembleias, reuniões de coordenação, encontros nacionais, reuniões de quadros, reuniões nacionais, Conferências e, também através do «Avante!» nomeadamente, no debate preparatório do Congresso. Significa isto que, não devemos examinar esta questão no sentido de a aprofundar, de tornar mais frequentes estes espaços de debate, não só em relação a questões sectoriais, mas também em relação às questões mais gerais da táctica, da alternativa política, da organização partidária, da prospectiva, etc. Pensamos que sim.

Mesmo o «Avante!» pode dar um maior contributo nesta direcção assegurando espaços de debate, de opinião, mesas-redondas, sem prejuízo da sua linha editorial. É uma questão que deve ser considerada, examinada e levada à prática no quadro das nossas possibilidades.

Mas uma coisa é a circulação horizontal dentro do Partido outra através da comunicação social promovendo, como vimos recentemente quer no PSD, quer no PP, quer no PS, a «luta de galos entre barões e baronesas», que claramente rejeitamos.

E aqueles que noutros partidos, com arrogância e hipocrisia, sentenciam sobre a vida interna do PCP, talvez fizessem melhor não imitarem Frei Tomás. Se olharem para a prática e para os estatutos dos seus partidos, para o seu forte centralismo, para a sua limitada e empobrecida vertente democrática, para a sobreposição da vontade do «chefe», ou dos «barões» e se o fizerem com isenção, não terão muita dificuldade em concluir sobre quem tem uma vida interna mais democrática.

Tudo devemos fazer também para desmascarar e para derrotar as linhas que no exterior e no interior do Partido se desenvolveram no sentido de criar fracturas e clivagens entre os intelectuais e a classe operária, entre os intelectuais e o Partido.

Este Partido contou sempre no seu seio com a intelectualidade progressista, com o melhor da intelectualidade portuguesa que sempre esteve lado a lado com a classe operária e os trabalhadores na luta comum pela liberdade, pela democracia, pelo bem-estar do povo e pela transformação social.

Rejuvenescer e responsabilizar

No seu Programa, o PCP considera no sistema de alianças sociais uma das alianças básicas, a aliança da classe operária com os intelectuais e outras camadas intermédias. Esta é uma direcção e objectivo do PCP que não é de hoje. **Por isso, continuaremos a trabalhar para que esta aliança se amplie e se aprofunde e para que se dinamize e continue a intensificar a participação, contribuição e intervenção dos intelectuais comunistas em toda a actividade do Partido.**

São muitas as dificuldades que temos pela frente, mas também não são poucas as potencialidades que podemos contar em todo o colectivo partidário.

Para defrontarmos com êxito os desafios que a vida nos vai colocar para conseguirmos atingir maior força orgânica e maior influência iremos trabalhar para superar debilidades de organização, para prosseguir o rejuvenescimento e a renovação no Partido, para o reforço e constituição das organizações de base e a respectiva responsabilização de quadros, tendo mais iniciativa e acompanhamento dos problemas dos trabalhadores e das populações, procurando reforçar a organização partidária nas empresas e locais de trabalho.

Para o rejuvenescimento da acção partidária é da máxima importância o desenvolvimento do trabalho em estreita ligação e cooperação com a JCP, que tem vindo a dar neste sentido um contributo de grande importância.

Saudando a JCP, saudando a juventude comunista, saudamos a sua luta, a sua intervenção e por seu intermédio todos os jovens que no Partido alargam a nossa capacidade de chegar a mais amplos sectores da juventude. A definição e a concretização das orientações do Partido na sua política para a juventude, bem como para uma política de esquerda necessita de um maior aprofundamento e a reflexão e articulação do trabalho das várias áreas em que o Partido trabalha e se relaciona com as camadas juvenis.

E precisamos de melhorar a informação ao Partido que foi uma das questões que teve grande presença nas preocupações de muitos militantes no debate pré-congressual. E necessitamos de alargar e elevar a militância, procurando as melhores formas para a ligação e contacto com os membros do Partido.

Uma outra questão que vai exigir reflexão é o da operacionalidade e melhoria de funcionamento do Comité Central e dos seus órgãos executivos, tendo em conta a vasta experiência acumulada e os aspectos positivos e negativos detectados.

Mas para concretizarmos estes exigentes objectivos teremos de unir esforços, reforçar a unidade, aprofundar o debate e dinamizar a iniciativa e a luta. E teremos de continuar a voltar o Partido para fora, para a acção e intervenção. Queremos um Partido mais forte e mais influente para a sermos cada vez mais úteis ao nosso povo, nas suas lutas, nas suas justas reivindicações, na construção do seu futuro.

Por último, ainda uma breve referência à forma de votação. Em abstracto, os Estatutos de um Partido podem impor a votação por braço no ar ou impor a votação por voto secreto. Mas não creio que se possa considerar menos democrático que sejam os membros de cada assembleia electiva a optar por uma ou outra forma de votação, como acontece no nosso Partido. Como se sabe, há neste Congresso delegados que foram eleitos por braço no ar e outros por voto secreto, de acordo com a vontade maioritária das assembleias electivas.

Ao longo destes quatro anos, naturalmente com falhas, o PCP esteve à altura das suas responsabilidades perante o povo e o País e sem prosápia podemos afirmar que foi o grande protagonista da luta por melhores condições de vida para os trabalhadores e o povo, pelo progresso do País e pelo aprofundamento da democracia, a força que se bateu e se bate por novos horizontes de esperança e por uma efectiva viragem à esquerda na política nacional e quer entrar no novo século e no novo milénio com renovada audácia e determinação na luta pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo.

Mensagem de Álvaro Cunhal

O PCP é e continuará a ser um grande partido comunista

Camaradas delegados:

Impossibilitado, por grave estado de saúde, de participar nos trabalhos do XVI Congresso, saúdo-vos calorosamente, certo de que, do Congresso, resultará o reforço político, organizativo e ideológico do Partido e o seu papel insubstituível na vida nacional.

Essa é uma tarefa urgente, além do mais porque tem estado em curso uma das mais violentas campanhas anticomunistas de todos os tempos. Jornais, revistas, rádios, televisões tornaram-se, como se tem visto, as tribunas daqueles, incluindo membros do Partido, que querem que deixemos de ser o que somos e queremos continuar a ser.

Agora é o projecto de uma fascizante Lei dos Partidos, apresentada pelo PS e PSD, visando uma intolerável intervenção na nossa vida interna.

A estas monstruosas provocações, o Congresso dará sem dúvida a resposta necessária.

Camaradas:

O Governo do PS prossegue a política do PSD. É um governo ao serviço dos grandes grupos económicos. Liquida direitos vitais dos trabalhadores. Está destruindo o aparelho produtivo. Obedece à NATO e às ordens de Bruxelas contra os interesses portugueses. É um coveiro da independência nacional.

Defendemos flexibilidade táctica — alianças, acordos, respostas adequadas às situações concretas e conjunturais. Mas a flexibilidade não significa que seja possível uma política de esquerda e uma alternativa com o Governo do PS e a sua política de direita.

A nossa convicção comunista assenta em realidades objectivas, que alguns procuram negar e esquecer: a divisão da sociedade em classes, a luta de classes, a política de classe do Governo. Não são só ideias. São realidades.

Entretanto um incorrecto conceito de cidadania pretende ocultar estas realidades.

Os Melo, os Espírito Santo, os Belmiros são cidadãos. Mas cidadãos exploradores de outros cidadãos — da classe operária e de todos os trabalhadores.

Terão a resposta que merecem: a luta continua, camaradas.

Um dos aspectos mais graves da política do Governo é a sua participação servil na criminoso ofensiva «global» do impe-

rialismo, sob o comando dos Estados Unidos.

Com intervenções, bloqueios, agressões, terrorismo e guerras, o imperialismo procura impor-se em todo o mundo como sistema único e final.

Não é imparável esta ofensiva. Não só o sistema capitalista está roído por contradições, como encontra pela frente forças que, no seu desenvolvimento, são capazes de impedir que tal objectivo seja alcançado.

São os países em que os partidos no poder (China, Cuba e outros) insistem, por caminhos diversos, em edificar uma sociedade socialista.

São as lutas sociais e movimentos sindicais de classe, como é a CGTP-IN, justo orgulho dos trabalhadores portugueses.

São movimentos e partidos progressistas e lutas patrióticas de libertação.

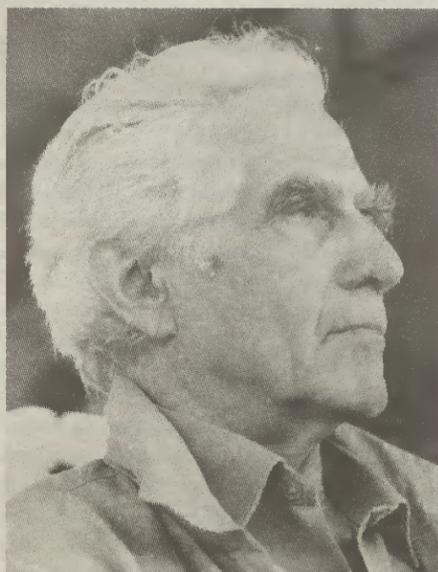
São também, num ressurgimento imperativo do movimento comunista, partidos firmes, convictos e corajosos, que não sigam caminhos que conduziram em alguns países à sua autodestruição.

Para o nosso Partido, é tarefa actual reforçar a sua identidade, que só quem queira destruí-lo pode renegar.

Com base na Proposta de Resolução Política apresentada pelo Comité Central, é necessário desmascarar os cantos de sereia para que deixemos de garantir com confiança a nossa identidade comunista e os seus elementos fundamentais.

O primeiro. O PCP é o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, defensor dos direitos de todos os sectores sociais antimonopolistas, da juventude, das mulheres, sem esquecer que os intelectuais constituem um grande valor na vida do Partido e na sociedade.

O segundo. Somos um Partido que — aprendendo com a vida, com a experiência, com as vitórias e derrotas — apre-



sentar como seu objectivo a construção de uma sociedade socialista — o que não invalida resposta pronta aos problemas de cada dia.

O terceiro. Somos um Partido com uma vida democrática sem paralelo no quadro nacional.

O quarto. Somos um Partido patriótico, firme defensor da independência nacional — e simultaneamente um partido internacionalista, solidário para com os trabalhadores, os partidos e forças progressistas de outros países.

O quinto. Somos um Partido que se inspira numa teoria revolucionária — dialéctica, antidogmática, criativa — o marxismo-leninismo — que se confirma na acção prática e nas situações mais diversas.

Camaradas:

Gerações atrás de gerações, lutámos 48 anos pela liberdade contra a ditadura, ao preço de longos anos de prisão, de torturas por vezes até à morte, de camaradas assassinados a tiro. Depois, na Revolução de Abril, para glória do nosso partido, alcançámos com os trabalhadores, as massas populares e militares revolucionários grandes conquistas como a Reforma Agrária e as Nacionalizações.

Lutamos desde então pela democracia, agora tão adulterada, contra o domínio de Portugal pelas transnacionais, contra a obediência do Governo a interesses estrangeiros.

Confio em que as novas gerações, ganhas pelos ideais do comunismo, manterão bem alto a nossa bandeira, a bandeira vermelha com a foice e o martelo.

O XVI Congresso confirmará certamente que o PCP é e continuará a ser um grande partido comunista digno deste nome.

Viva o XVI Congresso!

Viva a JCP!

Viva o Partido Comunista Português!

Saudação ao XVI Congresso do PCP

Em nome do Comité Central quero transmitir-vos as melhores saudações e as boas vindas a este magnífico local onde realizamos o nosso XVI Congresso. E o desejo que a vossa presença constitua um testemunho, um novo testemunho, da afirmação do Partido Comunista Português como uma grande e insubstituível força política nacional.

XVI Congresso cuja preparação há muito começou mas que culmina nestes três dias um amplo esforço de participação, de apelo à contribuição, à opinião e reflexão de muitos milhares de membros do Partido, dos quais uma parte importante aqui está, e através dos quais queremos saudar todo o nosso colectivo partidário.

Permiti que saudemos a presença dos representantes de instituições, delegações de partidos e forças políticas que aceitaram o nosso convite e que nos honram com a sua presença. Saudamos igualmente as numerosas e destacadas personalidades da vida política, cultural e social do nosso país.

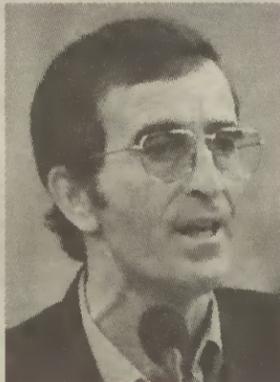
Na presença dos representantes da CGTP-IN, saudamos calorosamente todos os trabalhadores portugueses e a sua combativa acção e luta em defesa dos seus direitos, por mais justiça e por uma vida melhor.

Saudamos também as delegações da Confederação Nacional da Agricultura, do Movimento Democrático das Mulheres, do Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos e as numerosas organizações culturais, associativas e

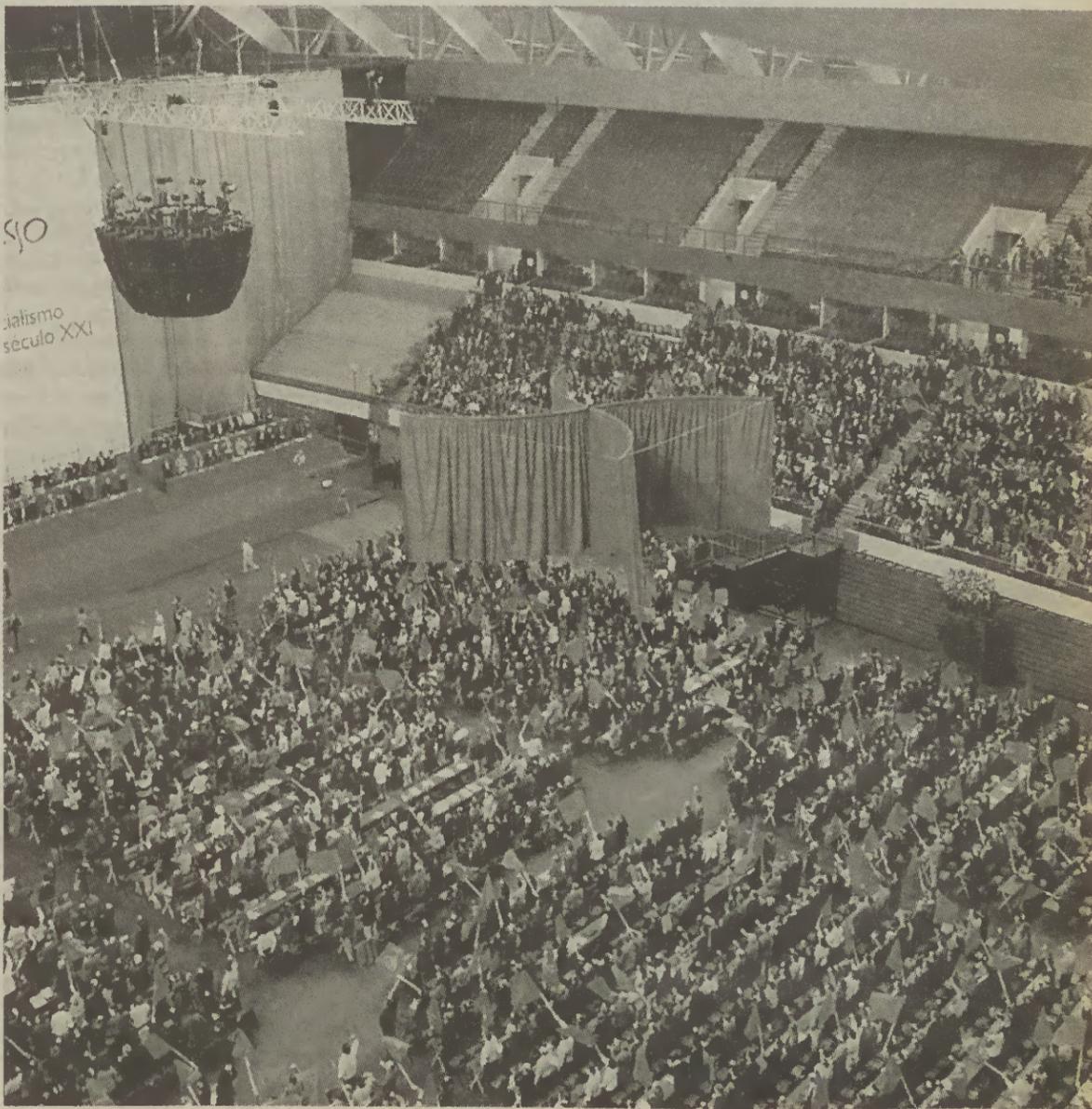
profissionais aqui presentes, saudação que envolve o registo do nosso reconhecimento pela actividade que desenvolvem. E saudamos naturalmente com particular alegria e fraterna

solidariedade as delegações dos partidos comunistas e operários, dos movimentos de libertação e os representantes de organizações e

forças progressistas de diversos países aqui presentes (ver crónica da página 3).



António Andrez
Membro
da Comissão Política
do Comité Central do PCP



Intervenções centrais

Nestas páginas iniciamos a publicação integral das intervenções centrais e sectoriais feitas no XVI Congresso. Na próxima edição contamos publicar as restantes pela ordem em que foram proferidas da tribuna.

Sobre o debate das Teses no Partido

O Relatório da Comissão de Redacção que vos foi distribuído, contém uma informação sobre alguns aspectos do debate preparatório e sobre a natureza das alterações introduzidas nas Teses e agora apresentadas como Proposta de Resolução Política.

As Teses foram discutidas em centenas de pequenas e grandes reuniões. Organismos houve, e foram muitos, que realizaram mais do que uma reunião para o efeito.

A estas reuniões há que acrescentar 882 Assembleias Plenárias convocadas expressamente para discutir as Teses, com a participação de 16.051 camaradas. Tudo somado dá uma participação de mais de 22.000 camaradas.

Foram enviadas à Comissão de Redacção 1988 propostas de emenda, dezenas de contributos individuais e colectivos de análise às Teses, por vezes de carácter global, e as Actas das Assembleias Plenárias, a que há que somar cerca de 200 cartas enviadas ao «Avante!».

Podemos, portanto, avançar desde já algumas conclusões.

O Congresso, culminando uma ampla participação de milhares de membros do Partido, é um Congresso construído pela vontade e pela acção do colectivo partidário, que assumiu o dever de intervir, no quadro das normas livre e colectivamente assumidas, para assegurar o êxito do Congresso.

A segunda conclusão, sem que isso signifique condicionar decisões soberanas do Congresso, é que o debate comprovou terem as análises, apreciações e orientações constantes das Teses merecido uma concordância muito generalizada. Inclusive, em 249 Assembleias Plenárias, usando uma faculdade regimental, as Teses foram submetidas a votação, **tendo-se verificado 4772 votos favoráveis, 26 votos contra e 62 abstenções.**

Por tudo isto, a Proposta de Resolução Política, incorporando numerosas contribuições de muitos camaradas, pode ser considerada, a justo título, **obra e património de um imenso trabalho colectivo.**

Nos últimos meses certa comunicação social, com lamentável colaboração de membros do Partido, procurou alimentar uma campanha mistificadora e caluniosa, visando pôr em causa a democraticidade do processo de elaboração das Teses e por essa via a própria legitimidade do Congresso.

No sentido de repor a verdade é necessário informar o Congresso e todo o Partido sobre o longo percurso percorrido até se chegar à Proposta de Resolução Política que tendes em vosso poder, embora o camaradas Carlos Carvalhas já tenha dito alguma coisa sobre o assunto.

A primeira abordagem sobre a realização do XVI Congresso foi feita na reunião do Comité Central de 21 de Novembro de 1999, que apurou duas ideias básicas.

Uma, estabeleceu que a preparação do Congresso deveria «ser inserida na actividade geral e nas grandes tarefas do Partido», orientação que foi consagrada na expressão de que o Partido não fecharia para Congresso.

A outra, estabeleceu que a preparação do Congresso deveria «suscitar o activo envolvimento de todo o colectivo partidário e a reflexão e contribuição empenhada dos militantes do Partido».

Olhando para trás, podemos dizer que estas orientações foram decisivas para que o Partido pudesse preparar o Congresso intervindo activamente no plano político, na dinamização e organização do combate à política de direita, realizar a grandiosa Festa do «Avante!» e **gorar uma campanha sem paralelo para condicionar as discussões**, o apuramento de ideias e as decisões soberanas do Congresso.

Na reunião de Fevereiro deste ano, o Comité Central aprovou por unanimidade a metodologia para as diferentes fases preparatórias e uma «Nota de Trabalho» com tópicos

de referência para debate, sem que, com isso, se pretendesse estabelecer a estrutura das Teses a elaborar.

Na reunião de Junho, procedendo-se ao balanço de mais de quatro meses de discussões envolvendo alguns milhares de participantes, analisando todos os documentos que chegaram à Direcção do Partido **contendo opiniões e reflexões, o Comité Central estabeleceu por unanimidade** as matérias de referência a considerar na elaboração das Teses.

Participaram na elaboração das Teses, embora em grau e responsabilidades diversas, todos os membros da Comissão Política e do Secretariado e muitos outros camaradas de áreas diversas do trabalho partidário. A Comissão de Redacção composta por 10 camaradas, proposta ao Comité Central por decisão conjunta da Comissão Política e do Secretariado, **foi aprovada por unanimidade.**

Acrescentar-se-á ainda que as Teses foram aprovadas na reunião de Outubro com apenas 2 votos contra e 14 abstenções num universo de 180 camaradas e a Proposta de Resolução Política aprovada na reunião de 26 de Novembro com 1 voto contra e 12 abstenções.

Não ignorando problemas, preocupações e dificuldades surgidas na fase final da preparação do Congresso, **as quais foram ampliadas e deturpadas por uma poderosa ofensiva contra o Partido**, o que ressalta de mais significativo e marcante, foi o debate amplo, participado e construtivo na generalidade das organizações.

Ao contrário do que quiseram fazer crer, as Teses não foram o resultado de um grupo fechado, mas fruto do trabalho colectivo, envolvendo muitos milhares de camaradas.

O trabalho colectivo decorre da própria natureza do PCP, um Partido que tem como linha a incorporação dos contributos dos militantes na elaboração das orientações, como caminho para a unidade em contraposição ao confronto de projectos de grupo, **caminho para a desagregação do Partido.**

Somós um Partido em que a democracia interna faz parte das suas características essenciais, pelo valor do trabalho colectivo, pela participação dos militantes na vida partidária e na elaboração das orientações.

Que outro Partido coloca um documento à discussão dos seus militantes durante meses e procura incorporar as suas contribuições e reflexões na orientação geral do Partido?

Não ignoramos haver atrasos, dificuldades e insuficiências no nosso trabalho. **Mas iludir ou desprezar a natureza profundamente democrática do Partido, seguindo o princípio de deitar fora o menino com a água suja do banho, é dar pasto à ofensiva contra o Partido.**

As orientações estabelecidas para a elaboração das Teses tinham como linhas definidoras **que ao XVI Congresso se colocava a tarefa de proceder a uma profunda reflexão sobre os grandes problemas nacionais e internacionais e a actividade do Partido.**

Nem todos os objectivos que fixámos foram atingidos. Continua em aberto a necessidade de aprofundar o estudo de questões de grande relevo para a intervenção política e ideológica do Partido. Haverá uma ou outra apreciação que carecerá de mais atenta ponderação e aprofundamento, **mas as orientações propostas ao Congresso, uma vez aprovadas constituirão importante instrumento para o desenvolvimento geral do Partido.**

Nas Teses procede-se a uma aprofundada análise da situação internacional, com particular destaque para a fase actual do desenvolvimento capitalista, a nova estratégia imperialista, o sentido do desenvolvimento de tendências já visíveis aquando do XV Congresso e que passados quatro anos ganharam nova relevância.

Estão neste caso, por exemplo, a actual fase da estratégia imperialista visando alar-

gar e consolidar os sucessos resultantes da alteração da correlação de forças em **consequência do desaparecimento da União Soviética** e do enfraquecimento geral do movimento comunista e revolucionário à escala mundial, **estratégia profundamente agressiva, assente numa nova corrida armamentista, na reivindicação do direito de intervenção aberta nos destinos dos povos e na agressão a Estados soberanos**, estratégia fundamentada ideologicamente sob a capa do direito de «ingerência humanitária» e das exigências de uma pretensa «comunidade internacional», concebida à imagem dos interesses imperialistas.

As Teses avançam algumas análises que reputamos de importantes, sobre o capitalismo na actualidade, questão determinante para a definição das tarefas estratégicas, as perspectivas de luta, a política de alianças e o próprio papel e a natureza das forças revolucionárias.

O capitalismo é um sistema socioeconómico mundial. Não se pode pensar e analisar essa realidade no seu todo, partindo apenas dos enormes recursos e potencialidades revelados por um limitado grupo de países, esquecendo os mecanismos de domínio económico mundial, os factores de instabilidade que se revelam no plano financeiro e nos mecanismos de regulação internacional, a brutal e escandalosa destruição de bens materiais e humanos que a acompanha os gigantescos níveis de concentração e centralização de capital, as contradições e rivalidades interimperialistas, **atenuadas mas não superadas** pelos mecanismos de parceria e compromisso.

E sobretudo não se pode ignorar que se torna cada vez mais evidente o carácter parasitário e desumano do capitalismo.

A análise da «globalização» constante das Teses tem um valor de princípio. A globalização corresponde a uma tendência de desenvolvimento objectivo, mas os processos de globalização são hegemónizados pelo grande capital internacional e pelas potências imperialistas. **Nestas condições o mundo não se desenvolve no sentido da harmonização universal, mas da polarização mundial**, confirmando-se o desenvolvimento desigual do capitalismo como lei geral.

No decurso do debate preparatório, em torno dos acontecimentos na URSS e nos países socialistas do Leste da Europa, exprimiram-se posições de sentido contraditório. As alterações introduzidas precisam conteúdos e sublinham que, sendo necessário aprofundar o que se passou nesses países, até lá as posições do Partido estão consubstanciadas nas Resoluções Políticas do XIII e XIV Congressos, conclusões que mantêm a sua actualidade.

Mas as Teses analisam uma realidade concreta hoje, uma realidade que nos diz que esses países, **passados 10 anos, fruto das «reformas» de natureza capitalista**, estão mergulhados numa profunda tragédia, com a destruição das conquistas sociais e dos sistemas produtivos nacionais, a desintegração de Estados Multinacionais e **o proliferar de fenómenos amorais em grande escala, comprovando-se que o capitalismo não pode ser solução para esses povos.**

Reafirmando e fundamentando que, apesar da correlação de forças ser favorável ao imperialismo e de intervirmos num quadro mundial complexo e difícil, **a alternativa é o socialismo**, as Teses fazem a ressalva de que é indispensável não perder de vista que o imperialismo ainda está na ofensiva, **que se vive uma fase de resistência, de acumulação de forças** e que nestas condições

o processo libertador e de emancipação social será prolongado e complexo.

Entre o XV e o XVI Congressos efectuaram-se transformações significativas no rumo da União Europeia, cujas consequências para o presente e o futuro de Portugal e do povo português **as Teses abordam com algum detalhe.**

A subordinação da nossa economia aos interesses do grande capital nacional e internacional, a abdicação por parte dos governantes de uma política económica independente, a fúria privatizadora estimulada pelos mandantes da União Europeia, **conduz-nos a uma economia periférica dependente de centros de decisão exteriores.**

Dois aspectos importa ainda salientar. Um é o facto de o actual rumo da União Europeia ser marcado por uma tendência que se acentua paulatinamente, de carácter federalista, com o consequente reforço dos mecanismos de domínio supranacionais. **Outro é o facto de**

Portugal estar integrado num bloco económico-político-militar que assume a grande velocidade o carácter de bloco imperialista. **Neste quadro, para o PCP, a defesa da independência nacional coloca-se como uma questão estratégica.**

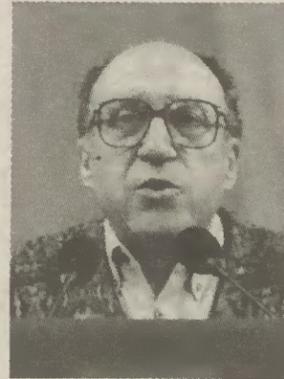
No conjunto da análise da situação nacional nos últimos quatro anos, as Teses consideram como factor marcante e determinante caracterizador da evolução da política nacional, o facto do PS ter prosseguido deliberadamente, nas questões fundamentais, a política do PSD e que a

insistência do PS nesse rumo deve ser procurada não em aspectos ocasionais e conjunturais, **mas na comunhão de práticas e interesses entre o PS e a direita**, práticas e interesses que levam à subordinação do poder político pelo económico e a uma política de classe a favor do grande capital.

No decurso do debate em torno da questão da alternativa de esquerda geraram-se posições de sinal contraditório, desde logo por uma análise parcelar de um texto que obrigatoriamente tem de ser considerado no seu conjunto e por não se compreender **que não se está a discutir uma questão que tenha entrado no campo da realização prática, bem pelo contrário.**

Partindo-se da arrumação de forças, da sua natureza e das políticas que lhes correspondem, das condições para chegar ao seu objectivo e do papel do Partido, concluiu-se que a alternativa de esquerda pela qual lutamos, **apesar da sua urgência, não é possível a curto prazo**, constituindo um processo prolongado e complexo.

Os camaradas que propuseram que se eliminasse do texto as referências críticas ao PS, com o argumento de que as críticas dificultam o avançar-se para a alternativa, e os camaradas que, partindo de uma justa apreciação da prática política do PS, rejeitam a possibilidade do PS ser considerado parte integrante de uma alternativa de esquerda, não têm em conta que a luta pela alternativa não é uma questão táctica, é uma questão estratégica que exige a conjugação de variados pressupostos indissociáveis, como sejam: um projecto de poder que abrange as orientações de uma maioria parlamentar, a quebra eleitoral do PS e o correspondente reforço do PCP, uma forte crítica à política do PS como condição do combate à política de direita, a necessidade de uma vasta frente social de oposição à política de direita que se expresse na exigência de uma política de esquerda. A manter-se o actual quadro partidário, a alternativa de esquerda exigirá um PS com outras orientações, **mas não será condição suficiente.** É condição indispensável e



Domingos Abrantes
Membro da Comissão
Política e do Secretariado
do Comité Central

incontornável o reforço significativo do PCP no plano social, político e eleitoral.

O fortalecimento do Partido é um dos grandes objectivos que se nos coloca, tarefa decisiva que deve ser assumida por cada militante e por todos os organismos.

O reforço do Partido, considerado de forma multilateral, significa o reforço da sua organização e intervenção, o aumento da sua influência social, política e eleitoral.

O balanço das actividades partidárias constante das Teses, ainda que tratado resumidamente, mostra que o Partido desenvolveu uma ampla e diversificada actividade.

A valorização da actividade realizada **não pode iludir, como aliás as Teses referem**, verificarem-se no nosso trabalho insuficiências e atrasos na superação de dificuldades desde há muito detectadas e **em relação às quais se exige grande determinação para os superarmos, sem contudo idealizarmos o quadro em que intervimos.**

A Proposta de Resolução Política contém um largo conjunto de medidas que, se as conseguirmos concretizar, tornarão o Partido mais forte.

Sobre a evolução do regime político

No Verão de 1997, o PS e o PSD concretizaram na Assembleia da República o acordo de revisão constitucional que haviam negociado fora dela. E foi assim, completamente à margem da única instituição com legitimidade para rever a Lei Fundamental, que foi desenhado e decidido, à medida das conveniências de ambos os partidos, um acordo para a revisão da Constituição que marcou o terreno da actual fase de descaracterização do regime democrático.

Na revisão constitucional de 1997 foram aprovadas disposições constitucionais com graves implicações negativas para a democracia do regime. Foi consagrada a possibilidade de nova redução do número de deputados e da criação de círculos uninominais para a eleição da Assembleia da República, com o objectivo de permitir ao PS ou ao PSD a obtenção de maiorias na secretaria. Foi consagrado o direito de voto dos residentes no estrangeiro na eleição do Presidente da República, sem que tenham sido acauteladas garantias mínimas de regularidade do processo eleitoral fora do território nacional. Foi aberta a porta para a revisão do sistema eleitoral para as autarquias locais, por forma a acabar com a eleição directa e proporcional das câmaras municipais. Foi aprovado o duplo referendo obrigatório para a institucionalização das regiões administrativas, que teve como consequência o impedimento da concretização dessa importante reforma democrática e que abriu o gravíssimo precedente de impedir, por via referendária, o cumprimento de disposições constitucionais.

A evolução do regime nos últimos anos, tem-se traduzido na descaracterização da arquitectura constitucional resultante da Revolução de Abril. Assistimos a um crescente domínio do poder económico sobre o poder político; à concentração dos meios de comunicação social nas mãos de um reduzidíssimo número de grupos económicos; aos atentados contra os direitos dos trabalhadores; ao assalto do aparelho de Estado pelas clientelas do partido do Governo; à impunidade dos poderosos perante a Justiça; à desvalorização dos poderes do Presidente da República e da Assembleia da República perante o Governo; à utilização dos referendos como armas de arremesso contra a democracia representativa; à desvalorização dos mecanismos de participação dos cidadãos na vida política; à transformação das eleições legislativas numa mera escolha entre dois candidatos a primeiro-ministro.

E é uma descarada hipocrisia que os partidos que são responsáveis por trapalhadas que só descredibilizam a democracia, como as que

No próximo mês de Março o PCP comemorará 80 anos de existência. Em termos partidários é uma muito longa vida e no entanto a morte do PCP **foi mil vezes anunciada e sempre desmentida**, pela simples razão dos nossos inimigos terem sido incapazes de perceber que a vitalidade do PCP tem uma explicação muito simples. Somos um Partido que apesar, de registar na sua longa história muitas dificuldades, avanços e recuos, o que marca decididamente a sua história **é um património de luta heróica** de milhares e milhares de homens, mulheres e jovens que dedicaram o melhor das suas vidas desinteressada e abnegadamente à luta dos trabalhadores, à defesa dos interesses do povo e do progresso do País.

Somos um Partido cuja força assenta na sua natureza de classe, na profunda ligação aos trabalhadores e ao povo, na sua ideologia e na construção de uma sólida organização, um Partido que é comunista e quer continuar a ser, por vontade soberana do nosso grande colectivo partidário.

estiveram na origem dos referendos sobre a IVG e sobre a regionalização, da revisão constitucional, ou da viabilização do Orçamento do Estado para 2001, venham lamentar a falta de interesse dos cidadãos na vida política, quando são eles que, com a sua prática, contribuem para desacreditar a actividade política e para afastar os cidadãos da participação democrática.

Os tempos que se aproximam trazem consigo a ameaça de alterações ao sistema eleitoral para a Assembleia da República que visam favorecer artificialmente a bipartidarização do regime. O PSD pretende uma nova redução do número de

deputados e a redução da dimensão dos círculos e o PS pretende a criação de círculos uninominais, tudo com os argumentos da aproximação e da responsabilização directa dos eleitos pelos eleitores. Pura hipocrisia.

Ninguém como nós defende e pratica uma relação de proximidade, de ligação estreita, de prestação de contas e de responsabilização entre eleitos e eleitores. E por isso mesmo, temos toda a autoridade para afirmar que a relação entre os eleitos e os eleitores não depende nem da forma nem da dimensão

dos círculos eleitorais, mas acima de tudo da prática e da vontade política. Se os eleitos do PS ou do PSD não estão ligados aos eleitores é porque não querem, ou porque receiam ser responsabilizados pelas promessas que fazem e não cumprem.

O que o PS e o PSD pretendem com as alterações à Lei Eleitoral é criar uma situação artificial de bipolarização que lhes permita repartir entre si a eleição de deputados e remeter os demais partidos a uma representação residual que reduza drasticamente as suas possibilidades de intervir na Assembleia da República e de influenciar soluções governativas.

A obsessão de reduzir o papel do PCP na vida política nacional, que perpassa por estas propostas, atingiu o absurdo com o anúncio da intenção do PS de apresentar um projecto de lei que imporia ao PCP a adopção de um determinado método de eleição dos seus dirigentes, o que exige que afirmemos com total clareza que o PCP não recebe lições de democracia de nenhum partido e que a eleição dos dirigentes do PCP é e será sempre feita, única e exclusivamente como os militantes do PCP decidirem.

A Constituição da República, apesar de descaracterizada e incumprida em muitos aspectos, continua a consagrar conquistas democráticas fundamentais do nosso povo, cuja defesa, efectivação e aprofundamento se inscrevem como objectivos da luta de sempre do PCP pela liberdade e pela democracia.

Por uma nova Reforma Agrária

Entre as muitas frentes de luta consagradas nas teses apresentadas para discussão ao Partido aponta-se o desenvolvimento da «luta por uma reestruturação fundiária nos campos do sul conforme a Constituição da República, começando por constituir no perímetro de rega de Alqueva um banco de terras, com áreas expropriadas e compradas pelo Estado, para atribuir a pequenos agricultores e assalariados rurais, componente de uma reforma agrária que tenha em conta a realidade económica e social de hoje, que contribua para o aumento da produção e da produtividade agrícolas, por um Alentejo desenvolvido, habitado e ecologicamente preservado e valorizado».

Como sublinhou o Secretário-Geral do nosso Partido, camarada Carlos Carvalhas, na iniciativa comemorativa dos 25 anos da Reforma Agrária que teve lugar no dia 29 de Julho deste ano em Montemor-o-Novo, «é tempo de se encarar os problemas sem preconceitos, sem hipocrisias ou falsos diálogos. E de nada vale inventar papões e fantasmas. Na nossa proposta há lugar para os diversos sujeitos agrícolas», e «a não haver uma alteração profunda e rápida na estrutura fundiária que permita a consolidação de uma nova estrutura social assente em pequenas e médias explorações de tipo familiar e em cooperativas, de acordo com a vontade dos interessados e que privilegiem a fixação dos alentejanos à sua terra, corre-se o risco de vermos a continuação da desvitalização do mundo rural alentejano, da sua cultura e ver surgir em seu lugar, quer agricultores estrangeiros, que com os apoios de que dispõem dos respectivos governos acabarão por adquirir as terras valorizadas pelo regadio aos grandes agrários, quer as multinacionais agro-alimentares cujos interesses assentam na exploração predadora dos nossos recursos e em mão-de-obra barata local e sobretudo vinda de Marrocos e de outros países do norte de África, a exemplo do que hoje sucede nos campos irrigados na vizinha Andaluzia, com impactos negativos no plano social, económico e ambiental».

É tendo presente este importante conjunto de ideias e orientações que posso informar o nosso XVI Congresso que já estamos a trabalhar no sentido de apresentar, no início do próximo ano, na Assembleia da República, um projecto de lei sobre «Medidas de reestruturação fundiária na área de intervenção do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva» visando garantir o acesso à terra àqueles que a queiram trabalhar.

Não o fazer, neste momento, seria permitir, passivamente, que os benefícios criados por um investimento público de mais de 350 milhões de contos, que está a ser feito em Alqueva, dinheiro que sai do bolso de todos os portugueses, fosse beneficiar fundamentalmente os grandes proprietários da terra, ou seja, aqueles que sempre usaram a sua influência durante o fascismo para impedir a construção deste empreendimento estratégico para o desenvolvimento do Alentejo, premiando assim os principais responsáveis pelo seu atraso e subdesenvolvimento como pretendem não só o PSD e o PP mas também o PS que,

nesta como noutras importantes questões, não esconde a natureza de classe da política que pratica, no governo, ao serviço dos grandes e poderosos deste País.

Não basta porém, e é necessário ter consciência disso, apresentar um projecto de lei na Assembleia da República. Como não basta o projecto ser justo e corresponder a uma necessidade económica e social de grande alcance para a região e garante de um correcto aproveitamento do grande investimento que está a ser feito em Alqueva sem o qual se corre o sério risco do Empreendimento poder não vir a corresponder às potencialidades que encerra e às expectativas dos alentejanos e do País.

Não dispondo hoje o Alentejo do poderoso, organizado e revolucionário proletariado rural que deu lugar aos poderosos sindicatos agrícolas após o 25 de Abril onde chegaram a estar organizados mais de 100 mil operários agrícolas; não representando hoje a população activa agrícola mais de 12% da população activa total, a acreditar nas estatísticas oficiais, contra os 63,4% em Beja, 50,1% em Évora e 57,8% em Portalegre de há 25 anos, dos quais 82,2% eram assalariados rurais; não estando hoje a maior parte das populações dependente da agricultura ao contrário do que sucedia nos anos 70; atingindo a desertificação e o envelhecimento de forma muito particular e brutal as freguesias rurais onde mais de um terço da população são reformados; não se vivendo um momento revolucionário mas antes continuando o Alentejo a viver um momento de refluxo resultante do avanço da contra-revolução; é evidente que se torna mais difícil a mobilização para a luta que entretanto é indispensável travar em torno da questão da posse e do uso da terra, contra o latifúndio, por uma nova Reforma Agrária.

Num quadro político em que a correlação de forças partidárias é claramente desfavorável a grandes transformações progressistas, devido à postura de direita do PS, impõe-se desenvolver as iniciativas necessárias para encontrar os apoios sociais suficientes, na região e fora dela, e ganhar a opinião pública nacional para a justiça e necessidade de concretizar as propostas que apresentamos, único caminho que pode condicionar o PS e abrir portas à sua viabilização.

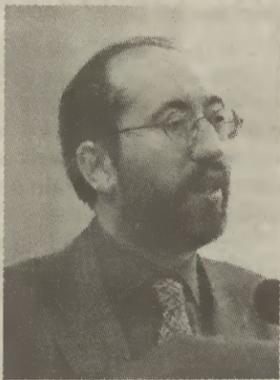
Criar uma ampla frente de intervenção e luta contra a desertificação e em defesa do

mundo rural alentejano, lutar pelo acesso à terra regada por Alqueva por parte daqueles que dela não dispõem mas que a querem e sabem trabalhar, é sem dúvida o grande desafio que se coloca a todo o colectivo partidário.

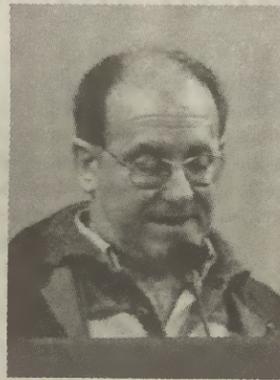
Aos que perante o quadro difícil que, temos por diante pensam que não vale a pena lutar e se deixam vencer pela descrença e pelo desânimo valerá sempre a pena lembrar que também há bem poucos anos, quando lutávamos sozinhos por Alqueva, isso não passava para muitos de uma utopia e no entanto essa utopia é hoje uma realidade.

Sendo justa a utopia e, pois, que a luta é o caminho. Vamos à luta.

Porque o Alentejo precisa e com muita urgência de uma nova Reforma Agrária.



António Filipe
Membro do Comité Central
do PCP



José Soeiro
Membro da Comissão
Política do Comité Central
do PCP



O capitalismo e a luta dos trabalhadores e dos povos

No Projecto de Resolução Política submetida ao nosso XVI Congresso apontam-se alguns dos traços mais salientes do capitalismo mundial. O texto está convosco pelo que muito não irei agora referir.

Não se referem também detidamente muitos dos traços apontados no XV Congresso mas que se mantêm válidos. Como é dramaticamente notório no agravamento da **regressão social**, gerando, como já então dizíamos, «um contraste cada vez mais desumano entre a prosperidade, a opulência, o consumismo esbanjador de uma minoria de privilegiados e a degradada situação de centenas de milhões de seres humanos». Hoje, tal como então, a situação de regressão social que flagela grande parte da Humanidade é um trágico libelo acusatório da bárbara lógica que preside ao funcionamento do sistema capitalista contemporâneo.

Procurou-se agora focalizar a atenção sobre apenas algumas questões novas ou mais determinantes. Desde logo sobre a **situação económica**.

Chama-se a atenção para a persistência, nos anos 90, de um dos mais significativos traços da actual fase do capitalismo: a desaceleração das taxas médias anuais de crescimento do produto real mundial.

Sublinha-se o forte surto de concentração e centralização do capital, com a nova vaga de megafusões que se acentuou na segunda metade da década.

Refere-se a grave crise económica e financeira de 1997-99, que levou à recessão quase metade da economia mundial e de que resultou, além de enormes destruições materiais e prejuízos humanos, uma conjuntura ainda instável, irregular e incerta, em que se perfila a grave ameaça da situação económica insustentável da maior potência mundial, os EUA.

Aponta-se o agravamento da hipertrofia cancerosa de uma «esfera financeira» cada vez mais especulativa, provocando acrescida instabilidade a todo o sistema, hipertrofia correlativa e também agravante da estagnação da esfera produtiva.

Sublinha-se que o mundo está a entrar no novo

século com a maior disparidade de rendimentos de sempre e que prossegue o desenvolvimento desigual do capitalismo, o qual não pode deixar de gerar novos desequilíbrios de forças, pelo que o mito de um «ultra-imperialismo», racionalizado e pacífico sob um «governo mundial», é tão falso neste final do século XX como o foi no seu começo.

Procura-se dar uma breve base desmistificada para a compreensão da actual vaga de globalização capitalista – questão complexa e que tem sido objecto de grande confusão ideológica, onde são bem mais as vozes do que as nozes. A vozeria acaba por dificultar a detecção das nozes reais, que existem, pelo que se exige uma mais sóbria e segura investigação a prosseguir.

Aponta-se a crescente instabilidade do actual sistema de regulação económica mundial, incapaz de evitar sucessivas crises, o que é resultado e expressão também da crise das políticas e receitas devastadoras do neoliberalismo.

Não se ignoram ou subestimam os enormes recursos de que dispõe o capitalismo dominante. Mas quanto maior é a nau, maior a tormenta. Pelo que também não se pode absolutizar a eficácia dos meios de que ele dispõe para gerir as crises recorrentes, a que não escapa, e a reconhecidamente crescente complexidade, volatilidade e incerteza do seu funcionamento.

O tão apregoado surto de progresso que a actual vaga de globalização capitalista iria supostamente imprimir ao desenvolvimento mundial, esbarra com as injustiças, desequilíbrios, contradições e limites do próprio sistema; aprofunda intoleráveis polarizações e fracturas sociais; patenteia a insustentabilidade de um modelo de sociedade, o capitalismo, regido pela lei do lucro, modelo que ameaça hoje a própria sobrevivência da Humanidade e do seu *habitat*, a Terra.

Não temos uma expectativa «catastrofista» do fim do capitalismo. E pese a prevalência teimosa, contra os que as negam, das leis objectivas do seu desenvolvimento, não perfilhemos qualquer visão mecanicista da História. Bem pelo contrário: a His-

tória é obra dos homens, cuja acção, trabalho, organização e luta são factor subjectivo essencial para decidir, dentre o leque de possíveis que a objectividade permite, o configurar do seu próprio futuro, a transformação revolucionária da sociedade.

Por isso mesmo valorizamos altamente a continuação da **resistência e luta dos trabalhadores e dos povos** que se tem verificado nos últimos anos em praticamente todas as regiões do mundo, dos mais diversos sectores sociais, por um amplo leque de objectivos, dos mais parcelares, pontuais e locais, até aos mais gerais, politizados e globais, com o recurso às formas de luta mais diversas.

O sucinto e lacunar panorama da luta dos trabalhadores e dos povos esboçado no Projecto de Resolução Política – é sinal apenas, mas significativo, de uma muito mais ampla, rica e poderosa realidade de inúmeras outras importantes lutas travadas por todo o mundo nestes últimos 4 anos.

Ele mostra que – apesar da brutal alteração desfavorável da correlação de forças ocorrida há uma década; apesar do prosseguimento da ofensiva do grande Capital, das alterações e da precarização das condições laborais e de existência que dificultam a acção colectiva, ampla e coesa;

apesar do salto em frente da agressividade imperialista –, apesar de tudo isso os trabalhadores e os povos não baixaram os braços, organizam-se e lutam, reorganizam-se e voltam à luta, confirmam que é possível resistir e vencer, e só está definitivamente vencido quem não persiste na luta.

A realidade efectiva (e não a visão deformada e deliberadamente desmobilizadora que os *media* dominantes nos querem inculcar) é que o grande Capital e a ambição de domínio planetário do impe-

rialismo deparam através do mundo com uma crescente e diversificada resistência dos trabalhadores e dos povos. É resistindo e lutando que se acumulam forças para novas e mais poderosas lutas e assim se poderá inverter a correlação de forças no mundo.

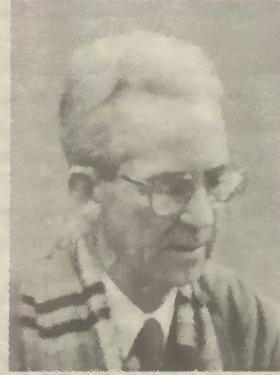
É necessário prosseguir (com tenacidade e confiança revolucionárias, com atenção às novas realidades e criatividade na busca de soluções consistentes) um grande esforço para vencer dificuldades e intensificar a acção comum ou convergente, para elevar a consciência de classe e

política das mais largas massas, para fazer confluír numa mesma corrente movimentos e lutas que, objectivamente, têm uma mesma matriz antineoliberal, quando não mesmo já anti-imperialista e anticapitalista.

A participação dos comunistas, intimamente ligados aos trabalhadores e os povos dos seus países, e simultaneamente internacionalmente solidários com os comunistas, os trabalhadores e os povos do mundo, é um factor insubstituível para o reforço dessas resistências, lutas e convergências.

Reforçando o nosso Partido Comunista Português, a sua mais constante e profunda ligação aos trabalhadores e às mais amplas

massas populares de Portugal – o nosso XVI Congresso contribuirá para que o nosso Partido reforce igualmente a **ampla frente mundial anti-imperialista** – e assim também o movimento histórico de **superação revolucionária do capitalismo** que, iniciado há apenas 8 décadas, marcará seguramente o século XXI no sentido da construção de uma sociedade nova mais justa e humana para todos, livre de exploração do homem pelo homem, o socialismo e o comunismo.



Carlos Aboim Inglês
Membro do Comité Central do PCP e da Comissão Central de Controlo

A economia portuguesa e o capitalismo monopolista

Corria a vida feliz e contente ao Eng. Guterres, apesar da descida do euro e da subida da taxa de juro, quando brutalmente o preço do barril de petróleo desatou a trepar. Um repentino sobressalto assaltou as cabeças pensantes do País. Os analistas económicos, os comentadores políticos e o Governo acordaram. A economia do País não ia bem. Não ia mesmo nada bem.

Pina Moura ainda reflectia, sobre se se tratava de um ajustamento estrutural ou conjuntural, quando se conheceram as previsões económicas da Comissão Europeia, da OCDE e do FMI. Pessimistas. Nuvens negras no horizonte. Lá se ia a convergência com a Europa.

Previsões são previsões, «valem o que valem», decretou o primeiro-ministro.

Então que se passa na economia portuguesa? NADA.

As famílias estão endividadas. As empresas estão endividadas e desesperadas pelas ajudas comunitárias que nunca mais chegam. A balança comercial dá sinais inquietantes com um défice que não pára de crescer. A produtividade do País não converge. O País é o primeiro do *ranking* europeu da terra agrícola abandonada, com 41%, para uma média comunitária inferior a 9%. Cavaco Silva fala de um monstro nas contas públicas. O Senhor Presidente da República diz que Portugal tem «problemas muito sérios a médio prazo». As parcerias estratégicas são desastres estratégicos, como acontece na TAP/SWISSAIR. Os salários portugueses estão mais longe da Europa, excepto os dos directores gerais, diz uma conhecida empresa de consultoria económica. Diz o INE. Um País a duas velocidades. Lisboa triplicam e portuenses dobram o poder de compra do País.

Um recente estudo económico conclui: nos sectores petrolífero, de energia eléctrica e banca existe, a prazo, um risco para a economia portuguesa pela possibilidade de Espanha se apropriar dos excedentes de riqueza criados em Portugal – via perda de centros de decisão e de valor acrescentado nas fileiras produtivas, transferência de emprego.

Em rota insustentável está Portugal, diz o FMI! Este é o resultado previsível, lógico, de opções estratégicas e escolhas, de política, económica. Nenhuma surpresa.

Uma economia periférica. Subsidiária. Subcontratada. Dependente. Deficitária. Vulnerável. Endividada. Insustentável.

É o modelo económico de velhíssimas teses e opções políticas ajustadas aos interesses da grande burguesia portuguesa.

Os grupos monopolistas como células estratégi-

cas de estruturação e articulação de todo o tecido e funcionamento económicos;

Uma reforçada ligação entre o poder político e o grande capital, observável no papel do Estado na acumulação acelerada do capital e na consolidação dos principais grupos económicos;

A atribuição de um lugar estratégico ao capital estrangeiro, mesmo quando este se confina a actividades especulativas, ou quando apenas deslocaliza actividades em busca de lucros rápidos;

A persistente aposta num crescimento económico centrado numa dinâmica exportadora, assente em produções com reduzido valor acrescentado, no baixo nível dos salários, da qualificação e protecção social dos trabalhadores;

A tentativa de vender a posição geoestratégica do País como elo e plataforma dos grupos transnacionais, bem patente na tese de Portugal como Porta Atlântica da Europa.

Este modelo, de Cavaco Silva e cuja concepção, objectivos, lógica interna, política e instrumentos foram partilhados e assumidos pelos dirigentes do PS, é responsável pelo aprofundamento do carácter periférico e dependente da sociedade portuguesa. Pela sua profunda vulnerabilidade à mínima brisa da conjuntura externa. Caracterizam-no a brutal fragilização do tecido produtivo nacional e a acentuação dos seus principais défices (agro-alimentar, tecnológico, energético), a manutenção de um perfil de especialização económica pouco valorizado, a inserção subalterna na divisão europeia e internacional do trabalho, a agudização das desigualdades sociais e o agravamento das assimetrias regionais.

Este é o modelo das privatizações, do assalto e esbulho pelo grande capital dos bens públicos, do património de todos os portugueses. Das negociatas Champalimaud/Banco Santander. Este é o modelo que isenta de milhões de contos de impostos a venda da GALP pelos portugueses da PETROCONTROL aos italianos da ENI. Este é o modelo de um governo em que os ministros compram acções das empresas que mandaram privatizar. Da fusão da Portugal Telecom com a Lusomundo do sr. coronel Silva, para posterior privatização a 99,99%.

Este é o modelo do crescimento exponencial, ano após ano, dos lucros bancários num país cuja economia e salários rastejam. Este é o modelo das chantagens do grande capital (UNICER/LACTO-IBÉRICA/Salvador Caetano) sobre o Estado português, sempre que uma possível decisão pública belisca a taxa de lucro. Este é o modelo que aceita que os seus agricultores paguem multas porque a produtividade do sector leiteiro subiu, e aceita que as ajudas comunitárias sejam as mais baixas da União Europeia porque a produtividade agrícola do

País é baixa. Este é o modelo da predação dos pequenos e médios empresários. Este é o modelo da injustiça fiscal.

Este é o modelo em que o grande capital obtém do partido do Governo e dos partidos à sua direita, um quadro legal da imigração para fornecimento de mão-de-obra à medida, barata e descartável.

Este é o modelo do Vale do Ave, onde trabalhadores vendem as suas férias pelos 70 contos de salário de um mês, enquanto uma em cada quatro crianças tem um quotidiano de cansaço e gestos repetitivos no seu trabalho, domiciliário, infantil.

Este é o modelo em que o Pórtico da Lisnave, outrora bandeira do maior estaleiro da Europa, é hoje imagem de marketing publicitário de pretendido empreendimento imobiliário de torres gigantescas a instalar nas docas da Margueira, e onde os Melos têm interesses significativos.

Perante os sinais de crise abertos numa sociedade em que a economia não se ajusta às necessidades e anseios dos homens e mulheres, nem se coaduna com a sustentabilidade do planeta, que fazer? Velhos caminhos para a salvação da economia portuguesa fazem a sua aparição.

A salvação está na Nova Economia, proclama o Eng. Guterres. Ou seja, no capitalismo neoliberal embrulhado nas novas tecnologias da informação. Uma mistificação, porque a «Nova Economia», lá onde entrou em velocidade de cruzeiro (EUA), mostra um impacto modesto na produtividade e é parca na criação de emprego. Antes tem acentuado a dualização do mercado de trabalho. A «nova economia» com que o engenheiro Guterres enfeitou a Cimeira de Lisboa, dita do emprego, apenas serviu para acelerar a liberalização económica. E depois a Comissão Europeia tirou a conclusão. Aconselhou o Governo português a flexibilizar o mercado de trabalho e a facilitar os despedimentos. Afinal a «nova economia» é a velha economia da intensificação da exploração capitalista nas condições da enorme mutação, resultante da revolução tecnológica e da globalização que o capital impulsiona e dirige.

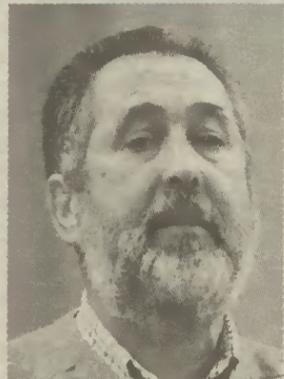
Proclama o dr. Durão Barroso, a salvação está noutro modelo de privatização e no corte das despesas públicas. A salvação está na retirada do Esta-

do da economia e na redução dos impostos, proclama de forma inovadora o dr. Paulo Portas. E todos, mas todos, com o FMI, a OCDE e a Comissão Europeia a ajudar à missa, salvam o País com a moderação salarial e a redução das despesas com a saúde dos portugueses, com a reforma da segurança social, através da capitalização dos fundos de pensões e o aumento da idade das reformas.

A resposta para a economia portuguesa existe. Mas exige pôr em causa o capitalismo neoliberal e os interesses da grande burguesia portuguesa, os interesses dos 200 biliardários da Revista Fortune. Interesses substanciados nos objectivos dos grupos económicos portugueses, associados ou não ao capital estrangeiro. Exige combater esta assimétrica integração económica e lutar por outro rumo para a União Europeia. Exige recusar a lógica da maximização do lucro e da rentabilidade financeira como medida de todas as coisas. Exige travar uma lógica de expansão do capital monopolista e transnacional que, como o nevoeiro mortífero de um filme de terror, invade todas as actividades e relações sociais, segundo as boas teses da Escola de Chicago.

Exige o combate ideológico ao economicismo e ao pensamento tecnocrático, que pretendem fazer do tribunal uma «unidade produtiva de justiça» e da saúde mais um negócio do Monjardino. Exige o comando político da economia. Exige um forte sector público empresarial. Exige a compatibilização do crescimento económico com imperativos equilíbrios ecológicos e ambientais. Exige a centralidade e a valorização do trabalho dos portugueses como questão nuclear da economia. Exige, ultrapassada que está uma qualquer impossível autarcia ou isolamento internacional, a defesa da soberania nacional.

Não será fácil este diferente caminhar. A alternativa económica dos comunistas exige o aprofundamento teórico do modelo delineado no nosso projecto programático de uma Democracia Avançada. Mas, mais decisivamente, exigirá a integração da alternativa económica na prática política de construção de uma alternativa de esquerda para Portugal. Exigirá a disponibilidade, a inteligência e força militante dos comunistas na mobilização da resposta política do povo português à escandalosa e persistente tentativa de apropriação do seu futuro pela grande burguesia portuguesa.



Agostinho Lopes
Membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central

As privatizações

As nacionalizações resultantes da Revolução de Abril de 1974 apressadas pela sabotagem económica dos grupos monopolistas que haviam sido a base económica e social do regime fascista, constituíram um grande avanço democrático e de desenvolvimento económico e social do País.

A nomeação de gente da confiança dos grandes monopolistas pelos sucessivos governos para os Conselhos de Gerência e Administração, com o objectivo de criar graves problemas às empresas foi o primeiro passo para a sua privatização.

As sucessivas revisões da Constituição com início em 1982, alteraram a Lei da Delimitação dos Sectores, no sentido de abrir ao capital privado sectores decisivos. A criação de novas leis, levaram mais tarde à 2.ª revisão constitucional de 1989, num vergonhoso acordo entre o PS e o PSD.

O PSD-Cavaco Silva ficava assim com as mãos livres para iniciar um processo privatizador que não mais terminou até aos nossos dias e a sua continuação no futuro, como prova o O.E. de 2001. Com muitas das empresas endividadas ao sabor da política de direita para cobrir os défices do O.E., iniciou em meados dos anos 80 a chamada reestruturação das empresas e o seu saneamento financeiro - diga-se preparar a privatização e a entrega destas ao grande capital - sem qualquer problema financeiro, que aliás tem sido prática dos sucessivos governos.

A privatização da banca, dos seguros, a passagem a sociedades anónimas (SA), de empresas como a Tabaqueira, a Quimigal, a Siderurgia Nacional, a Portucel, os TLP, a TAP, a Petrogal, entre outras, como o desmantelamento que foi seguido nestas empresas, com a criação de outras por ramo de actividade ou serviços, levou ao desaparecimento até aos dias de hoje de **mais de 85 mil postos de trabalho, ao aumento dos ritmos e volume de trabalho, ao desrespeito pelos horários, às discriminações salariais, à redução de direitos e regalias com reflexos objectivos na degradação das condições de trabalho.** As privatizações de sectores económicos e serviços públicos com a alteração dos seus objectivos essenciais, passa a ser o lucro e não um bom serviço, traduzem-se em retrocessos reais no agravamento das desigualdades sociais e das assimetrias regionais, e no desaproveitamento de enormes possibilidades existentes que numa concepção de serviços público permitiriam um nível superior de satisfação das necessidades do povo Português e do desenvolvimento do País.

As privatizações foram para Portugal uma catástrofe económica e social.

No plano económico e financeiro beneficiaram os grandes grupos económicos portugueses, alastrando-se já a grupos estrangeiros a todos os níveis, comprometendo a nossa soberania aos

ditames das transnacionais e multinacionais, submetendo o poder político ao poder económico.

Perderam, a classe operária, os trabalhadores, as populações e utentes que lutaram e continuam a lutar em toda a linha contra a política desastrosa dos sucessivos governos do PS/CDS - PS/PSD - PSD e agora PS com todo o apoio da direita.

O governo PS, em vez de arrear caminho quando chegou ao poder, fez totalmente o contrário, acelerou o processo privatizador entregando nas mãos dos monopolistas - Mellos, Champalimaud, Espírito Santos, Jardim Gonçalves, Belmiro de Azevedo, Jerónimo Martins, entre outros, alavancas fundamentais da economia do País, subordinando uma boa parte do poder político.

De um regime democrático virado para a satisfação das aspirações dos trabalhadores para a afirmação da independência nacional, avança-se para um regime marcado pelos interesses do grande capital e de submissão ao imperialismo.

O governo do PS continua a ansia privatizadora, como está bem patente nas várias fases de privatização da Telecom, EDP, Galp, TAP, neste último semestre de 2000 e de acordo com o O.E. para 2001 prepara mais fases na Cimpor, PT e Papercel.

Nestes últimos dois anos o O.E. vai ser alimentado em mais de mil milhões de contos, e a questão que se coloca é quando acabar esta «fonte» de receitas.

O XVI Congresso reafirma — é necessário um sector público forte e dinâmico para a democracia e o desenvolvimento, como exigência actual e de futuro, que passe designadamente por:

- O sector financeiro, em particular a banca, as telecomunicações, os transportes e vias de comunicação o sector da energia, electricidade, gás e petróleos, captação, tratamento e distribuição de água, tratamento de águas residuais, indústria de defesa, siderurgia, química de base, cimento, papel e celulose, construção e reparação naval, exploração mineira;

- Manutenção das posições do Estado nas áreas de agricultura, pecuária, florestal, alimentação e pescas;

- A defesa da continuação na Administração Pública e Local de serviços essenciais.

Há duas condições fundamentais para concretizar e assegurar este rumo e estas propostas: a luta de massas, através da luta da classe operária e dos trabalhadores e suas organizações representativas, e a luta das populações em defesa dos seus legítimos interesses e direitos, do interesse nacional e da democracia e o reforço do PCP e da sua influência, a qual será determinante para uma política de esquerda para Portugal, rumo ao socialismo, como verdadeiro projecto para o século XXI.



José Abreu
Membro da Direcção da Organização Regional de Setúbal e do Comité Central do PCP



José Neto
Membro do Comité Central

É necessário apostar numa estratégia para a segurança. Não, claro está, a do PSD ou do PP. Mas tampouco a indefinição, a hesitação e mesmo desresponsabilização do PS e do seu governo.

Não bastam boas intenções, são precisos actos. Já chega de promessas, impõem-se medidas.

Uma estratégia para a segurança deve centrar-se em quatro direcções fundamentais: a primeira, no sentido de privilegiar sem equívocos os factores de prevenção e proximidade das populações; a segunda, para acentuar de forma consistente o processo de desmilitarização e democratização das estruturas das Forças de Segurança; a terceira, com vista a atacar de forma decidida o problema da formação cívica dos agentes policiais; a quarta, visando a dignificação dos profissionais da polícia, das condições em que prestam serviço, da efectiva concretização de direitos sindicais.

A aplicação da Justiça no nosso país é, porventura, o campo em que a denegação do princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei tem uma das expressões mais concretas e insofismáveis.

Não é apenas a morosidade da Justiça, o seu custo elevado, a sua menor qualidade para as camadas sociais com menos recursos.

Do que se trata, acima de tudo, é da acentuação de uma Justiça de classe, discriminatória e desigual. Já não é apenas o PCP que o diz: o actual sistema de Justiça reproduz e acentua as desigualdades e os privilégios dos poderosos relativamente aos cidadãos comuns e às classes mais desfavorecidas economicamente.

E é só nesta óptica que se pode explicar que a lei e a justiça, que actuam com eficácia nos casos triviais e que punem por vezes com excessiva dureza o pequeno crime e o jovem delincente, é a mesma lei e a mesma justiça

à sombra da qual os chamados megaprocessos, que envolvem senhores do dinheiro e do poder, se têm arrastado, lenta mais invariavelmente, para o arquivamento ou a prescrição.

Nunca é de mais reafirmar aqui que, sobretudo nos casos de fundadas suspeitas de criminalidade económica, tráfico de influências, branqueamento de dinheiro e outra criminalidade altamente organizada, com ligações mais do que duvidosas às áreas do poder, as investigações devem prosseguir até às últimas consequências.

Os Tribunais não são imunes às críticas, temo-lo dito. Mas, é preciso estarmos alerta para certos perigos que se perfilam no horizonte. Não podemos deixar de denunciar vivamente todos aqueles que pretendem utilizar a justa indignação dos cidadãos para pressões que visam denegrir os tribunais e os magistrados, com o objectivo de bloquear e neutralizar a sua acção.

Essas pressões inserem-se num processo mais profundo, que se está a intensificar, contra a independência do poder judicial e que tem por fim a continuação da impunidade e dos privilégios. A gravidade da situação exige, para além de medidas pontuais e imediatas, reformas profundas na óptica de

uma Justiça ao serviço do cidadão e de defesa dos seus direitos, liberdades e garantias. Essas reformas devem visar como grandes objectivos a democratização do acesso dos cidadãos à Justiça, uma Justiça mais próxima das populações e acima de tudo mais equitativa e igualitária.

Isso exige a participação activa de todos os sectores democráticos da sociedade e o envolvimento de quantos trabalham na Justiça.

Todos conhecem as propostas e o empenhamento do PCP. Sabem que podem contar com o PCP

O movimento operário e sindical e as lutas de massas

Uma das teses centrais do Projecto de Resolução Política afirma e demonstra que os trabalhadores continuam a ser o motor da luta de massas, valoriza e destaca o papel do movimento operário e sindical na participação, mobilização e organização da luta e sublinha a incontornável e insubstituível acção e a intervenção do Partido no seu desenvolvimento.

Houve quem quisesse ou pensasse que não seria assim.

O grande capital, acolitado por um exército de especialistas, consciente da sua força, dos efeitos da ofensiva anti-social, do papel cúmplice e, simultaneamente, anestesiante do Governo PS, do domínio e do impacto dos poderosos meios de comunicação que estruturam as formas de aprender, de pensar, de produzir, de comprar, de decidir, de votar e entender o mundo, concluíram: ou o movimento operário e sindical capitulava e se integrava no sistema, ou ficaria residual.

Outros, as alterações e mutações em curso, interiorizando todas as teorias sacralizadoras do mercado, da competitividade e da globalização capitalista, desenvolveram a tese da ineficácia da luta do movimento operário e sindical, o esbatiamento da luta de classes e a procura de movimentos alternativos que emparceirassem o movimento sindical ou o que dele restasse, emparceando, consequentemente, o Partido de classe, o Partido dos trabalhadores,

com a ideia de que é possível socializar e civilizar o capitalismo.

A vida e a luta provaram uma coisa diferente. Nestes quatro anos, foi a luta dos trabalhadores que travou a política da direita e a dominação capitalista, quer pela luta de classes directa e aberta, luta económica, classe contra classe, no espaço da empresa e no âmbito alargado da luta sindical e de massas, quer através da luta política, afirmando os trabalhadores no seu Partido de classe.

Assim o fizeram os trabalhadores têxteis na luta pela redução efectiva da jornada de trabalho. Assim o fizeram centenas de milhares de trabalhadores de quase todos os sectores na acção reivindicativa, em defesa dos contratos colectivos, pelo direito de negociação, por melhores salários e dignificação das carreiras profissionais, onde para além de sectores industriais tradicionalmente mais combativos, participaram os pescadores, com uma greve de 78 dias sem nenhuma remuneração, os motoristas de transportes de combustíveis (e material perigoso), enfermeiros, professores, médicos, trabalhadores da Função Pública e da Administração Local.

Assim o fizeram os trabalhadores, mobilizados e organizados pela CGTP que, tal como no processo de redução do horário de trabalho para as 40 horas, encetaram uma diversificada e prolongada luta contra um grave pacote de propostas de lei laborais, da iniciativa do Governo PS, que na sua essência e substância ques-



Jerónimo de Sousa
Membro da Comissão Política do Comité Central

Segurança e justiça

Muito se tem falado na insegurança e na crise da Justiça. E, tantas vezes, olhando a árvore e não vendo a floresta - é que a situação que se vive na Segurança e na Justiça é um sintoma, dos mais graves, da profunda crise em que vive a sociedade.

O sistema judicial - os tribunais, como aliás as polícias ou o sistema prisional, estão em autêntica sobrecarga, chamados a solucionar os problemas não resolvidos a montante e que os governos e as políticas capitalistas não querem ou não podem resolver.

Os resultados são por de mais conhecidos: as polícias assoberbadas pelo pequeno delito, os tribunais atulhados com acções por dívidas ou casos de droga, as prisões sobrelotadas com delinquentes por toxicod dependência.

Não há sistema que resista se os problemas sociais não forem atacados nas suas verdadeiras causas - as desigualdades e a exclusão, a degradação do tecido económico e social, a desvalorização do trabalho, os desvalores

do individualismo e da competição sem limites, a desumanização, a falta de confiança, o desespero.

Por mais polícias que se formem, por mais tribunais ou prisões que se construam, sem a perspectiva e a concretização de reais e profundas transformações democráticas - económicas, sociais e políticas - os problemas não terão solução consistente e duradoura. Ao contrário, os sistemas que supostamente os resolveriam (veja-se as prisões) acabam, perversamente, por contribuir para o seu agravamento geral.

Mas, ao focalizarmos as causas dos fenómenos, como o da insegurança, por exemplo, não desvalorizamos o crescimento da delinquência e do crime e a necessidade de os prevenir e combater. A insegurança dos cidadãos, sobretudo nos centros urbanos, é uma realidade de cada vez mais preocupante. Não pode ser escondida pela manipulação política nem servir de pretexto para objectivos inconfessados, como temos assistido.

tionavam ou tentavam eliminar pilares e conceitos do direito do trabalho no plano do emprego, dos salários, das férias, escolhendo como alvo preferencial os jovens que ingressavam no mercado de trabalho.

Contra a corrente e a aceitação passiva da inevitabilidade das privatizações, travou-se a luta contra a operação de entrega ao grande capital dos sectores básicos e estratégicos, com a consciência de que será o futuro a dar razão a este combate pela defesa do sector público e dos serviços públicos.

Com os trabalhadores esteve o PCP, quantas vezes só o PCP, indo lá, ou estando lá nas empresas a alertar e estimular os trabalhadores para a defesa dos seus interesses e direitos, tomando iniciativa política e legislativa, estabelecendo a dialéctica entre a reivindicação e a luta de massas, e a iniciativa legislativa, entre esta e aquela como factor mobilizador para desenvolver, credibilizar e potenciar a reivindicação e a luta.

E foram estas milhares de pequenas e grandes lutas — que se transformaram em afluentes dessa grande manifestação de 23 de Março passado, em Lisboa, confirmada na manifestação de 19 de Junho, no Porto — que, pela sua dimensão, composição, organização, combatividade e objectivos, validaram a opção estratégica da CGTP-IN quando considerou como prioritário o local de trabalho para intervir, sindicalizar, mobilizar e organizar os trabalhadores.

Pelos resultados alcançados aqui dizemos: valeu a pena lutar!

Mas, não há que subestimar as reais dificuldades com que se confronta o movimento operário e sindical. Há a fragmentação dos colectivos dos trabalhadores, utilização da subcontratação nos conflitos laborais, mais desregulamentação e precarização, menos efectivação dos direitos, o desconhecimento de quem é o verdadeiro patrão face ao afastamento dos centros de decisão. Portugal passa de um país de mão de obra emigrante para um espaço de imigração de trabalhadores fortemente explorados, já não só de África mas dos países do leste europeu. Cria-se uma forte dualização de força de trabalho, instituindo na empresa um núcleo de trabalhadores mais qualificados e um segundo grupo com vínculos precários e «descartáveis».

Alteram-se conceitos. Operários são denominados de técnicos de produção, de «colaboradores», para impedir a evolução da carreira profissional e criar o chamado «pau para toda a obra».

Este modelo, produto do neoliberalismo dominante, traz múltiplas dificuldades à organização e à acção dos trabalhadores. Enfraquece, dificulta e atrasa a sua tomada de consciência de classe e a transposição desta para a posição e opção políticas e eleitorais.

São factos! Mas a questão central é que mudaram e refinaram os métodos, mas não mudou a natureza agressiva e exploradora do capitalismo, como não mudou o papel insubstituível dos trabalhadores como força motriz na produção, nas transformações soci-

ais e no desenvolvimento da sociedade, que a luta de classes continua a ser a grande questão da nossa época contemporânea.

Enquanto alguns dataram para este final de século o fim do sindicalismo de classe, eis que o movimento sindical unitário, a CGTP-IN, se revitalizou na acção, na organização e na luta, num esforço de reestruturação dos sectores operários e dos serviços, de aumento de sindicalização e do número de delegados sindicais eleitos, na atracção e filiação de sindicatos da área dos serviços e da administração pública, se prestigia no espaço do sindicalismo europeu, sem abdicar da sua autonomia e dos seus princípios e privilegiando o espaço nacional para intervir e lutar sem perder a sua dimensão internacionalista, nem perder de vista a cooperação e coordenação internacional.

Quando alguns viram frustradas as tentativas de transformar o movimento das comissões de trabalhadores em estruturas paralelas e concorrentes ao movimento sindical, e passaram à tentativa da sua eliminação, os trabalhadores continuaram a eleger e a reforçar as listas unitárias onde participam mais de 3.500 homens, mulheres e jovens eleitos nos locais de trabalho.

O que foi decisivo para este resultado foi assumir a empresa e os locais de trabalho como lugar-chave para intervir, mobilizar e consciencializar, desenvolver a democracia sindical a todos os níveis da estrutura e incentivar a participação dos trabalhadores em torno dos seus problemas concretos.

Em todo este processo foram decisivos a

participação militante e o generoso empenhamento de milhares de comunistas sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores. Há muito que assumimos o princípio da unidade e de independência do movimento sindical unitário, o valor que damos à participação e contribuição de trabalhadoras e trabalhadores socialistas, católicos e sem filiação partidária, reunidos com os comunistas em torno do projecto unitário consubstanciado na CGTP-IN.

Mas essa justa orientação de defesa de independência e de natureza unitária do movimento sindical por parte dos comunistas, não é contraditória com a assunção destes da sua condição revolucionária perante os trabalhadores e na relação com o Partido. Nós que viemos ao Partido a partir da nossa condição de sindicalistas, por evolução da nossa consciência de classe para um patamar mais elevado de consciência política, haveremos de afirmar a nossa livre e responsável opção de sermos comunistas, que lutam na frente unitária pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores, sem esquecer nunca o nosso ideal e projecto mais avançado de transformação social, este Partido da classe operária e de todos os trabalhadores!

Nós não temos só confiança histórica. Temos confiança porque acreditamos nos trabalhadores e na sua luta!

Porque este Partido precisa dos trabalhadores.

Porque os trabalhadores precisam deste Partido.

Actividade do Grupo Parlamentar

Incumbe-me prestar contas ao Congresso da actividade do Grupo Parlamentar do PCP nos últimos quatro anos, tarefa que me foi extremamente facilitada pela intervenção inicial do camarada Secretário-Geral.

Faço-o em nome de todos os camaradas que exercem ou exerceram o cargo de Deputado, com a consciência de que, ao longo deste período, a actividade do nosso Grupo Parlamentar se revestiu de uma importância relevante para toda a actividade política do nosso Partido, de que essa actividade foi uma componente permanente e essencial da afirmação política do PCP na vida portuguesa.

Nos quatro anos que decorreram desde o XV Congresso, registaram-se alterações na correlação de forças existente na Assembleia da República - de uma situação em que o Partido do Governo tinha uma minoria de deputados passou-se à situação actual de o PS deter no Parlamento o mesmo número de votos que todas as oposições no seu conjunto - e foram diferenciadas as fases conjunturais que se viveram na vida política e parlamentar, o que, necessariamente, teve de ser tido em conta na acção do nosso Grupo Parlamentar. *Mas o que releva como essencial da postura dos deputados comunistas, em estreita ligação com a actividade política de todo o Partido e no quadro da sua orientação geral, foi a capacidade de, para além das conjunturas, manter a coerência estratégica da sua intervenção parlamentar.*

Declarada e frontalmente, fomos oposição de esquerda aos governos do PS. Opusemo-nos e combatemos as suas orientações e medidas políticas, sempre que elas se posicionaram à direita, o que, infelizmente para os portugueses, tem sido a regra e não a excepção.

Denunciámos os entendimentos e negociações do Governo do PS com os partidos da direita parlamentar ou com «autarcas pára-quadristas», para fazerem passar propostas e decisões políticas contrárias aos interesses do País e dos trabalhadores.

Porém, não nos deixámos seduzir pela via, que embora a mais fácil não seria responsável, de sermos oposição pela oposição.

Apresentámos e defendemos as nossas propostas e projectos de lei, visando mais democracia e maior afirmação dos direitos e liberdades dos cidadãos, mais progresso económico, mais justiça social, mais respeito pelos que trabalham e pelos seus direitos, mais solidariedade para com os que mais dela

necessitam, maior independência do poder político face ao poder económico. Isto é, apresentámos soluções alternativas de esquerda adequadas às necessidades e interesses do País e correspondendo às legítimas aspirações dos portugueses.

E não tenho dúvidas que foram os deputados comunistas os principais porta-vozes dos trabalhadores, dos movimentos sociais e das massas populares na instituição parlamentar, aí levando as suas preocupações e pugnando pela resolução dos seus problemas.

E, apesar de os governos do PS desenvolverem predominantemente políticas de direita e promoverem preferencialmente entendimentos à direita, nunca tivemos reboço, nunca desprezamos nenhuma oportunidade, de juntar os nossos aos votos dos socialistas para aprovar medidas positivas que dessem satisfação às aspirações e aos interesses dos trabalhadores, dos reformados, das mulheres e dos jovens do nosso país.

É devido a essa atitude politicamente responsável que hoje nos podemos rever em algumas dezenas de leis da República benéficas para o País e para os portugueses que, nestes últimos quatro anos, foram aprovadas por iniciativa e com o voto dos deputados comunistas.

Por tudo isto, Camaradas delegados, e correndo o risco de tal poder ser considerado como estando a «advogar em causa própria», creio poder afirmar-vos que *ao longo deste período o Grupo Parlamentar do PCP teve a capacidade de manter um elevado e invejável nível de intervenção e realização políticas, em prol do Partido que somos, do País que queremos e do Povo que servimos.*

Com base na experiência da actividade do Grupo Parlamentar do nosso Partido, quero, aqui e agora, partilhar convosco duas ou três ideias.

A primeira, sobre a questão de o PCP dever ser preferencialmente um Partido de luta ou um Partido de proposta.

Julgo que é um erro político defender esta dicotomia.

Não sendo único, o exemplo da luta pelas 40 horas semanais é a este respeito paradigmático. A participação activa do Partido na luta dos trabalhadores do Vale do Ave foi potenciada com a apresentação e discussão dos projectos de lei do PCP. E, se a ninguém podem restar dúvidas que a vitória alcançada

se ficou a dever à perseverança e tenacidade dos trabalhadores têxteis, considero inequívoco que a acção que se verificou a nível institucional contribuiu, insofismavelmente, para esse sucesso.

Do meu ponto de vista, tão grave erro político seria o de privilegiar o PCP como um «partido de protesto» dos mais desfavorecidos, secundarizando ou mesmo olvidando a elaboração e apresentação de propostas alternativas, como o seria eleger a participação institucional como primeira ou exclusiva prioridade da intervenção política do PCP, divorciando-a da luta de massas indispensável para a concretização da transformação social a que não renunciamos.

Não há alternativa: a intervenção do PCP na luta social e a sua intervenção de propositura, designadamente na Assembleia da República, têm necessariamente de ser feitas em articulação, completando-se e potenciando-se uma à outra!

A segunda ideia, a da necessidade do reforço da participação dos intelectuais e quadros técnicos.

Para além da questão mais geral de um partido comunista não poder demitir-se de teorizar sobre a realidade social, o Partido necessita de elaborar, em permanência, uma análise aprofundada do País e da sua inserção internacional, para, com base nela, estabelecer os seus objectivos e propostas políticas de curto e médio prazos.

Para isso, é necessário, é indispensável, atrair e motivar o concurso de todos os militantes, e mesmo não militantes, que são intelectuais e quadros técnicos. Fazendo apelo aos seus conhecimentos especializados para, numa relação dialéctica com a vivência dos militantes operários e empregados, o Partido poder definir as linhas de intervenção e as propostas políticas mais adequadas à situação do País e à sua evolução futura.

Só assim, e conjuntamente com o conhecimento em cada momento das necessidades e dos sentimentos dos cidadãos (os reais, e não o que voluntaristicamente podemos pensar que são), estaremos em condições de, pelas nossas

propostas e intervenção, mostrar e convencer os portugueses de que somos um Partido com projecto e propostas de esquerda credíveis, exequíveis e coerentes, e que somos um Partido que pode aspirar ao poder e exercê-lo, se e quando o Povo o quiser.

Esse é o caminho para se conseguir uma expressiva ampliação das influências social, política e eleitoral do PCP, que possibilite concretizar uma sensível alteração da correlação de forças actualmente existente, e assim abrir caminho à construção de uma alternativa à política de direita e aos governos que a têm realizado.

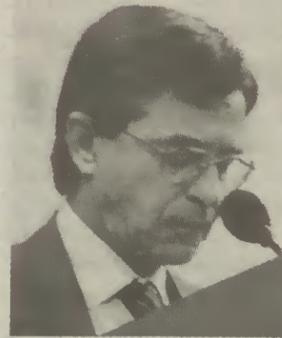
A terceira ideia, a questão do nosso empenhamento ou não na realização de reformas que não põem em causa o sistema capitalista nem invertem globalmente as orientações de direita da política do Governo. Como, por exemplo, as reformas da Segurança Social e do sistema fiscal.

Tenho para mim que devemos continuar a promover e a empenhar-nos para que reformas positivas para os trabalhadores e para o Povo sejam concretizadas.

O que é fundamental é que não encaremos essas reformas necessárias como o fim da linha, como um fim que se esgota em si mesmo. Parafraseando Lenine, o que é preciso é ter a capacidade de reflectir, analisar e verificar, com a maior calma e sensatez, em que momento, em que circunstâncias e em que esfera de acção se deve agir de modo revolucionário e em que momento, em que circunstâncias e em que esfera é preciso passar à acção pela via das reformas.

Também eu penso que, o que é importante e decisivo, o que é revolucionário, é que a luta e o impulsionar de reformas se insira num projecto global, de maior fôlego e de mais longo prazo, de transformação da sociedade e de ruptura com as orientações políticas de direita e com o sistema capitalista.

Esse terá de ser, necessariamente, o caninho do PCP.



Octávio Teixeira
Membro da Comissão Política do Comité Central

Questões da soberania nacional

Desde a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia percorreu-se um caminho de crescente integração que a criação da União Económica e Monetária e o Tratado de Amesterdão intensificaram, e de que as políticas monetaristas e os critérios de convergência nominal são uma das faces mais visíveis, tendo em vista a entrada em circulação do euro como moeda única, em 2002.

Entretanto, com o pretexto da necessidade de criar maior eficácia e eficiência no funcionamento das instituições, de forma a preparar a União Europeia para o alargamento decorrente da possível adesão de mais 12 ou 13 países, foi lançada uma Conferência Intergovernamental, podendo culminar na Cimeira da Nice com o aperfeiçoamento de novos mecanismos de controlo de poder pelos Estados mais poderosos relativamente aos pequenos e médios países, ou adiar para mais tarde as medidas mais gravosas, mas, desde já abrindo caminho a novas perdas de soberania e a cada vez maiores dependências económicas, políticas e militares.

A via que está a ser trilhada é a de progressivos agravamentos das restrições à soberania de pequenos países como Portugal, ao reforço do federalismo e da via militarista na política de segurança e defesa e a medidas débeis e claramente insuficientes na área social.

Assim, o momento que estamos a viver é de particular importância para o futuro de Portugal como Estado Nação, com mais de 800 anos de história e de cultura de um povo que, no fundamental, sempre lutou pela sua independência e liberdade, mesmo quando alguns poderosos nacionais se aliaram ao poder estrangeiro para pôr em causa a soberania portuguesa de modo a, mais facilmente, espoliar os bens produzidos pelo esforço e trabalho abnegado de gerações de milhões de homens e mulheres que construíram este país.

É especialmente grave que se avance no caminho do reforço do poder de um pequeno número de grandes países em prejuízo da capacidade de decisão da grande maioria dos pequenos e médios países, o que poderá acontecer com o alargamento da maioria qualificada, as «cooperações reforçadas» inseridas numa concepção de «núcleo duro», a aplicação da cooperação reforçada a áreas como a política de segurança e defesa, a perspectiva de avançar para a elaboração de uma Constituição Europeia tendo por base a Carta dos Direitos Fundamentais, a qual, por sua vez, tem um conteúdo restritivo e, em vários aspectos, regressivo relativamente a documentos similares, seja no plano internacional, seja nacional, como é o caso de Portugal.

Esta centralização do poder num grupo restrito aparece igualmente visível nas propostas de composição do Parlamento Europeu onde, partindo de uma proposta que aponta para um número global máximo de 700 deputados, do princípio de um mínimo de 4 deputados por Estado-membro e de alguns poderem ser eleitos no âmbito de uma circunscrição europeia única, através da criação de partidos políticos europeus, estabelece uma repartição de mandatos que atribui a Portugal 16 deputados, perdendo 9 dos actuais 25.

Para a Alemanha prevê um crescimento, passando dos actuais 99 para 104. Com a nova repartição, apenas 5 países (Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Espanha) ficariam com mais deputados do que os restantes 22 ou 23, e numa perspectiva de um Parlamento Europeu com poderes cada vez maiores em processos de co-decisão, onde os pequenos partidos seriam reduzidos a uma participação quase nula, pondo em causa os princípios democráticos fundamentais.

Note-se que a aplicação de idêntico método da proporcionalidade da população à ponderação de votos no Conselho, cria uma situação inadmissível de somente cinco a oito maiores países deterem a maioria da capacidade de decisão no Parlamento e no Conselho, eliminando qualquer respeito pela soberania dos Estados-membros.

Ora, a soberania nacional é uma questão fundamental e central para o País. Os governos do PS mantiveram ou aprofundaram todas as políticas, orientações e práticas dos anteriores governos do PSD, com tradução na alienação de componentes essenciais da soberania e na falta de consulta do povo português sobre questões nucleares do processo de integração; na submissão perante os órgãos comunitários e os países mais poderosos; na aceitação das imposições e medidas mais negativas para o nosso país e na entrega de sectores estratégicos da economia ao capital estrangeiro.

Não basta, pois, garantir que Portugal mantém o direito a um Comissário e a alguns fundos comunitários. Portugal não pode abdicar da sua soberania em troca de mais alguns milhões de euros. O que está em causa é muito grave e exige uma posição firme do Governo e da Assembleia da República.

Todos sabemos que o dinheiro depressa se gasta. E o que fica são as carências na produção, base essencial para garantir a capacidade de abastecimento do País, alguma independência económica e uma certa segurança alimentar. Basta andar um pouco pelo País, ouvir as diversas organizações de produtores na agricultura, nas pescas ou na indústria, para perceber como a capacidade de produção está a ser destruída e é cada vez maior a dependência do estrangeiro.

A preservação da soberania nacional, que o PCP assume como um valor fundamental, como se afirma nas Teses, é uma questão política estratégica do país nesta transição do século XX para o século XXI, condição essencial para a sua manutenção como país independente, com uma identidade própria, impedindo a sua transformação numa qualquer região de um Estado de um qualquer «Estado federal europeu», assegurando as condições necessárias para o desenvolvimento do País, de acordo com os interesses e aspirações dos portugueses.

Só assim poderá haver a afirmação de uma vontade de livre participação num projecto de cooperação entre países iguais e soberanos na Europa, de procura de um objectivo internacionalista e solidário de paz e desenvolvimento com todos os povos do mundo, condição para a salvaguarda da própria democracia política e para a defesa e aprofundamento de democracia avançada preconizada pelo PCP.

As profundas alterações do quadro legislativo de atribuições, financiamento e funcionamento do poder local.

Conhecendo o conteúdo da legislação produzida e as ideias antidemocráticas que orientam sectores importantes do PS - com destaque para a chantagem feita em torno dos sistemas multimunicipais, para o modo como o programa Polis tem vindo a retirar capacidades de intervenção às câmaras e para a forma como a proposta de alteração eleitoral do PS para as autarquias pretende reforçar a presidencialização dos municípios e das freguesias - conclui-se que para o PS, «eficácia» é sobretudo sinónimo de retirar da prática política do poder local toda a participação democrática dos cidadãos, incluindo a dos próprios eleitos locais.

Neste momento, temos pela frente, com maior relevo:

As eleições autárquicas de 2001. A aplicação prática de diferentes aspectos legislativos e a negociação da transferência de novas atribuições e competências para as autarquias locais.

Na nossa intervenção continuaremos a lutar para:

Promover uma revisão da Lei das Finanças Locais que garanta mais meios financeiros para os municípios e para as freguesias; Reformular o quadro de delimitação das atribuições e competências, procurando retirar dele todas as que sejam desadequadas para as autarquias locais; Garantir que as novas atribuições e competências sejam acompanhadas de recursos que permitam uma melhor resposta às aspirações das populações; Promover iniciativas que reforcem os instrumentos do planeamento e do ordenamento do território, reduzindo drasticamente as margens de arbítrio que ainda subsistem;

Reforçar os poderes dos órgãos deliberativos - assembleias municipais e assembleias de freguesia;

Valorizar, de modo continuo, as carreiras dos trabalhadores da administração local e as condições concretas do exercício das suas funções; Lutar pela participação efectiva de eleitos locais nas várias entidades de acompanhamento e de gestão no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio.

O PCP entende que, em áreas fundamentais, só os serviços públicos podem assegurar a concretização dos direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos. Diversas destas áreas encontram-se no domínio das atribuições das autarquias.

De entre as novas formas de execução destes serviços, merecem destaque as empresas municipais e intermunicipais e os sistemas multimunicipais.

As empresas municipais e intermunicipais mantêm a estrutura do capital público, mas é necessário estar atento à sua constituição e formas de funcionamento para que não se

caminhe no sentido de retirar toda a gestão das câmaras municipais, transformando estas em «sociedades gestoras de participação de capitais».

Os sistemas multimunicipais são diferentes. A sua constituição é decidida pelo Governo, que colocou, à partida, que todos os municípios participantes tenham menos de 50% do capital das sociedades a criar. Na linha de actuação neoliberalista do Governo, é essencial analisar as propostas de constituição dos sistemas, exigir o acesso aos estudos económicos e financeiros e prevenir, na constituição de sociedades para as quais não conseguirmos alternativa, a questão de bloqueamentos que exijam dois terços dos votos, o controlo efectivo das taxas e tarifas a praticar, a melhoria do serviço prestado e a garantia dos direitos e das condições de trabalho dos seus trabalhadores.

O novo enquadramento legal reclama, no plano do Partido, novas e mais exigentes respostas.

No exercício do papel de direcção do Partido para esta área, exigem uma maior atenção:

A definição das prioridades de gestão e das decisões que encerram evidente componente política;

O acompanhamento do estilo de trabalho dos nossos eleitos no exercício do poder;

A garantia da expressão democrática e participada na gestão das autarquias como traço distintivo da intervenção dos comunistas no poder local.

A concepção do trabalho autárquico dos eleitos do PCP é uma batalha permanente de todo o Partido. É uma concepção profundamente democrática do poder, que o recusa como privilégio e o assume como forma de prestação de serviço às populações. Que se caracteriza pela isenção, pela prática da igualdade e da imparcialidade, pela honestidade de procedimentos, pela recusa de benefícios, pelo cumprimento do princípio de não ser prejudicado nem beneficiado, pela contribuição para a actividade colegial e democrática nos órgãos em que participa.

É essencial ter sempre presente o muito que se tem feito e procurar medidas adequadas à valorização do trabalho dos nossos eleitos e das autarquias de maioria CDU.

A intervenção própria do Partido em torno dos problemas locais constitui uma das direcções de trabalho essenciais.

É nesta perspectiva de reforço da acção própria das organizações do Partido na resolução dos problemas locais que a intervenção dos eleitos das autarquias deve ser concebida e entendida. A nossa intervenção autárquica terá que ser sempre orientada para nos aproximar das populações e dos seus problemas, para estimular a luta e participação popular para elevar a consciência política e social das populações.



Ilda Figueiredo
Membro do Comité Central do PCP



Daniel Branco
Membro do Comité Central do PCP

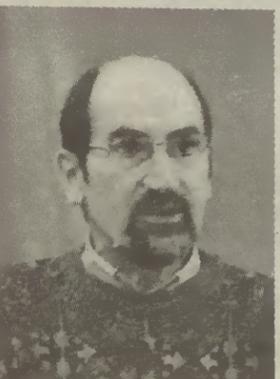
Segurança Social

Um dos traços que marca o sistema capitalista contemporâneo é a sua expansão para áreas até há pouco reservadas às políticas públicas. É o caso das áreas sociais que passaram a constituir uma nova fonte de acumulação de capital. E é nesse quadro que o capital financeiro se lança à conquista dos sistemas públicos de Segurança Social. Ofensiva que também chegou a Portugal.

Primeiro, com uma campanha visando criar a ideia de que o sistema público de Segurança Social estaria na falência e que a única alternativa seria o estabelecimento de tetos nas contribuições, desviando-se obrigatoriamente para os fundos de pensões e as seguradoras as parcelas mais rentáveis do sistema. Só que a reacção suscitada entre os trabalhadores e os especialistas mais lúcidos da sociedade portuguesa, as conclusões dos próprios estudos oficiais realizados e a oposição que o PCP desencadeou, deitaram por terra este primeiro ataque.

Rapidamente aqueles que pretendem tomar de assalto os volumosos meios financeiros acumulados pela Segurança Social, essencialmente na base das contribuições resultantes do trabalho assalariado, passaram

a uma nova fase. Agora a privatização é sustentada numa alegada liberdade de escolha dos cidadãos. O CDS/PP e o seu leader têm sido, no plano político, os pontas de lança desta estratégia. Nos projectos que apresentaram propunham mesmo que, quem quisesse, poderia deixar de descontar para a Segurança Social. Só por esta proposta facilmente se compreende a fraude que constituem as propostas do CDS/PP de aumentos de pensões para os reformados. Servindo-se das mais que legítimas expectativas e necessidades dos idosos o CDS/PP tudo tem feito para os instrumentalizar, aliciando-os com propostas demagógicas que encobrem um claro propósito de descapitalização, desmantelamento e privatização da segurança social. Se o projecto da direita fosse aprovado e se os que contribuem para o sistema deixassem de o fazer, o que sucederia era que a Segurança Social Pública seria esvaziada, nela só restariam os mais carenciados a receberem prestações mínimas de subsistência e nenhuns aumentos dignos poderiam ser assegurados. Estes sim, são comportamentos que devem ser sublinhados e combatidos de forma mais determinada do que o temos feito.



Lino de Carvalho
Membro do Comité Central do PCP

Poder local

O poder local democrático continua a ser uma das principais conquistas da Revolução de Abril.

Deve-se, em muito, à acção, à luta e ao exemplo dado pelos comunistas, as características de profundo enraizamento democrático do nosso poder local.

Nos municípios e nas freguesias de maioria CDU, os eleitos comunistas, dos «Verdes», da ID e os muitos independentes que integram a CDU, procuram dar sentido às nossas perspectivas de classe. Procuram fazer com que a democracia participativa seja real e alargada. Mesmo nas difíceis situações em que hoje vivemos, esforçamo-nos para que existam condições de igualdade entre todos os cidadãos nos vários domínios da intervenção autárquica.

Desde o XV Congresso registaram-se significativas alterações em diferentes aspectos.

A nível interno do Partido, é com grande pesar que referimos o desaparecimento do nosso camarada Luís Sá, que foi uma das mais prestigiadas figuras na luta pelo incremento da democracia participativa a nível do exercício do poder no nosso país. Fica aqui, também, a nossa homenagem.

No plano nacional, merecem referências:

As eleições autárquicas de 1997, que significaram a perda de diversos municípios e de freguesias de maioria CDU e de importantes lugares que possuíamos em situações de minoria;

O referendo sobre a regionalização, que o PS acabou por condenar a uma derrota e, consequentemente, ao atraso na sua concretização;

Foi neste contexto que o PCP interveio no debate parlamentar da Lei de Bases. Contribuindo de forma decisiva para desmontar as teses privatizadoras que levariam à descapitalização do Sistema Público o PCP teve um papel determinante para a elaboração da nova lei onde, ao contrário dos desejos da direita, dos mercados financeiros e de alguns sectores do próprio Governo e do PS, foi possível travar no imediato os propósitos de colocar os recursos da Segurança Social ao serviço do mercado de capitais. Foi, pois, justo o empenhamento do PCP e acertada a decisão de viabilizarmos a lei. Não é, obviamente, a lei que faríamos se tivéssemos força para sermos só nós a decidir, é óbvio que é uma lei de compromisso, é evidente que é necessário estarmos vigilantes quanto à sua regulamentação, mas é uma lei estruturante e decisiva para os trabalhadores e para os pensionistas, que constituiu, para já, uma derrota da direita, como, aliás, se confirma pela própria reacção da CIP e das seguradoras mas que constituiu igualmente um momento de reafirmação das posições responsáveis do PCP, portadores que somos de um projecto de alternativa de esquerda, qualificados que estamos para o exercício de quaisquer responsabilidades a todos os níveis do Estado.

Sendo importante a Lei de Bases não é o único pilar constitutivo de uma política de Segurança Social. O nível das pensões e outras prestações

sociais está muito abaixo de um conjunto de mínimos socialmente toleráveis. 1,4 milhões de pensionistas e reformados, em Portugal, são obrigados a sobreviver com menos de 36.000\$00. O PCP entende que existem condições para um incremento sensível destes valores. E, por isso, temos proposto repetidamente o seu aumento. E quando o Governo nos vem dizer que as nossas propostas poriam em causa a sustentabilidade financeira do Sistema, é preciso responder que isso é rotundamente falso. É verdade que a evolução demográfica, com o agravamento da relação entre activos e pensionistas, coloca às actuais gerações a obrigação de prevenir o futuro da Segurança Social. Mas isso não pode ser feito à custa de pensões de miséria e da pobreza e exclusão dos mais idosos e carenciados. A solução está na diversificação das fontes de financiamento, como propomos.

O sistema que defendemos é o que, admitindo no seu seio soluções diversificadas, garanta uma Segurança Social pública sustentada, universal e solidária, que assegure melhores prestações e pensões. É um Sistema a pensar nos que toda a sua vida trabalham e produzem riqueza, nas actuais e futuras gerações e, em particular nos mais idosos e carenciados. Mas não um Sistema a pensar nos mercados financeiros e de capitais. É neste quadro, e só neste quadro, que podem e devem contar com o PCP.

Política desportiva

Ao abordar as questões do desporto nacional, gostaria de poder fazer o elogio da política desportiva em curso, de poder dizer que o número de praticantes desportivos no nosso país teria crescido, que haveriam mais instalações acessíveis a todos, que estaria em curso um claro apoio às colectividades e clubes populares, que a educação física e o desporto escolar seriam uma realidade em expansão e acessível a todos os jovens em idade escolar, que a alta competição teria os apoios adequados ao seu papel social, e ainda que Portugal caminhava a passos largos para se caracterizar, como um país desportivo, com uma população com estilos de vida mais saudáveis, enfim como um país em que a actividade física, o desporto, a saúde e o bem-estar se viriam a instalar, como regra.

Infelizmente não é isso que se passa e por razões económicas, sociais e políticas que têm sido abordadas aqui mas também pelo facto de Portugal se ter afundado ainda mais na área do desporto sendo, contra toda a propaganda oficial, cada vez mais o último país da Comunidade Europeia, em indicadores de actividade física e desporto, logo de saúde e de bem-estar.

Contrariando todas as orientações das Instituições Internacionais e, mais importante, o texto Constitucional do Estado (e estamos a falar sobretudo dos governos das últimas décadas dos **quais este do PS parece ser o pior de todos**) tem vindo a hipotecar a evolução da condição física e dos padrões de crescimento e desenvolvimento físico e intelectual, de gerações de portugueses. **Há mesmo quem afirme,** a nosso ver com razão, que, desde que os comunistas detiveram a responsabilidade governativa da pasta do desporto, mais nada de novo aconteceu no panorama desportivo português, na perspectiva da democratização e do acesso de todos ao desporto, enquanto bem cultural.

E isto aconteceu já lá vão 25 anos, ao mesmo tempo significativamente, nas últimas décadas, o pensamento comunista nesta área é hoje, no essencial, aceite e adoptado pelas mais importantes Instituições Europeias e Mundiais, que se debruçam sobre o desporto, enquanto direito dos cidadãos.

Na ausência de uma política desportiva adequada, o Governo decidiu transformar o país numa autêntica empresa de promoção de eventos desportivos internacionais, gastando aí os seus recursos financeiros, e procurando esconder, através da visualização e mediatização da prática dos outros, a ausência da promoção do desporto a nível interno, através de uma poderosa barreira de comunicação social.

A evolução do número de praticantes não só não aumentou (com muito optimismo situa-se nos 23%, contra os 81%, ex.: Finlândia) como houve mesmo sectores em que regrediu (sector feminino), mantendo-se o número de federados em pouco mais de 3% da população.

A falta de uma política de promoção de des-

porto faz com que os milhões de contos previstos para equipamentos no III Quadro Comunitário 2000/2006, sejam malbaratados e possam vir a revelar-se uma oportunidade perdida. As instalações já existentes, sobretudo construídas pelas Autarquias, acabam por não ter pleno aproveitamento desportivo.

O Euro 2004, em relação ao qual muito justamente são manifestadas preocupações e prevenções nas Teses, tem servido para alimentar a campanha de mistificação à qual se tem vindo a associar neste momento a ideia da hipotética realização dos Jogos Olímpicos em Portugal. Não se sabe quando, nem em que condições, e sem que nada disto surja associado a uma clara perspectiva de desenvolvimento desportivo.

As autarquias e o Associativismo Desportivo continuam a ser os mais dinâmicos sectores e os pilares essenciais do desporto nacional, sem contarem com a cooperação, o apoio ou o orçamento da Administração Central, que em relação ao orçamento global se mantém ao nível das percentagens dos anos 60.

As novas necessidades de actividade física da população e as novas funções económicas, sociais e de desenvolvimento, que o desporto assume na actualidade, são

esquecidos andando os governantes (secretários de Estado ou ministros), perdidos na bagagem dos acontecimentos mediáticos associados ao espectáculo desportivo e ao desporto profissional, em particular do Futebol.

Entretanto somos surpreendidos com a notícia de que estará a ser preparado, dizem eles pela primeira vez, um Plano Anual de Desenvolvimento Desportivo, imaginem, no segredo dos deuses. Seguramente iremos ser presenteados por um qualquer documento, cozinhado nos gabinetes, com a habitual tendência para o disparate, que tem caracterizado a acção do Governo nesta área.

No documento «o PCP e o desporto no séc. XXI» é analisada a situação desportiva nacional e são apontadas orientações e soluções que permitiriam inverter a situação, matéria que de forma sucinta é abordada nas Teses.

O PCP tem dado um importante contributo para abrir perspectivas e caminhos novos para o desporto no nosso país, tem partilhado com a comunidade desportiva, e tem integrado e assegurado a participação dos homens e mulheres e das instituições do desporto, na nossa própria reflexão.

No desporto como noutras áreas da vida nacional não se pode apenas falar na necessidade de alterar a política. É necessário fazer uma autêntica revolução, de cuja necessidade muitos outros começam já também a falar.

A nosso ver, esta revolução no desporto só é possível com os comunistas, com o PCP, assumindo um papel decisivo e central na área governativa.



Carlos Rabaçal
Membro do Comité Central do PCP

Por uma melhor e mais eficaz comunicação

A organização partidária desempenha um papel insubstituível na dinamização e na eficácia da intervenção política do PCP, visando ampliar a sua influência na classe operária, nos trabalhadores e na sociedade portuguesa.

Poderão estes objectivos ser alcançados sem um trabalho persistente de informação e propaganda? Poderemos ampliar a nossa influência, se aqueles a quem nos dirigimos não conhecerem as nossas opiniões, as nossas propostas, o nosso trabalho? Como podem os portugueses avaliar-nos pelo que verdadeiramente somos e fazemos e não pelas caricaturas da comunicação social e dos nossos adversários? Pode o PCP estreitar ainda mais a sua ligação aos trabalhadores, aos jovens, às populações, sem um inovador, persistente e continuado trabalho de informação e propaganda?

A comunicação da organização do Partido com o meio onde está inserida é uma questão decisiva.

No PCP, não reduzimos a política à comunicação. Mas não ignoramos a importância da comunicação na política.

A experiência comprova, que a acção do Partido, desenvolvida a partir de linhas, meios e instrumentos de intervenção com dinâmicas próprias e interligando-se com a iniciativa de cada organização ou organismo, terá mais possibilidades de êxito se tivermos a capacidade de coordenar e orientar, num dado momento, as forças necessárias para uma determinada acção, campanha ou objectivo.

Apesar de experiências positivas, tem havido dificuldade de o fazer excepto nas campanhas eleitorais e, mesmo aí, de forma insuficiente.

A experiência também tem comprovado que a realização de grandes campanhas políticas de massas, nomeadamente as campanhas nacionais de contacto com os trabalhadores, para além dos seus objectivos concretos, são um elemento importante de aproximação do Partido ao meio onde deve intervir.

Importa desenvolver esta linha de trabalho, priorizando na calendarização das nossas actividades as campanhas certas no momento certo, não as sobrepondo a outras realizações e deixando espaço para a natural e desejável intervenção sectorial, regional e local.

Nos últimos quatro anos, o Partido desenvolveu uma intensa, diversificada e continuada actividade de informação e propaganda, apoiado no Departamento de Propaganda, no Gabinete de Imprensa central e nas estruturas das Organizações Regionais. Podemos aliás orgulhar-nos de sermos a única grande força política que não reduz o seu trabalho de comunicação à presença nos *media*, mantendo um constante e determinado trabalho de informação, diálogo e esclarecimento directo com os cidadãos.

A dimensão dessa actividade é ilustrada, além do trabalho permanente de informação e propaganda, pela intervenção em dois referendos, cinco campanhas eleitorais nacionais e em campanhas regionais e locais.

No plano central apoiámos ainda 15 campanhas temáticas articuladas com iniciativas políticas do Partido. Produzimos 120 materiais de propaganda escrita, com uma tiragem de 14 milhões de exemplares. Produziram-se igualmente cartazes, pendões, faixas, brochuras, revistas, cassetes de áudio e de vídeo, exposições, tempos de antena na rádio e na TV.

A página do PCP na Internet tem vindo a ser melhorada e é consultada diariamente por mais de 1000 utilizadores.

Num quadro em que a desproporção de meios no acesso aos *media* é evidente, procedemos a um persistente contacto com a comunicação social para difusão das posições e iniciativas partidárias e para responder às suas solicitações.

Ao fazermos um balanço sintético da actividade desenvolvida no domínio da informação e propaganda, impõe-se o reconhecimento de deficiências, lacunas e atrasos quanto a preocupações e linhas de trabalho já antes enunciadas, nomeadamente o insuficiente número de estruturas, colectivos e meios descentralizados de informação e propaganda e o acentuar da dependência das Organizações face aos meios centrais.

Entretanto, tendo em conta os recursos limitados do Partido e o desequilíbrio na correlação de forças no plano da luta das ideias, é justa a valorização das acções desenvolvidas nesta área.

Para a melhoria do nosso trabalho de comunicação, é indispensável a concretização, entre outras, das seguintes linhas de trabalho:

— Reforçar uma qualificada e continuada linha de trabalho central com os meios técnicos e humanos correspondentes às necessidades que se nos colocam;

— Desenvolver a formação, a todos os níveis, de estruturas, meios e quadros de informação e propaganda;

— Progredir no uso da linguagem e processos de comunicação que tornem mais eficaz e acessível a

nossa mensagem, mantendo ao mesmo tempo, os conceitos e princípios que têm norteado a nossa acção, como é o caso da defesa da coerência entre a imagem e as ideias por que lutamos;

— Desenvolver e apoiar uma descentralização, tendo em conta elementos unificadores gerais, da iniciativa e do trabalho de comunicação, nomeadamente ao nível das organizações de base, como elemento indispensável de uma intervenção mais pronta, esclarecedora e próxima dos acontecimentos e das pessoas;

— Cuidar da melhor preparação e da imagem das iniciativas do Partido;

— Progredir na avaliação da eficácia e dos resultados do que fazemos, em diálogo com as organizações e recorrendo a elementos especializados nas técnicas de comunicação e ciências sociais;

— Promover a reflexão sobre as mudanças em curso no sistema mediático, como sejam a massificação da Internet e comunicação social electrónica, televisão e rádio digital, multiplicação de canais, interactividade, alterações de conteúdos e padrões de informação, de forma a que o Partido possa assegurar neste quadro uma activa e eficaz intervenção e projecção das suas ideias e valores.

O uso de novos e mais sofisticados meios não substitui, antes complementa, o desenvolvimento da iniciativa local. É na empresa, no bairro, na freguesia, no concelho, através do comunicado, do jornal de parede, da sessão, de uma declaração à comunicação social, que o Partido age, toma a iniciativa, com oportunidade e capacidade de usar a forma de expressão mais adequada para transmitir as nossas ideias.

A comunicação do Partido com a sociedade é uma tarefa de todos. Se formos capazes de a assumir, estaremos em melhores condições de enfrentar a desigualdade de meios e partir decididamente à conquista da inteligência e da sensibilidade de mais trabalhadores, de mais jovens, de mais portugueses.



Octávio Augusto
Membro do Comité Central do PCP

A cultura e o trabalho com os intelectuais

O movimento operário e o nosso Partido integraram, desde sempre, a intelectualidade revolucionária e essa integração é de tal forma orgânica, que se pode dizer que a nossa influência entre os trabalhadores e na sociedade em geral é um factor do aumento da nossa capacidade de atrair e organizar intelectuais, assim como o acerto do nosso trabalho com eles é um factor do reforço geral da nossa influência. Esta integração é hoje uma exigência ainda maior. A camada social dos intelectuais cresce em números absolutos e relativos. Há uma tendência longa para o seu assalariamento e a proletarianização de uma sua parte significativa e, entretanto, surgem formas de trabalho por conta própria ou em associação. Observamos processos de diferenciação interna quanto ao estatuto do seu trabalho, e do ponto de vista da sua efectiva situação de classe. A tradicional «função intelectual», na produção e intermediação de ideias, não coincide hoje inteiramente com os indivíduos que são trabalhadores intelectuais, e é palco, fortemente mediatizado, de uma luta ideológica muito desigual.

Nós, o «partido político da classe operária e de todos os trabalhadores», trabalhamos para a construção de duas «alianças básicas», uma das quais é «a aliança da classe operária com os intelectuais e outras camadas intermédias». Não é uma disposição táctica, mas uma orientação estratégica. No Partido, a integração de intelectuais é um processo de construção política socialmente determinado, mas não é em si uma aliança social. O operário comunista e o intelectual comunista são mais do que aliados, são comunistas, membros de um partido que lhes define direitos e deveres iguais. É claro que isso não apaga a diversidade da experiência vivida das formas mais violentas e quotidianas da exploração e da opressão capitalistas. E, para contrariar a lógica dominante da sociedade que queremos transformar, é necessário uma activa promoção de quadros operários e, ao mesmo tempo, a elevação da integração dos intelectuais, de quem se espera uma particular responsabilidade e rigor, no uso das suas qualificações. Nós somos um colectivo de militantes com origens e situações de classe diferentes, com diferentes experiências de vida, formações e valores culturais, e até com motivos de adesão e experiências de Partido diversas. Essa diversidade não é redutível à diferença entre operário e intelectual, nem nos torna um partido interclassista, torna-nos sim um colectivo altamente complexo, que exige de nós um constante trabalho de integração das diferenças que nos enriquecem.



Manuel Gusmão
Membro do Comité Central do PCP

Por razões da evolução social, há outro grande desafio que se prende com o da prossecução histórica da nossa identidade. Como fundir, na nossa época, todo um património de resistência e de projecto, de luta e de valores revolucionários, que é inalienável, com experiências, valores e culturas de jovens intelectuais comunistas, que são jovens de hoje e não de há 20 ou 30 anos, que ultimamente temos conseguido organizar, e cujo número é necessário que cresça? Não se trata apenas de transmitir uma herança, mas de promover uma aprendizagem colectiva, a fazer no debate leal de ideias e no respeito mútuo.

Para além da continuação do estudo da condição social dos intelectuais, as perspectivas de trabalho apresentadas na Resolução Política podem ser reunidas em três eixos: o da sua acção reivindicativa específica e da luta por políticas democráticas para os seus sectores de actividade; o da sua intervenção na crítica e na denúncia do capitalismo; das políticas neo-liberais, da injustiça e da exclusão sociais, das ameaças à democracia política, no projecto e na luta por uma alternativa de esquerda; a valorização do papel da cultura na resolução dos problemas do país e na luta pela democracia avançada.

A cultura não é questão apenas dos intelectuais, mas é um campo em que de forma influente actuam. Lutar pela democracia cultural como necessidade social e nacional, conjunto de direitos colectivos e individuais, factor e função da cidadania participativa, e das outras dimensões, democracia é, também, lutar pela autonomia relativa do trabalho intelectual e pela elevação da sua eficácia social. A grande diferença da nossa concepção de cultura consiste no facto de a pensarmos, ao mesmo tempo, como terreno de contradição e de luta entre trabalho e capital, e como modelação de formas de vida mais livres e mais justas. Por isso lutamos pela generalização do acesso ao conhecimento, à criação e fruição culturais; e a trabalhamos como factor de transformação do mundo e da vida, de emancipação social e humana.

Os intelectuais comunistas não têm que visar, nem visam qualquer hegemonia no Partido; o seu contributo deve ser, e tem sido, a participação, também com o rigor crítico e criador do seu trabalho, no processo de formação e na luta pela afirmação das ideias, valores e objectivos do seu Partido; no projecto e na luta pela democracia e o socialismo, assumindo o horizonte e a promessa de «uma terra sem amos», daquilo a que chamamos o comunismo.

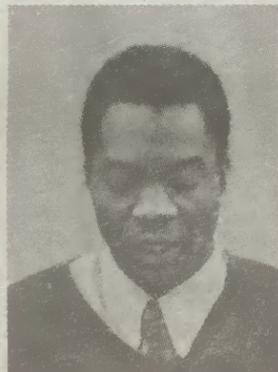
esta situação, traduziu-se na criação de uma nova categoria de imigrantes com direitos reduzidos, sem autorização de residência, mas apenas com uma autorização para permanecer em Portugal, para trabalhar, e com a vida inteiramente nas mãos do patronato. O despedimento, ou a não renovação do contrato, implica forçosamente a ilegalidade ou a expulsão. O Governo acabou por não levar por diante os aspectos mais gravosos desta legislação e passou a admitir que um trabalhador autorizado a permanecer possa vir a obter no futuro uma autorização de residência. Mais uma vez, a luta e a iniciativa do PCP permitiram obter resultados concretos em defesa dos imigrantes.

Mas não é ainda esta a política de imigração e de estrangeiros de que Portugal precisa. Combater a imigração ilegal e o trabalho clandestino exige uma política de imigração diferente e mais democrática, que não promova novas discriminações, que combata firmemente a xenofobia e o racismo e que recuse culpabilizar as comunidades imigrantes e as minorias étnicas pela criminalidade e a insegurança, que se alimentam das desigualdades e exclusões sociais e não da cor ou nacionalidade.

Portugal precisa de uma política de imigração que assegure o respeito pelos direitos de todos os trabalhadores, sem discriminação quanto à sua origem nacional ou étnica; que

desenvolva políticas de apoio à integração das jovens gerações e que realize uma política de educação baseada numa concepção multicultural. Uma política que promova de facto a aplicação das leis contra a discriminação racial e de apoio às associações de imigrantes, que desenvolva a progressiva extensão dos seus direitos políticos, que altere a legislação de estrangeiros no sentido de reforçar os seus direitos e garantias, de possibilitar a legalização efectiva dos imigrantes em situação irregular que cá vivem e trabalham, e de criar condições para que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras funcione de forma humanizada, eficaz e respeitadora dos direitos fundamentais.

Nos últimos anos, o trabalho desenvolvido pelo PCP na área de trabalho da imigração, das minorias étnicas e do combate ao racismo, conheceu um progresso muito assinalável, que se traduziu numa maior influência entre as comunidades imigrantes e num aumento muito considerável da iniciativa política e legislativa, com resultados concretos e reconhecidos. Mas é preciso prosseguir decididamente nesse caminho ainda muito longo e difícil. É preciso que em todo o trabalho do Partido se dê cada vez maior atenção aos problemas dos imigrantes que vivem e são explorados em Portugal e se procure cada vez mais contar com a sua participação activa no nosso trabalho.



Pedro Santarém
Membro do Grupo de Trabalho do PCP para as Questões da Imigração e Minorias Étnicas

A organização partidária e o reforço do Partido

O PCP é pelo seu papel, natureza e objectivos um Partido necessário, indispensável e insubstituível. Assim foi ao longo da sua história e assim é na actualidade.

No mundo de hoje, no Portugal do início do século XXI, neste tempo de contradições, exploração e injustiças, quando, em consequência da globalização capitalista, do rumo da integração europeia e da continuada política de direita e abdicação nacional, o nosso país está confrontado com sérios problemas que afectam o presente e comprometem o futuro, o PCP é um Partido que nenhum outro pode substituir. Porque nenhum outro, como ele, dá garantias na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País, porque nenhum outro como ele protagoniza a luta por uma alternativa de esquerda, por um projecto de democracia e socialismo para Portugal.

Ao contrário de outros partidos, que actuam como prolongamentos do Estado e sucursais dos grupos económicos e financeiros, com os favores que daí lhes advêm, o PCP tem, como fonte principal da sua força, a ligação aos trabalhadores e à população e o sucesso da sua acção, passando pelo aproveitamento de todas as formas de intervenção, é sustentado principalmente nos instrumentos que o próprio Partido pode determinar, com destaque para a organização partidária.

A organização sofre as consequências da realidade social e das suas transformações, não é imune às dificuldades do meio que a envolve, mas em última análise é em grande parte determinada pelos comunistas, pela sua capacidade, criatividade e dedicação.

A organização é um instrumento fundamental do Partido. É a base da interligação entre os seus membros, a rede que une, para a reflexão, a decisão e a intervenção, o conjunto de homens e mulheres que constituem o colectivo partidário, a estrutura que permite a ligação às massas, a continuidade do Partido e o alargamento da sua influência.

Ao longo dos últimos anos, em condições difíceis, o Partido realizou uma acção política

de grande relevo, deu uma contribuição decisiva para o desenvolvimento das lutas de massas, lançou um novo impulso na sua organização, intervenção e afirmação política, levou à prática importantes linhas de trabalho para o reforço da organização partidária, decorrentes das orientações do XV Congresso, que a Proposta de Resolução Política refere com desenvolvimento. Realizaram-se mais de 500

Assembleias das Organizações, constituíram-se e reforçaram-se organizações de base, o rejuvenescimento, apesar de insatisfatório, evoluiu sendo de destacar a elevada percentagem de jovens entre os mais de 5000 novos membros recrutados para o Partido desde o XV Congresso, a que há que juntar os mais de 4600 jovens que aderiram à JCP no mesmo período, a renovação e a responsabilização de quadros progrediu, havendo mesmo organizações em que mais de um terço dos membros dos organismos eleitos assumiu essas responsabilidades pela primeira vez.

Mas, apesar dos avanços, e de se assinalar uma travagem da evolução negativa do quadro orgânico, continuam a manifestar-se dificuldades, estrangulamentos e insuficiências.

Não estamos por isso satisfeitos, precisamos de um Partido mais forte e mais influente para concretizar os nossos objectivos, mas somos uma grande força organizada, somos um colectivo militante ímpar na sociedade portuguesa. Queremos mais e melhor, mas não partimos do zero, partimos da força e influência de que dispomos, sustentada em princípios de funcionamento e formas provadas de organização e por isso, as soluções para o reforço do PCP devem ser encontradas no aperfeiçoamento do seu estilo e preservando sempre a base em que assenta a sua capacidade de intervenção.

Temos orientações cuja concretização é necessário prosseguir, avaliando as experiências e com a criatividade que se exige na resposta à diversidade das situações concretas.

É necessário reforçar a intervenção e organização junto da classe operária e dos traba-



Francisco Lopes
Membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central

Imigrantes e política de imigração

Portugal tem-se tornado nos últimos anos um país de destino de imigrantes.

As causas são as mesmas que levaram muitos portugueses a procurar melhores condições de vida lá fora: o subdesenvolvimento, a miséria, as desigualdades, a esperança numa vida melhor. Muitos destes imigrantes são vítimas de redes de tráfico de mão-de-obra ilegal e vivem na sua maioria privados de quaisquer direitos, como trabalhadores e como cidadãos. Mas foram em grande parte estes trabalhadores que ergueram o espaço em que realizamos este nosso Congresso, que fizeram pontes, auto-estradas e centros comerciais, e que hão-de ajudar a construir os estádios para o Europeu de 2004.

Portugal, país de emigrantes, teria condições para realizar uma política de imigração que criasse condições de acolhimento e de legalização de cidadãos estrangeiros respeitadoras dos seus legítimos direitos. Mas isso não tem acontecido. As políticas de imigração dos governos do PSD e do PS, em obediência cega

aos Acordos de Schengen, têm sido de hostilidade para com os estrangeiros.

O actual Governo PS, sempre fez um discurso de boas palavras dirigidas às comunidades imigrantes, mas a legislação sobre estrangeiros que tem sido aprovada continua a tratar os imigrantes como potenciais delinquentes, esquecendo que a fusão de povos e culturas tem sido ao longo da História um factor de progresso civilizacional.

Nos últimos anos, por iniciativa do PCP, foram aprovadas medidas legislativas positivas, como a lei contra a discriminação racial e a lei de apoio às associações imigrantes. Mas a componente negativa, que resulta da política do Governo, tem sido claramente dominante.

A par dos problemas nunca resolvidos de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, designadamente ao nível dos seus direitos sociais, aumentou significativamente o número de imigrantes em situação ilegal.

A falsa solução que o Governo PS engendrou, em aliança com o PP, para fazer face a

lhadores em geral, impõe-se lançar uma vasta acção com esse objectivo, ao mesmo tempo que é preciso aprofundar o trabalho com a juventude e alargar a acção e influência junto dos intelectuais e quadros técnicos e de outras camadas sociais.

É necessário ter cada vez mais no centro das atenções dos organismos partidários os problemas dos trabalhadores e das populações, do meio em que cada organização actua e a resposta do Partido para eles.

É necessário reforçar a estrutura partidária, dinamizar as organizações de base, estimular a sua iniciativa política e vida própria, vincando a ideia de que a organização do Partido é em cada sítio, em primeiro lugar, o que os militantes do Partido consigam que seja, com a sua militância, inserida no funcionamento do colectivo partidário.

É necessário alargar a responsabilização de quadros por tarefas permanentes, prosseguir o rejuvenescimento, elevar a militância, alargar o núcleo activo, aumentar o recrutamento e fomentar a iniciativa dos comunistas.

É necessário assegurar um mais regular acompanhamento, discussão e avaliação da organização e aproveitar a campanha da entrega do novo cartão do Partido, com início em Março do próximo ano, para esclarecer situações e para avaliar mais profundamente a realidade dos efectivos partidários.

É necessário promover a realização regular e mais frequente das Assembleias das Organizações, como forma de aprofundamento da democracia interna e de dinamização da acção partidária.

Estes são alguns caminhos que a Proposta de Resolução Política nos adianta e que uma vez aprovados pelo Congresso constituem elementos essenciais para o reforço do Partido e o alargamento da sua influência cuja concretização se coloca como tarefa de todos e de cada um de nós.

O nosso Partido é alvo de uma violenta ofensiva, dos seus inimigos de sempre, daqueles que gostariam que ele não existisse, que não se conformam que o PCP tenha as caracte-

terísticas que tem com a força e influência de que dispõe, e que tudo fazem para o enfraquecer ou neutralizar. Esta forte ofensiva conduzida contra o Partido com intensa expressão na comunicação social dominante, encontrou nas atitudes e práticas de alguns membros do Partido, em clara violação das normas de funcionamento partidário que a todos obrigam na acção militante interna e externa, um suporte ao seu desenvolvimento e credibilização.

Nos últimos tempos, a ofensiva atingiu o seu ponto mais alto. Dizem tudo o que podem, para dividir, confundir, intoxicar e pressionar. Rotulam, caluniam, deformam a imagem do PCP e procuram limitar as suas possibilidades de crescimento e alargamento de influência. Querem abalar as nossas convicções, querem fazer-nos perder a confiança, a vontade, a alegria da nossa luta e intervenção. Não conseguiram e não vão conseguir. Tiveram a resposta do colectivo partidário.

E aqui estamos, assentes na força que temos, conscientes de insuficiências, problemas e dificuldades, mas acima de tudo determinados a prosseguir.

Aqui estamos, neste Dezembro do ano 2000, afirmando o PCP e a sua identidade comunista, como Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, Partido com uma base teórica não dogmática, o marxismo-leninismo, Partido com princípios de funcionamento decorrentes do desenvolvimento criativo do centralismo democrático, Partido que tem como objectivo a construção de uma sociedade socialista, uma sociedade nova liberta da exploração e da opressão e Partido patriótico e internacionalista.

Aqui estamos no XVI Congresso do Partido Comunista Português, com os olhos postos no futuro, determinados para fortalecer e alargar a sua influência, para aprofundar as suas raízes nos trabalhadores e no povo português, para responder aos problemas da época em que vivemos, para afirmar este Partido com quase 80 anos de luta como grande Partido comunista para o século XXI.

queamento de capitais, que desenvolva os instrumentos para atacar os narcotraficantes onde mais lhes dói, no seu poder económico ilícito.

Creio que daqui, deste nosso XVI Congresso, em nome dos comunistas, é o momento de apelar, sem arrogância mas com convicção, à inteligência dos trabalhadores, dos

cidadãos, para que ponderem nestas propostas e se as considerarem um contributo válido, então juntem a vossa reflexão e intervenção à do PCP, para podermos em conjunto enfrentar e fazer regredir a toxicodependência no nosso país.

Esta é uma batalha de civilização.

A política financeira do Partido

Reforçar o apoio, a força e a influência do PCP na sociedade portuguesa, assegurar uma ampla e intensa iniciativa política e intervenção dos comunistas para dar voz às aspirações dos trabalhadores, para construir uma autêntica alternativa de esquerda para Portugal, exigem do nosso partido um trabalho organizado, permanente e militante que assegure a obtenção dos recursos materiais indispensáveis à nossa vasta e diversificada actividade.

Torna-se, assim, mais exigente uma boa política financeira que conduza à rigorosa gestão dos recursos financeiros do Partido a todos os níveis, que assegure o controlo de execução das decisões do Congresso no sentido do reforço desses recursos, e que continue a valorizar o carácter diferente e ímpar do nosso partido que tem sido, e certamente continuará a ser capaz de sustentar a sua actividade na base do constante esforço de angariação de receitas próprias e não na base das enormes dependências do poder económico e político que caracterizam os outros partidos.

A evolução das contas consolidadas de todo o universo partidário, desde o XV Congresso até ao final de 1999, apresentadas regularmente ao Tribunal Constitucional, de acordo com as exigências legais e publicadas no «Avante!», traduzem, globalmente, uma evolução favorável ainda que não satisfatória.

Com efeito, apesar dos esforços em contrário, as receitas correntes médias no decorrer dos quatro anos em análise (1996/99) para fazer face às despesas correntes, apresentam a existência de um défice de mais de 116 mil contos colmatado com o recurso às reservas patrimoniais.

A situação financeira das Organizações Regionais, globalmente consideradas, assinala uma evolução relativamente favorável no período em análise. As receitas aumentaram 24,6% enquanto as despesas aumentaram 14,2%.

A taxa de cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes melhorou sensivelmente situando-se, em fins de 1999, em 84,5%. Não obstante esta melhoria, a realidade mostra a existência de situações diversas e contraditórias, nalguns casos preocupantes.

A estrutura das receitas regista um decréscimo do peso relativo das principais e mais seguras receitas como são as quotizações, as contribuições e as receitas dos eleitos. Estas três rubricas que em 1996 representaram 58,3% de todas as receitas, baixaram para 50,5% em 1999, sendo particularmente preocupante o caso das quotizações, independentemente de terem aumentado os valores absolutos.

As despesas correntes mostram um peso crescente dos gastos de estrutura no conjunto das despesas das organizações, facto que não pode deixar de nos preocupar. As três principais rubricas que condensam essas despesas (Encargos salariais, Transportes e Centros de Trabalho), que já em 1996 eram de 85,5%, atingiram em 1999 87,1% das despesas correntes, sendo relativamente diminuta a verba gasta com o trabalho de propaganda e de outras iniciativas com vista a espelhar a actividade do Partido.

Julgamos ser o momento oportuno para, por vosso intermédio, chamar a atenção de todo o Partido para alguns aspectos que nos parecem mais importantes de modo a continuarmos a orientar e intensificar os nossos esforços no sentido do autofinanciamento de todas as Organizações e Sectores de actividade do Partido.

No que se refere às receitas, as quotizações dos militantes, que constituem a mais segura e

sólida fonte de receita do Partido e cujo pagamento é também um dever estatutário. Torna-se urgente aumentar o número de camaradas a pagar regularmente a sua quota, cujo número é insatisfatório, assim como proceder à actualização do seu valor.

As contribuições extraordinárias dos militantes e simpatizantes assumem já um valor elevado no conjunto das receitas, devendo fazer-se um grande esforço político e orgânico para as aumentar ainda mais. É necessário vencer o acanhamento político e ganhar mais audácia na busca de apoios financeiros ao Partido.

As contribuições dos eleitos, que constituem já para algumas organizações uma das principais fontes de receita e é a segunda verba mais importante na estrutura geral das receitas, está longe de esgotar as possibilidades de crescer ainda mais. Torna-se necessário prosseguir os esforços de persuasão política junto de cada

eleito no sentido do cumprimento da norma estatutária segundo a qual os eleitos comunistas não devem ser beneficiados nem prejudicados por tal facto.

Relacionado com as eleições autárquicas do próximo ano, lembra-se a necessidade de se começar a planear uma Campanha Nacional de Fundos para fazer face a essa importante batalha política.

As iniciativas de massas das mais variadas, com vista à angariação de fundos, continua a ser uma importante fonte de receitas para as Orga-

nizações e um importante elo de ligação do Partido às massas populares. Importa continuar a estimular de forma militante este tipo de actividade em todo o Partido.

É necessário insistir no esforço de contenção de gastos não directamente relacionados com a actividade política e buscar progressivamente um equilíbrio financeiro na generalidade das organizações.

Nas Organizações onde já se alcançou o equilíbrio financeiro, deve estimular-se a preocupação de fazer entregas de contribuições à Caixa Central para que esta possa ajudar as Organizações que ainda não garantem o seu autofinanciamento.

No que se refere ao cumprimento das normas legais na elaboração das contas do Partido, têm continuado a verificar-se progressos, quer no plano central quer por parte das organizações. No entanto, é necessário ter em conta as novas exigências impostas pela mais recente versão da lei sobre o financiamento dos partidos políticos e as medidas e esforços redobrados que vão implicar para garantir o rigor e a boa organização das contas partidárias.

Quanto ao património do Partido, nos últimos anos, quer centralmente quer nas Direcções Regionais (com ou sem apoio Central) têm-se levado à prática acções de gestão criteriosa, traduzidas na rentabilização dos bens patrimoniais do Partido, evitando-se tanto quanto possível a sua alienação, com excepção de situações pontuais de comprovado interesse. Continuar a velar pela defesa, conservação e rentabilização do vasto e importante património do partido é um dever de todos os militantes.

A concretização dos objectivos propostos na Resolução Política constituem um conjunto de condições indispensáveis para que o Partido possa reforçar a sua organização e implantação à escala nacional e aumentar o núcleo de funcionários, base fundamental para que mantenha as suas características de Partido revolucionário da classe operária e de todos os trabalhadores como é e quer continuar a ser!

Sobre a toxicodependência

O objecto desta intervenção é a apreciação da situação em matéria de toxicodependência e a prestação de contas do que tem feito e propõe o PCP nesta matéria.

A primeira questão com que estamos confrontados é que, ao fim de todos estes anos, não há um estudo, cientificamente suportado, da dimensão do problema, o que evidencia a reduzida sustentabilidade da política do Governo a este respeito.

Num quadro em que o sistema dominante gera as causas substantivas dos problemas sociais, a generalidade da Europa tem uma taxa de dependência de drogas ilícitas de cerca de 1% da população. Mas em Portugal, em consequência do atraso na resposta, de que o «cavaquismo» foi o primeiro responsável, mas de que ainda hoje não se recuperou totalmente, a percentagem é superior e há provavelmente mais de 120.000 toxicodependentes, na sua maioria heroinómanos.

Passados mais de 5 anos de Governos PS o surto de toxicodependência continua nas drogas clássicas e assiste-se à generalização das sintéticas.

Houve, é certo, aspectos em que a situação registou alguns avanços, na decorência da presença da opinião pública e dos profissionais envolvidos e no desenvolvimento da luta, do empenho e da proposta do PCP.

É o caso da rede nacional de tratamento, ou das alterações legislativas que despenalizam o simples consumo de drogas, que, a partir de propostas que o PCP defendeu anos a fio, vieram a ser, pelo menos parcialmente, consagradas em Lei.

Mas o PS a governar tem sido incapaz de alterar decididamente a situação. Não apenas porque as políticas neoli-

berais que professa cozinham o caldo de cultura da toxicodependência, mas também porque não explicita a vontade política necessária.

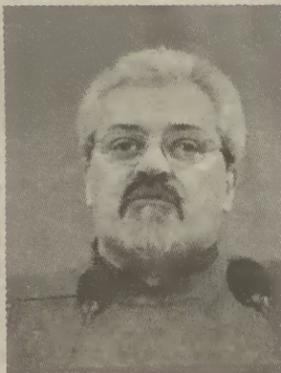
O Governo PS não disponibiliza os meios necessários, desresponsabiliza o Estado e privilegia interesses privados no tratamento e insiste numa gestão casuística e eleitoralista desta matéria, em vez de apostar numa acção coerente e sustentada.

Do ponto de vista do PCP, sem abdicar do legítimo direito à crítica e à proposta, continuamos a defender que a toxicodependência não deve ser objecto de chicana política, ao contrário do que faz certa direita, que, sem quaisquer escrúpulos, manipula preconceitos e situações dramáticas, na vergonhosa e fracassada campanha pelo referendo à despenalização do consumo de drogas.

O PCP preconiza uma nova política de prevenção da toxicodependência e combate ao tráfico de drogas que, numa perspectiva de esquerda, se preocupe em eliminar as causas profundas deste flagelo social.

Defendemos que a nova legislação sobre o consumo se concretize numa linha sustentada de tratamento, defendemos uma estratégia de redução de danos que vise a recuperação, propomos o alargamento da rede pública de tratamento e reinserção e um plano urgente de intervenção em meio prisional, preconizamos novas medidas de prevenção primária e a criação dum dispositivo de Centros de Apoio em áreas de risco – nos muitos Casais Ventosos que proliferam pelo País.

E num quadro de reforço de sinergias no combate ao narcotráfico, preconizamos, e este é um traço distintivo da nossa política nesta matéria, a criação dum programa de prevenção e combate ao bran-



Carlos Gonçalves
Membro do Comité Central do PCP

Política de pescas

A evolução do sector pesqueiro ao longo dos últimos quatro anos apresenta os traços essenciais que já então eram referidos.

Perda de capacidade produtiva por diminuição de frota e dos recursos disponíveis em águas nacionais bem como em pesqueiros externos, crescente desequilíbrio da balança comercial do sector, com um aumento sistemático de importação de produtos derivados da pesca, envelhecimento da população activa por ausência de atractivos salariais e de condições de trabalho mobilizadoras de uma população mais jovem.

Não obstante as condições adversas em que se tem desenvolvido a actividade do sector, pequenas e grandes lutas permitiram alguns avanços no sentido da melhoria das condições de vida e de trabalho no sector.

Embora não correspondendo totalmente às justas expectativas que tínhamos, conseguiu-se, neste período, a aprovação de um Regime Jurídico de Contrato Individual de Trabalho a Bordo das Embarcações de Pesca e a criação de um Fundo de Compensação Salarial, um e outro consequência do repetido empenho do nosso Partido nas várias frentes em que desenvolvemos o nosso trabalho, com realce para a Assembleia da República e para o Movimento Sindical, sempre em ligação com as realidades concretas sentidas no sector.

De realçar a luta pelo Contrato Colectivo para o Arrasto Costeiro, que durou 78 dias seguidos e que mereceu a adesão total dos trabalhadores envolvidos e a solidariedade dos restantes trabalhadores, tanto do sector como de outros sectores.

A luta, forma superior de intervenção, quando justa e participada sempre conduzirá à vitória.

Os tempos que aí vêm continuarão a revelar dificuldades porventura acrescidas.

O sector pesqueiro está confrontado com o enorme desafio que constitui, a curto prazo, a negociação da Política Comum de Pescas para o período de 2002/2006, negociações nas quais tem que ser assegurado, a par do reforço financeiro destinado à modernização do aparelho produtivo e das respectivas infra-estruturas, uma melhor defesa dos interesses nacionais, designadamente com a consagração do uso exclusivo, para a frota nacional, da zona das 12 milhas (mar territorial) e da zona adjacente das 24 milhas, assim como a obtenção de quotas de pesca em pesqueiros exteriores, particularmente no Norte de África e Atlântico Norte, de forma a garantir a manutenção de importantes segmentos da nossa frota.

Continuaremos a lutar:

- para assegurar uma melhor defesa dos interesses nacionais junto da UE, de forma a que fique claramente consagrado, na futura Política Comum de Pescas, que o mar territorial das 12 milhas e a zona adjacente das 24 milhas constituam reserva exclusiva dos Estados costeiros;

- para defender uma melhor repartição das quotas de pesca em áreas exteriores à comunidade, revendo o princípio da estabilidade relativa, de forma a que os vários segmentos da frota

nacional sejam beneficiados;

- pela defesa da pesca artesanal, considerando-a essencial no quadro de uma política nacional para o sector pesqueiro;

- pelo efectivo reforço dos meios financeiros e técnicos destinados à investigação e gestão dos recursos;

- pela valorização da mão-de-obra, melhorando as condições de trabalho e salários a par de uma mais adequada formação profissional, medidas indispensáveis para atrair, para o sector, uma população activa mais jovem.



Frederico Pereira
Membro da Comissão de Pescas junto do Comité Central do PCP

A organização e intervenção junto dos trabalhadores

O projecto de Resolução Política do nosso XVI Congresso, propõe, como uma das principais orientações para o reforço da organização do Partido «lançar uma vasta acção para alterar o reduzido nível da organização partidária nas empresas e reforçar a organização e intervenção do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores em geral». Assume «como objectivo central» assegurar a presença de mais Partido nas empresas «nem que seja apenas com um militante».

Esta direcção de trabalho decorre, é uma consequência da nossa concepção do mundo e da sociedade, resulta e assenta na mais rica e segura experiência da vida do nosso Partido ao longo de quase 80 anos de luta, sempre como Partido das causas de todos os explorados.

Os trabalhadores, em particular a classe operária como camada mais homogénea, experiente e combativa, são, como a história objectivamente o demonstra, os sujeitos principais e decisivos dos avanços e transformações sociais que a humanidade tem conquistado nos últimos séculos.

Este papel central dos trabalhadores nas lutas de classe é indissociável do nível de organização dos trabalhadores e designadamente da organização e intervenção do seu Partido de classe nos locais de trabalho. É cunhado nestes pressupostos que o XVI Congresso irá deliberar sobre esta prioridade essencial do nosso trabalho.

Refere-se no projecto de resolução política que os organismos ligados ao trabalho

nas empresas representam 20% do conjunto total dos organismos do Partido. É um valor que fala por si, tendo em conta o Partido que somos e queremos continuar a ser.

É inegável, que face ao processo político que temos vivido nas duas últimas décadas, tal realidade, a influência social e política que o Partido continua a deter entre os trabalhadores, é um feito que revela a justa orientação que temos traçado e a ténpera revolucionária, comunista de centenas e centenas de quadros e membros do Partido.

É inegável, igualmente, que o actual nível de organização e intervenção do Partido nas empresas não assegura, não é uma base suficiente e necessária para que o Partido possa levar a cabo com êxito as suas tarefas e objectivos mais gerais. É, assim, como decorre do sentido mais geral do projecto de resolução, condição determinante para o aumento da sua influência social, política e eleitoral o reforço e a construção de mais Partido nas empresas.

Este desafio central que o XVI Congresso colocará a todo o Partido, é colocado nas condições sociais e políticas da época em que actuamos. Esta requer persistência, não desistir face à lentidão ou mesmo retrocesso do trabalho empreendido; esta requer da direcção do Partido, aos vários níveis da sua responsabilidade, que sejam responsabilizados mais quadros, designadamente quadros funcionários a tempo inteiro e os meios materiais disponíveis para uma acção mais decidida no interior e para dentro das empresas e locais de trabalho. Sabemos que

é da base da nossa acção quotidiana, centrada nos problemas concretos dos trabalhadores, que deve partir o trabalho político e ideológico do Partido dentro das empresas. Sabemos que é necessária maior determinação do conjunto do Partido para com as ferreamentas e orientações que temos ser possível nos tempos actuais ter mais partido nos locais de trabalho, lá onde se processa a apropriação privada da riqueza social, lá onde o capital se apropria do trabalho não pago, onde o capitalismo se forma e se renova constantemente – no processo de produção, nas empresas.

A resolução política proposta ao nosso Congresso coloca como tarefa imediata a concretização dum plano de trabalho que tenha como objectivo assegurar a existência de trabalho organizado do Partido nas empresas com mais de mil trabalhadores e/ou de importância relevante no respectivo concelho, sector ou região, que fortaleça e crie mais raízes do Partido no seio da classe operária e dos trabalhadores, em todas as regiões do país.

A concretização plena destes objectivos requer entre outras medidas:

- mais audácia e iniciativa no recrutamento de trabalhadores para o Partido;

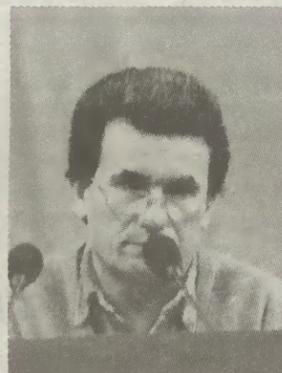
- que todos os comunistas que trabalham ou intervêm nas empresas assumam como seus estes objectivos;

- maior afirmação política do Partido, designadamente por via de uma mais larga divulgação do «Avante!» nas empresas e de mais informação escrita das células e de outros organismos sobre os problemas e as aspirações concretas dos trabalhadores.

Experiências de trabalho que decorrem em algumas organizações regionais, pelos seus resultados concretos, pelas potencialidades reveladas, mostram ser possível nas condições actuais termos mais e melhor organização e intervenção do Partido nas empresas.

Dada a complexidade da tarefa, tendo em conta a violenta ofensiva do grande

capital contra os direitos laborais e a sua duração previsível, só a acção do Partido como um todo pode ombrear e levar à prática os objectivos que o XVI Congresso traçar quanto ao trabalho nas empresas. Esta é condição essencial para o Partido manter de forma segura e sólida a sua natureza de classe e o conjunto da sua identidade comunista, para que o PCP continue a honrar as suas responsabilidades perante os trabalhadores e o povo.



Alexandre Teixeira
Membro do Comité Central do PCP

Defesa nacional e Forças Armadas

Ao abordarmos as questões relativas à política de defesa nacional e forças armadas temos de ter presente, por um lado, a evolução da situação política, económica e social no nosso país em resultado da política de direita e, por outro lado, a crescente submissão, no plano externo, aos interesses das grandes potências, cujos exemplos próximos foram as medidas decididas durante a presidência portuguesa da União Europeia e que, neste preciso momento, estão a ser desenvolvidas na Conferência Intergovernamental de Nice, visando dar corpo ao pilar europeu da NATO.

É da análise conjugada deste quadro que se elaboraram as Teses submetidas a debate em todo o Partido e que, com o resultado da discussão, são presentes ao Congresso.

O processo em curso de militarização da União Europeia não conduzirá a nenhuma carta de alforria da Europa face aos EUA e colocará, no que a Portugal diz respeito, novos e intrincados problemas a acrescentar aos já existentes.

Pela mão do Governo PS foi entusiasticamente apoiado o novo Conceito Estratégico da NATO e Portugal viu-se a participar numa guerra de natureza imperialista no centro da Europa. Quanto mais envolvimento externo vão tendo as Forças Armadas portuguesas mais debilidades têm vindo a ser criadas ao seu funcionamento e operacionalidade; quanto mais envolvimento externo mais se acentua a precarização das preocupações, medidas e meios eminentemente de defesa nacional no plano militar.

A ausência de uma visão nacional para o problema das Forças Armadas portuguesas tem conduzido a um permanente e contraditório processo de reestruturação, redimensionamento e reequipamento gerador de instabilidade. Este processo, cuja necessidade ninguém contestou ou contesta, pelos objectivos que prossegue, pelos métodos de que se reveste, pela precariedade de meios, pela irrealista noção da realidade tem sido gerador de tensões e é, em bom rigor, um processo de desmantelamento.

Partindo de uma visão padronizada pelos conceitos NATO e, por isso mesmo, desliga-

da dos reais interesses e possibilidades nacionais, as medidas nesta área têm sido potenciadoras de injustiças e, não raras vezes, têm posto em causa o próprio prestígio das Forças Armadas.

Por isso têm crescido as vozes de protesto no seio dos militares em torno de um vasto conjunto de matérias de índole profissional e social, mas também de exigência de meios que lhes possibilite cumprir as missões constitucionalmente atribuídas.

Contra tal rumo na política de defesa tem

o nosso Partido reclamado, no plano político e no plano institucional. Também nesta área somos um Partido de crítica, mas somos também um Partido de proposta. Intervimos em torno do Estatuto dos Militares; pela alteração do regime de restrições imposto aos militares e pela consagração dos seus direitos associativos; contra o envolvimento de Portugal no Kosovo e contra o Conceito Estratégico da NATO; por um outro quadro de prioridades no que respeita ao reequipamento das Forças

Armadas, entre tantas outras e importantes matérias. E sobre as questões do reequipamento e, portanto, das verbas necessárias à sua aquisição, há que deixar claro que o nosso Partido nunca entrou por abordagens demagógicas e populistas sobre esta matéria. O que sempre fizemos e continuaremos a fazer é reflectir, no quadro de uma avaliação própria, sobre o real interesse de tais ou tais opções e, em conformidade, agimos e propomos. Portugal não tem de ter os meios que a outros interessam mas sim aqueles que interessam a Portugal.

Novos e importantes desafios nos estão colocados também nesta área, em resultado da criação de novos mecanismos da «Nova Ordem» imperialista. Posso anunciar que se encontra em fase de ultimateção o nosso projecto de Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, que constituirá mais um elemento de debate, reflexão e intervenção na luta por uma outra política ao serviço de Portugal e dos portugueses.

Não fechando os olhos à realidade e prosseguindo o acompanhamento da situação, defendemos uma estratégia de matriz nacio-



Rui Fernandes
Membro do Comité Central do PCP

nal, que privilegie os interesses nacionais e os meios nacionais para os efectivar; uma estratégia de coesão e solidariedade, que privilegie o fortalecimento da vontade popular por uma justiça social e um maior empenhamento cultural; uma estratégia de progresso, que privilegie a afirmação de Portugal no Mundo como nação em processo de desenvolvimento e com uma voz própria nos grandes processos estruturais tendentes à criação de uma Nova Ordem Económica

Internacional; uma estratégia de amizade, paz e cooperação, que privilegie a solução negociada dos conflitos; uma estratégia em que Portugal apareça como nação empenhada em defender, de forma coesa e eficaz, a sua soberania e independência nacionais, perante qualquer ameaça e agressão externas; uma estratégia de participação de todo o povo, uma estratégia democrática, que empenhe todos os portugueses na defesa de Portugal.

Sobre as comunidades portuguesas

Os movimentos migratórios colocam Portugal numa situação privilegiada para compreender a dimensão, quantas vezes dramática, da vivência humana de milhares de trabalhadores que são obrigados a procurar noutras terras melhores condições de vida para si e suas famílias. Coloca ainda Portugal numa situação para melhor compreender e dar combate a um dos principais flagelos da sociedade capitalista em que vivemos: o racismo e a xenofobia.

A Comunidade Portuguesa no estrangeiro, estimada em 4 milhões e 500 mil pessoas, é uma realidade multifacetada, que continua a ter um peso importante na sociedade portuguesa.

E, se por um lado, verificamos que diminui a tendência para o regresso a Portugal e se acentua a opção pela permanência nos países para onde emigraram, constatamos também um aumento de outras formas de emigração, nomeadamente temporária e sazonal, quantas das vezes em condições de grande precariedade.

No entanto, a política do Governo PS segue, no essencial, a par e passo as mesmas orientações dos governos anteriores do PSD, escondendo-se em declarações de princípio, enaltecendo os portugueses da diáspora. Acaba por desenvolver uma acção política que, acompanhada de algumas medidas pontuais, está marcada por elevadas doses de demagogia, longe de corresponder à política necessária para as Comunidades Portuguesas.

A área do ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro é, sem dúvida, um exemplo flagrante do que afirmamos. Deputados do PS e responsáveis governamentais, repetem uma realidade: a Língua Portuguesa é a terceira língua europeia mais falada a nível mundial e reconhecem haver insuficiências na intervenção do Estado português neste campo. Mas votaram contra a proposta do PCP de um reforço de verbas no Orçamento de Estado para 2001 dirigido precisamente ao ensino da língua portuguesa no estrangeiro.

A actual situação na área do ensino do português no estrangeiro, é de total estagna-

ção. E se ainda se ensina, se aprende a língua e cultura portuguesa no mundo, é graças às comunidades portuguesas, em particular ao seu movimento associativo.

A recusa por parte do Governo em investir aqui de forma séria põe em causa uma ligação duradoura em particular dos jovens lusodescendentes com Portugal.

Podemos afirmar que a política deste Governo para as comunidades portuguesas é encarada unicamente numa perspectiva instrumental ao serviço do Governo e do PS. Tem sido assim com os serviços públicos de informação, com particular destaque para a RTP internacional, que está praticamente reduzida a uma câmara de ressonância do Governo.

Tem sido assim com o movimento associativo, limitando-se o Governo a distribuir migalhas quando o que faz falta é um plano de apoio que responda aos novos desafios e dificuldades com que o movimento associativo está confrontado.

Tem sido assim com os consulados, onde as tão apregoadas medidas de modernização confrontam-se depois na prática com deficientes serviços e em particular com a falta de pessoal e técnicos especializados nomeadamente no campo social.

Tem sido assim com o Conselho das Comunidades Portuguesas, que o Governo boicota e vai ao ponto de ultrapassar a Lei que o criou, não respeita a vontade dos eleitos nem a decisão do Tribunal que obriga à convocação de um reunião mundial deste órgão eleito pelas comunidades, procura instrumentalizar e limitar a sua acção.

As mudanças e evolução das comunidades portuguesas exigem do PCP uma continuada atenção, quer seja quanto aos seus problemas concretos nos países onde residem quer seja na sua relação com Portugal.

Os militantes comunistas nas comunidades portuguesas enfrentam com confiança os desafios que tem pela frente quanto aos modos e caminhos para assegurar uma presença activa e reforçada do Partido nas comunidades e que também passa pela nossa capacidade de relacionamento com as novas gerações de lusodescendentes.

As políticas neoliberais têm criado reais dificuldades ao exercício dos direitos das mulheres no mundo do trabalho, na família e na sociedade, agravando-se as discriminações em função do sexo, a feminização da pobreza e o défice de participação em igualdade em quase todos os domínios.

Os governos do PS afirmaram-se, no discurso, como sérios campeões pela igualdade de direitos, mas prosseguiram, na prática, uma política exactamente oposta.

Fixando previamente as premissas do seu discurso, procederam a uma criteriosa escolha de temas e dos conteúdos, visando limitar o debate na opinião pública aos

temas e conteúdos por eles decididos. Marcados por um profundo controlo e homogeneização dos quais são eliminadas palavras e conceitos «perigosos» tais como luta das mulheres pela igualdade, luta de classes, sistema patriarcal, luta emancipadora das mulheres.

É assim que as avaliações da situação das mulheres e as medidas governativas que vão sendo perspectivadas, não questionam nem abalam os fundamentos económicos e sociais que mantêm, e em muitos casos agravam, as discriminações das mulheres e são geradores de novas desigualdades sociais.

Limitaram-se, no essencial, à abordagem de preconceitos morais e costumes ultrapassados pela evolução social.

É disso exemplo a campanha contra a violência doméstica, que constituindo um inegável atentado à dignidade humana, exclui outras gritantes facetas da violência exercida sobre a mulher que são sistematicamente ignoradas.

A conciliação da vida familiar e profissional foi um dos seus temas fundamentais. Mas as medidas preconizadas contribuem para perpetuar a tradicional divisão de papéis na família e no trabalho, visando diminuir os impactos da crescente desresponsabilização do Estado na criação de infraestruturas de apoio à família e garantir a maleabilidade da mão-de-obra feminina de acordo com as necessidades do «mercado».

Os problemas cada vez mais agravados que as mulheres enfrentam, também constituíram factores de evolução da sua consciência social e traduziram uma evolução do descontentamento para protesto e luta. São disso exemplo a realização de duas grandes Manifestações de Mulheres: uma em 1997, pelo direito à igualdade; outra em 2000, contra a Pobreza e a Violência.

A luta pela despenalização do aborto, contra as cedências do PS à direita na realização do referendo, constituiu um momento especial de convergência na batalha de esclarecimento de organizações de mulheres, do movimento sindical, entre várias organizações sociais, do PCP, da JCP e

cidadãs(ões) de quadrantes políticos diversos.

O aprofundamento do debate das ideias no Partido e a procura de novas respostas às questões colocadas pela ofensiva ideológica é uma questão central para a nossa formação de comunistas, assim como a discussão sobre novas formas de intervenção junto das mulheres, no sentido de as ganhar para os nossos ideais e para a luta pelo exercício dos seus direitos, enquanto cidadãs, trabalhadoras e mães.

Importa, também, valorizar e apoiar os objectivos e a acção das organizações femininas que dão voz aos problemas e reivindicações das mulheres.

A crescente incorporação dos seus problemas e reivindicações específicas na acção do Partido aos mais variados níveis, e nas várias organizações sociais e de classe contribuirá para combater as desigualdades e injustiças que pesam sobre um importante sector da população e para o necessário enriquecimento e reforço da luta social e política pela emancipação dos trabalhadores(as).

O PCP não se contenta com a igualdade formal. A

luta para que as leis sejam traduzidas na vida, a luta pela igualdade económica, social e cultural das mulheres e a luta pela transformação social estão também interligadas.

Para o PCP a luta pelo direito das mulheres à igualdade sempre foi, e é, uma componente inseparável da luta pela liberdade e pela democracia. Assume, neste contexto, um papel importante a luta por uma profunda alteração de conceitos, por novos valores, novas referências culturais, novos comportamentos e relacionamentos, na base da igualdade entre os seres humanos, dando corpo ao nosso sonho de emancipação dos homens e das mulheres, de humanização do mundo e da vida.

Permitam-me acabar citando Marx, quando dizia que «é impossível construir uma sociedade humana livre, sem nela integrar livremente a humanidade plena das mulheres».

É essa é a sociedade que queremos construir e pela qual iremos continuar a lutar.



Adelaide Pereira
Membro do Comité Central do PCP



Alfredo Stoffel
Membro do Organismo de Direcção Nacional do PCP na Alemanha

A Saúde

Desejaríamos que o XVI Congresso resultasse num aprofundamento criativo do nosso projecto com vista a interromper o ciclo infernal dos governos de direita.

É que cresce hoje no país a consciência de que não é possível continuar ao sabor das imposições do grande capital e de que é imperioso desbravar uma alternativa.

Agravam-se sinais de crise e muitos dos que se seduziram pela demagogia reformista do PS mostram agora inquietação crescente.

Esta evolução coloca na ordem do dia a adopção de medidas que aumentem a capacidade de manobra do PCP.

O que queremos partilhar convosco, camaradas, é que o sector da saúde representa uma arena privilegiada onde se observam significativas deslocações sociais e políticas.

Um importante razão para tal está no facto da indústria da saúde reunir hoje 120000 trabalhadores com a mais alta preparação técnica e científica e representar já 8% do Produto Interno Bruto.

Pela elevada socialização da produção que apresenta, o sector da saúde torna-se um segmento avançado da economia, aproximando o país daquele dia em que os trabalhadores serão os senhores da economia e construirão O SOCIALISMO EM PORTUGAL!

É por outro lado aqui que mais agudamente se percebem as insanáveis contradições entre necessidades sociais e os inte-

resses privados na obtenção do lucro máximo.

A luta por uma política que não seja apenas uma ausência de doença mas sim um estado de completo bem-estar físico, mental e social, é hoje uma profunda aspiração em todos os povos e é, como sabemos, o lema da OMS, naquilo que foi a consagração internacional de um programa radical a favor da saúde, criado e propagandeado por militantes marxistas da saúde.

A profundidade das deslocações que se observam neste sector, resulta da aguda percepção de que os 1250 milhões de contos que hoje custa a saúde, estão a ser uevorados por lobbies como o do medicamento, já com mais de 400 milhões de gastos, agravando incommensuravelmente o endividamento do SNS.

Assistimos igualmente ao apetite dos grandes grupos financeiros pela própria prestação Hospitalar e dos Centros de Saúde.

Embora durante muitos anos, o capitalismo se conformasse com o Estado tutelar a prestação porque não era rentável como negócio, nos últimos anos, porém, a revolução científica tornou a saúde uma área promissora para os investimentos.

Hoje, camaradas, as empresas capitalistas americanas de prestação de cuidados, são altamente cotadas em Wall Street e aspiram a penetrar nos países europeus para desalojar os serviços públicos e aí desenvolver uma ampla ofensiva privatizadora dos seus segmentos lucrativos.

Este processo é acompanhado de exigências de maiores financiamentos públicos, desde que sirvam para sustentar o negócio privado.

É por isso que dizemos com frontalidade que os recentes aumentos do orçamento para a saúde, não foram para melhorar o SNS, mas para satisfazer *lobbies* credores que extraem monumentais mais valias do SNS!

Atrase-se assim a necessária inovação técnico-científica e organizativa do SNS de tal forma que qualquer dia teríamos hospitais públicos asilares, desqualificados, para os indigentes, e clínicas envidraçadas para os afortunados, onde os excluídos encostam o nariz sem conseguirem entrar.

Porque, camaradas, esta é a realidade da montra do capitalismo americano que nos querem impingir.

É pela consciência deste perigo que se alarga o combate pela reforma democrática do SNS, um programa de avançadas transformações, que mobilizam comunistas, socialistas, católicos, e mesmo gente conservadora que reconhece o perigo da perda do SNS como instrumento de justiça social e de modelo civilizacional.

É, pois, camaradas, natural a oposição das forças capitalistas a qualquer medida que desenvolva as forças produtivas no SNS.

Esta tenaz oposição à modernização do SNS, reclamada pelo PCP, constitui uma poderosa linha de acção do partido, capaz de romper com preconceitos que impediam até agora sectores intermédios de colaborar connosco.

É também um território fecundo para a construção de um modelo alternativo e eficaz ao capitalismo.

Com a derrota do cavaquismo e o questionamento que muitos sectores erguiam à sua política liberal, o núcleo dirigente do PS foi obrigado a compromissos de requalificação de alguns sectores sociais.

É neste contexto que irrompem no Ministério da Saúde personalidades sensíveis às necessidades de reforma.

Ainda que de forma hesitante e sob tremendas contradições com a política global pró-capitalista do governo, inúmeros técnicos de formação democrática aceitaram trabalhar para colocar na ordem do dia a questão da reforma.

Contudo, camaradas, temos de o reconhecer, o Partido tardou em assimilar esta situação.

Foi necessário romper com uma longa ausência de perspectiva dirigente do SNS e de relutância em assumir responsabilidades institucionais.

A experiência mostra, no entanto, que uma correcta articulação entre o trabalho de massas e a intervenção política institucional poteneiam a nossa influência, rompem com o sectarismo e aproximam das nossas posições profissionais de múltiplas origens políticas.

Deste exaltante trabalho resultou a política do SNS XXI, um conjunto legislativo orientado para a reforma do SNS e que consagra muitas das posições do PCP.

Ainda que escandalosamente boicotados por um governo que conspira contra a sua própria base de apoio, a verdade é que a aprovação destes diplomas, onde se destaca o programa de recuperação de listas de espera proposto pelo nosso partido, constitui hoje um capital político capaz de aumentar os apoios à reforma e combater quem pretende retomar o liberalismo.

Uma política de reforço do SNS está por definição apontada contra o capitalismo e, como tal, não poderia deixar de desencadear poderosas acções de intoxicação.

Foi a campanha do desperdício financeiro, foi a tecla da ineficácia, foi finalmente a operação da greve médica *self-service*.

A greve *self-service* foi uma monstruosa provocação para desacreditar o SNS, frustrar

as possibilidades de reforma e impor um recuo das políticas liberais.

Criaram-se assim as condições para a ascensão da ministra Manuela Arcanjo, na base de uma suposta missão de endireitar as finanças da saúde, muito ao jeito do especialista de finanças de má memória, que veio de Coimbra nos anos 30 para pôr as contas do país na ordem e o povo na miséria!

Mas, afinal, percebe-se agora que o seu programa não era melhorar a situação do SNS mas tão-só endireitar as finanças dos *lobbies*, deixando o SNS numa situação muito pior!

O seu programa político tem sido simples: parar e liquidar qualquer hipótese de reforma, afastar gente competente, semear *boys* por tudo quanto é sítio, alguns como é o caso Catarina na ARS do Norte, de tal modo incompetentes que são demitidos meses depois da nomeação, e preparar novos avanços do capitalismo!

Anuncia-se para já a renovação da exploração privada para o Amadora-Sintra e, pior ainda, preparam-se para o mesmo negócio para os novos hospitais de Vila Franca, Loures e Cascais.

As privatizações terão sempre a nossa frontal oposição e podemos garantir-vos que connosco estarão muitos democratas e profissionais de outros partidos.

Na presente situação, é ampla a frente de resistência e animadoras as possibilidades de se formar uma base profissional e popular de defesa do SNS.

É animador que gente do PS, se disponha a uma colaboração explícita connosco e se coloque contra as orientações do núcleo pró-capitalista da direcção do PS!

Estas novas possibilidades aconselham uma rápida evolução das nossas análises e estilo de trabalho, abandonando decididamente o enconchamento defensivo e tomando audaciosamente a dianteira do movimento!

Não podemos deixar de sublinhar que as teses ficaram aquém da reflexão sobre o que foi e o que irão ser os passos seguintes da manobra capitalista na saúde.

Até pelo seu formato, que mistura relatório de actividades, análise política e definição programática, se torna difícil congregar a riqueza política e de aprendizagem que este período representou na saúde.

Se bem que aprovadas na generalidade no sector da saúde de Lisboa, muitos camaradas sublinharam o seu formato fastidioso e desadequado ao tipo de reflexão que aqui estou a fazer convosco.

Mas, camaradas, para nós o mais grave não são as insuficiências das teses mas sim o facto de neste período terem aparecido manifestações muito negativas na nossa vida interna, como não havia memória no PCP.

Com a colocação da questão da identidade do PCP no centro da agenda do debate interno, o resultado foi o bloqueamento da discussão e a ausência de espaço para reflexão substantiva e estratégica!

Romper com a descrença quanto à possibilidade de aumentar num futuro próximo a nossa influência é indispensável para que o partido cumpra com as suas melhores tradições de força de vanguarda.

São entusiasmantes as batalhas que se avizinham.

O governo do PS encaminha-se para uma derrota clamorosa pelas suas opções de direita!

Cabe-nos a nós polarizar o vasto conjunto de portugueses que condenam esta cumplicidade com o capital e estão dispostos a mudar as suas opções.

Só com o aprofundamento da reflexão e usando com criatividade as bases de Marx e Lenine, é que seremos dignos da nossa natureza revolucionária!

Viva a Reforma Democrática do Serviço Nacional de Saúde!

A educação e o ensino

Passaram mais de cinco anos sobre a chegada do PS ao poder e, apesar da propalada paixão pela Educação, é **negativa a avaliação da política educativa** do Governo.

O anunciado investimento não existiu, o que transparece, até, da análise dos números — *as verbas para a Educação no ainda corrente ano 2000 não ultrapassarão os 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB), quando já em 1990 se definia como meta os 7% — o estado permanente de crise que caracterizava a Educação manteve-se e alguns fogachos que aqui e além puderam ser observados não passaram disso mesmo: fogachos, ateados de forma difusa e avulsa. Foi o que aconteceu na Educação Pré-Escolar em que a situação portuguesa se encontrava nivelada pela das nações menos desenvolvidas. Por outro lado, alguma valorização na carreira dos docentes ficou a dever-se, apenas, à forma como os professores souberam impor as suas razões em processos de luta liderados pela maior, mais responsável e mais representativa organização sindical de professores, a FENPROF. Uma organização onde os professores comunistas intervêm e assumem um papel de relevo. Por fim, duas medidas importantes, a licenciatura para todos os docentes e a gratuitidade na Educação Pré-Escolar, foram decisões da Assembleia da República, tendo o PCP desempenhado um papel determinante na aprovação destas como de outras leis.*

A crise que hoje afecta a Educação é, ainda, a mesma da era cavaquista. Trata-se de uma crise estrutural e, por isso, uma ou outra *medida avulsa* que possa ser tomada não será sequer uma gota de água na sua superação. Será apenas, e sempre, um novo dispêndio de energia que criando de início alguma expectativa, acabará por resultar numa enorme frustração.

- Problema maior é hoje, como era então, a **instabilidade do corpo docente** das escolas e dos próprios professores. As escolas continuam sem encontrar a estabilidade desejada e indispensável e aos 15 000 professores contratados juntam-se agora cerca de 30 000 desempregados;

- As escolas apresentavam **más condições de trabalho**, sendo essa uma das justificações mais comuns e correctas para o insucesso de parte da actividade aí desenvolvida. Hoje, como então, muitos edifícios continuam por recuperar, poucas salas foram reequipadas, poucas condições de conforto foram proporcionadas, a segurança nos laboratórios de química foi descurada, os espaços para a prática desportiva, incluindo a construção de alguns pavilhões gimnodesportivos com verbas já previstas em PIDDAC, continuam a aguardar por melhores dias ou, talvez, por próximas eleições. Más condições que nem a colocação de computadores nas escolas consegue desfazer.

- Falava-se de uma **Reforma** mal feita e baniu-se mesmo a palavra *Reforma*. Porém, a mudança de vocabulário, com a adopção dos termos **reestruturação** e **reorganização**, foi o muito pouco e insuficiente que aconteceu. As escolas continuam a ser *tubos de ensaio* de experiências que muitas vezes se generalizam sem que delas seja feita a indispensável avaliação. Generaliza-se, então, em simultâneo, a confusão e a desorientação. Os parceiros educativos não são ouvidos: as opiniões dos professores, assim como dos pais, não são tidas em conta e as dos alunos, porque contestam caminhos que sabem não lhes servir, são ignoradas. Na melhor das hipóteses o ME esquece-os, na mais radical acabam «*acariados*» pela brutalidade policial.

Uma saudação, por isso, a todos os jovens que lutam por uma nova Escola e uma nova Educação.

Estamos, pois, perante a verdade pedagógica e educativa absoluta e o autismo negocial que surgem como sintomas de prepotência política e de arrogância intelectual.

- O **modelo de gestão** das escolas imposto pelo PS, não valorizou a sua vertente pedagógica de funcionamento e assenta, como assentava o do PSD, nas chamadas "*lideranças fortes*", que serão os olhos e os ouvidos do ME nas escolas; o **regime de autonomia** aprovado não passa de uma

estratégia definida, e a aplicar pacientemente, no sentido de uma progressiva desresponsabilização do Estado, nomeadamente na área financeira, onde o seu papel é fundamental para o combate às assimetrias socioeducativas e para a introdução de mecanismos de discriminação positiva promotores do sucesso escolar e educativo.

- No **ensino superior** tudo como dantes: mantém-se o socialmente injusto mecanismo de *numerus clausus*, utilizam-se dinheiros das propinas dos alunos para satisfazer despesas de funcionamento que o Estado não assume adequadamente (como a água, a luz, o telefone, ou mesmo vencimentos), continuamos a ter salas de aula onde não cabem os alunos, mantém-se a pouca esclarecida divisão do ensino superior nas vertentes politécnico e universitário.

- O financiamento dos **colégios privados** continua a contrastar com a falta de investimento nas escolas públicas, atingindo hoje, números preocupantes. Em 2001 os colégios privados receberão trinta e seis milhões de contos, conforme previsto no Orçamento de Estado; Comparemos esse montante com o destinado a outras rubricas da Educação e ficaremos esclarecidos: o *ensino profissional* tem previstos apenas nove milhões de contos, o *ensino especial* vinte e quatro e a *acção social escolar* para todo o ensino básico e secundário conta com vinte e sete. Não espanta, assim, que alguns colégios construam piscinas olímpicas de água aquecida, enquanto inúmeras escolas públicas nem verba tenham para garantir o aquecimento das suas salas de aula.

- Prometeu-se a **Escola de Turno Único**. Era a grande promessa da primeira legislatura PS. Mas onde está a escola com condições para que as crianças e os jovens para além das suas aulas, sejam acompanhados no estudo, fundem os seus clubes, ocupem os seus tempos livres?! É que já vamos na segunda legislatura e a maioria das escolas do 1.º Ciclo continua sem um simples refeitório e as restantes escolas, sem recursos humanos, físicos e financeiros

para poderem diversificar as suas respostas, sejam curriculares ou sociais.

Não surpreende, pois, que o sistema educativo português, após cinco anos de declarada, mas pouco assolapada, paixão, continue sem se livrar dos estigmas do cavaquismo:

- As baixas **taxas de escolarização** continuam a afirmar-nos como um dos países da cauda da Europa;

- O **insucesso escolar e educativo** continua a ter raízes profundas na origem social dos alunos;

- O **abandono precoce** da escola é um problema não resolvido, com o trabalho infantil a manter-se uma chaga, só que agora mais bem disfarçado e, por isso, menos visível, mas eventualmente mais perverso;

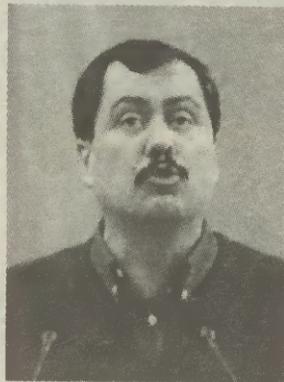
- A entrada dos **diplomados no mundo do trabalho** continua a ser extremamente difícil ou mesmo impossível. Sejam diplomados com a escolaridade básica, sejam do ensino secundário, ou ainda — e essa é uma realidade nova mas cada vez mais vulgar — jovens licenciados.

Torna-se, então, indispensável inverter este estado de coisas. Por um lado, o Governo não pode ficar impune por faltar à palavra, há que o penalizar; por outro, devemos continuar a propor medidas e políticas que apontem no sentido da democratização da Escola, responsabilidade que o PCP tão bem tem sabido assumir, nomeadamente através da sua intervenção parlamentar e do envolvimento dos seus militantes na acção reivindicativa e de luta de todos os docentes, estudantes, pessoal não docente ou no movimento associativo de pais.

É preciso **estabilizar o corpo docente das escolas; reapetrechá-las com o material pedagógico-didáctico adequado; aprovar uma Carta definidora das Condições de Trabalho e de Funcionamento das Escolas; valorizar o ensino básico e dar sentido ao ensino secundário; criar as indispensáveis condições de qualidade no ensino superior; criar e desenvolver respostas sociais na Escola Pública, dando assim resposta às necessidades das**



Paulo Fidalgo
Médico, membro do Sector da Saúde da Organização Regional de Lisboa



Mário Nogueira
Membro da Organização dos Professores de Coimbra e da Comissão Nacional de Professores do PCP

crianças e dos jovens, bem como das suas famílias; investir muito forte na acção social escolar atenuando, também por essa via, as assimetrias sociais.

Para que estas medidas se cumpram é preciso investir na Educação. São necessárias mais verbas para a Educação devendo atingir-se os desejados 7% do PIB... mas não basta. É necessário que essas verbas sejam convenientemente aplicadas o que implica a aprovação de uma Lei de Financiamento para a Educação Pré-Escolar e os Ensinos Básico e Secundário e a revi-

são da que já vigora para o Ensino Superior. É urgente, e o nosso Partido deve assumir um papel preponderante nessa luta, que se criem as condições para que o Ensino em Portugal se democratize, o que exige o nosso contributo empenhado na construção da tal Escola Pública, que é Gratuita, que apresenta elevada Qualidade e que tem respostas Para Todos os Portugueses e Portuguesas.

Um contributo que, estou certo, todos, mas todos os que são comunistas, estarão disponíveis para dar!

Verificação de mandatos

A Comissão de Verificação de Mandatos eleita no início dos trabalhos do Congresso examinou a documentação relativa à eleição dos delegados ao XVI Congresso.

Estão presentes 1546 delegados cujos mandatos a Comissão de Verificação confirma por estarem de acordo com as normas do Regulamento para o debate no Partido e eleição dos delegados, verificadas que foram as actas das Assembleias electivas e as fichas dos delegados presentes.

A proporcionalidade a que se refere a norma 14 do Regulamento, assim como a faculdade prevista na norma 16 do mesmo Regulamento, ou seja, a capacidade do recurso à eleição de mais delegados até ao limite de 10% da proposta global da Organização Regional, foram integralmente cumpridos.

Também o agrupamento de organizações com menos de 100 membros do Partido tal como prevê a norma 17 do referido Regulamento não merece qualquer reparo.

É sem dúvida de sublinhar o intenso trabalho desenvolvido pelos comunistas na preparação do seu Congresso.

Chegaram ao conhecimento de Comissão de Verificação de Mandatos actas de 968 reuniões para discussão das Teses e eleição de delegados.

Destas actas 591 são relativas às Assembleias que elegeram 1354 delegados efectivos e 1225 delegados suplentes e em que participaram 10279 militantes.

Nas referidas Assembleias para eleição dos delegados, os delegados foram eleitos em 561 pelo método do braço no ar e em 10 pelo método do voto secreto.

Em 20 Assembleias não foi indicado o método de eleição.

Em 443 das 591 Assembleias electivas, os participantes decidiram por votação o método de eleição.

No respeito pelo consignado nos Estatutos do Partido era de 271 o número de camaradas em condições de assumirem a sua função de delegados por inerência, sendo 179 membros do Comité Central, 77 membros da Direcção Nacional da JCP e ainda 15 camaradas a quem o Comité Central decidiu atribuir a qualidade de delegados tendo em conta a natureza das tarefas partidárias que desempenham, prevista na norma 23 do Regulamento.

Da informação que é possível recolher das actas regista-se que 1810 delegados foram eleitos por proposta dos respectivos organismos de direcção, 534 delegados eleitos por proposta de Assembleia, havendo ainda 235 delegados eleitos por fusão das propostas. Estes números consideram o conjunto dos delegados eleitos, ou seja, os efectivos e suplentes.

Não se realizou nenhuma Assembleia por apelo ao Regulamento para o debate no Partido e eleição de delegados.

Foi verificada até ao momento, já no recinto do Congresso a presença de 1546 delegados, ou seja 95% do total previamente eleitos em Assembleias.

Procedeu-se à substituição de 63 delegados efectivos pelos respectivos suplentes eleitos nas mesmas assembleias, tendo-se concluído o respeito pela condição a que se refere a norma 18 do Regulamento.

A composição social do XVI Congresso traduz uma ampla maioria de trabalhadores, seja da indústria, seja de serviços, correspondente a 62% dos delegados.

30,9% são operários industriais, agrícolas e pescadores;

31,2% são empregados;

23,2% são intelectuais e quadros técnicos;

0,6% são agricultores;

5,1% são pequenos e médios comerciantes e industriais;

6,7% são estudantes;

2,3% correspondem a outras situações (domésticas, reformados, etc.).

A composição social do nosso Congresso, confirma assim plenamente a natureza de classe do PCP, Partido da classe operária e de todos os trabalhadores.

Quanto à composição etária, ela é a seguinte:

- Têm menos de 20 anos, 45 dos delegados;

- 191 dos 21 aos 30 anos;

- 196 dos 31 aos 40 anos;

- 594 dos 41 aos 50 anos;

- 496 dos 51 aos 60 anos;

- e com mais de 60 anos

são 94 delegados.

A idade média é de 46 anos, e os delegados mais jovens (dois) têm 16 anos e os mais idosos, são igualmente dois e têm 85 anos.

É importante referir que estão entre os delegados 133 camaradas que aderiram ao Partido entre o XV e o XVI Congresso, dos quais 46 aderiram ao PCP durante o corrente ano.

Dos delegados presentes 336 (21,7%) são mulheres.

É de sublinhar, uma vez mais, que o número de delegados continua a não corresponder nem à participação das mulheres na actividade partidária nem à sua percentagem entre os membros do Partido que, como as Teses referem, é de 24,9%.

A Comissão de Verificação de Mandatos sublinha que 21% dos delegados militam em organizações de base, 36,2% são membros de Comissões Concelhias, 18,2% integram Direcções Regionais e que 24,6% fazem parte de outros organismos e comissões várias, traduzindo estes números uma representatividade dos diferentes níveis de estrutura orgânica.

Do conjunto dos delegados, 139 são simultaneamente membros do Partido e da JCP e 240 são funcionários do Partido.

Pela forte ligação do Partido aos trabalhadores e às populações resulta que no conjunto dos delegados 69% são dirigentes de organizações e movimentos de massas, dos quais 23,7% são membros de Comissões de Trabalhadores, delegados sindicais e dirigentes sindicais.

Regista-se igualmente que 38,5% dos delegados desempenham cargos públicos em diversos órgãos do Poder Local e Central.

Em conclusão, a Comissão de Verificação de Mandatos considera que o processo de eleição dos delegados do Congresso estão em conformidade com as regras de funcionamento democrático do Partido e as normas que o Regulamento estabelece, pelo que estão preenchidas as condições necessárias à legitimidade das decisões do XVI Congresso do nosso Partido.

A Comissão de Verificação de Mandatos saúda todos os camaradas delegados e convidados presentes, fazendo votos para que os trabalhos continuem a decorrer com total confiança no sucesso dos resultados do XVI Congresso do PCP, Partido insubstituível na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, dos portugueses e de Portugal, pela Democracia e o Socialismo.



As eleições presidenciais

De entre os nossos mais importantes compromissos da agenda política figura o da intervenção nas eleições presidenciais que começamos já há mais de dois meses.

Esta intervenção permitiu criar um espaço de debate sobre os principais problemas que hoje se colocam na sociedade portuguesa e sobre um outro desempenho para o Presidente da República.

Neste período as diferentes organizações do Partido tiveram um importante papel na realização de acções de campanha que decorreram de forma muito positiva, ao mesmo tempo que preparavam este nosso Congresso. Foi evidente que este empenho dos militantes e a adesão de muitos outros democratas venceu resistências que tivemos que enfrentar para afirmar um espaço próprio da candidatura.

A nossa intervenção continuará a centrar-se na afirmação de valores próprios,

que são distintos dos de outras candidaturas. De entre esses valores avultam o direito ao trabalho e do trabalho com direitos, a consideração dos direitos sociais como pilares da democracia, a justiça social e o combate às exclusões, os valores da participação popular, da seriedade, respeito pela verdade e por condutas éticas, do primado do interesse público sobre outros interesses, a dignificação da mulher na sociedade portuguesa e a garantia aos jovens de direitos e oportunidades que lhes permitam o seu desempenho como importante factor social de mudança.

A nossa candidatura é portadora de concepções diferenciadas sobre a que deve o Presidente da República dar prioridade no acompanhamento da actividade do Governo, para verificar como estão ou não a ser cumpridos grandes objectivos constitucionais e os desafios que se colocam ao País.

O Presidente da República deve atender especialmente ao aprofundamento da democracia política, ao desenvolvimento e ao equilíbrio inter-regiões, à elevação da nossa capacidade produtiva, da produtividade e competitividade das empresas, deve verificar se estão a ser promovidos o ambiente e a ser elevada a qualidade de vida, e deve avaliar os rumos que tem tomado a integração europeia.

É nosso objectivo que os diferentes candidatos, em vez de dissolverem a campanha eleitoral em questões secundárias, salientem as diferentes posições que cada um tem em relação aos restantes sobre questões de fundo.

É certo que o não têm feito e a isso não será indiferente a convergência de pontos de vista nomeadamente dos candidatos apoiados pelo PS e PSD sobre estas questões. Porque

querem que a eleição presidencial não belisque a política de direita. Quando muito, têm enunciado as questões mas não reflectem sobre diferenciadas opções e as que em concreto perfilham.

Uma tal falta de objectividade e superficialidade, a falta de ideias e a subestimação da inteligência e sensibilidade do povo português, na intervenção dessas candidaturas, corre o risco de contribuir para o distanciamento da população em relação às eleições e para o seu alheamento em relação à função presidencial, função que, na nossa opinião, deve ser realizada no quadro duma solidariedade institucional mas sem deixar de ser porto de abrigo das aspirações de quem luta e ponto de partida de iniciativas que concretizem as esperanças que lhes estão associadas.

Vamos entrar numa nova e mais decisiva fase da campanha eleitoral.

Uma fase em que o debate se avivará e em

que se tornará mais clara a visão de cada uma das candidaturas sobre os problemas do País e dos portugueses. Não pretendemos confundir o plano essencial do que se encontra em decisão nestas eleições. Mas julgamos absolutamente necessário não passar ao lado de todas aquelas inquietações, problemas e aspirações que os trabalhadores e a generalidade dos portugueses enfrenta. De trazer para o debate o legítimo direito ao trabalho estável e com direitos; a justa aspiração de milhares

de reformados a um fim de vida condigno; a uma reforma fiscal que imponha critérios de justiça social; o inalienável direito dos trabalhadores portugueses à recuperação do seu poder de compra; à criação de condições e de apoios aos que empenhadamente pretendem encetar iniciativas de modernização do nosso tecido produtivo.

A minha candidatura, a nossa candidatura, apresenta-se assim, natural e assumidamente, para marcar de forma coerente a afirmação dos valores e ideias programáticas presentes no projecto de democracia avançada tal como o PCP a define e corporiza.

Uma candidatura que assume aqui neste Congresso a clara intenção de dar expressão à presença no processo eleitoral da importante e insubstituível força política a que pertencemos.

Quando sairmos deste nosso Congresso reafirmaremos a nossa convicção de que o País precisa de outro desempenho por parte do Presidente da República, que a candidatura de direita não é alternativa e daremos voz a todos aqueles que aspiram a uma viragem à esquerda na política nacional.

Somos a candidatura dos valores de esquerda para Portugal.



Manuela Pinto Ângelo
Membro do Comité Central
do PCP



António Abreu
Membro do Comité Central
do PCP

Relatório da Comissão Eleitoral

Em conformidade com os Estatutos, o Comité Central é o Organismo que dirige a actividade do Partido no intervalo dos Congressos, assumindo a responsabilidade de traçar, de acordo com a orientação e resoluções dos Congressos, a orientação superior do trabalho político, ideológico e de organização do Partido.

O Comité Central, que agora termina as suas funções, aprovou na sua reunião de 16 e 17 de Junho um conjunto de critérios a observar na elaboração da proposta da lista do novo Comité Central a apresentar ao Congresso.

Assim, foi considerado que o futuro Comité Central deveria manter as características do Comité Central cessante e o número dos seus membros próximo do actual, mas sem o ultrapassar.

Quanto à sua composição, no quadro da renovação, o novo Comité Central, reflectindo a natureza de classe do Partido, deverá manter uma larga maioria de operários e empregados com forte composição operária, garantir a inclusão de quadros com diversidade de conhecimentos e de experiências, a participação de funcionários e não funcionários, reflectir o âmbito geográfico do Partido, o reforço do número de mulheres e de jovens, nomeadamente da JCP, privilegiando-se as propostas de quadros responsáveis por grandes sectores da actividade partidária com forte ou destacada intervenção em importantes áreas da vida social e nacional.

O trabalho para a elaboração da proposta para o futuro Comité Central iniciou em Fevereiro e foi realizado com base na metodologia decidida nos Organismos Executivos e com vista a corresponder aos critérios decididos pelo Comité Central.

Aprofundou-se o processo de auscultação sobre quadros com condições para assumir eventualmente maiores responsabilidades e, sobre os quadros a incluir nesta proposta, foram ouvidos os organismos respectivos.

Procurou-se aprofundar e ir o mais longe possível nesta auscultação. Não tendo o número exacto, podemos informar, contudo, que foram auscultados mais de 200 Organismos aos quais correspondem mais de 3000 camaradas.

Não estando isenta de falhas e de necessidade de maior aprofundamento, a preparação da proposta do Comité Central está associada a um trabalho de profunda democracia interna do Partido.

Não podemos deixar de ter em conta a situação partidária concreta e as condições em alguns casos difíceis em que este trabalho foi realizado. Esteve presente na sua elaboração a preocupação de contribuir para a manutenção e o reforço da unidade do Partido.

A proposta que foi apresentada aos delegados resultou numa aprofundada discussão nos Organismos Executivos, Secretariado, Comissão Política e Comissão Central de Controlo e foi discutida e decidida pelo Comité Central cessante na sua reunião de 1 de Dezembro.

Estiveram em consideração os membros do actual Comité Central e mais cerca de 270 camaradas referidos pelas Direcções de Organizações Regionais, de Áreas de Trabalho, de Sectores Centrais e da JCP.

Este trabalho confirma que o Partido conta com um conjunto amplo de quadros que asseguram de forma destacada a actividade partidária e a intervenção dos comunistas em várias áreas e que reúnem condições para assumir maiores responsabilidades de Direcção. Há a realçar que a grande maioria dos camaradas em consideração, são camaradas que ao longo dos anos têm demonstrado continuidade na actividade do Partido, o que revela estabilidade e evolução positiva de muitos quadros. Por outro lado este trabalho constitui uma componente da política de quadros para um melhor conhecimento e avaliação dos quadros e de concretização de medidas de renovação e de rejuvenescimento, garantindo a continuidade do trabalho da Direcção Central do Partido.

A par da avaliação de cada camarada na base da sua intervenção, da sua evolução, da sua preparação e da sua experiência, das suas características e das suas perspectivas quanto ao futuro, foi necessário ter em conta os critérios do conjunto da composição do Comité Central que, para além da diversidade de experiências, exige a consideração do âmbito geográfico da Organização do Partido e a necessária renovação.

Compreendeu-se e procurou-se tanto quanto possível, como não podia deixar de ser, ter em conta as dúvidas, as propostas e as opiniões de vários organismos e camaradas, bem como as insistências para incluir mais camaradas. Contudo, os critérios gerais tiveram peso determinante na composição da lista colocada ao Congresso.

O Comité Central que cessa agora as suas funções conta com 180 camaradas.

No XV Congresso o Comité Central eleito tinha 188 camaradas. No decurso destes quatro anos, houve uma cooptação e sete demissões. Faleceram os camaradas Octávio Pato e Luís Sá, cuja memória e contribuição para a luta do Partido aqui evocamos com respeito e emoção.

A proposta apresentada pelo Comité Central incluía 185 camaradas. A consideração da Comissão Eleitoral, depois de apreciar as opiniões, propostas e observações que os Delegados entenderam fazer, decidiu colocar ao Congresso a apreciação de uma proposta de inclusão de mais quatro camaradas, como consta da nota da Comissão Eleitoral que vos foi distribuída no final da anterior Sessão.

Assim, a proposta em discussão inclui, também os camaradas Adão Manuel Ramos Barata, António Luís Grilo Foito, Maria Natália Gomes Filipe e Vítor Manuel Martins, tendo em conta as opiniões de Delegados das respectivas Organizações e o papel dos camaradas na actividade partidária.

A proposta para o novo Comité Central respeita um dos critérios que é não aumentar o número de membros do Comité Central.

A proposta em discussão não inclui 34 camaradas que integram o Comité Central que agora cessa funções. Foi sobretudo e no essencial por razões de renovação ou de alteração de tarefas que estes camaradas não estão incluídos na proposta. Há, contudo, situações de camaradas que manifestaram, por razões diversas, a vontade de não integrar o novo Comité Central.

Relativamente a camaradas que não estão incluídos na proposta fazemos uma referência particular a Fernando Blanqui Teixeira e José Vitoriano. Dois camaradas com dezenas de anos de actividade partidária e de participação na Direcção do Partido, com provas dadas nas diferentes situações e tarefas e que são referências muito importantes para os militantes comunistas. É de sublinhar que estes camaradas ainda hoje desenvolvem importantes tarefas no Partido. A sua experiência, o seu exemplo, a sua firmeza na defesa dos ideais comunistas, constituem um exemplo para cada um de nós, mas também constituem património do Partido que todos, eles e nós, queremos preservar e continuar.

São propostos 43 camaradas que não fazem parte do actual Comité Central o que corresponde a uma renovação de 23%. No anterior Congresso a renovação foi de 20%.

Os critérios da composição social e do género estiveram presentes e constituíram preocupação fundamental na preparação da proposta.

Quanto à composição social e num quadro de grande debilidade da nossa Organização nas empresas e locais de trabalho, foi necessária uma atenção particular. O PCP é o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores. A sua Direcção deve reflectir as características e a natureza de classe do Partido e integrar na sua composição um peso significativo de camaradas de origem operária, capazes de reforçar a ligação e a influência do Partido junto da classe operária.

A proposta tem 84 operários, o que corresponde a 44% do total e 39 empregados, o que corresponde a 21%. No conjunto são 123 operários e empregados o que corresponde a 65%. Relativamente ao Comité Central eleito no Congresso anterior, mantemos a percentagem de empregados e descemos a percentagem de empregados de 24 para 21%. Disto resulta, também, a descida da percentagem de operários e empregados. Sublinha-se, contudo, que se mantém uma larga maioria de operários e empregados, com forte composição operária, conforme decisão do Comité Central.

A proposta conta com 59 intelectuais e Quadros Técnicos, o que corresponde a 31%, 2 agricultores, (1%) e 5 estudantes (3%).

O Comité Central apontou para a necessidade do reforço do número de mulheres a este nível da Direcção. A proposta conta com 36 mulheres, o que corresponde a 19%. O objectivo foi alcançado, mas poderíamos ter ido mais além se tivesse havido desde o início do desenvolvimento do trabalho maior preocupação por parte de todos os organismos envolvidos. O trabalho de preparação da proposta do C.C. demonstrou que há no Partido um amplo número de mulheres com condições para assumir maiores responsabilidades o que, mais uma vez afirmamos, exige maior sensibilidade, atenção

e medidas relativamente à promoção de quadros femininos.

Um dos aspectos a valorizar é o reforço do número de jovens no Comité Central. No XV Congresso foram eleitos oito camaradas com menos de 30 anos. Nesta proposta, 20 camaradas têm idade até 30 anos, o que corresponde a 11% e, entre estes, oito têm menos de 25 anos. Consideramos que neste aspecto a proposta é, também, um passo importante no rejuvenescimento do Partido e corresponde à concretização das orientações que é necessário aprofundar, quer quanto às potencialidades da JCP, quer quanto ao rejuvenescimento dos Organismos e dos Funcionários do Partido e quanto ao reforço da ligação da JCP e do Partido à juventude.

A média etária é de 47 anos e sublinhamos que, sendo 146 os camaradas, que já foram eleitos no XV Congresso, e constituindo eles a grande maioria, têm mais 4 anos, sendo a média etária superior só em um ano.

O número de Funcionários do Partido diminuiu de 127 para 124, correspondendo a 66%. Este número corresponde ao papel determinante que os Funcionários têm na dinâmica da actividade partidária.

As notas das biografias políticas e sociais dos camaradas propostos informam no essencial aspectos do percurso, da área da intervenção, das tarefas e das responsabilidades de cada um. Confirmam os esforços feitos para corresponder à diversidade que se pretendia na composição do Comité Central. Pretendeu-se ainda

que camaradas de outras áreas específicas da nossa intervenção fizessem parte do Comité Central, contribuindo assim para o aprofundamento das respectivas matérias e orientações. Nem todos os esforços foram conseguidos. Entretanto, já durante o Congresso, foram consideradas propostas neste sentido e integrados camaradas da Área da Saúde e do Trabalho Camponês.

Durante o Congresso chegaram à Comissão Eleitoral várias propostas que no essencial se referiram às seguintes questões:

- inclusão de camaradas do Comité Central cessante e que não constam da proposta;
- inclusão de camaradas que não são propostos;
- não inclusão de camaradas que fazem parte da proposta apresentada pelo Comité Central.

Cada camarada elaboraria certamente uma proposta com composição diferente, incluindo outros nomes ou excluindo alguns, mas a lista apresentada resultou de uma atenta ponderação colectiva por parte dos Organismos Executivos e do Comité Central tendo em conta essencialmente a ampla auscultação feita, incluindo às próprias Organizações e Organismos dos quais os camaradas da lista fazem parte, mas também a preocupação de nas actuais condições do Partido, manter e reforçar a unidade do Partido e as condições para o desenvolvimento do seu trabalho nas várias Organizações Regionais e Áreas de intervenção.

Também algumas propostas para a continuação de membros do CC e de mais propostas de entrada tiveram de ser examinadas no quadro dos critérios definidos pelo Comité Central quanto ao número, a composição social e a renovação. Muitos dos camaradas referidos nas propostas de Delegados teriam certamente condições para integrar pela primeira vez o Comité Central ou manterem-se nele.

O facto de não ser membro do Comité Central não diminui o valor e o apreço pelas qualidades de militante de cada um dos camaradas.

Estamos confiantes que o novo Comité Central saído deste Congresso irá contribuir para o reforço do trabalho e para a resposta às necessidades da intervenção e influência do Partido.

Somos um Partido de intervenção e de projecto. A coesão do Comité Central e o seu papel na vida do Partido são fundamentais para a nossa actividade e para os nossos objectivos, para a realização do nosso projecto de democracia e socialismo para o Século XXI.



Luísa Araújo
Membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central



Congresso internacionalista

Dezenas de delegações de partidos e organizações de países dos quatro cantos do mundo vieram ao Pavilhão Atlântico assistir e participar nos trabalhos do Congresso.

O Congresso contou com a presença de 63 delegações de partidos comunistas e operários, movimentos de libertação e forças progressistas (ver página 3) e recebeu 23 saudações de outras organizações que não estiveram presentes.

Durante os trabalhos foram aprovadas por maioria duas moções - que serão publicadas na próxima edição do *Avante!* -, a primeira em defesa da paz no mundo e a segunda manifestando a solidariedade com a luta do povo palestino.

Albano Nunes referiu a impossibilidade da delegação

da Fretilin, de Timor-Leste, de estar presente no Congresso devido à «situação muito complexa e difícil» que se vive no território.

«Expressando a nossa compreensão, queremos confirmar à direcção da Fretilin e a todos os seus militantes a amizade e solidariedade de sempre dos comunistas portugueses», disse Albano Nunes.

«A Fretilin - que teve um papel decisivo na resistência e na histórica vitória alcançada pelo povo timorense sobre o ocupante indonésio - é uma força necessária à concretiza-



ção da aspiração do povo de Timor-Leste à edificação do seu próprio Estado independente e soberano», afirmou.

«O povo timorense pagou com os mais pesados sacrifícios o seu amor à liberdade e o seu direito a edificar sem tute-

las o seu próprio destino. Deste nosso XVI Congresso transmitimos aos camaradas da Fretilin e ao povo timoren-

se heróico, os melhores votos de sucesso à sua luta e as saudações fraternais dos comunistas portugueses», referiu.

Jorge Risquet

Membro do Comité Central do Partido Comunista de Cuba

Desde nossa pequena ilha do Caribe trazemos uma mensagem de respeito, admiração e solidariedade com os nossos firmes irmãos de luta e ideias do Partido Comunista de Portugal, em ocasião do seu XVI Congresso.

Lisboa é a capital da Europa continental mais próxima de Havana. Desde há cinco séculos a história nos fez ibero-americanos. Mas há uma coisa mais importante do que a geografia e os acontecimentos seculares, é a identidade no combate pelos mesmos objectivos de liberdade e justiça no século actual que chega a seu fim. Quando o povo português travava a sua heróica luta contra o Estado Novo fascista de Salazar, o nosso povo lutava contra as tiranias de Machado primeiro, nos anos 20 e 30, e de Baptista depois, na década dos 50.

Quando quase mil cubanos se uniram ao povo espanhol em defesa da República, abrigávamos a esperança de que, derrotado o fran-

quismo que Hitler e Mussolini pretendiam impor em solo ibérico, os dias do fascismo lusitano estariam contados.

Então não aconteceu assim, nem também anos depois, quando o Exército Vermelho tomou o Reichstag e o nazi-fascismo foi esmagado na Alemanha e na Itália.

O ímpeto libertador não chegou à península. Aos imperialistas anglo-saxões interessava-lhes mantê-la como santuário e bastião do anticomunismo e ponto de apoio na guerra fria que começariam quase imediatamente contra o campo socialista em expansão.

Depois do triunfo da Revolução em Cuba no ano 1959, a nossa contribuição solidária exprimir-se-ia de outra forma. Somos guerreiros da liberdade. O guerrilheiro ataca pelos flancos, pelos pontos mais fracos do inimigo. A derrota do império colonial nas possessões africanas, em Angola, Moçambique, Guiné Bissau, abrangia um duplo objectivo: a independência

desses povos submetidos e um golpe demolidor ao regime fascista que também oprimiu o povo português durante décadas.

Nenhum povo da Europa foi tão cruelmente submetido durante tantos anos à opressão colonial-fascista. Nenhum partido comunista do continente sofreu uma noite de terror tão prolongada, perseguição, prisão, obscurantismo, guerra colonialista de ultramar. Nenhum acontecimento nestas latitudes, no último terço do século, criou tantas expectativas libertadoras como a Revolução dos Cravos.

Dessa singular e heróica luta de meio século, emergiu um partido comunista de aço, que não se deixou seduzir pelos cantos de sereias do eurocomunismo, nem da *Perestroika*. Hoje denuncia sem hesitação o carácter neoliberal da globalização, que conforma e acelera a única superpotência, o imperialismo norte-americano, os seus parceiros do G7, o Fundo Monetário Internacional e o resto das instituições militares, financeiras, comerciais e os megamonopólios multinacionais.

Em resumo, há plena coincidência entre os nossos dois Partidos na avaliação da actual situação internacional, segundo constatamos estudando as vossas teses.

Agradecemos as referências à luta do povo de Cuba, em vários momentos das teses. Certamente, a caracterização da resistência e o combate do nosso povo exige uma singularização que se exprime em sua situação específica, única neste momento de finais do século no mundo.

Cuba é o único país socialista na chamada civilização ocidental. Cuba não

está nos antípodas, mas sim a 90 milhas da mais poderosa superpotência económica, militar, política e tecnológica que jamais existiu, os EUA.

Cuba é o único país do mundo bloqueado pelos Estados Unidos, que desde há mais de quatro décadas leva a cabo uma guerra económica genocida contra seu pequeno vizinho, acrescentado de forma oportunista após o desaparecimento do campo socialista europeu e a desintegração da União Soviética, com as leis extraterritoriais Torricelli, Helms-Burton e numerosas emendas inseridas de contrabando em outras leis promulgadas pelo Congresso e assinadas na Casa Branca.

Os Estados Unidos mantêm e aumentam sua hostilidade contra a Revolução Cubana, não apenas no terreno económico, mas também no diplomático, propagandístico, migratório e mediante o terrorismo.

Inclusive, recentemente, a finais de Novembro, acabamos de frustrar um atentado terrorista contra a vida do chefe da Revolução Cubana, o companheiro Fidel, que deveria ser realizado durante sua estadia no Panamá, por ocasião da X Cimeira Ibero-Americana.

O comando terrorista, financiado e dirigido pela Fundação Cubano-Americana de Miami, engenho da CIA e da administração Reagan-Bush, está num cárcere do Panamá na espera de um processo. Cuba exige justiça, reclama sua extradição a nosso país para que responda a seus numerosos crimes anteriores, desde o atentado em 1976 a um avião de "Cubana de Aviación" que custou a vida de seus 73 passageiros e tripulantes, até os mais recentes,

cometidos mesmo em Havana em várias instalações turísticas, cujos executores, mercenários salvadoreños, foram julgados e estão pendentes de sanções severas.

Pedimos a este Congresso um pronunciamento de solidariedade com Cuba e de condenação ao terrorismo de Estado que desde há 40 anos o governo norte-americano, sua Agência Central de Inteligência, CIA, e a Fundação Cubano-Americana e outras sucursais terroristas da máfia contrarrevolucionária de Miami, perpetraram contra o nosso país.

Cuba é, ao mesmo tempo, um país socialista e um país do terceiro mundo. A sua luta, a sua resistência e a sua vitória constituem também uma demonstração de que o Socialismo não é uma anomalia histórica e, portanto, temporal, como apreçoam os ideólogos burgueses, mas o regime social justo que inevitavelmente substituirá o capitalismo que conduz o mundo actual à catástrofe.

E uma demonstração de que, os povos do terceiro mundo, onde habita a maioria esmagadora da população mundial, podem emancipar-se da opressão neocolonial e conquistar a plena independência e soberania, resgatar suas riquezas, ser donos de seus próprios destinos, sair do subdesenvolvimento, ultrapassar a ignorância, a insalubridade e a miséria, construir um porvir de justiça social, preservar e desenvolver sua cultura e reafirmar sua identidade nacional.

Cuba libertou-se do colonialismo espanhol e da dominação neocolonial norte-americana, e defende sua independência e seu regime socialista com as



armas nas mãos, desde o último terço do século XIX e durante todo o século XX. O nosso povo, sob a direcção de nosso Partido Comunista, conduzido por Fidel, manterá no alto as bandeiras de combate e sua independência, no século XXI e no terceiro milénio da nossa era. Podem ter a certeza disso, caros irmãos.

Estamos bloqueados pelo poderoso império vizinho. Mas isso não impede nosso avanço e espírito solidário. Temos conseguido implantar e manter o poder revolucionário dos trabalhadores manuais e intelectuais, da cidade e do campo, a verdadeira democracia socialista com a irrestrita participação de todo o povo.

Os resultados do poder dos trabalhadores são eloquentes: a média de escolaridade de toda a população é de 9.ª classe; 10 por cento dos adultos é graduado universitário; existem mais de cem institutos científicos no país; a mortalidade infantil é a mais baixa do terceiro mundo, representando 6,4 por cada mil nascidos vivos em seu primeiro ano de vida. A proporção *per capita* de médicos, professores, instrutores de arte e de esportes é a mais alta do mundo.

Exprimo isto sem vanglória alguma como factos contundentes e indiscutíveis que podem ser úteis a vocês, irmãos comunistas portugueses, para demonstrar a falsidade dos argumentos e calúnias burguesas contra o Socialismo.

MPLA faz 44 anos

O MPLA, de Angola, comemorou o seu 44.º aniversário no domingo e não deixou de estar presente no Congresso. O seu representante, Paulo Jorge, membro do Bureau Político, reuniu-se com Carlos Carvalhas e entregou uma mensagem do seu partido aos delegados, em que se afirma a «referência política e ideológica» que o PCP constitui.

«A participação da nossa delegação é um claro testemunho da nossa amizade e solidariedade e reflecte a importância que o MPLA atribui às suas relações com o PCP, que remontam aos tempos da luta de resistência contra o fascismo e o colonialismo em Portugal e em Angola», lê-se na mensagem.

O MPLA destaca ainda «a contribuição prestada pelo PCP à causa da luta de libertação internacional de Angola e à sua invariável solidariedade nos momentos mais difíceis da nossa existência como nação livre e soberana» e recorda o «apoio do PCP na fuga histórica de Portugal do camarada presidente António Agostinho Neto e sua família».

Intervenção de encerramento de Carlos Carvalhas

Afirmamos e confirmamos a nossa identidade

O Congresso está a chegar ao fim.

Aprovámos documentos, definimos orientações, tomámos decisões. Agora é tempo de um novo arranque, é tempo de trabalhar para reforçar a influência do Partido, é tempo de se avançar, com energia renovada para a dinamização da iniciativa e da intervenção política.

Aqui esteve presente a voz dos que querem o bem-estar do povo, um maior progresso para o país, o aprofundamento da democracia e o socialismo.

Aqui esteve presente, com a sua generosidade, um colectivo que se bate por causas e valores, um colectivo que não dá tréguas tanto aos vendedores de ilusões como aos que pregam o fatalismo e a resignação, um colectivo que não dá tréguas às políticas de direita.

Aqui esteve presente um colectivo que com a sua militância, intervenção e determinação trabalhará para um Partido mais forte e mais coeso ao serviço dos portugueses, das portuguesas e de Portugal.

Aqui estiveram presentes os delegados de um Partido que consciente de debilidades e atrasos analisa, estuda, trabalha e luta por uma sociedade mais justa, mais fraterna, liberta da exploração do homem pelo homem, onde o livre desenvolvimento de cada um seja a condição do livre desenvolvimento de todos.

Aqui esteve presente um Partido que culminou um intenso trabalho indicando direcções de trabalho e de luta tendo apontado também a urgência de aprofundar temas de grande importância a que ainda não se conseguiu dar resposta para que a nossa intervenção se faça mais informada e sobre uma realidade de melhor conhecida.

Aqui esteve um colectivo que expressou claramente a necessidade do reforço do PCP para a construção de uma alternativa de esquerda concebendo-a como um processo complexo e exigente. Processo que não comporta os simplismos de quem julga ter ali à esquina a resolução do problema ou pela evidência de que o Governo está em perda acelerada ou pelo facto de ser uma urgente necessidade nacional, mas tendo a consciência que para uma mudança efectiva de política é necessário que se mantenha uma firme crítica e denúncia pelo PCP da política de direita seguida pelo PS; uma forte pressão social e, como condição decisiva, o reforço do PCP no plano social, político e eleitoral. A luta por uma alternativa de esquerda.

Fortalecer democracia interna

Somos e seremos comunistas homens, mulheres e jovens que se orgulham da sua história, mas por isso mesmo não voltados para o passado, mas para o pulsar da vida, para a evolução social, para as novas realidades, com os olhos postos no futuro.

Somos e seremos comunistas, afirmando e confirmando a nossa identidade de Partido Comunista, mas por isso mesmo com a flexibilidade táctica necessária para obter todos os ganhos possíveis para os trabalhadores, para o povo e para o país.

Somos e seremos comunistas, solidamente empenhados em manter e reforçar a unidade e os laços de fraternidade no nosso colectivo partidário e o seu empenho comum na concretização das orientações deste Congresso e nas tarefas do Partido, mas por isso mesmo, sempre valorizando dentro das regras do nosso funcionamento, a contribuição de cada militante, sempre procurando fortalecer a democracia interna, sempre defendendo como uma insubstituível riqueza, a diversidade de percursos, de origem sociais, de experiências e de opiniões e sempre as vendo como uma seiva indispensável da nossa acção colectiva.

Somos e seremos comunistas, por vontade do colectivo partidário, de um Partido com as suas fortes raízes populares, mas por isso mesmo com a força bastante para ultrapassarmos crispções e incompreensões, respondermos à violenta ofensiva a que estivemos sujeitos nos últimos meses e com vontade, determinação e confiança não apenas para resistir, mas para avançar e conquistar novos espaços de progresso e de justiça social.

Este foi um Congresso onde quem nos ouviu e viu sem preconceitos terá de dizer: aqui esteve um Partido profundamente ligado aos trabalhadores e ao povo, um Partido que com seriedade procura soluções para os problemas, um Partido patriota e internacionalista, um Partido que se confirma como um Partido necessário e insubstituível, Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o Partido Comunista Português!

Vivacidade no debate

Queremos saudar todos aqueles que foram obreiros deste Congresso e como o Partido saudou o Congresso creio que é

justo que o Congresso saúde todo o colectivo partidário, todos os militantes e todos os simpatizantes.

Queremos saudar também todos aqueles e aquelas camaradas que nas mais diversas tarefas, nos transportes, nos trabalhos de processamento de texto, na reprografia, no apoio, na segurança, nos refeitórios, na limpeza, modesta e silenciosamente contribuíram para o êxito do nosso Congresso.

Camaradas, neste magnífico espaço, neste Congresso, não escondemos dificuldades, nem disfarçamos debilidades, mas mostrámos também a nossa determinação de trabalhar para não deixar perder as possibilidades e potencialidades para o nosso aumento de influência para responder com êxito aos desafios que a vida nos vai colocar.

No nosso Congresso houve vivacidade e contraste de opiniões, mas não houve certamente a luta fratricida sem fronteiras e sem princípios que alguns e tinham anunciado durante semanas inteiras.

Mas não é preciso ser adivinho para, antes mesmo do nosso Congresso ter terminado, se poder prever com grande grau de certeza o que sobre ele vai ser dito por muitos dos que, de fora, tem escrito e falado sobre o PCP.

Para alguns grelhas de leitura, interpretação e comentário há muito que estão fixadas. A preferência pelas rígidas dicotomias servidas pelos rótulos e etiquetas que bem conhecemos há muito que foi manifestada. O total desinteresse por qualquer consideração concreta, rigorosa e intelectualmente séria das verdadeiras orientações e propostas ao Congresso. E a sentença definitiva e sem recurso sobre um alegado «retrocesso político e ideológico» (dada até por aqueles que não leram as Teses mas comodamente «ouviram dizer») há muito que, sem demonstração nem argumentos, foi proferida.

Deveremos portanto contar com mais uma boa dose de caricaturas, de dramatizações em torno do sangue político supostamente aqui vertido, tudo ainda e sempre em deliberada desproporção com a situação e problemas que frontalmente aqui evocámos, tudo ainda e sempre conduzindo à desfiguração do que realmente somos, queremos e fazemos enquanto grande Partido democrático e nacional e enquanto homens e mulheres,

assegurá-la como um elemento integrante e inalienável da sociedade portuguesa»; e afirma que «no Portugal do limiar do século XXI, o caminho do socialismo é o do aprofundamento da democracia».

Prontos para responder aos desafios

Compreenderão que este não é o Congresso de um PCP que nada tivesse aprendido e reflectido com o fracasso das experiências de construção do socialismo no leste da Europa mas de um PCP que há 10 anos, em pleno fragor dos acontecimentos examinou de forma corajosa, crítica e autocrítica as causas de tais fracassos em Congresso Extraordinário (cujas conclusões, se lidas ou relidas agora; talvez nos poupassem a ter de ouvir alguns ostensivos disparates); **procedeu a análises e definiu orientações que, em coerência com fortes marcas da sua identidade e história nacional, representam uma firme demarcação de todas as perversões, crimes, erros e deformações que afrontaram os ideais comunistas e tanto ensombraram a sua capacidade de atracção; mas também, é preciso dizê-lo, de um PCP que, ontem como hoje, não consente que as conquistas e transformações sociais, económicas e culturais internas e as grandes e positivas repercussões internacionais induzidas pela Revolução de Outubro e por outras dessas experiências sejam apagadas da história da humanidade e da memória colectiva dos povos e que o trabalho, a coragem, o esforço, a generosidade e as esperanças de milhões de homens e mulheres comunistas de todo o mundo ao longo de décadas seja rasurado e enxovalhado por causa dos dramáticos acontecimentos e mudanças do final da década de 80. E este é também o Congresso de um PCP que, ponto chave, incorpora e integra no seu projecto de socialismo para Portugal o seu sólido e histórico compromisso com a causa da liberdade e da democracia.**

Confiamos que muitos portugueses compreenderão que este não é o Congresso de um PCP ideologicamente petrificado e barricado atrás de dogmas e escolásticas citações, mas de um PCP que concebe o marxismo-leninismo como uma doutrina essencialmente dialéctica e que, por isso, acolhe e se enriquece com muitas outras contribuições para além das contribuições fundadoras e fundamentais de Marx, Engels e Lenine e é capaz de se renovar para melhor responder aos desafios das mudanças da vida e do mundo.

Confiamos que muitos portugueses compreenderão que este não é o Congresso de um PCP dominado por uma «psicologia de cerco» ou reagindo com espírito de «fortaleza assediada», mas de um PCP que sabe melhor do que ninguém que, tal como o seu passado reclamou e o seu presente reclama, também o seu futuro reclamará imperativamente o reforço dos seus laços com os interesses e aspirações dos trabalhadores e de todos os portugueses que anseiam por novos horizontes de realização e dignidade humanas e de justiça, progresso e transformação sociais.

Confiamos que muitos e muitos portugueses compreenderão que este não é o Congresso de um PCP visto como uma «contra sociedade» e constituído por mulheres e homens vistos como os últimos moicanos de uma causa perdida e naufragada, mas de mulheres e homens livres voluntariamente associados em torno de um grande e honra projecto de liberdade, democracia e socialismo e que, numa atitude de grandeza cívica e consciência política, e sem quebra da sua própria individualidade, livremente decidiram forjar o compromisso de acção colectiva que dá força e eficácia aos valores e ideais em que acreditam.

Finalmente, confiamos que muitos e muitos portugueses compreenderão que este não é o Congresso de um PCP que se enerva, assusta e crispa só de ouvir falar de renovação, mas de um PCP que, no caminho complexo e acidentado de todos os empreendimentos humanos, assume a renovação como uma exigência da vida, que concebe a renovação não como um código semântico para sinalizar o abandono da sua identidade ou como um conjunto de frases sonantes, mas como um exigente programa de trabalho, reflexão e acção para continuar a ser um Partido Comunista e Português ainda mais útil aos trabalhadores e ao povo, mais apetrechado para os combates que o esperam, mais influente e prestigiado.

Pela classe operária, pelos trabalhadores, pelo povo, por Portugal, pela democracia e o socialismo – um projecto para o século XXI.



diversos na sua origem social, percursos e reflexões, mas unidos por valores, por ideais e por um projecto que não se rendem nem estão à venda.

Não temos grande esperança de abrir alguma fresta de sensatez e realismo no pensamento e palavras de quem se tenha deixado aprisionar no dogmatismo, no preconceito e no desonesto truque de torcer a realidade e rasurar a verdade sobre o PCP até que ela se encaixe à força nos esquemas previamente adoptados.

Mas temos uma forte esperança e convicção de que outra será a atitude e o juízo não apenas dos portugueses que em nós confiam e muitos outros que justamente desconfiam do asfixiante e monolítico «pensamento único» veiculados por alguns sobre o PCP e que não prescindem de pensar pela sua própria cabeça.

Ou seja, que muitos e muitos portugueses e portuguesas compreenderão que este não é o Congresso de um PCP inadaptado à democracia e fixado em regras do tempo do seu heróico combate à ditadura fascista, mas o Congresso de um PCP que é fundador do regime democrático-constitucional e o seu intransigente e consequente defensor; de um PCP que, como o seu Programa aprovado há 10 anos claramente consagra, sustenta que «no regime de liberdade que o PCP propõe ao povo português, as eleições são fundamento directo do poder político e da legitimidade de constituição dos seus órgãos»; proclama que «a democracia política, embora intimamente articulada com a democracia económica, social e cultural, tem um valor intrínseco, pelo que é necessário salvaguardá-la e

A eleição do Comité Central

Sábado, ao fim da tarde, em sessão reservada a delegados, foi eleito, com 58 votos contra e 63 abstenções, o Comité Central do PCP. A votação, conforme decisão tomada com 31 votos contra e 15 abstenções, foi feita de braço no ar. Publicamos os nomes e biografias dos eleitos, assinalando a itálico e a negro aqueles que não integravam o CC cessante.

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes

Economista, 62 anos. Membro do Partido desde 1976. Participou nas lutas estudantis de 1962 e no Congresso da Oposição Democrática, em 1973. É Presidente da CM Évora e da Assembleia Distrital de Évora. Faz parte do Secretariado do Congresso do Alentejo. Foi membro da Comissão Distrital de Évora do PCP, é membro da Comissão Concelhia de Évora e da DOR Évora. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

Adão Manuel Ramos Barata

Engenheiro civil, 55 anos. Membro do Partido desde 1975. Antes do 25 de Abril participou no movimento estudantil e fez parte da Direcção da Revista Engenharia e da cooperativa livreira Unicepe. De 1975 a 1980 foi membro do Organismo de Direcção da Organização da Função Pública de Lisboa do PCP e de 1980 a 1984 desempenhou tarefas de apoio aos organismos centrais. Foi Presidente da JF Carnide, entre 1994 e 1997, e vereador da CM Loures de 1998 a 1999; é Presidente da CM Loures. É membro do Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentado e do Conselho Geral da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. É membro da Comissão Concelhia de Loures do PCP e do seu Executivo, bem como da DOR Lisboa.

Adelino Pereira da Silva

Operário metalúrgico, 61 anos. Membro do Partido desde 1956 e funcionário do Partido desde 1959. Após a sua funcionalização, passou a colaborador do Comité Central. Em 1962 fez parte do Comité Local de Lisboa, sendo responsável pelas organizações das zonas Oriental e Ocidental. Sete anos de prisão. Após o 25 de Abril tem realizado tarefas ligadas aos organismos executivos do CC. É membro do Comité Central desde o VIII Congresso.

Adília Maria Prates Candeias

Operária têxtil, 46 anos. Membro do Partido desde 1974. Foi funcionária do Partido de 1983 a 1988. Foi membro das células de empresa da Coulus, Renata e Norporte. Foi eleita na ORT da Coulus. Foi membro da Assembleia de Freguesia da Quinta do Anjo e da Assembleia Municipal de Palmela. É vereadora da CM Palmela. É membro da Comissão Concelhia de Palmela do PCP e da DOR Setúbal. É membro do Comité Central desde o XV Congresso.

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes

Engenheiro, 56 anos. Membro do Partido desde 1968 e funcionário do Partido desde 1974. Participou na organização e lutas académicas de 1968-69, nas lutas da Oposição Democrática (1968-72) e na movimentação dos professores (CEPES) de 1970-74. É deputado à AR por Braga. Foi membro do Executivo da DOR Norte do PCP e do Executivo e Secretariado da DOR Trás-os-Montes. É membro do Comité Central desde o IX Congresso. Foi membro do Conselho Nacional. É membro da Comissão Política do CC desde Dezembro de 1988 e do Secretariado do CC desde 1992.

Albano Freire Nunes

Intellectual, 59 anos. Membro do Partido desde 1962 e funcionário do Partido desde 1965. Foi dirigente do movimento estudantil e desempenhou o cargo de secretário-geral das Reuniões Inter-Associações entre 1962 e 1964. Foi expulso da Universidade de Lisboa. Foi membro das Organizações Estudantis do PCP e, quando se fundou a UEC, passou a membro do seu Executivo. Membro da DOR Lisboa de 1973 a 1975. Responsável pela Secção Internacional desde Janeiro de 1976. É membro do Comité Central desde 1974. Foi membro do Conselho Nacional. É membro do Secretariado do CC desde Dezembro de 1988.

Alexandre Cortes Rodrigues

Empregado de hotelaria, 48 anos. Membro do Partido desde 1979 e funcionário do Partido desde 1980. Fez parte da Direcção do Sindicato da Hotelaria do Sul e Ilhas em 1977 e 1978. Fez parte da Comissão Concelhia de Évora do PCP, da Comissão Distrital e da DOR Portalegre. É membro do Secretariado da DOR Évora, responsável pelas organizações concelhias de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, e pelo Organismo do Partido da Zona dos Mármore. É responsável pelo trabalho sindical na OR Évora e na Direcção Regional do Alentejo. É membro do organismo sindical central. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Alexandre Teixeira

Operário metalúrgico, 48 anos. Membro do Partido desde 1976, funcionário do Partido desde 1984. Foi membro da Comissão de Trabalhadores da Sorefame e do Secretariado do Conselho de Trabalhadores da Amadora. Foi responsável pelos concelhos da Amadora, Oeiras e de Vila Franca de Xira. Membro da DOR Lisboa, do seu Executivo e da Comissão Distrital. No Executivo da DORL é responsável pela organização do Sector Público e da Coordenadora para os Sectores de Empresa de Loures, Vila Franca, Alenquer, Azambuja e Torres Vedras. É membro do Comité Central desde o X Congresso.

Álvaro Cunhal

Licenciado em Direito, 87 anos. Membro do Partido desde 1931 e funcionário do Partido desde 1935. Secretário-geral das Juventudes Comunistas em 1935-38. Membro do Comité Central desde 1936. 12 anos de prisão. Participou na fuga de Peniche (1960). Ministro sem pasta nos I, II, III e IV governos provisórios depois do 25 de Abril. Eleito deputado à Assembleia Constituinte em 1975 e à Assembleia da República em 1975, 1979, 1980, 1985 e 1987. Membro do Conselho de Estado de 1982 a 1992. Foi membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central e da Comissão Executiva Nacional. Foi secretário-geral do Partido desde 1961 até 1992 e foi Presidente do Conselho Nacional.

Amável José Alves

Maquinista, 52 anos. Foi membro da célula do Metro. É Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa (TUL), coordenador da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN e da sua Comissão Executiva.

Américo Augusto de Oliveira Costa

Empregado, 57 anos. Membro do Partido desde 1970 e funcionário do Partido desde 1977. Participou no MDP/CDE, nas campanhas eleitorais de 1969 e 1973, e esteve ligado à actividade sindical, nomeadamente no Sindicato de Propaganda Médica. Depois do 25 de Abril desenvolveu várias tarefas ligadas ao sector sindical, fez parte do Comité Local de Lisboa do PCP e da ORL. Foi membro da Comissão Distrital de Aveiro e da DOR Beira Litoral. É membro do organismo sindical central. Membro da Assembleia Municipal do Seixal. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

Ana Benedita Ramos Caro

Operária agrícola, 53 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionária do Partido desde 1975. Teve activa participação no processo da Reforma Agrária e na luta em sua defesa. Pertenceu à Comissão de Freguesia da Amareleja. Foi membro da Comissão Distrital de Beja e do Executivo da DOR Alentejo. Foi vereadora na CM Moura. É membro do Executivo da DOR Beja. É membro do Comité Central desde o X Congresso.

Ana Maria Marques Balão

Socióloga, 26 anos. É membro da JCP desde 1989 e do PCP desde 1993. Foi membro da Direcção Nacional da JCP entre 1995 e 1997. É eleita na Assembleia Municipal de Avis. Integra a Comissão junto ao CC para os problemas e movimento das mulheres. É membro da Comissão de Freguesia de Benavila do PCP, da Comissão Concelhia de Avis e do Executivo da DOR Portalegre.

Ana Paula Henriques

Empregada, 44 anos. Membro do Partido desde 1974, funcionária do Partido desde 1976. Pertenceu à célula da FMBP e militou no MJT. Foi membro da Comissão de Freguesia de Marvila do PCP, do CLL, da Direcção da Cidade de Lisboa e responsável pelos sectores da Hotelaria e dos Transportes. É membro da DOR Lisboa, do seu Executivo e Comissão Distrital. No Executivo da DORL é responsável pelas organizações dos Bancários e dos Seguros. Membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Anabela Pereira da Mota

Operária têxtil, 27 anos. Militante do PCP desde 1992 e funcionária do Partido desde Junho de 1994. É membro da Direcção Nacional do MDM. Fez parte da Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP e da Assembleia Municipal de Matosinhos. Integra a Comissão junto do CC para os problemas e movimento das mulheres. É membro da DOR Porto, com tarefas na organização dos Sectores Profissionais.

António Baptista Cordeiro

Operário, 49 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1975. Foi membro da célula da freguesia de Campolide. Trabalhou em várias organizações do CLL, de que foi membro. Foi responsável pela organização de Sintra. É membro da Assembleia Municipal de Sintra. É membro da DOR Lisboa, do seu Executivo, Secretariado e da Comissão Distrital. No Executivo da DORL é responsável pelos fundos e património e pelo sector da Função Pública. Membro do Comité Central desde o X Congresso.

António Fernando Ribeiro Mendes

Operário, 44 anos. Membro do Partido de 1976 e funcionário do Partido desde 1980. Responsável pelo trabalho autárquico no distrito de Vila Real, bem como por várias organizações concelhias, nomeadamente Chaves. Membro do Executivo da DOR Trás-os-Montes. Membro do Comité Central desde o XV Congresso.

António Filipe Rodrigues

Jurista, 37 anos. Membro do Partido desde 1983. Membro da UEC desde 1975 e da JCP desde 1979. Participou no movimento associativo na Escola Secundária da Amadora. Fez parte do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Lisboa (1982-84) e da respectiva Assembleia de Representantes (1982-85). Integrou a Direcção do Conselho Nacional da Juventude em 1988. Foi membro do Secretariado, do Executivo e da Direcção Nacional da JCP. É deputado à AR e membro da Assembleia Municipal da Amadora. Membro das direcções do Grupo Parlamentar do PCP e do Sector Intellectual da OR Lisboa. Membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

António Joaquim de Azevedo Ferreira Lopes

Empregado, 53 anos. Membro do Partido desde 1969 e funcionário do Partido desde 1972. Em 1972, dirigiu as organizações do Partido de Coimbra, Figueira da Foz e Mealhada. Em 1973, já na clandestinidade, foi membro do Comité Regional das Beiras, onde se manteve até Agosto de 1974, altura em que passou a trabalhar no Minho. Foi membro da DOR Norte, e do Executivo e do Secretariado da DOR Minho. É membro do Comité Central desde o VIII Congresso. Foi membro suplente da Comissão Política do CC entre 1983 e 1988, e membro efectivo de 1988 a 1990. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. Foi membro do Conselho Nacional. Até ao XVI Congresso foi responsável pela ligação da Comissão Política às organizações regionais de Braga, Bragança, Viana e Vila Real. É membro da Comissão Política do CC.

António Joaquim Gervásio

Operário agrícola, 73 anos. Membro do Partido desde 1945 e funcionário do Partido desde 1952. Foi membro dos comités regionais do Alentejo, da Margem Sul, de Lisboa e do Alto Ribatejo e Oeste. Cinco anos e meio de prisão. Participou na fuga de Caxias (1961). De 1974 a 1988 foi responsável e membro da DOR Alentejo. Entre 1988 e 1990 foi responsável pela OR da Beira Interior. Foi membro do Executivo e do Secretariado da DOR Castelo Branco e responsável pela respectiva organização. É membro da DOR Évora. Membro do Comité Central desde 1963. Membro da Comissão Política do CC, de 1974 a 1990, da Comissão Executiva Nacional, de 1990 a 1992, e do Conselho Nacional, de 1992 a 1994. Até ao XVI Congresso foi membro da Comissão Central de Controlo.

António José Rodrigues Vitória

Empregado de escritório, 44 anos. Membro do Partido desde 1977 e funcionário do Partido desde 1980. Foi membro da JCP. Pertenceu à Associação de Estudantes da Escola Industrial e Comercial de Beja. Foi fundador da Associação Cultural e Recreativa «Zona Azul». É membro da Assembleia Municipal de Beja. Foi membro do Executivo e do Secretariado da Comissão Distrital de Beja do PCP e da DOR Alentejo. É membro da DOR Beja e do seu Secretariado, responsável pela Organização Regional. Foi membro do Conselho Nacional. É membro do Executivo da Direcção Regional do Alentejo. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

António Licínio de Carvalho

Operário canalizador, 49 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido. Participou em acções da Oposição Democrática antes do 25 de Abril. Pertenceu aos organismos executivos da Direcção Nacional do MJT e da UJC. É membro da Assembleia de Freguesia de Casal de Cambra. Fez parte dos secretariados das comissões concelhias de Oeiras e da Amadora e do Organismo de Direcção da Zona Ocidental de Lisboa. É membro do Secretariado da Direcção da Festa do «Avante!». É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

António Luís Grilo Foido

Operário, 55 anos. Membro do Partido desde 1976. Foi delegado sindical e membro da Comissão de Trabalhadores da Siemens. Foi vereador na CM Évora e é Presidente da JF Malagueira. É membro da Comissão Concelhia de Évora do PCP, do Executivo e do Secretariado da DOR Évora, responsável pela Organização Concelhia de Portel. Membro do Comité Central desde o XV Congresso.

António Luís Pimenta Dias

Empregado, 44 anos. Militante do PCP desde 1984. Foi Presidente da Assembleia de Freguesia de S. Pedro da Cova, vereador da CM Gondomar, deputado à AR, Presidente da AG da Federação das Associações de Pais de Gondomar e Presidente da AG e da Direcção da Associação Desportiva de S. Pedro da Cova. É Presidente da Associação de Pais da Escola Secundária de S. Pedro da Cova e Vogal da Direcção da Federação das Colectividades de S. Pedro da Cova. É membro da DOR Porto do PCP e da sua Comissão Executiva, e da Comissão Concelhia de Gondomar, da qual é actualmente responsável.

António Manuel dos Santos Salavessa

Empregado de escritório, 48 anos. Membro do Partido desde 1970 e funcionário do Partido desde 1975. Participou em lutas estudantis entre 1969 e 1970 no Instituto Comercial de Lisboa. Foi activista da Associação de Originários de Portugal em França e colaborador da publicação «O Imigrado Português». Fez parte das comissões distritais de Castelo Branco, Guarda e Aveiro do PCP e do Secretariado da DOR Beira Litoral. É membro da Comissão Executiva e do Secretariado da DOR Aveiro, responsável pela Organização Regional. É membro da Assembleia Municipal de Aveiro e faz parte da Comissão junto do CC para o trabalho nas autarquias. Foi membro do Conselho Nacional do PCP. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

António Moreira da Costa Albuquerque

Operário mecânico auto, 45 anos. Membro do PCP desde 1974. É membro da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica dos Distritos de Coimbra e Leiria, da Direcção Nacional da Fequimetal, coordenador da União dos Sindicatos de Coimbra e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro da DOR Coimbra do PCP.

António Oliveira Alves

Bancário, 52 anos. Vice-presidente da Direcção do Sindicato dos Bancários do Norte. É membro do Organismo de Direcção dos Bancários do Porto do PCP e da DOR Porto. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

António Ramos Cardoso

Operário têxtil, 49 anos. Membro do Partido desde 1975 e funcionário do Partido desde 1976. Foi delegado sindical e membro da Comissão de Trabalhadores na Nínafil. Foi membro do Executivo da Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP e do Secretariado da DOR Beira Interior, bem como do Executivo e do Secretariado da Comissão Concelhia da Covilhã. É membro do Executivo e do Secretariado da DOR Castelo Branco. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

António José Rodrigues

Empregado, 47 anos. Membro do Partido desde Janeiro de 1975 e funcionário do Partido desde Março de 1978. Desempenhou tarefas de apoio aos organismos centrais. É responsável pelo Gabinete de Imprensa do PCP. É membro do Comité Central desde o XV Congresso.

António Simões de Abreu

Engenheiro, 53 anos. Membro do Partido desde 1969 e funcionário do Partido desde 1974. Participou no movimento estudantil e na fundação da UEC. De 1969 a 1973, foi activista e dirigente da Oposição Democrática. Após o 25 de Abril foi responsável pelo Sector Intellectual e por diversas organizações concelhias e frentes de trabalho do PCP no distrito do Porto, foi membro da DOR Norte. É vereador na CM Lisboa. Candidato do PCP à Presidência da República. Membro da DOR Lisboa. É membro do Comité Central desde o VIII Congresso. Até ao XVI Congresso foi membro da Comissão Central de Controlo.

Armando C. Morais de Oliveira

Operário metalúrgico, 55 anos. Membro do Partido desde 1963 e funcionário do Partido desde 1970. Foi responsável pela zona de Vila Franca de Xira, fazendo parte do Comité Sub-Regional do Baixo Ribatejo e do Comité Local de Lisboa. Após o 25 de Abril foi membro da DOR Lisboa e DOR Beiras. Foi membro do Executivo da DOR Beira Interior. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. É membro da Assembleia Municipal da Guarda. É responsável pela OR Castelo Branco do PCP. É membro do Comité Central desde o VIII Congresso e foi membro do Conselho Nacional.

Armando Rodrigues

Operário da construção civil, 45 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1979. Fez parte da Comissão de Freguesia de Benfica do Ribatejo e da Comissão Concelhia de Alentejo do PCP e foi eleito na Assembleia Municipal de Alentejo. É membro da Assembleia Municipal de Coruche, da Direcção da Associação de Pais da Escola Armando Lizardo. Foi responsável por várias organizações concelhias no distrito de Santarém. É membro do Executivo e do Secretariado da DOR Santarém, responsável pelas organizações concelhias de Salvaterra de Magos e Coruche. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

Armando da Silva Carvalho

Agricultor, 47 anos. Membro do Partido desde 1975. Fez parte da Comissão Concelhia de Amarante e da Comissão Distrital do Porto do PCP. Participou nos movimentos e lutas dos agricultores, pastores e compartes dos povos dos baldios transmontanos e durieneses. É vice-presidente da Câmara da Agricultura do Norte, membro da Direcção da Aliança para a Defesa dos Mundo Rural e Director da CNA. É membro da Comissão junto do CC para as questões da agricultura. É membro do Comité Central desde o X Congresso.

Arménio Horácio Carlos

Operário, 45 anos. Membro do Partido desde 1977. Pertenceu à sub-CT da Carris de Cabo Ruivo e à célula do Partido na Carris. É coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa, dirigente do TUL e membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN. É membro do Organismo de Direcção do Sector de Transportes e do seu Executivo e, desde 1989, membro da DOR Lisboa, cujo Executivo integra. Membro do Comité Central desde o XII Congresso.

Armindo dos Santos Miranda

Empregado, 47 anos. Membro do Partido desde 1977 e funcionário do Partido desde 1984. Foi membro do OD dos Bancários de Lisboa do PCP e do seu Executivo, e responsável pelo sector. Teve a responsabilidade dos concelhos de Cascais e Oeiras, foi membro da DOR Lisboa e do seu Executivo entre 1985 e 1990. Foi responsável pela ORA Madeira entre 1990 e 1998. Membro da DOR Lisboa desde 1998. É membro do seu Executivo, Secretariado e Comissão Distrital. No Executivo da DORL é responsável pela organização concelhia de Vila Franca de Xira. É membro do Comité Central desde 1992 e foi membro do Conselho Nacional.

Aurélio Monteiro dos Santos

Intellectual, 70 anos. Membro do Partido desde 1955 e funcionário do Partido desde 1957. Foi dirigente associativo estudantil (1950-53) e activista e dirigente do MUD Juvenil (1951-57). Esteve preso de 1953 a 1955. Foi director da Rádio Portugal Livre de 1963 a 1974. Responsável pela Secção Internacional do PCP em 1974-75. Fez parte da Comissão de Programas da RTP, em 1974, e do Conselho de Imprensa, de 1976 a 1979. Foi responsável pela Secção de Informação e Propaganda do CC, de 1976 a 1984. Foi membro da DOR Lisboa e do seu Executivo, responsável pelo Sector de Artes e Letras de 1984 a 1988. É membro do Comité Central desde o VI Congresso (1965). Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. É membro da Comissão Central de Controlo.

Bernardina Lúcia Sebastião

Operária, 47 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionária do Partido desde 1980. Foi membro da UJC e sua funcionária de 1976 a 1980. Em 1976-77 foi responsável da UJC no distrito de Beja e, em 1978-79, no distrito de Évora. Foi membro da Comissão Executiva da Comissão Central da UJC. Foi do Executivo e do Secreta-

riado da DOR do Alentejo do PCP e responsável pelas organizações distritais de Beja, de Évora e de Portalegre. É membro do Executivo da DOR Algarve. É membro do Comité Central desde o X Congresso. Foi membro suplente da Comissão Política do CC de 1983 a 1990. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992 e do Conselho Nacional.

Bernardino José Torrão Soares

Licenciado em Direito, 28 anos. Membro da JCP desde 1989 e do Partido desde 1993. Deputado à AR, membro da Comissão Parlamentar da Juventude e da Comissão Parlamentar da Saúde, e da subcomissão do Desporto. Membro da Comissão junto do CC para o trabalho da juventude e da Comissão Eventual para o Acompanhamento e Avaliação da Situação da Toxicoddependência. Membro da Direcção Nacional da JCP e da DOR Lisboa do PCP.

Carla Alexandra Vasconcelos Balsemão Barbosa

Educatória de infância, licenciada em Ciências da Educação, 30 anos. Membro do Partido desde Junho de 1988. Foi cabeça-de-lista da CDU à CM de Vila Nova de Famalicão em 1997. É membro da Assembleia Municipal de Famalicão e do Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres. É membro do Secretariado da Comissão Concelhia de Famalicão do PCP e do Conselho Regional da OR Braga.

Carlos Alberto Cardoso Mendes Grilo

Empregado, 55 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1977. Activista sindical entre 1968 e 1977. Foi membro do Comité Local de Lisboa do PCP e responsável pelas organizações dos Seguros, Bancários, Transportes e Saúde. Membro da DOR Lisboa, do seu Executivo e Comissão Distrital. No Executivo da DORL é responsável pelo sector sindical. Membro do Comité Central desde o X Congresso.

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

Economista, 58 anos. Membro do Partido desde 1969. Participou no movimento Estudantil nas campanhas eleitorais de 1965, 1969 e 1973. Foi fundador do Conselho Português para a Paz e Cooperação e integrou a sua Presidência. De 1969 a 1974 colaborou estreitamente com o movimento sindical. Após o 25 de Abril, foi secretário de Estado do Trabalho em 5 governos provisórios. Foi candidato apresentado pelo PCP às eleições presidenciais de 1990. Foi deputado do Parlamento Europeu e deputado do Conselho da Europa (onde foi Presidente do Grupo Comunista). Foi deputado à UEO. É deputado à Assembleia da República. Foi membro da Comissão junto do Comité Central para as actividades económicas e Director da Revista «EC Economia - Questões Económicas e Sociais». É membro do Comité Central desde o VIII Congresso. Foi membro do Conselho Nacional. Eleito secretário-geral adjunto em Maio de 1990. É membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. Eleito secretário-geral do Partido em Dezembro de 1992, aquando do XIV Congresso e em 1996, aquando do XV Congresso.

Carlos Alberto Vaz Chaparro

Empregado, 46 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1976. Activista da CDE. Foi membro da Comissão de Moradores de S. Nicolau e da Coordenadora das Comissões de Moradores de Lisboa. Foi membro do OD do Sector de Hotelaria, do Comité Local de Lisboa, da Direcção da Organização da Cidade de Lisboa. Foi responsável por várias organizações da cidade de Lisboa e pela Organização Concelhia de Oeiras. Membro da DOR Lisboa, da Comissão Distrital, do Executivo e Secretariado. No executivo da DORL é responsável pela organização concelhia da Amadora, pelo trabalho autárquico a nível do distrito e pela ligação ao Grupo Parlamentar. Membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Carlos Alberto Mendonça Rabaçal

Técnico superior de desporto, 47 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionário do Partido desde 1989. Foi funcionário da JCP de 1978 a 1989. Foi membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP e dos seus organismos executivos. Foi dirigente associativo do Ensino Superior, tendo participado nas lutas académicas de 1974 a 1977. Foi membro da Assembleia Geral e da Direcção do Conselho Nacional da Juventude. Foi membro da Assembleia Municipal e vereador da CM Cascais. Membro da DOR Lisboa e da sua Comissão Distrital. Membro da Comissão junto do CC para os problemas da juventude, da Comissão Nacional de Autarquias e do GTAL. Responsável pelos grupos de estudo junto do CC para a política desportiva e para os problemas do movimento associativo. É membro do Comité Central desde o XII Congresso. Foi membro do Conselho Nacional. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992.

Carlos Campos Rodrigues Costa

Intelectual, 72 anos. Membro do Partido desde 1943 e funcionário do Partido desde 1951. Foi membro do MUD Juvenil desde o seu início, foi membro da sua Comissão Central e funcionário. Pertenceu ao Comité Local de Fafe do PCP (1943) e foi responsável pela organização do Algarve. Em 1961 foi chamado ao trabalho do Secretariado do CC. Foi responsável pela DOR Lisboa e pela Juventude. Foi responsável pela DOR Norte. Cerca de 15 anos de prisão. Participou na fuga de Peniche (1960). Membro do Comité Central desde 1960. Membro do Secretariado do CC de 1975 a 1990 e da Comissão Política do CC de 1974 a 1988. Foi membro da Comissão Central de Controlo e Quadros de 1988 a 1992. Foi membro do Conselho Nacional de 1992 a 1996. É membro da Comissão Central de Controlo.

Carlos Humberto Palácios Pinheiro de Carvalho

Empregado de escritório, 49 anos. Membro do Partido desde 1971 e funcionário do Partido desde 1977. Foi membro da UEC, antes do 25 de Abril. Foi membro do Secretariado Distrital de Setúbal do MJT e, mais tarde, da UJC. Foi membro do Executivo e Secretariado da Comissão Concelhia do Barreiro do PCP, e responsável pela organização de 1982 a 1985. É eleito na Assembleia Municipal do Barreiro. É membro do Executivo da DOR Setúbal do PCP, responsável pelas áreas do Desenvolvimento Regional, do Ambiente, das Cooperativas, dos Empresários e da Juventude. Membro da Comissão junto do CC para as questões da juventude. É membro da Comissão Central de Controlo. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

Carlos H. S. de Aboim Inglez

Intelectual, 70 anos. Membro do Partido desde 1946 e funcionário do Partido desde 1953. Foi dirigente académico, do MUD Juvenil, do Movimento da Paz e do Sector Intelectual. 10 anos de prisão. Foi membro do Executivo e do Secretariado da DOR Lisboa, de 1975 a 1986, sendo responsável do Sector Intelectual. Foi deputado à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu. Desempenhou tarefas na área das relações internacionais do PCP de 1968 a 1975 e é membro da Secção Internacional desde 1990. Membro suplente do Comité Central de 1958 a 1974, e membro efectivo desde 1974, foi membro da Comissão Central de Controlo e Quadros. É membro da Comissão Central de Controlo.

Carlos Luís Figueira

Empregado, 56 anos. Membro do Partido desde 1964 e funcionário do Partido desde 1968. Realizou trabalho junto da emigração na Bélgica, de 1964 a 1967. Foi membro do Comité Local do Porto, de 1968 a 1971. Foi responsável pelo Comité Regional das Beiras, membro da DOR Norte e membro da DOR Beiras. É membro do Executivo e do Secretariado da DOR Algarve, responsável da Organização Regional. É membro da Assembleia Municipal de Faro. Vice-presidente da AG do Sporting Clube Farense. É o responsável da Comissão junto do CC para as questões da Pesca e da Comissão Nacional de Turismo. Foi cooptado para membro suplente do CC em Maio de 1974. É membro do Comité Central desde o VIII Congresso. Foi membro da Comissão Política do CC, de Dezembro de 1988 a Maio de 1990. Foi membro da Comissão Executiva Nacional, de 1990 a 1992, e do Conselho Nacional. Foi membro da Comissão Política do CC até ao XVI Congresso.

Carlos Manuel Coelho Gonçalves Santana

Empregado, 49 anos. Membro do Partido desde 1971 e funcionário do Partido desde 1973. Foi activista da Oposição Democrática e do MJT. Integrou o Grupo de Teatro de Campolide. Depois do 25 de Abril, integrou diversas estruturas do MFA.

Foi membro do Executivo e do Secretariado da DORA Madeira. Integra comissões e grupos de estudo nas áreas de Toxicoddependência, Administração Interna e Justiça. Tem desempenhado tarefas a nível central. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Carolina Jesus Oliveira Neves Medeiros

Operária, 34 anos. Membro do Partido desde 1995 e funcionária do Partido desde 1998. Pertenceu à célula do Partido na Norpoite, foi dirigente sindical e membro da Comissão de Trabalhadores na empresa. É membro da Junta de Freguesia da Baixa da Banheira. Membro da Comissão Concelhia da Moita do PCP e da DOR Setúbal.

Célia Maria Portela Silva

Empregada, 26 anos. Membro do Partido desde 1991. É dirigente sindical do CESP e da Interjovem. Foi membro da Comissão para o trabalho da juventude junto da DOR Lisboa. É membro da célula dos dirigentes sindicais da União dos Sindicatos de Lisboa. Membro da DORL. Membro do Comité Central desde o XV Congresso.

Clarinda Maria de Pinho Nogueira

Assistente social, 47 anos. Eleita representante dos estudantes no Conselho Escolar do ISSS, de 1972 a 1975. Eleita membro do Conselho de Gestão do ISSS em 1975. Membro da UEC desde 1974 e do Partido desde 1975. Funcionária do Partido desde 1976, foi membro do Organismo de Direcção do Sector Público, responsável pelas células da CML, da EPAL, das Comunicações, da EDP, do Sector Público, dos Bancários e dos Seguros de Lisboa. Foi da Direcção da Organização da Cidade de Lisboa. É responsável pelo Sector de Empresas do concelho de Sintra, membro da Comissão Concelhia de Sintra e do seu Executivo. É membro da DORL e da sua Comissão Distrital. Membro do Comité Central desde o X Congresso.

Daniel dos Reis Branco

Engenheiro técnico, 55 anos. Membro do Partido desde 1975. Antes do 25 de Abril, participou no movimento estudantil e fez parte do núcleo socioprofissional nas eleições de 1969 e 1973, na Mague, pela CDE. Foi dirigente de colectividades de cultura e recreio. Foi membro da célula da Mague do PCP. Foi fundador, vice-presidente do Conselho Directivo e membro do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Foi Presidente da CM Vila Franca de Xira e Presidente da Junta Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa. É membro da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP, da Comissão Nacional de Autarquias e do GTAL, e da DOR Lisboa. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

Deolinda Leal Santos

Empregada, 47 anos. Membro do Partido desde 1971. Foi activista sindical dos escritórios antes do 25 de Abril. Pertenceu à CT da Prodac. Funcionária do Partido desde 1974. Foi membro do Organismo de Direcção dos Escritórios, do Comité Local de Lisboa, da DORA Madeira e da Comissão Concelhia da Amadora. É membro da Comissão Concelhia de Sintra, do seu Secretariado e Executivo, bem como da DOR Lisboa, do seu Executivo e Comissão Distrital. É responsável pela organização concelhia de Sintra. Foi membro suplente do Comité Central entre 1979 e 1983.

Diamantino José Dias

Operário metalúrgico, 50 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1976. Foi dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Alentejo e membro da CT da «Baptista Russo». Foi Presidente da Assembleia Municipal de Vendas Novas e membro da Comissão Concelhia do PCP, do Executivo e do Secretariado da DOR Alentejo, e responsável pelas comissões distritais de Évora e de Portalegre. Foi deputado à AR por Évora e por Portalegre, é membro da Assembleia Municipal de Évora. Integra o Secretariado da DOR Évora e a Direcção Regional do Alentejo. É membro do Comité Central desde o IX congresso.

Domingos Abrantes Ferreira

Operário, 64 anos. Membro do Partido desde 1954 e funcionário do Partido desde 1956. Foi funcionário do MUD Juvenil e pertenceu à sua Comissão Central. Foi membro do Comité Local de Lisboa, da DOR Setúbal e responsável pela organização do Partido no Sul. 11 anos de prisão. Participou na fuga de Caxias (1961). Após o 25 de Abril foi membro da DOR Lisboa do PCP. Deputado à AR de 1976 a 1991. Membro do Comité Central desde 1963, foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992 e foi membro do Conselho Nacional. É membro do Secretariado e da Comissão Política do CC.

Domingos Martins Morim Lopes

Advogado, 51 anos. Membro do Partido desde 1973. Participou nas lutas estudantis de Coimbra nos anos de 1968-71. Em 1970 foi eleito para a Direcção da Associação Académica de Coimbra. Em 1971 foi preso pela PIDE e expulso da Faculdade de Direito. De 1972 a 1974 participou nas lutas estudantis em Lisboa, onde também participou activamente no MDP/CDE (1972-74). Foi membro da Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa e da Direcção da União Nacional dos Estudantes Portugueses. Foi eleito para o Senado Universitário depois do 25 de Abril. É membro da Secção Internacional do PCP. Foi representante do Partido na Revista Internacional. É membro do Comité Central desde o X Congresso.

Edgar Freitas Gomes Silva

Licenciado em Teologia pela Universidade Católica Portuguesa, 38 anos. Foi Professor na Universidade Católica do Funchal entre 1987 e 1992. Foi membro fundador do Movimento de Apoio à Criança e da Escola Aberta, movimentos de apoio às crianças de rua, entre 1987 e 1992, e Assistente Nacional do Movimento Católico de Estudantes, entre 1992 e 1995. É deputado à Assembleia Legislativa Regional da Madeira. É responsável da DORA Madeira do PCP.

Eduardo Manuel Santos Lázaro

Electricista na Somincor, 40 anos. Membro do Partido desde 1979. Entre 1980 e 1993 foi delegado sindical na Quimigal, Barreiro. De 1980 a 1989 fez parte da célula da Quimigal, de 1984 a 1989 integrou a Comissão Concelhia do Barreiro e participou em organismos do Partido para o trabalho da juventude. Desde 1997 é membro da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira e actualmente integra, também, a Direcção da Fequimetal/CGTP. É membro da DOR Beja do PCP.

Eduardo Travassos Pereira

Motorista dos Transportes Sul do Tejo, 54 anos. Membro do Partido desde Junho de 1974. É presidente da Direcção do Sindicato dos Rodoviários do Sul e faz parte do Secretariado do Conselho Nacional da Festra, da executiva da União dos Sindicatos de Setúbal e do Conselho Nacional da CGTP-IN. Presidente da Assembleia de Freguesia da Arrentela. Membro da DOR Setúbal do PCP, da Comissão Concelhia do Seixal e do organismo sindical da DORS. É membro do Comité Central desde o XV Congresso.

Emídio José de Vasconcelos Pinto Ribeiro

Intelectual, 52 anos. Membro do Partido desde 1971 e funcionário do Partido desde 1974. Participou nas greves académicas de 1969 (Coimbra), nas campanhas eleitorais de 1969 e 1973, e foi dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia do Porto. Antes do 25 de Abril, realizou tarefas de apoio ao aparelho clandestino da direcção do Partido. É membro da Comissão Executiva da DOR Porto e responsável pela Organização Regional. É membro do Comité Central desde o X Congresso. Foi membro da Comissão Executiva Nacional, de 1990 a 1992, e do Conselho Nacional. Até ao XVI Congresso foi membro da Comissão Política do CC.

Eulides Fernandes Pereira

Empregado, 59 anos. Membro do Partido desde 1971 e funcionário do Partido desde 1975. Em 1973-74 foi delegado sindical e membro da Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do grupo Fima-Lever-Iglo. Foi dirigente do Sindicato dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa. Após o 25 de Abril foi Presidente da

Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Sacavém. Foi membro da Comissão Concelhia de Loures do PCP, do Secretariado, do Executivo e da Comissão Distrital da DOR Lisboa. Tem tarefas centrais na área administrativa e financeira. É membro do Comité Central desde o IX Congresso.

Eugénio Baeta Ribeiro Pisco

Operário metalúrgico, 49 anos. Membro do Partido desde 1970 e funcionário do Partido desde 1975. Até Maio de 1974 pertenceu ao secretariado da célula da OCGMA, Alverca. É Presidente da Junta de Freguesia do Vale de Santarém. Fez parte da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP, das comissões Concelhia e Distrital de Santarém, e da DOR do Oeste e Ribatejo. É membro do Executivo e do Secretariado da DOR Santarém. É membro do Comité Central desde o IX Congresso.

Eulália Rosa Caeiro Miranda

Operária, 45 anos. Membro do Partido e funcionária do Partido desde 1974. Participou na campanha eleitoral de 1973. Fez parte do Movimento da Juventude Trabalhadora. Foi delegada sindical na Melka, Évora. Foi da Comissão Distrital de Évora e do Executivo da DOR Alentejo. É membro do Executivo e do Secretariado da DOR Évora e da Direcção Regional do Alentejo. É membro do Comité Central desde o X Congresso.

Fernando Carmosino

Empregado de escritório, 45 anos. Membro do Partido desde 1975 e funcionário do Partido desde 1976. É membro da Direcção Regional do Alentejo, do Executivo e do Secretariado da DOR Portalegre e responsável por esta Organização Regional, bem como pela sua frente de trabalho das autarquias e pelas comissões concelhias de Nisa e do Crato. É membro da Assembleia Municipal do Crato. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Fernando Filipe Esteves Vicente

Engenheiro, 59 anos. Membro do Partido desde 1962. De 1962 a 1966, participou no movimento estudantil, tendo sido dirigente associativo no IS Técnico e das RIA de Lisboa. Foi expulso da Universidade de Lisboa em 1964. Pertenceu à Direcção do Sector Intelectual da OR Lisboa do PCP. Foi da Direcção e da Assembleia de Representantes da Ordem dos Engenheiros. Preso pela PIDE em 1971. Após o 25 de Abril foi secretário de Estado da Habitação do V Governo provisório. Foi membro do Secretariado da Célula dos Engenheiros e da Direcção do Organismo de Quadros Técnicos do Partido. Foi membro da Assembleia de Freguesia de St.ª Maria dos Olivais. É membro do Secretariado da Direcção da Festa do «Avante!». É membro do Comité Central desde o VIII Congresso.

Filipe Leandro Martins

Jornalista e escritor, 55 anos. Membro do Partido desde 1960 e funcionário do Partido desde 1974. Antes do 25 de Abril, foi co-fundador da Comissão Pró-Associação dos Liceus e participou nas lutas estudantis dos anos 1960-64 e nas lutas anti-coloniais de 1967-68. Foi dinamizador dos suplementos juvenis do «Diário de Lisboa» e do «República», e do movimento cineclubista. Exilado na Bélgica, de 1968 a 74, fez parte da Organização do PCP na Emigração e do movimento de apoio aos desertores da guerra colonial. Depois do 25 de Abril, fez parte da Comissão Concelhia de Setúbal. Desde 1976 integra o colectivo do «Avante!». Foi subchefe da Redacção do «Avante!» desde 1986 e chefe da Redacção a partir de Dezembro de 1995. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

Francisco José de Almeida Lopes

Operário, 45 anos. Membro do Partido e funcionário do Partido desde 1974. Participou nas actividades do movimento democrático em 1973. Fez parte da célula do PCP na Applied Magnetics. De 1974 a 1977, foi chamado ao Comité Local de Lisboa. Foi membro da DOR Lisboa (Janeiro de 1977 a 1988) e do seu Executivo e Secretariado (1979-88). É membro do Comité Central desde o IX Congresso. Foi responsável da Organização Regional de Setúbal. Foi membro do Conselho Nacional. É membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

Francisco José Névoa de Melo

Director literário, 56 anos. Membro do Partido desde 1963, funcionário do Partido desde 1975. Foi membro da Comissão Instaladora da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Fez parte da Direcção da Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto (Unicepe). Pertenceu a organismos do Partido para os sectores intelectuais do Porto e Lisboa. Depois do 25 de Abril foi director da «Revista Internacional - Problemas da Paz e do Socialismo». Actualmente é director da «Vértice». É Presidente do Conselho de Administração da Editorial «Avante!». É membro do Organismo de Artes e Letras da OR Lisboa e da Comissão junto do CC para o trabalho ideológico e a comunicação. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Francisco Lourenço Pereira

Operário, 43 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1978. Foi activista estudantil e membro da UEC e da UJC. Foi membro do Executivo e do Secretariado da Direcção Central da JCP. Foi vereador na CM Loures. É membro da Comissão Instaladora do Município de Odivelas. Membro da Comissão Concelhia de Odivelas do PCP, do seu Secretariado e Executivo. Cooptado em 1989, foi eleito para a DOR Lisboa na II e III assembleias da ORL. É do Executivo e da Comissão Distrital da DORL. No Executivo da DORL é responsável pela Organização Concelhia de Odivelas. Membro do Comité Central desde o X Congresso.

Francisco Manuel Mateus Guerreiro

Serralheiro mecânico, 47 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionário do Partido desde 1978. Foi membro do Secretariado da Célula do PCP nas Oficinas Gerais de Material de Engenharia do Exército e do Organismo de Direcção da 2.ª Zona do Comité Local de Lisboa. A partir de 1978 passou a ter tarefas na Organização Distrital de Coimbra. Foi da Assembleia Municipal da Figueira da Foz entre 1983 e 1985. Foi membro das comissões concelhias da Figueira da Foz e de Coimbra, do Secretariado da DOR Beira Litoral do Partido. É membro do Secretariado da DOR Coimbra, responsável pela organização concelhia da Figueira da Foz. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

Hélio Samorinha

Intelectual, 43 anos. Membro do Partido desde 1973 e funcionário do Partido desde 1975. Foi activista da CDE em 1972. Em 1975 fez parte da Direcção Distrital do Ensino Secundário de Lisboa da UEC. Foi eleito na Assembleia Municipal de Loures. Foi membro da Comissão Concelhia de Loures do PCP, da sua Comissão Executiva e do seu Secretariado, e responsável pela Organização Concelhia. Foi membro da Comissão Distrital e do Executivo da DOR Lisboa. É membro do Executivo da DOR Aveiro. É membro do Comité Central desde o XV Congresso.

Jaime de Sousa Félix

Operário, 60 anos. Membro do Partido desde 1968 e funcionário do Partido desde 1975. Foi delegado à Comissão Distrital de Lisboa da CDE. Após o 25 de Abril, pertenceu ao Comité Local de Lisboa do PCP, com a responsabilidade do sector bancário e, posteriormente, da Zona Oriental. Foi membro da DOR Lisboa de 1976 a 1979. Foi membro do Secretariado do CC de 1979 a 1983. É membro das comissões para o trabalho junto dos reformados e deficientes e integra o organismo sindical central. É membro do Comité Central desde o VIII Congresso.

Jerónimo Carvalho de Sousa

Operário metalúrgico, 53 anos. Membro do Partido desde 1974. Foi membro da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos em 1973-74. Faz parte do Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e dos corpos gerentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa. Foi membro da Comissão Concelhia de Loures e da DOR Lisboa do PCP. Foi deputado à Assembleia Constituinte e deputado à AR, vice-presidente do Grupo Parlamentar e membro do seu Secretariado. Foi candidato apresentado pelo PCP às eleições presidenciais em 1996. É membro do Comité Central desde o IX Congresso. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992 e foi membro do Conselho Nacional. É membro da Comissão Política do CC.

A eleição do Comité Central

João Alberto Garcia de Abreu

Operário da construção civil, 44 anos. Membro do Partido e funcionário do Partido desde 1975. Pertenceu às comissões concelhias da Figueira da Foz e de Seia e às comissões distritais de Coimbra e da Guarda do PCP. Foi delegado sindical na Marsil e participou na organização da greve na construção civil em 1979. É Presidente da Junta de Freguesia de Meruge (Oliveira do Hospital), onde é dirigente de várias colectividades. É colaborador efectivo do jornal «Folhas do Centro». É membro do Executivo e Secretariado da DOR Guarda, responsável pela Organização Regional. É membro do Comité Central desde o X Congresso.

João António Torrinas Paulo

Operário metalúrgico, 51 anos. Membro do Partido desde 1976. Foi fundador e Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Alentejo, é membro do Secretariado e da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN e é coordenador da Fequimetal (Federação Intersindical da Metalurgia, Metalomecânica, Minas, Química, Petróleo e Gás). Foi deputado à Assembleia da República, de 1983 a 1985, e membro da Assembleia Municipal de Évora, de 1976 a 1985. É membro da Assembleia Municipal do Seixal. É membro do Comité Central desde o X Congresso.

João Armando Castelo dos Santos

Empregado, 45 anos. Membro do Partido desde 1977 e funcionário do Partido desde 1978. Entre 1975 e 1978 foi dirigente de associações de emigrantes. Fez parte da Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados em França. Entre 1976 e 1977 representou o sindicato CGT (França) na GAN. Entre Outubro de 1987 e Outubro de 1988 foi membro da DORA Açores. É membro da Assembleia de Freguesia do Vale da Amoreira. É Presidente da Associação de Pais na Escola Mouzinho da Silveira, na Baixa da Banheira. Durante vários anos integrou a Comissão do Partido para o trabalho entre a emigração e actualmente é da Direcção da Organização na Emigração. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

João Carlos Dias Coelho

Empregado, 45 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1979. Foi membro da Comissão de Moradores de Santos-o-Velho e da Comissão de Freguesia do PCP, do Comité Local de Lisboa e dos organismos de direcção da 1.ª e 7.ª zonas e do Sector Público. É membro do OD do Sector Sindical e do Secretariado da Direcção da Festa do «Avante!», da DOR Lisboa, do seu Executivo e da sua Comissão Distrital. No Executivo da DORL é responsável pelo sector dos Transportes e pelo colectivo do Partido na CLL. Membro da Comissão Instaladora da Associação «Transportes 2000». Membro do Comité Central desde o XV Congresso.

João Fernando Dias Serra

Operário agrícola, 47 anos. Membro do Partido desde 1978. É secretário da Junta de Freguesia de S. Saturnino (Frenteira). É da Direcção da Associação de Agricultores do Norte Alentejano. Pertence à Comissão Concelhia de Frenteira do PCP, ao Executivo e Secretariado da DOR Portalegre e à Direcção Regional do Alentejo. Foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e do Secretariado das UCPs de Portalegre. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

João Frazão

Intelectual, 29 anos. Membro do Partido desde 1988. Membro da JCP de 1986 a 1999 e funcionário da JCP de 1993 a 1999. Foi membro da Comissão Política e do Secretariado da Direcção Nacional da JCP. É funcionário do Partido, membro do Secretariado da DOR Viseu, e da Comissão junto do CC para o trabalho da juventude. Eleito membro do Comité Central no XV Congresso.

João Pauzinho

Estudante, 26 anos. Membro da JCP desde 1992 e do PCP desde 1995. Funcionário da JCP desde Novembro de 1995. Foi membro da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Arraiolos, de 1989 a 1993, e da Assembleia de Freguesia de Arraiolos, de 1993 a 2000. É membro da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP, responsável pela Organização Regional de Coimbra da JCP. Foi membro da DOR Évora e faz parte da DOR Coimbra do PCP.

João Silva

Operário, 50 anos. Membro do Partido desde 1974. Dirigente sindical desde Março de 1975. É coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco, membro da Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Lisboa, do Secretariado da Fequimetal e do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro da DOR Lisboa do PCP. Membro do Comité Central desde o XII Congresso.

João Torres

Empregado da EDP, 47 anos. Membro do Partido desde 1984, faz parte da DOR Porto e da sua Comissão Executiva. É coordenador da União dos Sindicatos do Porto, membro do Conselho Nacional da CGTP e da sua Comissão Executiva. Eleito membro do Comité Central no XV Congresso.

Joaquim Almeida da Silva

Operário metalúrgico, 51 anos. Membro do Partido desde 1973. Foi secretário da secção de Paramos da Juventude Operária Católica. Em 1973, participou na luta contra a direcção corporativa do sindicato. Foi membro da Comissão de Trabalhadores da Toyota. Em 1974, fez parte da Comissão Directiva Provisória do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Aveiro. É Presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, Viseu e Guarda, membro da Direcção Nacional da Fequimetal, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, coordenador da União dos Sindicatos de Aveiro e responsável pela ligação ao distrito de Viseu. Foi membro do Comité Regional das Beiras do PCP e da Comissão Distrital de Aveiro. Foi cabeça-de-lista da CDU por Aveiro em 1999. É membro do Executivo da DOR Aveiro do PCP. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

Joaquim Carlos Coelho Tavares

Mecânico de frio, 38 anos. Membro da JCP de 1979 a 1993. Membro do Partido desde 1982. Foi funcionário da JCP. Participou no movimento associativo dos estudantes do ensino secundário em 1978 e 1979. De Novembro de 1986 a Fevereiro de 1988 foi responsável pela Organização Distrital de Lisboa da JCP, membro da Direcção Nacional e da Comissão Executiva da JCP. De 1988 a 1992 foi membro do Comité Central do Partido. Actualmente é responsável pela Organização Concelhia de Setúbal e membro do Executivo da DOR Setúbal.

Joaquim Daniel Pereira Rodrigues

Operário químico, 28 anos. Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Norte. Membro do Secretariado da União dos Sindicatos de Braga, da Direcção Nacional da Interjovem e do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro da Comissão Regional de Braga e da Direcção Nacional da JCP, e do Conselho Regional da OR Braga do PCP.

Joaquim Jorge Ferreira

Operário, 45 anos. Membro do Partido desde 1975 e funcionário do Partido desde 1994. Foi dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do distrito de Santarém, membro do Executivo da União dos Sindicatos de Santarém, e membro da Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha. Faz parte da Comissão Concelhia de Vila Nova da Barquinha do PCP, do Executivo e do Secretariado da DOR Santarém, responsável pelo trabalho sindical. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Joaquim Manuel Almeida Dias

Operário, 55 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1978. Foi da CT e delegado sindical na J. F. Azevedo e Silva. Pertenceu ao Organismo

de Direcção da Construção Civil do Comité Local de Lisboa do PCP, e aos seus Secretariado e Executivo. Foi membro das comissões concelhias da Anadora e Loures e dos seus organismos executivos. É membro do Organismo de Empresas da Cidade de Lisboa, da DORL e da sua Comissão Distrital. É membro do Comité Central desde o X Congresso.

Jorge Amador

Operário, 35 anos. Membro do Partido desde 1982 e funcionário do Partido desde 1994. Aderiu à JCP em 1981. Foi funcionário da JCP, de 1983 até 1994, e membro da Direcção Nacional da JCP, de 1987 a 1994, e dos seus organismos executivos, de 1989 até 1994. Membro da Assembleia Municipal de Peniche e Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El Rei. É membro do Conselho Directivo da Associação Nacional de Freguesias. É Presidente da Direcção da Associação Jardim de Infância da Serra d'El Rei. É membro da DOR Leiria do PCP. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Jorge Cordeiro

Empregado, 47 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1975. No Comité Local de Lisboa foi responsável por organizações de várias zonas e pelo trabalho de autarquias na cidade. Em 1979 passou a integrar o Plenário da DORL. Foi membro do Executivo e da Comissão Distrital da DORL, responsável pelo trabalho autárquico na ORL. Foi membro da Assembleia Municipal de Lisboa e da Assembleia Metropolitana de Lisboa. Foi membro da Comissão Executiva Nacional do PCP, de 1990 a 1992, e do Conselho Nacional. É membro do Comité Central desde o XII Congresso. Até ao XVI Congresso foi membro da Comissão Política do CC. É responsável pela DOR Santarém e pelas áreas de trabalho de autarquias e ambiente.

Jorge Filipe de Gouveia Monteiro

Licenciado em Direito, 44 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionário do Partido desde 1977. Aderiu à UEC em 1974. Fez parte do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Coimbra em 1975-76. Foi membro da Assembleia Municipal de Lauro, em 1983, e da Assembleia Municipal de Coimbra (1986-90). Foi membro das comissões distritais de Castelo Branco e da Guarda do PCP e dos secretariados das comissões distritais de Viseu e de Coimbra, bem como da DOR Beira Interior e DOR Coimbra. De 1990 a 1994 teve tarefas a nível central na área das autarquias e no Departamento de Propaganda. Vereador na Câmara Municipal de Coimbra. É membro da DOR Coimbra e do seu Secretariado. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

Jorge Guilherme Esteves Pires

Operário metalúrgico, 47 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionário do Partido desde 1980. Foi membro do Conselho Geral dos Trabalhadores da Quimigal, Barreiro. Foi responsável pela célula do PCP na Quimigal, membro do Secretariado e do Executivo da DOR Setúbal, responsável pelas organizações concelhias de Almada, Seixal, Sines e Alcácer do Sal. É membro do Comité Central desde o XII Congresso. Foi membro do Secretariado do Comité Central de 1994 a 1996. Foi membro do Conselho Nacional. É membro da Comissão Política desde 1996.

Jorge Humberto dos Santos

Operário, 39 anos. Membro do Partido desde 1979 e funcionário do Partido desde 1988. Foi membro da UEC e da Comissão Central da JCP. Foi dirigente sindical dos Cerâmicos e da Federação dos Sindicatos da Cerâmica, Cimento e Vidro. Foi da União Sindical de Torres Vedras. É membro do Secretariado do Organismo de Direcção da ORL para os concelhos do Norte e Oeste. Membro da DOR Lisboa e da sua Comissão Distrital.

Jorge Martins

Estudante, 24 anos. Membro da JCP desde 1991 e do PCP desde 1994. Funcionário da JCP. Activista associativo no ensino secundário, foi presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária da Bela Vista, Setúbal. Participou activamente nas lutas contra a Prova Geral de Acesso e as Provas Globais. Foi membro da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário da JCP. Foi membro da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, de 1994 a 1998. É membro da Comissão Política e do Secretariado da Direcção Nacional da JCP.

Jorge Sarabando

Intelectual, 52 anos. Membro do Partido desde 1964 e funcionário do Partido desde 1974. Participou na criação e organização do movimento da juventude democrática no distrito de Aveiro em 1967-68, e em estruturas associativas do Liceu de Aveiro e da Universidade de Coimbra. Foi activista de colectividades de acção cultural. Pertenceu ao Secretariado do II Congresso Republicano, em 1969. É membro da Assembleia Municipal do Porto. Desempenhou tarefas de apoio aos organismos centrais do PCP, é membro da DOR Porto e da Direcção do Sector Intelectual da ORP. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

José Afonso Teles de Figueiredo

Operário metalúrgico, 43 anos. Membro do Partido desde 1978 e funcionário do Partido desde 1980. Foi membro da UJC e da JCP e responsável pela Comissão da Juventude de Figueiró em 1978-79. Foi activista sindical e membro da Comissão de Trabalhadores da Sital, de 1975 a 1979, e colaborador da Direcção do Grupo Cénico e Recreativo de Mangualde, de 1985 a 1990. Foi Presidente da Direcção da Associação Cultural e Recreativa de Figueiró. Foi membro do Conselho Nacional do PCP e foi responsável por organizações concelhias na OR Viseu. É membro do Executivo e do Secretariado da DOR Viseu e responsável pela Organização Regional. Foi cooptado para o Comité Central em 1993 e eleito para o CC no XV Congresso.

José Ângelo Mateus Alves

Intelectual, 29 anos. Membro da JCP entre 1991 e 1999. Membro do Partido desde 1993. Funcionário do Partido desde 1999. Entre 1992 e 1994 foi eleito na Assembleia da Universidade de Coimbra. Entre 1993 e 1995 fez parte da Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra. Entre 1993 e 1999 foi membro da Direcção Nacional da JCP e fez parte da sua Comissão Política e do seu Secretariado. Foi candidato às eleições legislativas, por Coimbra, em 1995, à Assembleia Municipal de Coimbra, em 1997, e ao Parlamento Europeu, em 1999. Foi membro do Executivo da DOR Coimbra do PCP entre 1995 e 1998. Faz parte do Executivo da Secção Internacional e da Comissão junto do CC para o trabalho da juventude.

José António Alves Rosado

Operário químico, 31 anos. Membro do Partido desde Junho de 1999. É membro da Comissão de Trabalhadores da Petrogal desde 1998 e Coordenador da Sub-CT da Refinaria de Sines. É membro da União de Sindicatos de Sines/Santiago e dirigente do Sindicato dos Químicos do Sul desde 1998. Membro da União dos Sindicatos de Setúbal e do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro da Célula da Petrogal do PCP.

José António Brinquete

Empregado, 47 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1976. Foi membro da Assembleia dos três ramos das Forças Armadas (MFA) e fundador da CDAP (Comissão Dinamizadora do Associativismo das Praças da Armada). É membro da Assembleia Municipal de Bragança e do Conselho Fiscal da Associação de Pais da Escola Secundária Abade Baçal. Membro do Secretariado da DOR Bragança do PCP e responsável pela Organização Regional. É membro do Comité Central desde o XV Congresso.

José António Caetano

Caldeireiro, 46 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1979. Pertenceu à Comissão de Trabalhadores da Lisnave, entre 1975 e 1978,

e ao Secretariado da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, em 1975 e 1976. Foi membro do Secretariado da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Setúbal, em 1977 e 1978. Foi membro da Assembleia de Freguesia da Verderena, de 1986 a 1989. Fez parte da célula do PCP na Lisnave, das comissões concelhias de Almada, do Barreiro e da Moita, foi responsável pelo sector sindical da OR Setúbal. É membro do Executivo da DORS, responsável pela Organização Concelhia de Alcochete e pela Coordenadora Regional de Empresas e Sectores. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

José Augusto Esteves

Empregado, 53 anos. Membro do Partido desde 1973 e funcionário do Partido desde 1974. Trabalhou no Movimento Democrático em Leiria desde 1969. De 1972 a Junho de 1974 foi membro da Direcção do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixaeiros do Distrito de Leiria. Depois do 25 de Abril, foi membro da Comissão Concelhia de Leiria do PCP, da Comissão Distrital de Leiria e da DOR Oeste e Ribatejo. É eleito na Assembleia Municipal de Leiria. É membro do Executivo e do Secretariado da DOR Leiria do Partido e responsável pela organização. É membro do Comité Central desde o IX Congresso. Foi membro da Comissão Executiva Nacional, de 1990 a 1992, e do Conselho Nacional.

José Batista Mestre Soeiro

Operário agrícola, 52 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1978. Foi fundador e, de Maio de 1974 a Maio de 1978, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja. Foi membro da DOR Alentejo do PCP, de 1978 a 1983. Entre 1984 e 1988 foi responsável pela OR Beira Interior. É membro do Comité Central desde o IX Congresso. Foi membro da Comissão Executiva Nacional e do Secretariado do CC, de 1990 a 1992, e do Conselho Nacional. É responsável pela Direcção Regional do Alentejo e pela ligação da Comissão Política às organizações regionais de Beja, Évora, Portalegre e Litoral Alentejo. É membro da Comissão Política do CC desde 1983.

José Bento Paleta Fernandes

Operário, 52 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1975. Foi responsável pelas comissões concelhias de Sines, Santiago do Cacém, Grândola e Alcácer do Sal. Foi membro do Secretariado da DOR Beira Interior. É membro do Secretariado e do Executivo da DOR Setúbal. Foi responsável pela Organização Concelhia do Barreiro. É responsável pela Comissão Concelhia do Seixal. É membro do Comité Central desde o IX Congresso.

José Capucho

Empregado, 42 anos. Membro do Partido desde 1975 e funcionário do Partido desde 1986. Foi funcionário da UJC e da JCP, de 1979 a 1986. Foi do MJT (1974), da UEC (1974-78) e da UJC (de 1978 até à criação da JCP), depois integrou a Direcção Nacional da JCP e a sua Comissão Executiva de 1982 a 1986. Foi do Departamento de Juventude da CGTP-IN, de 1984 a 1986. Teve tarefas do Partido a nível central, de 1986 a 1993. É membro do Secretariado, do Executivo e da Comissão Executiva da DOR Setúbal. Foi responsável pelo trabalho sindical na ORS, onde é responsável pela frente de trabalho autárquico. É membro do Comité Central desde o XV Congresso.

José Carlos Gonçalves da Silva

Operário, 39 anos. Membro do Partido desde 1982. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Nova Checos - Cooperativa de Habitação Económica de Caravelos, membro da AG do Clube de Futebol de Sassoeiros, da Assembleia de Freguesia de Caravelos e do Fórum Caravelos. Membro do Executivo da Comissão Concelhia de Casais do PCP e da DOR Lisboa.

José Catalino

Operário, 46 anos. Membro do Partido desde 1977 e funcionário do Partido desde 1981. Membro da Assembleia de Freguesia do Monte de Caparica. Fez parte da Comissão de Trabalhadores da CM Almada, da Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do Concelho de Almada e da União dos Sindicatos de Almada. Integrou o Executivo e o Secretariado da Comissão Concelhia de Almada do PCP e o Executivo da Comissão Concelhia de Setúbal. Foi responsável pela Organização Concelhia de Palmela, pelo Organismo Intermediário do Sul do Distrito de Setúbal e pela Organização Concelhia de Grândola. Foi membro do Executivo e da Comissão Executiva da DOR Setúbal. É responsável pela OR Litoral Alentejano e membro do Executivo da Direcção Regional do Alentejo. É membro do Comité Central desde o XV Congresso.

José Eduardo Bieudo Decq Mota

Professor, 51 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1975. Foi activista do movimento estudantil de Coimbra e da CDE. Participou no movimento cooperativista. Foi eleito delegado do MFA na Guiné. Foi membro da Comissão Concelhia de Coimbra do PCP e posteriormente da Comissão Distrital. Foi deputado à Assembleia Regional dos Açores, de 1984 a 1988. Presidente da Direcção do Clube Naval da Horta desde 1996. Vereador da CDU na CM Horta entre 1997 e Outubro de 2000. Deputado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, desde Outubro de 2000. Foi cooptado, como suplente do Comité Central, em 1980. Eleito membro do CC desde o X Congresso. Foi membro suplente da Comissão Política, de 1988 a Maio de 1990. Foi membro da Comissão Executiva Nacional, de 1990 a 1992, e do Conselho Nacional. É membro da DORA Açores do PCP e responsável pela Organização Regional.

José Eduardo Roque Filipe

Operário metalúrgico, 48 anos. Militante do PCP desde Outubro de 1974 e funcionário do Partido desde Janeiro de 1976. É membro da DOR Porto e faz parte do apoio aos organismos centrais desde 1976.

José Ernesto Cartaxo

Serralheiro mecânico, 57 anos. Membro do Partido desde 1970, fez parte do Comité Sub-Regional do Baixo Ribatejo. Cerca de 2 anos de prisão. Foi membro da Comissão de Trabalhadores e delegado sindical da MEC e da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa. Foi Presidente da Assembleia Municipal e vereador da CM Vila Franca de Xira. É membro das direcções do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa e da Fequimetal, e da Comissão Executiva da CGTP-IN. É membro efectivo do Conselho Económico e Social e do CPCPS. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

José Gonçalo Simão Timóteo

Operário metalúrgico, 48 anos. Membro do Partido desde 1969 e funcionário do Partido desde 1971. Nos anos de 1963 a 1971, no Baixo Ribatejo, militou nas organizações da juventude (MJT) e participou nas campanhas da CDE e lutas contra a guerra colonial. De 1972 a 1974 pertenceu ao Comité Local do Porto do PCP e, posteriormente, à Comissão Distrital do Porto. É membro da Comissão Executiva da DORP. É membro do Comité Central desde o X Congresso.

José Honório Faria Gonçalves Novo

Quadro técnico, 50 anos. Membro do PCP desde 1976. Presidente das direcções do Coral de Letras da Universidade do Porto e do Teatro Experimental do Porto. Vereador do PCP na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, entre 1990 e 1994. Recebeu a medalha de Mérito Municipal de Vila Nova de Gaia. Deputado do PCP, ao Parlamento Europeu, entre 1994 e 1999, e à Assembleia da República, eleito pelo distrito do Porto, em 1999. Membro do Sector Intelectual da OR Porto e da DORP do PCP.

José Jorge Sequeira Martins

Operário, 48 anos. Membro do Partido desde Novembro de 1975, funcionário do Partido desde 1977. Em 1974, militar da Armada, participou

nas operações que conduziram ao 25 de Abril. Foi membro da Coordenadora da Comissão Dinamizadora do Associativismo de Praças e da Assembleia do MFA da Armada. Tem intervindo no movimento popular de base, como membro da Comissão de Moradores em Samora Correia. Desde 1977 exerce tarefas de apoio aos organismos centrais do Partido. Integra o grupo de estudos de Administração Interna.

José Manuel Calado Ferreira Neto

Empregado, 53 anos. Membro do Partido desde 1973 e funcionário do Partido desde 1974. Foi membro da Comissão Concelhia do Barreiro do MDP/CDE, na campanha eleitoral de 1973, e da concelhia do PCP após o 25 de Abril. A partir de 1976, foi membro da DOR Setúbal e da Comissão Sindical Nacional do Partido. Em 1980 integrou o Secretariado da DORS. De 1983 a 1986 foi membro da DORA Madeira, responsável pela Organização. A partir de 1987 passou a desempenhar tarefas a nível central. Integra grupos de estudo nas áreas de Administração Interna e Justiça. É membro do Comité Central desde o X Congresso. Foi membro da Comissão Executiva Nacional, de 1990 a 1992, e do Conselho Nacional.

José Manuel Morais

Intelectual, 35 anos. Membro do Partido desde 1981 e funcionário do Partido desde 1994. Aderiu à UEC em 1977. Foi funcionário da JCP de 1987 a 1994. Foi membro da Direcção Nacional da JCP, de 1987 a 1994, e dos seus organismos executivos, de 1988 a 1994. Foi responsável pela organização da JCP no distrito de Setúbal. Foi membro da Assembleia Geral do Conselho Nacional da Juventude e da Comissão Organizadora do 5.º Encontro Nacional da Juventude. É membro do Executivo da DOR Setúbal e responsável pela Organização Concelhia do Barreiro. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

José Nogueira da Silva Casanova

Operário, 61 anos. Membro do Partido desde 1959 e funcionário do Partido desde 1975. Cinco anos de prisão. Foi membro da União da Juventude Portuguesa. Trabalhou sucessivamente nas organizações do Partido no Couço, na Venda Nova - Amadora e em Lisboa. Emigrou para a Bélgica em 1971, continuando a actividade partidária junto dos emigrantes. Foi Presidente da Associação dos Portugueses Emigrados na Bélgica. Em 1974 regressou a Portugal, integrando a Comissão Concelhia de Oeiras. Foi responsável pela Organização Regional de Lisboa e pelo trabalho do Partido junto da juventude. É membro do Comité Central desde o VIII Congresso. Foi membro do Conselho Nacional. É membro da Comissão Política do CC e director do «Avante!».

José Pedro Silva Rodrigues

Estudante, finalista de Comunicação Social, 23 anos. Membro da JCP desde 1994. Membro do PCP desde 1996. Foi membro da Direcção Nacional da JCP. Funcionário do PCP desde Julho de 2000. Membro da Direcção do Grupo de Alunos de Comunicação Social da Universidade do Minho no mandato 1996-97. É membro da Assembleia Municipal de Matosinhos, da DORP do PCP e da sua Comissão Executiva.

José Rodrigues Antunes

Operário, 45 anos. Membro do Partido desde 1975 e funcionário do Partido desde 1977. Participou em lutas do sector das madeiras, em tarefas sindicais e pertenceu à Direcção do Sindicato dos Marceneiros do Distrito de Braga. Foi membro do Executivo e do Secretariado da DOR Minho do PCP. É membro da Assembleia Municipal de Amares, do Executivo e do Secretariado da DOR Braga do Partido e responsável pela Organização Regional. É membro do Comité Central desde o X Congresso. Foi membro do Conselho Nacional.

Júlio António Delaunay Filipe

Operário, 52 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1976. Foi activista sindical das socioprofissionais da CDE e do Sindicato dos Técnicos de Desenho. Foi membro do OD do Sector Sindical, do OD dos Transportes e do Comité Local de Lisboa do PCP. Foi responsável pela ligação do Sector da Função Pública às comissões concelhias da Amadora e de Cascais. É membro da DORL e do seu Executivo, responsável pelo organismo de coordenação para os Sectores de Empresas dos concelhos da Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra e pelos sectores da Construção Civil e da Limpeza e Vigilância, bem como pela Comissão de Coordenação dos Sectores de Empresas dos Concelhos Ocidentais. Membro do Comité Central desde o IX Congresso.

Júlio Joaquim Bessa Vintém

Operário tipógrafo, 46 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1978. Aderiu ao Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT) em 1974. Foi membro da União da Juventude Comunista (UJC). Formou e foi responsável da célula do Partido na empresa Braz Monteiro, onde trabalhava. Pertenceu à Comissão de Trabalhadores em 1975-76. Na OR Lisboa, foi membro do Executivo e do Secretariado do Organismo de Direcção dos Gráficos, do Secretariado dos Concelhos do Norte e da DORL. É membro do organismo sindical central. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

Leonel Martinho Gomes Nunes

Empregado de hotelaria, 51 anos. Membro do Partido de 1979. Membro da Direcção do Sindicato da Hotelaria da Madeira, da Comissão Executiva da Fesab, do Conselho Nacional da CGTP-IN e do Secretariado da União dos Sindicatos da Madeira. É membro do Secretariado da DORA Madeira do PCP, da Comissão Sindical da DORAM e do seu Organismo Parlamentar. É deputado na Assembleia Legislativa Regional da Madeira. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Lino António Marques de Carvalho

Técnico de contas, 54 anos. Membro do Partido desde 1969. Antes do 25 de Abril, participou no movimento da oposição democrática e foi activista do movimento associativo de estudantes e do movimento cooperativo. Integrou a Comissão Nacional do III Congresso da Oposição Democrática. Foi dirigente do MDP/CDE. Fez parte das comissões organizadoras das conferências da Reforma Agrária, foi responsável dos Secretariados das UCPS/Cooperativas Agrícolas e vice-presidente da Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de produção. É eleito na Assembleia Municipal de Évora e deputado à Assembleia da República, membro das Assembleias Parlamentares do Conselho da Europa e da União da Europa Ocidental, Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Cuba e vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP. É membro do Executivo da DOR Évora. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

Luís Filipe Fernandes da Silva Caixeiro

Empregado do comércio, 22 anos. Membro da JCP desde 1997, do Partido desde 1998 e funcionário do Partido desde Fevereiro de 2000. Faz parte da Direcção Nacional da JCP. É membro do Executivo da DOR Leiria e da Comissão Concelhia de Aboiaça.

Luís Manuel Fernandes

Técnico de telecomunicações, 43 anos. Membro do Partido desde 1976, funcionário do Partido desde 1978. Foi Presidente do Centro Popular de Trabalhadores do Bairro da Serafina e membro da União dos Clubes de Campolide. Fez parte da Assembleia de Freguesia de Campolide. Foi membro da Comissão de Freguesia de Campolide do PCP, do Organismo de Direcção das 3.ª e 4.ª zonas do Comité Local de Lisboa. É membro da Direcção da Organização da Cidade de Lisboa, e do Executivo, Secretariado e Comissão Distrital da DORL. No Executivo da DORL, é responsável pela Organização da Cidade de Lisboa. Membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Luís Pereira Garra

Operário têxtil, 43 anos. Membro do Partido desde 1974. Presidente do Sindicato Têxtil da Beira Baixa, coordenador da União dos Sindicatos de Castelo Branco e membro do Conselho Nacional da CGTP. Presidente da Assembleia Geral da Associação de Pais da Escola BI 1,2 e 3 de S. Domingos. Membro da Assembleia Municipal da Covilhã. Membro do Executivo e do Secretariado da DOR de Castelo Branco do PCP. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Luísa Araújo

Empregada, 53 anos. Membro do Partido desde 1971 e funcionária do Partido desde 1974. Foi activista do Movimento Democrático de Mulheres. Foi membro do Comité Local do Barreiro do PCP e, posteriormente, da Comissão Concelhia do Barreiro. Foi do Executivo e do Secretariado da DOR Setúbal. É membro do Comité Central desde o IX Congresso. Foi membro da Comissão Central de Controlo e Quadros, da Comissão Executiva Nacional, e do Conselho Nacional. Foi membro do Secretariado do Comité Central desde 1983 até ao XVI Congresso. É membro da Comissão Política desde 1996.

Manuel Conceição Mendes

Operário gráfico na CM Braga, 48 anos. Foi dirigente do Sindicato dos Gráficos. É coordenador da Direcção Regional de Braga e vice-presidente da Direcção Nacional do STAL, membro da Direcção da União dos Sindicatos de Braga. Membro da Assembleia Municipal de Braga e da Assembleia de Freguesia de Maximinos. Membro da DOR Braga do PCP.

Manuel Francisco Colaço Camacho

Engenheiro técnico, 45 anos. Membro do Partido desde 1980. Vereador da CM Beja. Presidente da Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão do Ambiente. Tem desenvolvido actividade junto de associações culturais e recreativas. É membro da Comissão Concelhia de Beja do PCP e da DOR Beja. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Manuel Garcia Correia

Electricista, 48 anos. Membro do Partido desde 1979. Dirigente do SIESI e membro do Conselho Nacional da CGTP. Presidente da Frente Anti-Racista. Eleito na Assembleia Municipal de Loures. Membro da DOR Lisboa do PCP. Membro do CC desde o XIV Congresso.

Manuel Gouveia Baptista Alves

Intelectual, 29 anos. Membro do Partido desde 1985. Funcionário da JCP de 1989 a 1996. Funcionário do Partido desde 1996. Foi membro da Direcção Distrital de Lisboa da JCP, da Direcção Nacional da JCP, da sua Comissão Política e Secretariado. Fez parte da Comissão Coordenadora Internacional do XIV Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. Fez parte da Comissão Instaladora das Associações Juvenis no Distrito de Lisboa, do Movimento SOS-Racismo, da Frente Anti-Racista, da Direcção do Conselho Português para a Paz e Cooperação. É membro da Comissão Concelhia da Amadora do PCP e dos seus organismos executivos. Integra o grupo de trabalho para as questões da imigração e minorias étnicas. É colaborador da Secção Internacional do PCP. Membro da DOR Lisboa e da sua Comissão Distrital.

Manuel Gusmão

Professor da Faculdade de Letras de Lisboa e escritor, 54 anos. Membro do Partido desde Maio de 1974, com ligação ao PCP desde Fevereiro de 1971. Foi redactor das revistas «O Tempo e o Modo», «Letras e Artes», «Crítica» e «Seara Nova». Fez parte da Comissão Instaladora Provisória do Sindicato dos Professores, em Maio de 1974, e da sua Comissão Directiva Provisória, eleita no mesmo ano. Foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República (1976-79). Foi membro do Secretariado do Grupo Parlamentar. Faz parte do Conselho Editorial da «Vértice». Foi membro do Conselho da Comunicação Social. É membro da Direcção do Sector Intelectual da OR Lisboa. Foi membro da Comissão junto do CC para o trabalho ideológico e a comunicação. É membro do Comité Central desde o IX Congresso.

Manuel Lopes Valente Rosa

Serralheiro civil, 43 anos. Membro do Partido desde 1979 e funcionário do Partido desde 1990. Foi membro da Comissão de Trabalhadores da Setenave e delegado sindical. Fez parte da Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. Pertenceu à Comissão de Freguesia da Amora do PCP. Foi responsável das células da Siderurgia Nacional e dos Trabalhadores da CM Seixal. É membro do Secretariado e do Executivo da DOR Setúbal e responsável pela Organização Concelhia de Almada. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Manuel Maria Libério Coelho

Intelectual, 32 anos. Membro do Partido desde 1984 e funcionário do Partido desde 1996. Foi funcionário da JCP de 1989 a 1996. De 1984 a 1986, foi membro da Comissão Distrital de Portalegre da JCP. Foi membro da Direcção da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Economia e Gestão e membro da Assembleia e do Senado da Universidade Técnica de Lisboa. Em 1989 foi membro da Direcção da Associação Académica de Lisboa. Foi membro da Direcção do Conselho Nacional da Juventude. Foi membro do Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior e do Executivo e Secretariado da Direcção Nacional da JCP. É Presidente da CM Avis. É membro do Secretariado da Comissão Concelhia de Avis do PCP, do Executivo da DOR Portalegre e da Comissão junto do CC para o trabalho da juventude. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Manuel Paulo Ramos Neto

Motorista, 42 anos. Membro do Partido desde 1974. Foi membro da Direcção Regional de Beja do STAL. É membro do Secretariado da Comissão Concelhia de Mértola do PCP e da DOR Beja. É Presidente da CM Mértola. É membro do Comité Central desde o XV Congresso.

Manuel Rodrigues

Professor, 47 anos. Membro do Partido desde 1975. Membro da Direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro e da Direcção da União dos Sindicatos de Viseu. Presidente das mesas da AG da Confederação Nacional da Agricultura e da Associação de Solidariedade Social de Lafões. Membro da Direcção da Balflores-Secretariado dos Baldios do distrito de Viseu. Tem tarefas no movimento camponês e na área do Ensino, é membro da Comissão junto do Comité Central para as questões da agricultura e da DOR Viseu. Membro do Comité Central desde o XV Congresso.

Manuel Silva Ribeiro Almeida

Operário metalúrgico, 55 anos. Membro do Partido desde 1974. Teve actuação destacada nas greves de 1973 na CEPSA, empresa onde foi delegado sindical e membro da Comissão de Trabalhadores e do Secretariado da célula do PCP. Dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto (actualmente do Norte), desde 1978, é actualmente o seu coordenador. É membro da Direcção da União dos Sindicatos do Porto, do Secretariado da Direcção Nacional da Fequimetal e do Conselho Nacional da CGTP-IN. Foi deputado à AR em 1982. É eleito na Assembleia de Freguesia da Senhora da Hora. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

Manuela Pinto Ângelo

Intelectual, 47 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionária do Partido desde 1976. Membro do Secretariado e do Executivo da DOR Setúbal. Foi responsável pela Organização Concelhia de Almada. É responsável pelas questões da Organização, Sector da Saúde e Áreas Sociais na OR Setúbal. É membro do Comité Central desde o XV Congresso.

Marco António Baeta Jóia

Licenciado em Gestão de Recursos Humanos, 28 anos. Membro do Partido desde 1992. Foi membro da Direcção Nacional da JCP. É funcionário do Partido. É vogal na Junta de Freguesia de Silves. Membro do Executivo da DOR Algarve do PCP e da Comissão Concelhia de Silves, responsável pelas organizações concelhias de Albufeira e Monchique.

Margarida Botelho

Licenciada em Ciências da Comunicação, 24 anos. Participou no Jornal da Escola Secundária Raul Proença «O Irreverente»; trabalhou na «Gazeta das Caldas» e na «Tribuna do Oeste». Participou no «DN Jovem». Fez parte da Comissão Antipropinas na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. Integrou o Secretariado do Movimento «Sim Pela Tole-

rância». Foi membro do colectivo da JCP na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. É deputada à Assembleia da República, integra a Comissão da Educação, Ciência e Cultura e é Presidente da Comissão Parlamentar para a Paridade, Igualdade de Oportunidades e Família. É responsável das organizações regionais de Vila Real e de Bragança da JCP. Representa a JCP na Vice-Presidência da Federação Mundial da Juventude Democrática. É membro da Comissão Política e do Secretariado da Direcção Nacional da JCP. Integra as comissões junto do CC para os problemas e movimento das mulheres e para o trabalho da juventude.

Maria Adelaide Pereira Alves

Empregada de escritório, 45 anos. Membro do Partido desde 1972 e funcionária do Partido desde 1983. Foi membro do MJT e da UJC. Foi delegada sindical da Função Pública e da CT do Hospital Distrital de Torres Vedras, e eleita na Assembleia Municipal de Torres Vedras. Membro da Direcção e do Conselho Nacional do MDM. Membro da Comissão junto do CC para o trabalho de mulheres. Foi da DORL entre 1984 e 1988. Cooptada para a DORL em 1992 e eleita na II Assembleia, é membro do seu Executivo, Secretariado e Comissão Distrital, responsável pelas organizações dos Concelhos do Norte e Oeste e pelo trabalho de mulheres. Membro do Comité Central desde o XV Congresso.

Maria do Carmo Tavares Ramos

Analista química, 52 anos. Membro do Partido desde 1974. Antes do 25 de Abril, participou na Comissão Negociadora da Portaria dos Analistas. Entre 1974 e 1975, fez parte da Comissão de Trabalhadores da Neocel. Participou activamente na realização de eleições e democratização do Sindicato da Indústria Química. Dirigente sindical desde 1975, é Presidente da AG do Sindicato dos Químicos, Farmacêuticos, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas, membro do Conselho Nacional da Fequimetal e da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN. É membro efectivo do Comité Central do Partido desde o XII Congresso.

Maria Celeste Antunes Socio

Operária, 48 anos. Membro do Partido desde 1977. Membro da CT da OGFE, da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores dos EFFA, da Direcção da União dos Sindicatos de Lisboa e do Conselho Nacional da CGTP. É membro do OD do Sector de Empresas e da Direcção da Organização da Cidade de Lisboa e da DORL do PCP. Membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Maria da Conceição Morais Matias

Empregada, 51 anos. Membro do Partido desde 1977 e funcionária do Partido desde 1983. Eleita nas autarquias locais desde 1976, é membro da Assembleia Municipal de Sesimbra e desempenhou, em mandatos anteriores, os cargos de presidente da JF Santiago e presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra. Em 1980 foi deputada à Assembleia da República. Pertenceu à direcção do Sindicato dos Rodoviários do Sul e ao Secretariado da União dos Sindicatos de Setúbal. Pertence ao Conselho e Direcção Nacional do MDM. É membro da Comissão junto do CC para os problemas e a luta das mulheres. É membro do Executivo da DOR Setúbal e responsável pela Organização Concelhia de Sesimbra. É membro do Comité Central desde o X Congresso.

Maria Etelvina Lopes Rosa Ribeiro

Operária vidreira, 45 anos. Membro do Partido desde 1980. É delegada sindical e dirigente do Sindicato da Indústria Vidreira. É membro e responsável da célula do Partido na «Manuel Pereira Roldão», actualmente «Mandata». É membro do Conselho Nacional do MDM. É membro da Comissão Concelhia da Marinha Grande e da DOR Leiria do PCP, e da Comissão junto do CC para os problemas e luta das mulheres. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

Maria de Fátima Marques Messias

Empregada, 38 anos. Membro do Partido desde 1989. Membro da Célula da Cimpor (fábrica de Alhandra). Membro da CT da Cimpor e da Comissão Coordenadora das CTs da Região de Lisboa (CIL). Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmicas, Cimentos e Similares do Sul e da Federação do sector, bem como da Direcção Distrital da USL e do Conselho Nacional da CGTP-IN. Fez parte da Assembleia de Freguesia de Moscavide. Membro da Comissão junto do CC para os problemas e movimento de mulheres.

Maria Fernanda Santos Cardoso Mateus

Operária têxtil, 41 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionária do Partido desde 1979. Em 1976 militou na UJC na Amadora e pertenceu à Concelhia da UJC de Oeiras. Foi vogal na JF Odívelas e membro da Assembleia Municipal de Loures. Foi da Direcção Nacional do MDM. Pertenceu ao Executivo da Comissão Concelhia de Loures do PCP e à DOR Lisboa. É membro do Comité Central desde o X Congresso. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. É membro da Comissão Política desde 1996.

Maria Ilda Costa Figueiredo

Economista e professora, 52 anos. Membro do Partido desde 1974. Foi técnica do Sindicato Têxtil do Porto e da União dos Sindicatos do Porto. Foi deputada à Assembleia da República, entre 1979 e 1991, vereadora da CM Gaia, de 1982 a 1990, e vereadora da CM Porto, entre 1993 e 1999. Foi da Direcção do Sector Intelectual do Porto, da Comissão Concelhia de Gaia e da Direcção da Cidade do Porto do PCP. É deputada ao Parlamento Europeu desde 1999. É membro da Direcção Regional do distrito do Porto e membro da DIRN. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Maria Leonor Horta Barão

Empregada, 45 anos. Membro do Partido desde 1975. Foi activista da CDE antes do 25 de Abril no Seixal e foi membro da Comissão Concelhia do PCP. Foi membro da Direcção da Organização da Cidade de Lisboa, responsável pela Zona Ocidental. É membro da DOR Lisboa e da sua Comissão Distrital, responsável pelo Sector de Empresas da Amadora e membro da Comissão Concelhia da Amadora e do seu Executivo.

Maria Leonor Maia Xavier

Operária agrícola, 50 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionária do Partido desde 1981. Participou na Reforma Agrária e na sua defesa e foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Portalegre entre 1976 e 1981. É eleita na Assembleia Municipal do Crato. Foi membro do Executivo da DOR Alentejo. Actualmente integra o Executivo e o Secretariado da DOR Portalegre e é responsável pela Organização Concelhia de Avis. É membro do Comité Central desde o X Congresso.

Maria de Lurdes Azeredo Rocha

Empregada, 45 anos. Militante do PCP desde 1974 e funcionária do Partido desde Junho de 1993. Foi fundadora da UJC, membro da Comissão de Trabalhadores da SEPSA e da Coordenadora das CTs do Porto. É membro da DOR Porto do PCP, e dos organismos para a área sindical e sectores profissionais.

Maria Manuela Antunes da Silva

Professora, 52 anos. Membro do Partido desde 1969. Foi dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras do Porto entre 1969 e 1970. Foi presidente do Conselho Directivo da Escola EB 2.3 Fernando Pessoa, em Santa Maria da Feira. É coordenadora das áreas sindicais de S. João da Madeira e Santa Maria da Feira do Sindicato de Professores do Norte. É membro do Conselho Nacional da Feuprof e vice-presidente do Instituto Irene Lisboa. Foi membro da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, entre 1976 e 1989, e cabeça-de-lista à CM, nas eleições de 1979 e 1993. Foi cabeça-de-lista da CDU por Aveiro nas legislativas de 1995. É membro do Secretariado Nacional do MDM. É membro da Comissão Concelhia de Santa Maria da Feira do PCP e da Comissão Executiva da DOR Aveiro, responsável pela frente de trabalho das mulheres. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

A eleição do Comité Central

Maria Manuela Mendes Cruz Bernardino

Intelectual, 56 anos. Membro do Partido desde 1961 e funcionária do Partido desde 1970. Dirigente da Pró-Associação dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa e da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, durante a luta estudantil de 1962. Fez parte, designadamente, da Comissão Distrital de Lisboa da CDE, representando o Movimento Democrático de Mulheres, em cuja criação participou. Participou também na criação e actividade da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. Após o 25 de Abril foi membro das comissões concelhias do Porto, Aveiro e Coimbra do PCP. É da Secção Internacional do Partido desde 1981. É membro do Comité Central desde o XII Congresso. É membro da Comissão Central de Controlo.

Maria Manuela Nunes Prates

Operária têxtil, 49 anos. Membro do Partido desde 1977. Dirigente sindical da indústria têxtil, faz parte da Direcção Distrital da União dos Sindicatos de Lisboa. Membro da célula dos dirigentes sindicais têxteis do PCP, e da DORL. Membro do Comité Central desde o XV Congresso.

Maria Natália Gomes Filipe

Enfermeira, 34 anos. Membro do Partido desde 1985. Pertenceu à Direcção do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses. Fez parte da Comissão Nacional dos Enfermeiros do Partido. É deputada à AR. É membro da Direcção do Sector da Saúde da ORL e da DOR Lisboa.

Maria Odete dos Santos

Advogada, 59 anos. Membro do Partido desde 1974. Integra o Conselho Nacional do MDM e é Presidente do Núcleo de Setúbal da Associação de Amizade Portugal-Cuba. É membro da Assembleia Municipal de Setúbal. Recebeu a Medalha de Honra da Cidade de Setúbal e a Condecoração de Grande Cavaleiro da Ordem do Infante D. Henrique. É deputada à Assembleia da República. É membro da Comissão junto do CC para os problemas e movimento das mulheres e da DOR Setúbal.

Maria da Piedade Morgadinho

Intelectual, 67 anos. Membro do Partido desde 1954 e funcionária do Partido desde 1957. Foi membro da Comissão Central do MUD Juvenil. Trabalhou no Rádio Portugal Livre de 1963 a 1974. Foi membro da DOR Oeste e Ribatejo e da DOR Lisboa. Tem desenvolvido tarefas a nível central, particularmente relacionadas com cursos de formação de quadros. É membro do Comité Central desde o VIII Congresso. É membro da Comissão Central de Controlo.

Maria Rosa Monteiro Rabiais

Empregada, 48 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionária do Partido desde 1974. Foi delegada sindical desde 1971 e em Maio de 1974 é eleita para o Secretariado da Comissão de Delegados do Distrito de Lisboa do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Foi membro do Executivo e da Comissão Distrital da DOR Lisboa e responsável pelo sector sindical. É membro do Comité Central desde o VIII Congresso. Foi membro do Secretariado do Comité Central desde 1996 até ao XVI Congresso.

Maria Teresa de Azevedo Ferreira Lopes

Professora do Ensino Secundário, 49 anos. Membro do Partido desde 1971 e funcionária do Partido desde 1973. Militou na Organização da Faculdade de Letras até à fundação da UEC, da qual fez parte. Depois do 25 de Abril foi membro da Comissão Distrital de Braga do PCP e em Junho de 1978 passou a fazer parte do Comité Local do Porto. É membro da Comissão Executiva da DOR Porto e responsável pela área de trabalho das autarquias na ORP e pelo Organismo Intermédio das Organizações da Maia, Valongo, Póvoa do Varzim, Santo Tirso, Vila do Conde e Trofa. É membro do Comité Central desde o IX Congresso.

Mário Augusto Dias Sousa

Professor, 52 anos. Membro do Partido desde 1975. Foi Presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória da Pontinha e vice-presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária de Vila Real de Santo António. Foi membro do Conselho Regional e dos corpos gerentes do Sindicato dos Professores da Zona Sul e da União dos Sindicatos do Algarve. É vereador da CM Vila Real de Santo António. Foi responsável pela célula do Partido na Direcção-Geral de Desportos em 1977-78 e fez parte do Grupo de trabalho junto do CC para o desporto. É membro do Executivo da DOR Algarve, responsável pelas organizações concelhias de Vila Real de Santo António e Castro Marim. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Mário Machado da Costa

Operário, 50 anos. Membro do Partido desde 1975 e funcionário do Partido desde 1979. Foi delegado sindical na empresa «SIC» e membro da Comissão Instaladora da União Sindical Local de Felgueiras. Foi membro do organismo interconcelhos e do organismo interconcelho do Vale do Tâmega. Foi membro da DOR Porto. É membro do Secretariado da DOR Vila Real e responsável pela Organização Regional. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

Mário Wrem Abrantes da Silva

Engenheiro silvicultor, 50 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionário do Partido desde 1977. Participou na campanha eleitoral da CDE, em 1969, e foi dirigente da Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Agronomia. Foi preso em 1973, libertado com o 25 de Abril. Foi dirigente do MDP/CDE no distrito de Lisboa. Integrou o Organismo dos Concelhos do Norte da OR Lisboa do PCP, de 1977 a 1979. É membro da DORA Açores. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

Martinho José Baptista

Operário, 44 anos. Membro do Partido desde 1975, foi da Comissão Concelhia da Amadora, do seu Secretariado e Executivo. É funcionário do Partido desde 1981. Foi delegado sindical e membro da CT da Bertrand e do Conselho de Trabalhadores da Amadora. Membro dos Corpos Gerentes da Voz do Operário. Membro da Direcção da Cidade de Lisboa do PCP, responsável pela Zona Oriental, membro da DORL e da sua Comissão Distrital. Membro do Comité Central desde o XV Congresso.

Miguel Alexandre Madeira

Empregado, 22 anos. Membro da JCP desde 1996 e do PCP desde 1998. Frequentou a Casa Pia de Lisboa, entre 1988 e 1996, onde concluiu os cursos técnico-profissionais de Administração e Comércio e de Técnico de Contabilidade. Foi membro da União de Alunos da Casa Pia de Lisboa. É colaborador do Jornal «O Casapiano» e do programa «A Voz do Casapiano», na Voz de Lisboa da Rádio Renascença. Faz parte da Direcção do Casa Pia Atlético Clube. Integrou a Comissão do Associativismo do Conselho Nacional de Juventude, Representa a JCP no Conselho de Representantes Permanentes do CNJ. É membro da Comissão Política e do Secretariado da Direcção Nacional da JCP.

Miguel Domingos Condeça Ramalho

Empregado, 39 anos. Membro do Partido desde 1983. Funcionário do Partido. É Presidente da Junta de Freguesia de Santiago Maior, membro do Conselho Directivo e Coordenador da Delegação Distrital de Beja da Ana-fre. É Presidente da Mesa da AG da Casa do Povo de Penedo Gordo e da Associação de Pais da EB 2,3 de Santiago Maior. É membro da Direcção da Organização Regional de Beja, responsável pela área de trabalho autárquico e pela Organização Concelhia de Beja.

Nuno Costa

Operário, 30 anos. Membro do Partido desde 1992. Membro da JCP de 1986 a 1997 e funcionário da JCP de 1991 a 1997. Funcionário do Partido. Foi representante da JCP na Assembleia Geral do Conselho Nacional de Juventude. Foi membro da Comissão Política e do Secretariado da Direcção Nacional da JCP. É membro do Executivo da DOR Setúbal. É membro do Comité Central desde o XV Congresso.

Nuno Ferreira Rilo

Professor Auxiliar do Departamento de Engenharia Mecânica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 45 anos. É membro do Centro de Engenharia Mecânica da Universidade de Coimbra. É Coordenador do Ensino Superior na Direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro e do Departamento do Ensino Superior da Feprof. Faz parte da Direcção do Sector Intelectual da OR Coimbra, da Comissão Concelhia de Coimbra e da DOR Coimbra.

Octávio Augusto

Operário, 39 anos. Membro do Partido desde 1975 e funcionário do Partido desde 1986. Foi membro da UEC de 1974 a 1978 e da JCP de 1979 a 1986. Foi funcionário da JCP de 1980 a 1986. Fez parte do Secretariado da Direcção Nacional da JCP. Foi Presidente da Associação de Estudantes da Escola Industrial e Comercial de Vila Franca de Xira e coordenador das Associações de Estudantes de Vila Franca de Xira. Foi membro da Direcção da Frente Anti-Racista. Como funcionário do Partido tem tido tarefas a nível central. É responsável do Departamento de Propaganda desde 1993. É do Executivo da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira. É membro do Comité Central desde o XV Congresso.

Octávio Augusto Teixeira

Economista, 56 anos. Membro do Partido desde 1974. Participou no movimento estudantil de 1962 e fez parte da Direcção da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Integrou a Direcção do Sindicato dos Comercialistas (Economistas) e posteriormente pertenceu à Comissão Organizadora e à 1.ª Direcção da Associação Portuguesa de Economistas. Depois do 25 de Abril, integrou o Organismo dos Bancários de Lisboa. É deputado à Assembleia da República e Presidente do Grupo Parlamentar do PCP. É membro do Comité Central desde o XII Congresso. Foi membro do Conselho Nacional. É membro da Comissão Política do CC.

Paulo Alexandre Raimundo

Operário, 24 anos. Membro do Partido desde 1994, da JCP desde 1991. Foi membro da Associação de Estudantes da Escola Secundária da Bela Vista, Setúbal. Eleito na Assembleia Municipal de Setúbal. Membro do Secretariado e da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP. Membro da Comissão junto do CC para o trabalho da juventude. Membro da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP e da DORS. É membro do Comité Central desde o XV Congresso.

Paulo Valério Loya

Operário, 37 anos. Membro do Partido desde 1980 e funcionário do Partido desde 1987. Fez parte da AE da Escola Secundária de Odivelas. Foi Presidente da Assembleia Geral de uma IPSS de Ramada. Foi membro do Secretariado da Direcção Distrital de Lisboa, da Comissão Executiva e do Secretariado da Direcção Nacional da JCP. É membro da Comissão Concelhia de Loures, do seu Executivo e Secretariado. Foi responsável das comissões concelhias de Odivelas e Cascais. Membro da DORL, do seu Executivo e Comissão Distrital e responsável pelo Concelho de Loures. Membro do Comité Central desde o XV Congresso.

Pedro Guerreiro

Psicólogo, 34 anos. Membro da JCP de 1981 a 1983 e do Partido desde 1984. Participou em actividades associativas no ensino secundário, nomeadamente na Escola Secundária Pedro Nunes. Fez parte da Direcção da Associação «Os Pioneiros de Portugal» entre 1984 e 1997. Pertenceu à célula dos trabalhadores da CM Loures. Desde 1997, integra o secretariado de apoio aos deputados do PCP no Parlamento Europeu.

Raimundo do Céu Cabral

Operário agrícola, 53 anos. Membro do Partido desde 1972 e funcionário do Partido desde 1974. De 1972 a 1974 fez parte da Organização Local de Alpiarça. Após o 25 de Abril foi membro da Comissão Concelhia de Alpiarça, da Comissão Distrital de Santarém e da DOR Oeste e Ribatejo. Foi responsável pela OR Santarém de 1979 a 1991. É membro do Executivo e do Secretariado da DOR de Évora, e responsável pela Organização. Foi membro suplente da Comissão Política do Comité Central, de 1979 a 1983, e membro efectivo, de 1983 a 1990. É membro do Executivo da Direcção Regional do Alentejo. Foi membro da Comissão Executiva Nacional, de 1990 a 1992, e do Conselho Nacional. É membro do Comité Central desde o VIII Congresso.

Ricardo Oliveira

Intelectual, 29 anos. Membro do Partido desde 1992 e funcionário do Partido. Foi membro da JCP de 1991 a Janeiro de 2000 e funcionário da JCP de 1992 a Janeiro de 2000. Dirigente da Secção Autónoma do Desporto da AEISEG, em 1991-92, e membro da Assembleia de Representantes do ISEC de 1993 a 1995. Membro do Conselho Nacional de Educação, de 1996 a 1998, e da Direcção do Conselho Nacional de Juventude, de 1997 a 1998. Foi membro do Secretariado e da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP. É membro do Executivo da DOR Santarém, da Comissão junto do CC para os problemas da toxicoddependência, responsável pelas organizações concelhias de Almeirim e Benavente. É membro do Comité Central desde o XV Congresso.

Rosa Saúde Coelho

Operária, 47 anos. Membro do Partido desde 1975. Dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco. Coordenadora da delegação da União dos Sindicatos de Lisboa em Vila Franca de Xira. Membro do Organismo de Direcção do sector de empresas e da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira. Membro da DOR Lisboa.

Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva

Jornalista, 56 anos. Membro do Partido desde 1970 e funcionário do Partido desde 1974. Participou activamente desde 1960 no movimento da Oposição Democrática e no movimento estudantil. Foi preso pela PIDE várias vezes. Em 1973, foi eleito para a Comissão Central da CDE e, depois de Abril de 1974, para a Comissão Central do MDP/CDE. Foi chefe de Redacção do «Avante!» de 1974 a 1995. Foi deputado à Assembleia da República. Foi membro da Comissão Executiva Nacional, de 1990 a 1992, e do Conselho Nacional. É membro do Comité Central desde o IX Congresso.

Rui Fernandes

Empregado, 40 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionário do Partido desde 1980. Foi membro da UEC em 1975-76. Fez parte da Associação de Estudantes da Escola Secundária Marquês de Pombal. É membro da Direcção da Associação de Pais da Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira e da Assembleia de Freguesia da Amora. Integra o grupo de estudos do Partido na área da Defesa Nacional. Fez parte do Executivo e do Secretariado da Comissão Concelhia de Cascais. Desde 1983 tem tarefas a nível central. É membro do Comité Central desde o XV Congresso.

Rui Manuel Neto Paixão

Operário, 51 anos. Membro do Partido desde 1974. Pertenceu à Comissão Intersindical da Lisnave. Foi membro da Assembleia Municipal do Barreiro e da Assembleia da Área Metropolitana de Lisboa. É coordenador da União dos Sindicatos de Setúbal, membro da Direcção da Fequi-metal e da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN. É membro da Comissão Executiva da DOR Setúbal do PCP e do organismo para o trabalho sindical da ORS. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

Rui Pedro de Araújo e Sá

Engenheiro, 37 anos. Membro do Partido desde 1979. Foi membro da UEC desde 1977 e da JCP até 1988. Foi funcionário da JCP de 1981 a 1982 e fez parte da Comissão Central da JCP de 1979 a 1988. Foi membro da Associação «Pioneiros de Portugal» entre 1975 e 1977. É membro da Direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP e da DOR Porto. Foi membro da Assembleia Municipal do Porto e actualmente é vereador da CM Porto. É membro do Comité Central desde o XV Congresso.

Saul Feteira Fragata

Operário, 54 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1987. Foi Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Leiria e membro da União dos Sindicatos de Leiria e da Federação dos Sindicatos Metalúrgicos. Faz parte da Assembleia Municipal da Marinha Grande e do Executivo da DOR Leiria do PCP. É membro do Comité Central desde o XII Congresso.

Serafim Brás da Silva

Operário agrícola, 46 anos. Membro do Partido desde 1975 e funcionário do Partido desde 1977. Pertenceu à Direcção da Associação Desportiva e Cultural de Freixo-de-Espada-à-Cinta e da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Mirandellenses. Foi membro da Assembleia Municipal de Freixo-de-Espada-à-Cinta, é eleito na Assembleia Municipal de Matosinhos. Foi membro da Comissão Distrital de Bragança e do Executivo e Secretariado da DOR Trás-os-Montes do PCP, do Executivo e Secretariado da DOR Bragança e responsável pela respectiva organização. É membro da DOR Porto e da sua Comissão Executiva. É membro do Comité Central desde o X Congresso. Foi membro da Comissão Executiva Nacional e do Conselho Nacional.

Sérgio Manuel de Sousa Teixeira

Operário gráfico, 50 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1977. Foi activista sindical e do Movimento da Juventude Trabalhadora. Foi delegado sindical e membro da Comissão Intersindical da Ambar. Foi membro da Assembleia Municipal de Chaves de 1979 a 1983. Encabeçou a lista à CM Gondomar em 1986, tendo sido vereador. Foi membro da Assembleia Municipal de Gondomar. Fez parte das direcções das organizações regionais do Norte, Trás-os-Montes, Porto e Beira Litoral. Foi membro da DOR de Aveiro e responsável pela respectiva organização. É membro do Comité Central desde o IX Congresso. Foi membro suplente da Comissão Política de 1988 até 1990. Foi membro da Comissão Executiva Nacional, de 1990 a 1992, e do Conselho Nacional. É membro do Secretariado da DOR Coimbra, responsável pela Organização Regional. É membro da Comissão Política do Comité Central, responsável pela ligação às organizações regionais de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda e Viseu.

Sérgio Ribeiro

Professor universitário, 64 anos. Membro do PCP desde 1974. Membro da Assembleia Municipal de Ourém. Foi deputado à Assembleia da República. Foi Consultor-Chefe da Missão BIT/OIT em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e outros países africanos. Foi Director-Geral do Emprego. Deputado no Parlamento Europeu, de 1990 a 1999, foi gestor de 1994 a 1999. Foi membro de várias Comissões do PE e do Intergrupo do PE para as questões de Timor-Leste. É membro da Comissão Concelhia de Ourém do PCP e da DOR Santarém.

Valdemar Santos

Intelectual, 53 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionário do Partido desde 1977. Foi activista do MDP/CDE. Foi responsável pelas organizações concelhias de Alcochete, Moita, Montijo, Sesimbra e Setúbal. Membro do Secretariado e do Executivo da DOR Setúbal, é responsável pela Organização Concelhia de Palmela. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Vanessa Silva

Estudante, 23 anos. Membro do Partido desde 1995. Membro da JCP desde 1993. Foi membro da Direcção do Conselho Nacional da Juventude entre 1998 e 2000. É representante da JCP na AG no Conselho de Representantes do CNJ. Eleita na Assembleia Municipal do Seixal. Integra a Comissão junto do CC para o trabalho da juventude. Membro da DOR Setúbal do PCP e da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP. É membro do Comité Central desde o XV Congresso.

Vasco Cardoso

Estudante, 23 anos. Membro da JCP desde 1993 e do PCP desde 1996. Foi Presidente da AE da Escola Secundária Campos Melo, da Covilhã, entre 1993 e 1995. Fez parte da Direcção da Associação Académica na Universidade da Beira Interior em 1996-97 e foi Presidente da sua Direcção entre 1998 e 2000. Foi membro do Senado da Universidade da Beira Interior entre 1997 e 1999. É Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Alunos da Associação Académica da UBI e representante dos Estudantes do Ensino Superior no Conselho Nacional de Educação. É eleito na Assembleia Municipal da Covilhã, colabora no jornal «O Interior» e é director da secção de andebol da Associação Desportiva da Estação (Covilhã). É membro do Colectivo da UBI da JCP, da Comissão Regional Castelo Branco, do Secretariado da Direcção Central da Organização do Ensino Superior e da Direcção Nacional. É membro da DOR Castelo Branco do PCP.

Vicente José Rosado Merendas

Operário, 52 anos. Membro do Partido desde 1975. Foi membro da Assembleia Municipal da Moita. Dirigente sindical e membro da Comissão de Trabalhadores da Lisnave. É membro da Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval e do Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Setúbal. Deputado à Assembleia da República. Membro do Executivo e do Secretariado da Comissão Concelhia de Almada, responsável pelas células da Lisnave e do Arsenal do Alfeite e membro da DOR Setúbal. É membro do Comité Central desde o XIV Congresso.

Virgílio Manuel França Azevedo

Operário metalúrgico, 45 anos. Membro do Partido desde 1972 e funcionário do Partido desde 1977. De 1971 a 1977 militou no MJT e na UJC, tendo sido funcionário, de 1974 a 1977, e membro da Comissão Central da UJC. Foi membro do Executivo e do Secretariado da DOR Setúbal. É membro do Comité Central desde o X Congresso. Foi membro da Comissão Central de Controlo. É membro do Secretariado do CC desde 1996.

Vitor Luís Cabral de Castro

Operário, 59 anos. Membro do Partido desde 1975 e funcionário do Partido desde 1977. Foi delegado sindical e membro da Comissão Intersindical e da Comissão de Trabalhadores da «José Esteves, Ida». Foi membro do Organismo de Direcção da Construção Civil da OR Lisboa do PCP, do Comité Local de Lisboa e da Comissão Distrital da DORL. Fez parte do Executivo e do Secretariado da Comissão Concelhia da Amadora. É membro do Secretariado e do Executivo da Comissão Concelhia do Barreiro e da DOR Setúbal. É membro do Comité Central desde o IX Congresso.

Vitor Manuel Caetano Dias

Intelectual, 55 anos. Membro do Partido desde 1973 e funcionário do Partido desde 1976. Foi dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa em 1966-67. A partir de 1969 foi membro de diversas estruturas da CDE de Lisboa. Foi dirigente do MDP/CDE até 1976. Entre 1976 e 1990 teve no Partido tarefas centrais ligadas à Informação e Propaganda. É membro do Comité Central desde o IX Congresso. Foi membro do Conselho Nacional. É membro da Comissão Política do CC desde Maio de 1990.

Vitor Manuel Domingues Barata

Caldeireiro, 40 anos. Membro do Partido desde 1979. Em 1974 aderiu à UEC. Fez parte da primeira Direcção Nacional da JCP. É membro da CT do Arsenal do Alfeite e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas. É membro da célula do Arsenal do Alfeite, da Comissão Concelhia de Almada e da DOR Setúbal do PCP.

Vitor Manuel Martins

Agricultor, 37 anos. Membro do Partido desde 1983 e funcionário do Partido desde 1987. Foi membro da Direcção Nacional da JCP. Faz parte da Associação Distrital dos Agricultores de Bragança e da Associação dos Produtores de Castanha da Terra Fria. Faz parte das comissões junto do CC para o trabalho camponês e da juventude. É membro da DOR de Trás-os-Montes e Alto Douro e responsável a nível regional pela área do trabalho camponês.

Organismos executivos do CC

O Comité Central eleito no XVI Congresso, realizou a sua primeira reunião no dia 9 de Dezembro, para eleição dos Organismos Executivos e do Secretário-Geral do Partido

Secretário-Geral do PCP



Carlos Carvalho

Comissão Política



Agostinho Lopes



António Abreu



António Lopes



Armindo Miranda



Bernardino Soares



Carlos Carvalho



Domingos Abrantes



Fernanda Mateus



Francisco Lopes



Jerónimo de Sousa



Jorge Cordeiro



Jorge Pires

Secretariado



Agostinho Lopes



Albano Nunes



Carlos Carvalho



José Casanova



José Neto



José Soeiro



Luísa Araújo



Maria Rosa Rabiais



Domingos Abrantes



Euclides Pereira



Francisco Lopes



Octávio Teixeira



Paulo Raimundo



Sérgio Teixeira



Vítor Dias

Comissão Central de Controlo



Jorge Cordeiro



Rui Fernandes



Virgílio Azevedo



Armando Morais



Aurélio Santos



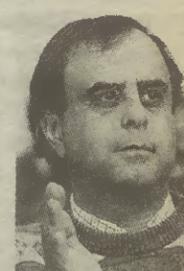
Carlos Aboim Inglez



Carlos Costa



Carlos Gonçalves



Carlos Humberto



Conceição Morais



Francisco Pereira



Manuela Bernardino



Maria P. Morgadinho



Raimundo Cabral



Teresa Lopes

Resultado da eleição:

A Comissão Política do Comité Central foi eleita com seis abstenções.

O Secretariado do Comité Central foi eleito com uma abstenção.

A Comissão Central de Controlo foi eleita com quatro votos contra e dez abstenções.

O Secretário-Geral do Partido, camarada Carlos Carvalho (que entendeu não votar a sua própria eleição), foi eleito com quatro abstenções.



Comunicação

Francisco Silva

Os avanços científicos e tecnológicos constituem sempre oportunidades e, ao mesmo tempo, perigos para as sociedades e para os diversos interesses constituídos. E, com frequência, os lados – ou as «caras» – de uma descoberta ou invenção que podem ser bons para as classes que detêm os poderes político e económico podem, pelo contrário, aparecer como negativos para os trabalhadores e para



Tecnologias que só têm vantagens?

as outras camadas populares. E vice-versa, os lados – ou as «coroas» – que podem aparecer como negativos para as classes que detêm os poderes político e económico podem, por sua vez, apresentar-se como negativos para os trabalhadores e para as outras camadas populares.

No caso dos actuais avanços nos sistemas comunicacionais – fundamentalmente o telefone móvel e a Internet –, a nova situação não tem sido coerentemente considerada de uma forma em que seja visível a clássica clivagem classista das oportunidades e perigos que todos os artefactos, toda a tecnologia, parece encerrar em si. Pelo contrário, o que parece estar a prevalecer nos mais diversos quadrantes sociais e políticos é serem os novos meios de comunicação, no essencial, prolongamentos do *homo sapiens sapiens* não só adequados como indispensáveis ao viver – à qualidade de vida – da generalidade das populações no «mundo novo» que está a nascer e que vai sendo designado, entre outras coisas, por sociedade da informação.

Um aparente unanimismo é o que é, dirão os mais críticos. Outros, contudo, lembrarão que regra geral sempre foi assim com os meios de comunicação. Por exemplo, ainda hoje, no nosso e noutros países, em plena fase de liberalização do mercado das telecomunicações e após a privatização um pouco por toda a parte dos operadores de telecomunicações, quando o acesso ao telemóvel se tornou em algo corrente para toda a sociedade, num ambiente destes, não foi deitado fora, e ainda bem, o conceito de serviço universal para o telefone fixo – mesmo que a um certo contragosto dos mais puristas de entre os defensores do funcionamento «livre» dos mercados e inclusivamente a contravapor de quem argumenta haver já mais telemóveis do que linhas telefónicas fixas (uma falácia, pois ainda existe uma quantidade considerável de pessoas que dispõem apenas de telefone fixo, nomeadamente as mais idosas).

É isso, o telefone, ao contrário das outras tecnolo-

gias parece só ter vantagens, não apresenta desvantagens. Por isso, por toda a parte, o acesso ao serviço telefónico se transformou durante a segunda metade do século XX num direito reconhecido a toda a gente e, consequentemente, num dos alvos das políticas de desenvolvimento.

Sim, isto em oposição ao que aconteceu, e acontece, por exemplo, com as tecnologias de mecanização e automatização dos processos de fabrico: ao mesmo tempo que libertam o trabalhador de tarefas fisicamente violentas e/ou de tarefas estupidamente simples e repetitivas, expulsam-no do mercado de trabalho. Já no século XIX os luditas, em Inglaterra, se opuseram a este processo, bem como, em França, os *sabots* foram utilizados para sabotar o funcionamento das máquinas.

Ah, talvez com o telefone móvel também se dê uma coisa semelhante. Afinal o telemóvel não passaria quase de um mero telefone, como se afirma a propósito deste fenómeno. Parece pois que o seu emprego constitui basicamente um bem para todos, que apresenta apenas vantagens.

E com a Internet, ao fim e ao cabo, parece dar-se outra vez um fenómeno semelhante. O e-mail, já se sabe, como se afirma, a simplificar, a propósito, agora, deste fenómeno, é uma nova maneira de trocar cartas – o correio também só apresentando vantagens. A pesquisa e consulta da informação disponibilizada pelos «páginas» dos sites poderá ainda, potencialmente, trazer mais vantagens do que a comunicação social: podemos ir também com facilidade às fontes, sem necessidade de intermediários e manipulações! O problema, a pena, é ser só uma minoria a conhecê-la e à Internet ter acesso. Há que promover condições de acesso a todos. E ainda há os canais de bate-papo (chats) e os grupos de discussão, a promoverem a comunicação e o debate «online», em complemento às reuniões e aos encontros presenciais. Aliás, é uma característica da Internet a promoção da multiplicação das possibilidades de comunicação.

É claro: as coisas não são tão radiosas e simples assim. Todos o sabemos. Mas esta é também uma maneira de argumentar, e não desprovida de realidade.

Pontos Cardeais

Mistérios

Um dos repórteres televisivos ao Congresso do PCP resolveu descobrir um «furo» jornalístico no pedido feito no sábado pela mesa do Congresso a todos os presentes no Pavilhão Atlântico – delegados e convidados – para que se retirassem da sala porque era necessário proceder à reorganização do mobiliário para a sessão seguinte, a reservada aos delegados para eleição do Comité Central. O que aquilo fez espécie ao jovem repórter! Sibilando ironia na voz, lá foi mostrando imagens de camaradas a deslocar mesas e a movimentar cadeiras, ao mesmo tempo que, num tom entusiasticamente conspirativo, colava às deambulações mostradas pela câmara frases do tipo «não ficou nada por espreitar», «as operações foram rigorosamente interditas a toda a gente» e etc., etc., como se a reorganização de uma sala pudesse constituir mais uma misteriosa «cabala comunista».

O jovem repórter estranhou tudo: as movimentações, as espreitadelas por baixo das mesas, o arrastar dos móveis, a interdição da sala durante esta «misteriosa» operação. Só não reparou que se estava a fazer exactamente o que havia sido anunciado – a rearrumação da sala desimpedida de gente, para facilitar a operação – e que tal «manobra» tinha tanto mistério... que até lha deixaram filmar!

Demissões

Para se demitir, «basta uma palavra de Guterres», afirmou o ministro do Ambiente, Armando Vara, na sequência da actual barracada em que deu a Fundação de Prevenção e Segurança que

criou quando era secretário de Estado.

Também era só o que faltava, que fosse necessário mais do que uma palavra a Guterres para demitir seja quem for que integre o governo que tutela (ou não será assim?!...).

De qualquer modo, a garantia de Armando Vara sobre esta sua disponibilidade para acatar o eventual despedimento do Governo através da palavra de Guterres não será, propriamente, para levar à letra. Pelo menos enquanto não se souber se esta sua afirmação foi realmente uma afirmação ou não será – mais uma vez e como já aconteceu numa entrevista à Rádio Renascença, exactamente sobre a mesma questão da sua eventual demissão – um simples «desabafo» *off record*...

Vitória?

Ficou tudo muito entusiasmado com a «vitória de Nice» pretensamente obtida por Portugal na cimeira dos 15 da União Europeia realizada nesta cidade francesa. Segundo o foguetório que por aí vai, Portugal terá batido o pé à pretensão francesa de liquidar qualquer representatividade aos países pequenos e médios da União, tendo obtido mais dois ou três lugares no Parlamento Europeu do que aqueles que queriam atribuir ao nosso país e ainda a manutenção de um comissário português.

Bela vitória! Apesar de, na prática, o nosso Governo ter consentido que, nesta reforma agora aprovada em Nice, os três países poderosos (França, Alemanha e Inglaterra) ficassem com o controlo fundamental da União Europeia, que inclui a capacidade de impedir ou impor a todos os outros o que mais lhes convier...

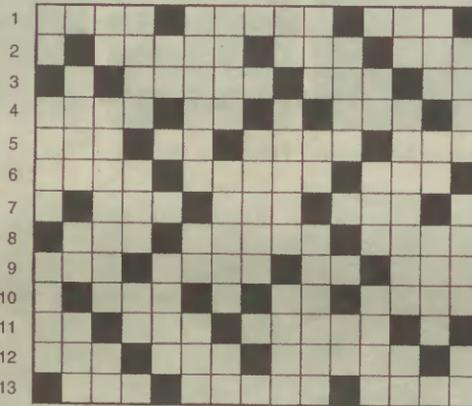
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Barba que se deixa crescer na parte inferior do queixo; interpretação de algum texto obscuro; aguardente de cereais (cevada, trigo, aveia). 2 – Doirado; aqui está; red. de senhor. 3 – Tintura; contr. da prep. a com o art. def. o (pl.); palavra havaiana que designa lavas ásperas de escoriáceas. 4 – Tolo; a ti; parte terminal dos membros superiores do homem. 5 – Fileira; bismuto (s.q.); renome; greda branca. 6 – Necessidade ou grande apetite de comer; condimento; carne da parte inferior do lombo do porco. 7 – Duas vezes; chegar; bílis. 8 – Planeta que gira em volta da Terra e que lhe serve de satélite; espeznhar; feiteiro. 9 – Dá crédito; instrumento de forma crónica, com uma ponta de ferro que se lança e faz girar por meio de um cordel enrolado nele, ou por meio de mola; a consciência; uma dezena. 10 – O bagaço de que se faz a água-pé; observei; palmatoada. 11 – A tua pessoa; espécie de albufeira; parte externa e posterior da coxa do boi. 12 – Deseja; discursa; refulgir. 13 – Patrão; levantar âncora; azulado.

VERTICAIS: 1 – A parte mais larga da enxada; hábito; faixa. 2 – Gole; lítio (s.q.); alguma. 3 – Deus egípcio; mata de bambus; antemeridiano (abrev.); 4 – Tipo de representação teatral; emprega-se para excitar ou animar (interj.); caminhar. 5 – Sorri; carne de porco ensacada em tripa de intestino grosso. 6 – Amável; nome da letra grega que corresponde ao P latino; altar cristão. 7 – Quinhão; aeroplano; o espaço aéreo. 8 – Banda ou tira pintada na parede. 9 – Igreja episcopal; mulher que rouba ou furta; viga. 10 – Camareira; pedra de amolar; preponderar (fig.). 11 – Adição; sétima nota musical. 12 – Fem. de são; designativa de falta, exclusão, ausência, condição, excepção (prep.); casta de uva branca e muito doce. 13 – Nome da letra l (pl.); ocelado; nome da letra grega que corresponde ao R latino. 14 – Triture; batráquio anfíbio aquático; anuro, da família dos ranídeos; água no estado sólido. 15 – Tabaco em pó para cheirar; motivo de hilaridade; compaixão.

SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 – Barba; 2 – Gole; 3 – Tintura; 4 – Tolo; 5 – Fileira; 6 – Necessidade; 7 – Chegar; 8 – Bílis; 9 – Crédito; 10 – Bagaço; 11 – Pessoa; 12 – Deseja; 13 – Patrão; 14 – Triture; 15 – Tabaco. VERTICAIS: 1 – Faixa; 2 – Lítio; 3 – Deus; 4 – Tipo; 5 – Sorri; 6 – Amável; 7 – Quinhão; 8 – Banda; 9 – Igreja; 10 – Camareira; 11 – Adição; 12 – Fem.; 13 – Nome; 14 – Triture; 15 – Tabaco.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

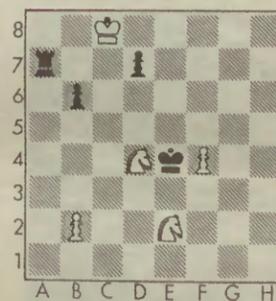


Xadrez

DCCCLXXXI – 14 DE DEZEMBRO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000X47

Por: Z. BIRNOV
«64», 1929

Pr.: [4]: Ps. b6, d7 – Ta7 – R64
Br.: [5]: Ps. b2, f4 – Cs. d4, e2 – Rc8



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000X47 [Z.B.]

1. Rb8, Ta6; 2. Rb7, Ta1; 3. Cc2, Ta5;
4. b4 e g. 2. Ta5; 3. Cb3 e g.

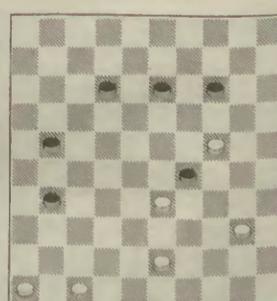
A. de M. M.

Damas

DCCCLXXXI – 14 DE DEZEMBRO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000D47

Por: BLONDE
FR., 1798

Pr.: [6]: 12-13-14-21-29-31
Br.: [6]: 24-33-40-43-46-47



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D47 [B.]

1. 47-41, (29x49=1); 2. 41-37, (49x41);
3. 46x10+

A. de M. M.

Religião

• Jorge Messias

Concílio e congressos

Críticos e teólogos marginalizados pela igreja oficial consideram que os concílios que o Vaticano periodicamente tem vindo a organizar ao longo dos séculos resultam, quase sempre, num maior afastamento entre a hierarquia católica e a grande massa dos crentes. Umas são as preocupações dos cardeais, outras as dos fiéis laicos.

Ainda que todos aceitem uma imagem comum de igreja. A hierarquia privilegia os assuntos que lhe podem dar maior acesso ao poder e acrescentar lucros materiais aos tesouros da igreja. Já o povo católico é parte dos outros povos que habitam a Terra. Desde sempre que se sente esmagado pela exploração material e pela degradação moral. Quando olha para os concílios pouco de si neles se vê retratado. Este facto evidente agudizou-se no presente, de forma incontornável. Dizia Marx: «*Houve uma época, como por exemplo na Idade Média, em que só se trocava o supérfluo, o excedente da produção sobre o consumo ... Hoje, porém, tudo aquilo que os homens tinham considerado como inalienável tornou-se objecto de troca, de tráfico, e pode-se transaccionar. É a época em que valores que até então eram comunicados mas jamais trocados, dados mas jamais vendidos, adquiridos mas jamais*

conferências pouco ou nada correspondem às realidades dos cristãos. Já para só referirmos, de passagem, os insondáveis escândalos dos capitais da TVI ou a vergonhosa posição adoptada face ao «Big Brother», essa bandeira de todas as mediocridades: por um lado, abandono da programação; por outro lado, permanência na composição dos capitais da rede. Atitude cómoda que permite aos bispos pronunciarem sentenças éticas e à tesouraria do episcopado acumular lucros resultantes da subida das audiências televisivas. Assim vai a Igreja!

Com tudo isto, não se pense que procuramos acirrar anticlericalismos. Mas pensamos que a religião é uma espécie de *negativo* (no sentido técnico, sem carga pejorativa) da vida real. Recordemos de novo Marx que afirma, a certo passo da *Sagrada Família*, este princípio simples mas profundo: «*Toda a crítica deve ser precedida pela crítica da religião...*». É esta a orientação que retomamos.

O Concílio tem uma sucessiva configuração. Na Roma antiga, foi laico e político. Na Europa cristã, teve inicialmente uma natureza local e transformou-se, mais tarde, em assembleia eclesial. Apenas os «príncipes da Cúria» podiam intervir nas suas decisões. O Congresso é o instituto moderno que corresponde à noção modificada de concílio. Integram-no delegados



comprados - virtude, amor, opinião, ciência, consciência - entram nos circuitos comerciais. É a época da corrupção geral, da venalidade universal ou, para falarmos em termos de economia política, a época em que - tendo-se transformado todas as coisas, morais ou físicas, em valores venais - tudo entra no mercado para ser cotado a determinado preço.» (Miséria da Filosofia). Basta olharmos para as reuniões magnas dos bispos portugueses, para a forma como encobrem a sofreguidão ilimitada da igreja pelo lucro, os crescentes negócios de Fátima, os estratagemas de que se serve - usando uma Concordata caduca - para disfarçar a existência dos gigantescos interesses económicos do Opus Dei, a diplomacia paralela em Moçambique, na Guiné e em muitas outras partes do mundo, os maquiavelismos eclesiásticos presentes nos jogos secretos dos petróleos de Cabinda ou na comercialização dos diamantes, veremos como sínodos e

eleitos, segundo uma fórmula mais democratizante. Os *príncipes* anteriores são, agora, *delegados*. Deu-se um passo no sentido da democracia real. Mas apenas um passo.

Se os concílios católicos estão mortos à partida é porque na igreja não há democracia. E sem democracia, como se sabe, ninguém pode falar para ser escutado ou agir com a consciência de ser parte de uma alavanca da transformação. No caso dos congressos, as dificuldades são outras mas não menos difíceis de vencer.

O que nos prende a língua e nos corta a comunicação com os outros é o falso sentido de unidade, o compromisso tacitamente assumido, as simpatias congénitas, a noção viciada de amizade, o fundamentalismo do respeito pelas hierarquias e o medo que inspiram as posições publicamente assumidas.

Enquanto isto acontecer, nada feito. **É preciso falar claro!...**

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Quase nada Quase tudo

Meteorologia

Um verso não tem dono.
O Sol aquece
e, não se sabe bem como,
ele aparece.

Encontrei um cheio de confiança.
Falava de esperança
cuido eu.
Só o vi um momento.
Tirou-mo das mãos o vento
levou-o para as nuvens. E choveu.

Pessoal

Vela e vela se ergueu a caravela
puro desejo
que na neblina
do Tejo
se dilui.
Viu-me à janela
gritou-me: «Vou partir
para a Índia. Queres vir?»

E eu fui.

Manifesto

Outrora.
Doía a hora
(a brasa)
do destino.

Quando nós recebíamos em casa
o camarada clandestino
punha-se a mesa, havia pão
queijo, bolos, vinho, café. Calor.
Servia-se um licor.
Depois, a reunião.

Outrora.

Camaradas, agora
vos digo:
cada vez mais
não estamos a correr o perigo
de sermos banais?

Toca a reaver
a festa de ser!

Aparição

Tenho vinte e sete linhas
para escrever
este poema.
Aqui talvez ficasse bem
uma pausa
como quem
ganha respiração
para subir a encosta.
Mas não posso deixar
intervalo nenhum.
Nenhuma linha em branco
nenhum espaço
desaproveitado.

Teve de ser porque
no vaso da marquise
uma planta nasceu
e olhou para mim.
Então
o silêncio do poema
foi tal que
ele teria mesmo
de ficar por aqui
ainda que lhe dessem
cem linhas
ou mais.

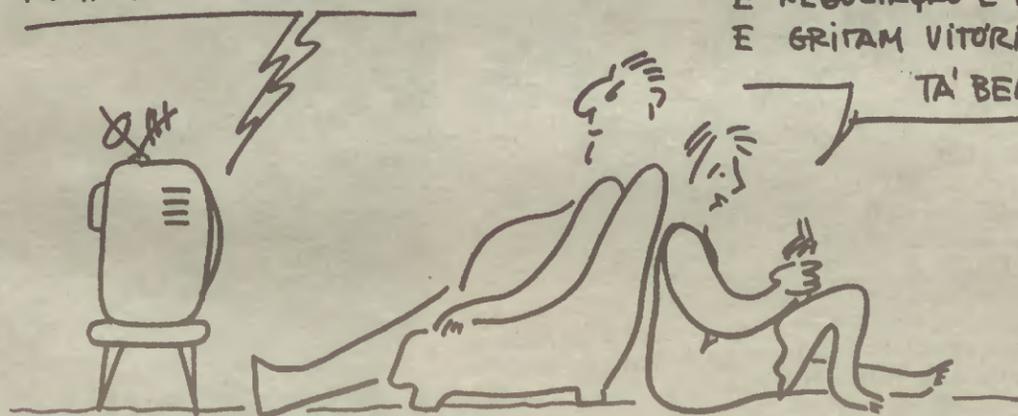
Cartoon

• Monginho

GUTERRES E GOVERNO
RECEBEM OS PARABÉNS
DO PSD E CDS/PP
SOBRE O TRATADO DA UNIÃO
ASSINADO EM NICE...

VAMOS FICAR COM MENOS
5 DEPUTADOS
NO PARLAMENTO EUROPEU,
O NOSSO PODER DE DECISÃO
E NEGOCIAÇÃO É MENOR,
E GRITAM VITÓRIA...

TA' BEM!?



ATVer

Hong Kong, ainda britânica...



Encruzilhada (Quinta-feira, 14, à 01,30, na RTP1)

Realizado em 1947 por Edward Dmytryk, este filme serve-se do pretexto de uma história policial para desvendar aos próprios americanos o quanto a sociedade que compõem é racista e hipócrita. Filmado apenas dois anos após o fim da 2.ª Guerra Mundial, quando já haviam sido denunciadas e expostos os crimes dos nazis contra os judeus, o filme centra-se sobre o assassinio de um judeu, com três suspeitos que são nada menos que ex-combatentes. Interpretado por um elenco de nomes que viriam a ganhar glória em Hollywood, com três Roberts - Young, Mitchum e Ryan -, esta película de Dmytryk recebeu cinco nomeações para os Oscars. No entanto acabou por não lhe ser atribuído nenhum. O prémio do realizador foi ter sido incluído na Lista Negra de McCarthy. O produtor, Adrian Scott, recebeu a mesma sorte. E assim se pacificaram as consciências dos bons americanos.



Robert Ryan, na «Encruzilhada»



Brigitte Bardot, em cima;

à direita, Hepburn e Tracy



A Guerra do Ópio (Quinta-feira, 14, às 24,00, na RTP2)

Não vimos este filme recente de Xie Jin, um realizador chinês de um filme produzido pela República Popular da China. Mas a filmografia deste país, que actualmente e de modo ainda tímido já espanta nos nossos ecrãs, convida-nos ao visionamento. Porque os exemplos chegados têm sido suficientes para nos alertar para a grande qualidade das obras neste campo específico da arte. Outro motivo de interesse - e não menor - será o de poder ver a versão chinesa da guerra do ópio, já que até hoje apenas as versões ocidentais, mais ou menos de tipo western em que os maus eram os índios, isto é, os chineses, já fizeram história no cinema ocidental, cristão e imperialista. É nesta guerra injusta que a China é, por fim, obrigada a ceder Hong Kong aos britânicos. No mesmo ano em que este filme foi realizado, porém, acabava essa soberania imposta durante mais de cem anos...

A Costela de Adão

(Domingo, 17, às 02,45, na RTP1)

Mesmo em preto e branco, os filmes de George Cukor são sempre esplendorosos. E, por mais acção que contenham e desenvolvam, a acção firma-se no conflito psicológico, na contradição e na interacção de personalidades, onde a mulher ganha sempre relevo. Assim é também nesta comédia que fica, além do mais, na história por assinalar um encontro duradouro entre um par de actores - Spencer Tracy e Katherine Hepburn - protagonizando acusação e defesa num tribunal, num confronto que transborda para a vida, numa guerra de sexos cheia de ironia feroz e de ternura envolvente.

Homem de Aço

(Segunda-feira, 18, à 01,45, na RTP1)

O cinema belga, raramente visto por cá, tem uma personalidade própria e conta com algumas obras-primas. Poderíamos talvez precisar melhor - tem duas personalidades, tantas quantas as línguas e culturas que convivem e se confrontam neste pequeno país europeu, os francófonos e os flamengos. Este filme, primeira obra de Vincent Bal e realizado em 1999, alinha nos flamengos. E, apesar de não o termos visto, assinalamo-lo aqui pela curiosidade que nos desperta esta, como diz a programação da RTP1, «deliciosa crónica romântica sobre o processo de iniciação de um adolescente belga nos caminhos do amor e do sexo».

Viagem ao Princípio do Mundo (Terça-feira, 19, às 23, na RTP2)

Deixamos aqui assinalado mais este filme de Manoel de Oliveira, um controverso mas «incontornável» realizador português cuja obra, extensa e diversa, fica a marcar o cinema nacional e se reper-

cutiu internacionalmente. Filme-viagem, busca de origens, como quer que se aborde esta película de uma construção extremamente simples, é mais uma oportunidade que Oliveira ofereceu a Marcello Mastroianni - e a última deste actor - para exibir a sua qualidade, em despedida.

Vagabundos ao Luar

(Quarta-feira, 20, à 1, na RTP1)

A fechar, esta película de um dos primeiros nomes da Nouvelle Vague - onde é que ela já morreu? - do cinema francês. Uma NV em que o nome de Roger Vadim se queda na banda superficial e um tanto cabotina, não comparável a qualquer dos outros, pela superficialidade, a petulância e o sensacionalismo das suas realizações. Vadim lança aqui Brigitte Bardot, cuja carreira não saiu desse diapasão. De qualquer modo, o mau gosto também é revisitável, para a gente se lembrar e comparar com o que por aí anda hoje.

Quinta, 14

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.25 Rosalinda
17.30 Quem Quer Ser Milionário
18.05 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário?
21.50 Cruzamentos
22.50 Grande Repórter - «Luís Figo»
24.00 24 Horas
00.30 Turnos de Risco
01.30 «Encruzilhada» (de Edward Dmytryk, EUA/1947, com Robert Young, Robert Mitchum, Robert Ryan, Gloria Grahame. Drama)

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00: Euronews)
13.00 Vila Faia
14.00 Macau entre Dois Mundos
14.50 Zapping
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta (Rep.)
19.30 Pelo Mundo Fora
20.00 Cidade Louca
20.30 Viver no Campo
21.00 Viagem ao Maravilhoso
21.30 Portugalmente
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Duas Vozes
24.00 «A Guerra do Ópio» (de Xie Jin, Rep.Pop.China/1997, Bob Peck, Simon William, Philip Jackson. Drama. Histórico)
01.45 Gente da Cidade...
Gotemburgo
02.40 Anos 70

▼ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Aquarela do Brasil
16.00 Fátima Lopes
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Laços de Família
22.00 Bairro da Fonte
23.00 Febre do Dinheiro
23.30 «Pára ou a Mamã Dispara» (de Roger Spottiswoode, EUA/1992, com Sylvester Stallone, Estelle Getty, JoBeth Williams. Comédia)
01.30 Sai de Baixo
02.45 Último Jornal
03.15 No Fim do Mundo

▼ TVI

08.30 Animação
11.30 Dinheiro à Vista
12.10 «Big Brother»
13.00 TVI Jornal
14.00 Tiro e Queda
15.10 Batatoon
19.30 «Big Brother»
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.00 «Big Brother»
22.30 «Um Jogo Perverso» (de Moctzumba Lobato, 1995, com Lisa Boyle, Ken Steadman. «Thriller»)
00.30 Última Edição
01.20 Seinfeld
02.30 Zona de Perigo



«Seinfeld»

Esta noite em «Grande Repórter»: Figo, «um retrato completo» para os poucos que não sabem tudo...

Sexta, 15

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.25 Rosalinda
17.30 Quem Quer Ser Milionário
18.05 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário
21.40 Festival da Canção (3.ª Eliminatória)
23.50 Milionários à Força
00.40 24 Horas
01.10 Big Bang
02.15 «Dr. Lucille» (de George Mihalka, Can/2000, com Marisa Orsini, Louis Gosset Jr. Drama. Telefilme)

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 Horizontes da Memória
13.10 Vila Faia
14.00 Macau entre Dois Mundos
15.00 Duas Vozes
16.00 Euronews
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos
19.30 Pelo Mundo Fora
20.00 Cidade Louca
20.30 Viver no Campo
21.00 Viagem ao Maravilhoso
21.30 Portugalmente
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 A Outra Face da Lua
00.30 «Henrique V» (de Laurence Olivier, R.Unido/1948, com Laurence Olivier, Robert Newton, Leslie Banks. Drama)
03.05 Anos 70

▼ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Aquarela do Brasil
16.00 Fátima Lopes
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Residencial Tejo
22.00 Laços de Família
23.00 Febre do Dinheiro
23.30 Sai de Baixo
00.30 Jogo Limpo
02.00 «Na Pele do Diabo» (Longa Metragem)
04.00 Último Jornal

▼ TVI

08.30 Animação
11.30 Dinheiro à Vista
12.10 «Big Brother»
13.00 TVI Jornal
14.00 Tiro e Queda
15.10 Batatoon
19.30 «Big Brother»
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.00 «Big Brother»
22.30 «Um Jogo Perverso» (de Moctzumba Lobato, 1995, com Lisa Boyle, Ken Steadman. «Thriller»)
00.30 Última Edição
01.20 Seinfeld
02.30 Zona de Perigo

Sábado, 16

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 7 em Miami
15.50 «The Ties and The Cobbler» (Longa Metragem)
18.10 Felicity
19.00 Ajuste de Contas
20.00 Telejornal
21.15 Moda 21
21.45 Santa Casa
23.35 Lei Marcial
00.35 24 Horas
00.55 Máquinas
01.30 «Terroir no Centro Comercial» (de Norberto Barba, Alem./1998, com Rob Estes, David Soul, Shannon Sturges. «Thriller»)
02.55 «Obsessão e Violência» (de Joey Travolta, EUA/1997, com C. Thomas Howell, Amber Smith. Drama. Erótico)

▼ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.00 «Esquecer Paris» (de Billy Cristal, EUA/1995, com Billy Cristal, Debra Winger, Joe Mantegna, Julie Kavner. Comédia)
21.00 A História da Indústria em Portugal (4.ª Episódio)
21.30 Jornal Africa
22.00 Horizontes da Memória
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
24.00 Brit Com («Blackadder»; «A Vigária de Dibley»; «Liga de Cavalheiros»)
01.30 «Amor Marginal» (de Serge Gainsbourg, Fr./1975, com Jane Birkin, Jo Dallesandro, Gérard Depardieu. Drama)
03.05 Prazeres

▼ SIC

07.30 Zip Zap
11.15 Dá-lhe Gás
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.50 «Pai Natal à Força» (de John Murovski, 1996, com Hulk Hogan, Don Stark, Robin Curtis. Comédia)
15.50 «Papá para Sempre» (de Chris Columbus, EUA/1993, com Robin Williams, Pierce Brosnan, Sally Field. Comédia)
18.15 Malhação
19.10 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Querido Professor
22.00 Cuidado com as Aparências
22.40 Herman Sic
24.00 «Raid no Mar Negro» (de Jenó Hodi, EUA/1997, com Daniel Bernhardt, Steve Parrish. Acção)
02.40 Último Jornal
03.10 «Sexo e Morte» (de Jane Featherstone, R. Unido/1999, com Martin Clunes, Caroline Goodall. Drama. Telefilme)

▼ TVI

08.30 Animação
11.40 Top Rock
13.00 TVI Jornal
13.30 Contra-Ataque
14.30 4.ª a Fundo
14.45 Caras Lindas
16.00 «Sonho de Natal» (de Tony Bill, EUA/1998, com Barbara Berrie, Charles Durning. Comédia)
18.00 «O Meu Amigo Presidente» (de Eric Champnella, EUA/1999, com Randy Quaid, Bill Switzer, Holland Taylor. Comédia)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Futebol: U. Leiria-F.C. Porto
23.00 112
23.30 Lux
00.20 «O Erro do Assassino» (com Michael Dudikoff, Tim Matheson. Acção)
02.20 «O Último Bandido» (de Geoff Murphy, EUA/1994, com Mickey Rourke, Ted Levine. Acção)



Domingo, 17

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.30 Jet 7
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.15 Providence
16.15 Macacos e Macacos
17.15 Casa da Saudade
17.50 Ajuste de Contas
18.50 Futebol: Boavista-Salgueiros
21.00 Telejornal
22.20 Histórias da Vida como Ela É
23.30 Musical: Silence 4
00.30 Domingo Desportivo
01.10 24 Horas
01.50 Liga dos Campeões - Magazine
02.45 «A Costela de Adão» (de George Cukor, EUA/1949, com Spencer Tracy, Katharine Hepburn, Judy Holliday, Tom Ewell. Comédia)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.30 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 A Outra Face da Lua
13.00 2001
13.30 Andamentos
14.00 Desporto
19.00 O Genoma Humano
20.30 Onda Curta (Curtas Metragens de vários autores, de Dinamarca, Irão e Canadá)
21.00 Bombordo
21.30 Artes e Letras - «Fernanda de Castro»
22.30 Jornal 2
23.00 Travessa do Cotovelo
00.15 Longa Metragem

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal.
14.00 Big Show
17.00 «Seis Dias, Sete Noites» (de Ivan Reitman, EUA/1998, com Harrrrrrisob Ford, Anne Archer, David Schwimmer. Aventuras)
19.00 Futebol: Benfica-Gil Vicente
21.00 Jornal da Noite
22.00 Querido Professor
23.00 Mundo VIP
24.00 «Presas Fatais» (de Andrew Sipes, EUA/1995, com William Baldwin, Cindy Crawford. Acção)
02.00 Último Jornal
02.30 «O Homem da Meia-Noite» (de Moshe Diamant, EUA/1995, com Lorenzo Lamas. Artes Marciais)

▼ TVI

08.30 Animação
11.00 Espaço Religioso
11.15 Missa
13.00 TVI Jornal
13.30 Aquanautas
14.00 «Vítima de Fúria» (de Armand Mastroianni, EUA/1994, com Jaclyn Smith, Brad Johnson. Drama)
16.00 «Pete e o Pai Natal» (de Duwayne Dunham, EUA/1999, com Hume Cronyn, Flex Alexander, James Earl Jones. Fantasia)
18.00 Roberto Leal
20.00 Jornal Nacional
20.50 Jardins Proibidos
21.40 «Big Brother»
23.00 «O Negociador» (de F. Gary Gray, EUA/1998, com Samuel Jackson, Kevin Spacey, David Morse. Acção)
01.00 «Plump Fiction - Assassinos Chatos» (de Bob Koherr, EUA/1996, com Jennifer Rubin, Julie Brown. Comédia)
04.00 PSI Factor III



«Os Homens do Presidente»



Segunda, 18

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.25 Rosalinda
17.30 Quem Quer Ser Milionário
18.05 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.40 Agora É que São Eles
23.20 Jogo Falado
01.20 24 Horas
01.45 «Homem de Aço» (de Vicente Bal, BÉlg./1999. Drama)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 Horizontes da Memória
13.10 Vila Faia
14.00 Macau entre Dois Mundos
15.00 Duas Vozes
16.00 Euronews
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Rotações
19.30 Pelo Mundo Fora
20.00 Cidade Louca
20.30 Viver no Campo
21.00 Viagem ao Maravilhoso
21.30 Portugalmente
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Os Sopranos
24.00 Artes de Palco - «Blast»
02.00 Andamentos
02.05 Anos 70

▼ SIC

08.00 Buêrére
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Aquarela do Brasil
16.00 Uma Aventura
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Laços de Família
22.00 Roda dos Milhões
00.40 Sai de Baixo
01.20 Último Jornal
01.40 «Labirinto Mortal» (de Mark L. Lester, EUA/1998, com Kevin Dillon, Nick Mancuso. «Thriller»)

▼ TVI

08.30 Animação
11.00 Dinheiro à Vista
12.10 «Big Brother»
13.00 TVI Jornal
14.00 Tiro e Queda
15.10 Batatoon
19.00 Dinheiro à Vista
19.30 «Big Brother»
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.10 «Big Brother»
22.45 Pretender IV
23.45 Causa Justa
00.45 Última Edição
01.35 Seinfeld
02.15 Profiler

Terça, 19

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.25 Rosalinda
17.30 Quem Quer Ser Milionário
18.05 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.15 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.50 Conde D'Abranhos
22.50 João Nicolau Breynier
00.50 Dinheiro Vivo
01.20 24 Horas
01.50 Desconhecidos
02.50 «Quero Sonhar Contigo» (de Mark Sandrick, EUA/1938, com Fred Astaire, Ginger Rogers, Ralph Bellamy. Musical)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 Horizontes da Memória
13.10 Vila Faia
14.00 Macau entre Dois Mundos
15.00 Duas Vozes
16.00 Euronews
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos
19.30 Pelo Mundo Fora
20.00 Cidade Louca
20.30 Viver no Campo
21.00 Macau
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 «Viagem ao Princípio do Mundo» (de Manoel de Oliveira, Port./1997. Drama)
01.00 No Rasto do Mal
02.00 Rotações
02.25 Anos 70 (Repetição)

▼ SIC

08.00 Buêrére
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Aquarela do Brasil
16.00 Uma Aventura
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Laços de Família
23.00 Febre do Dinheiro
23.30 «Quatro Casamentos e um Funeral» (de Mike Newell, EUA/1994, com Hugh Grant, Andie MacDowell, Kristin Scott Thomas. Comédia)
02.00 Sai de Baixo
02.45 Último Jornal
03.15 Toda a Verdade

▼ TVI

08.30 Animação
11.30 Dinheiro à Vista
12.10 «Big Brother»
13.00 TVI Jornal
14.00 Tiro e Queda
15.10 Batatoon
19.00 Dinheiro à Vista
19.30 «Big Brother»
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.10 «Big Brother»
22.45 Pretender IV
23.45 Causa Justa
00.45 Última Edição
01.35 Seinfeld
02.25 Seinfeld



«Portugalmente», série notável sobre Portugal e os portugueses de hoje, é agora oportunamente repetida - de 2ª a 6ª feira às 21 e 30 na RTP2

«Residencial Tejo»

Quarta, 20

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.30 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Natal dos Hospitais
20.00 Telejornal
21.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.50 «Alguém Esperará por Ti» (de Martin Donovan, EUA/1996. Drama)
23.30 24 Horas
24.00 Turnos de Risco
01.00 «Vagabundos ao Luar» (de Roger Vadim, Fr./1957, com Brigitte Bardot, Alida Valli, Stephen Boyd. Policial)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 Horizontes da Memória
13.10 Vila Faia
14.00 Memórias de Macau
15.00 Artes e Letras
16.00 Euronews
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 2001
19.30 Pelo Mundo Fora
20.00 Cidade Louca
20.30 Viver no Campo
21.00 Viagem ao Maravilhoso
21.30 Portugalmente
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Zapping
24.00 Sinais do Tempo
01.00 Os Segredos dos Homens
02.00 2001
02.35 Anos 70

▼ SIC

08.00 Buêrére
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Aquarela do Brasil
16.00 Uma Aventura
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Laços de Família
23.00 Febre do Dinheiro
23.30 «Quatro Casamentos e um Funeral» (de Mike Newell, EUA/1994, com Hugh Grant, Andie MacDowell, Kristin Scott Thomas. Comédia)
02.00 Sai de Baixo
02.45 Último Jornal
04.20 Sai de Baixo

▼ TVI

08.30 Animação
11.00 Dinheiro à Vista
12.10 «Big Brother»
13.00 TVI Jornal
14.00 Tiro e Queda
15.10 Batatoon
19.00 Dinheiro à Vista
19.30 «Big Brother»
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
21.30 «Big Brother»
22.15 Tic Tac Milionário
00.30 Última Edição
01.20 Seinfeld
02.00 «O Provocador» (com Jane March, Stephen Mendel, Nick Mancuso. «Thriller»)

Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

TVisto

Correia da Fonseca

A televisão e o Congresso

Tanto quanto pude perceber-me pelo contacto com diversos telespectadores, militantes ou não do PCP mas, quando não, pessoas não contaminadas pelo vírus do anticomunismo militante e crónico, há muita gente excelente e nada burra a entender que a cobertura feita pelas TV's do XVI Congresso «não foi muito má» ou mesmo que «não foi nada má». Por mim, compreendo este sentimento se resultar da comparação do trabalho da televisão com o que quase sempre fez a imprensa de grande leitura e mais ainda com o seu comportamento ao longo das semanas, até dos meses, que antecederam o Congresso. E é certíssimo, é claro, que a cobertura TV do Congresso podia ser pior: como regra com poucas e terríveis excepções as coisas podem sempre ser piores. Mas há,



naturalmente, que estar atento a duas distinções. Uma delas é a que se impõe fazer entre extensão e qualidade. A outra é entre tática adoptada com vista a obter maior eficácia e bons sentimentos. Ao que julgo lembrar-me, este foi o congresso do PCP que teve uma maior cobertura por parte das estações de televisão. Sabendo-se o que é agora o factor dominante dos seus serviços de informação, até se poderia suspeitar de que estariam à espera de que no Pavilhão Atlântico ocorresse inundação, destelhamento pela força do vento, queda de avião, catástrofe assim. Na verdade, uma reflexão mais séria leva-nos a admitir que a expectativa, se foi ela a motivadora de tamanha atenção, seria outra. Porém, quem for mais ou menos marxista, sequer quem tenha umas luzes disso, há-de saber que uma coisa é quantidade e outra coisa é qualidade. Que houve mais cobertura é certo. Que houve melhor cobertura é uma outra questão que reclama exame cuidadoso.

Pode argumentar-se com verdade que as TV's, tendo feito entrevistas várias, as fizeram a militantes a que há muito foram aplicadas pela comunicação social, e aliás no mais descomplexado desprezo pelo rigor e até pela verdade, as etiquetas que se sabe. Porém, é preciso saber se umas e outras foram feitas com o mesmo espírito, que sempre haveria de ser o da isenção jornalística, ou se, pelo contrário, sempre nas perguntas foi possível perceber o projecto de

recolher argumentos que permitissem corroborar a versão que os *media* têm vindo a injectar na opinião pública acerca do que são o PCP e os seus militantes, da baladíssima crise em que estará o Partido e não apenas alguns dos militantes seus. Quanto a este ponto, convém lembrar que uma cobertura de alguma fachada pluralista tem mais probabilidades de ser convincente que uma outra ostensiva e agressivamente anticomunista. E é aqui, já se vê, que se situa a necessidade da tal segunda distinção: entre tática para consecução de uma maior eficácia e a efectiva vontade de fazer um trabalho jornalístico eticamente sério.

Umam linha para o nojo

Haveria ainda que referir com vagar o trabalho dos jornalistas que sempre misturaram o trabalho de reportagem em princípio factual com a função de comentadores que forneciam ao telespectador crédulo uma interpretação do real perfeitamente coincidente com a tal campanha da comunicação social. E assinalar

que a denúncia dessa mesma campanha muito os incomodou, o que é curioso. Mas não quero terminar esta coluna sem registar o que aconteceu dois dias antes do início do Congresso, na RTP 2, numa coisa intitulada «Zapping» e cujas emissões anteriores mereceram aplausos até da crítica mais exigente e credível: uma versão perfeitamente infame e repugnante, mesmo que talvez barrada no alibi de se constituir em caricatura pretensamente crítica, de um congresso do PCP que até seria o XVI. Nas imagens, quatro ou cinco sujeitos imersos em obscuridade, numa sala em cujas paredes se projectavam como que sombras de grades, vertiam frases aparentadas com fórmulas pretensamente típicas do diálogo comunista. As tónicas do diálogo sugeriam sectarismos, intolerâncias, afinando com o pior que por aí se tem escrito e ouvido. Não se alegue que se tratava de sátira, de crítica, talvez de direito ao humor. Tudo isso é legítimo e necessário, mas até isso há-de ser manejado com verdade, isenção e decência. Imagine-se, como caso-limite, a sátira que de resto há-de ter sido disparada na Alemanha de Hitler contra os comunistas perseguidos e depois assassinados por muitos milhares. Já não estamos aí, bem se sabe; mas os exemplos extremos ajudam a entender bem as coisas. Ora, aquele pedaço de TV enojou-me e o responsável pelo nojo chama-se Luís Osório. Sou um homem asseado e faço crítica de TV: tinha de escrever isto.

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Cimeiras e alugueres

A Cimeira de Nice terminou de duas maneiras. Na cidade balnear francesa – onde tudo ocorreu e se consumou – a Cimeira terminou com a vitória dos grandes e a derrota dos pequenos da União Europeia, com os primeiros a abrir caminho para o controlo da futura governação comunitária. Em Portugal, terminou num grande regozijo do PS e dos partidos da direita, com o primeiro a reclamar a «vitória» de Portugal sobre a arrogância dos grandes e os outros a dizer que sim. Sempre atentos ao que o poder quer, os principais órgãos de comunicação social reproduziram o melhor que puderam o estado de alegria geral assim repentinamente servido ao País. Pelo que, não fora a contracorrente de alguns comentadores mais cépticos, dir-se-ia que ocorrera uma nova batalha de Aljubarrota em pleno areal gaulês, mas agora com uma Ala dos Namorados e adjacente infantaria balnear a darem uma coça em Nice, por junto e atacado, a todos os poderosos da União.

António Guterres – o Nun'Álvares desta nova epopeia – só não comeu pão e rábano com os seus homens antes da Aljubarrota de Nice porque, simplesmente, este Condestável e o seu exército de magníficos usam sair para as batalhas pela porta dos restaurantes.

O que é absolutamente natural: mudam-se os tempos, mudam-se as dietas.

Entretanto, de que se gaba o PS, com o aplauso do PSD e do PP?

Segundo todos eles, Portugal «bateu o pé» aos grandes da União Europeia, «jogou tudo em Nice», «liderou os países mais pequenos» e «conseguiu a reviravolta», cuja consistiu na manutenção de um comissário representando o nosso país (que os grandes queriam eliminar) e na subida de 5 para 12 votos portugueses no Conselho Europeu (pouco mais do dobro), enquanto os grandes (Alemanha, França, Reino Unido e Itália) saltaram de 10 para 29 (quase o triplo...). Mas o pior nem é isso – tanto mais que o «isso» obtido com tanta bravura lusitana não aquece nem arrefece os destinos da União.

O pior é que, a partir desta reforma da União Europeia decidida em Nice, os três grandes (Alemanha, Reino Unido e França) abrem finalmente caminho ao almejado «directório» que lhes permitirá assumir o comando da União Europeia, tal como lhes permitirá inviabilizar qualquer decisão proposta – ainda que vinda da esmagadora maioria dos outros membros – ou impor as que mais lhes convier – mesmo contra a vontade da maioria.

Para conseguirem tão belo negócio em Nice, aos grandes da União bastou-lhes exorbitar nas exigências iniciais sobre os mais fracos e, de seguida, «ceder» até atingirem os objectivos pretendidos.

Mais ou menos como fazem os bons agiotes: primeiro, ameaçam despejar os proprietários endividados; depois, quando já os têm na mão atarantados de pânico e a estrebuchar protestos, «recuam» magnanimamente executando a hipoteca e transformando o despejo num aluguer. E ficam todos felizes.

Os agiotes, porque conseguiram o que planearam – a posse da propriedade.

Os endividados, porque perderam a casa mas conservaram o tecto para morar, graças aos seus «protestos» e a uma renda novinha em folha. Foi esta a vitória de Portugal em Nice.

Um T-Zero alugado à beira do Mediterrâneo, contra o livre-trânsito dos patrões da União nas costas portuguesas...

Protestos marcam Cimeira de Nice

Péssimos resultados para o nosso país

A Cimeira de Nice terminou, marcada por péssimos resultados para o nosso país, como é sublinhado em nota do PCP que aqui reproduzimos, e por grandes manifestações de protesto, que reuniram dezenas de milhares de trabalhadores de toda a União Europeia, por uma Europa social.

«A Cimeira de Nice tem um resultado péssimo para o País. Portugal perde poder e capacidade de influenciar as decisões comunitárias. Dão-se novos passos na consolidação de um Directório de grandes potências assumir o comando da União Europeia», começou por salientar Agostinho Lopes, da Comissão Política do PCP, em declaração à imprensa.

Na Declaração, começa-se por sublinhar que «no Conselho Europeu, três grandes (Alemanha, França e Reino Unido) podem, na prática, inviabilizar qualquer decisão».

Acresce que «no apuramento das decisões, a significativa eliminação do voto por unanimidade – a maioria das decisões passa a ser aprovada por maioria qualificada – elimina, na prática, o importantíssimo direito de veto, implícito na exigência da unanimidade. Políticas tão importantes para Portugal, como a dos fundos estruturais ou acordos de política comercial, passam a poder ser aprovadas, mesmo com o voto contra de Portugal».

Por outro lado, «no Parla-

mento Europeu o número de deputados portugueses é reduzido de 25 para 20, pondo-se em causa, ou tornando residual, a presença plural de todas as principais forças políticas portuguesas no Parlamento Europeu. Os cinco maiores países ficam com mais de 50% do total de deputados, isto é, um número superior aos dos restantes 22 países».

Num comentário crítico às declarações do primeiro-ministro, diz Agostinho Lopes: «Quando o Eng.º António Guterres diz que o resultado foi o melhor possível, diz de forma optimista que foi o mal menor. O grave é que o País há muito vem somando males menores em matéria de integração europeia, pelo que o resultado de Nice é péssimo».

No Conselho Europeu, três grandes podem, na prática, inviabilizar qualquer decisão

E frisa que «o resultado desta Cimeira atenta gravemente contra uma União Europeia de países soberanos e iguais em direitos.»

Neste quadro, «o PCP responsabiliza o Governo PS e os partidos da direita por mais este golpe nos interesses do País. Mais uma vez, PS, PSD e CDS/PP aprovam alterações institucionais sem avaliar as possíveis consequências dessas alterações no evoluir das políticas comunitárias».

E a Declaração conclui: «Amanhã virão, como sempre tem acontecido, lamentar hipocritamente o agravamento dos problemas económicos e sociais do País (na agricultura, pescas, indústria, etc.), que pode resultar da perda de poder do Estado português, decidida em Nice.»

Euromanifestação em Nice

Quinze mil polícias, ruas bloqueadas, dificuldades nos acessos a Nice, manobras várias para impedir ou atrasar a chegada das delegações estrangeiras... Tudo serviu, às autoridades francesas em geral e de Nice em particular, para

tentar boicotar a manifestação de 6 de Dezembro por uma Europa social.

Em vão. Dezenas de milhares de trabalhadores de toda a União Europeia convergiram para a cidade francesa escolhida para a Cimeira da UE (administrada, recorde-se, pelas forças de extrema-direita do Partido de Le Pen) e fizeram ouvir a sua voz.

A CGTP-IN esteve presente com uma delegação de cerca de 550 pessoas, incluindo o seu secretário-geral, Carvalho da Silva.

Desafiando a chuva e os obstáculos que impediram alguns países de integrarem o desfile – como sucedeu com gregos, italianos, portugueses, ingleses – os manifestantes exigiram uma Carta de Direitos Fundamentais que verdadeiramente consagre os direitos sociais, políticos, económicos, culturais dos povos. E disseram não à actual proposta do Conselho Europeu, que se pauta pelo mínimo denominador comum, na lógica dos interesses neoliberais.

As ruas de Nice encheram-se de cor e de palavras de ordem de luta que os responsáveis políticos da UE não podem ignorar.



A CGTP teve uma significativa presença na manifestação de protesto em Nice

Presidenciais 2001 Iniciativas com António Abreu

No quadro das presidenciais, prosseguem as iniciativas com o candidato do PCP, António Abreu. Aqui damos conta dos encontros e outras iniciativas previstos para os próximos dias.

Quinta-feira, 14 - em Montemor-o-Novo, às 15h00 visita à Câmara Municipal, às 15h30 contacto com a Associação dos Reformados da Cidade, às 16h00 visita ao Parque Urbano e novas Piscinas, às 16h45 contacto com os trabalhadores da Câmara no Estaleiro, às 17h15 visita à Biblioteca Municipal, e às 20h30 Sessão - Debate Público no Auditório da Biblioteca Municipal.

Sexta-feira, 15 - em Odivelas, às 15h00 visita ao Centro de Dia – C.U.R.P.I.O. na Rua Rainha D. Estefânia lote 40 e às 20h00 em Lisboa, jantar com apoiantes na *Estufa Fria*.

Sábado, 16 - em Almada, às 09h30, arruada na Zona Central, às 13h00 no *Seixal* almoço concelhio com apoiantes na *Timbre Seixalense*, às 16h00 em *Sesimbra* encontro com Pescadores, em *Palmela* às 18h00 visita à Galeria São Tiago e às 19h00 encontro / jantar com jovens apoiantes na *Quintinha dos Melros* em Palmela.

Domingo, 17 - em Rio Tinto às 13h00 almoço com apoiantes na Escola Preparatória de Rio Tinto (Monte Burra).

Terça-feira, 19 - em Lisboa na *Casa do ALENTEJO* às 18h30 sessão pública subordinada ao tema «Melhores Salários Trabalho com Direitos».

Iniciativas da JCP

O colectivo do Ensino Superior da Universidade da Beira Interior (UBI) da JCP organizou, uma vez mais, uma Feira do Livro, que está patente ao público, até amanhã, dia 15, no Centro de Trabalho do PCP de Castelo Branco.

Nesta Feira, que funciona entre as 17h00 e as 19h30 e das 20h30 às 23h00, encontram-se obras que abrangem os mais diversos estilos literários, incluindo, como novidade, a banda desenhada. Editores como a *Caminho*, *Meribérica*, *Avante*, *Relógio d'Água*, *D. Quixote*, *Afrontamento* e *Assírio & Alvim*, trouxeram à Feira alguns dos títulos e autores mais consagrados, com descontos até 20%.

No quadro da Feira do Livro, e a par da venda de livros, tiveram ainda lugar outras iniciativas, nomeadamente um recital de poesia com estudantes do grupo *Incentiv'arte* (UBI) e um deba-

te com o escritor Rui Pereira em torno do seu último livro *Euskadi*, sobre o País Basco. Decorrem em simultâneo duas exposições – uma de Sebastião Salgado, com fotografias dos Sem Terra do Brasil, e uma outra de banda desenhada.

Na *Guarda*, a JCP organiza, no próximo domingo, uma jornada de afirmação da juventude comunista no Concelho de Almeida, que inclui um torneio de futebol de cinco, da parte da manhã, seguindo-se um almoço-convívio e entrega dos prémios do torneio de futebol. À tarde realiza-se um passeio pelo Concelho de Almeida, com distribuição de um documento de afirmação da JCP.

